

Histórias Transnacionais: O Sul Global em Perspectiva

organização
Rosângela de Jesus Silva e Endrica Geraldo

aran
duká

HISTÓRIAS TRANSNACIONAIS
O SUL GLOBAL EM PERSPECTIVA



Aranduká

www.aranduka.com.br

contato@aranduka.com.br

Avenida Iguatemi, 99, Caixa Postal 185

Naviraí, Mato Grosso do Sul, Brasil

CEP 79.950-970

Editor Sênior

Manuel Munhoz Caleiro

Editora Adjunta

Amanda Ferraz da Silveira

Conselho Editorial

Alma Guadalupe Melgarito Rocha

Amanda Ferraz da Silveira

Anibal Alejandro Rojas Hernandez

Antônio Carlos Diegues

Antônio Carlos Wolkmer

Bartomeu Melià SJ (*in memorian*)

Bruna Balbi Gonçalves

Carlos Frederico Marés de Souza Filho

Carmen Alice Cohene Mercado

Clovis Antonio Brighenti

Daniel Sandoval Cervantes

Edson Damas da Silveira

Heline Sivini Ferreira

Horacio Machado Araújo

Joaquim Shiraishi Neto

Jorge Ramón Montenegro Gomez

Juan Pablo Neri

Juliana Santilli (*in memorian*)

Katya Izaguirre Torres

Levi Marques Pereira

Luis Tapia Mealla

Magali Vianca Copa Pabón

Marcelo Bogado

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega

Maria Inês Ladeira

Patrícia Albornoza Guzmán

Pedro Pachaguaya Yujra

René Kuppe

Rosa Sebastiana Colmán

Rosembert Ariza Santamaría

Tiago Resende Botelho

Walter Antillón Montealegre

organização
Rosangela de Jesus Silva
Endrica Geraldo

HISTÓRIAS TRANSNACIONAIS

O SUL GLOBAL EM PERSPECTIVA

aran
duká

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Histórias transnacionais [livro eletrônico] : o Sul global em perspectiva / organização Rosângela de Jesus Silva, Endrica Geraldo. -- Naviraí, MS : Aranduká, 2021.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-994270-1-5

1. Afro-americanos - Condições sociais 2. Afro-brasileiros - Condições sociais
3. América Latina - História 4. América do Sul – História. 5. História universal 6. Historiografia 7.
Integração regional 8. Povos indígenas I. Silva, Rosângela de Jesus. II. Geraldo, Endrica.

21-66544

CDD-907.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Historiografia 907.2

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Realizado o depósito legal obrigatório na Biblioteca Nacional
Lei 10.994, de 14 de dezembro de 2004



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
I DIÁSPORA, DITADURAS NO CONE SUL E ARQUIVOS EM PERSPECTIVA TRANSNACIONAL	
DIÁSPORA E IDENTIDAD CULTURAL SIKH EN NARRATIVAS AUDIOVISUALES ACERCA DEL NOROESTE ARGENTINO Matías Maximiliano Martínez e Mirian Santos Ribeiro de Oliveira	17
IMPRESA FEMINISTA CONTRA A DITADURA CIVIL-MILITAR: UMA ABORDAGEM TRANSNACIONAL DO JORNAL NÓS MULHERES (1976-1978) Caroline Copetti de Vargas e Endrica Geraldo	39
LA YEGUA DE TU MADRE NO ESTÁ MÁS: MEMÓRIA, IDENTIDADE E DIREITOS HUMANOS NAS COMISSÕES DA VERDADE ARGENTINA E URUGUAIA Guilherme da Conceição de Lima e Paulo Renato da Silva	57
ARQUIVOS PESSOAIS E UNIVERSIDADES: A EXPERIÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DOCUMENTAL LADEÍSSE SILVEIRA NA UNILAB/CE Ester Araújo Lima da Silva e Pedro Afonso Cristovão dos Santos	75
II AGÊNCIAS AFRO-AMERICANAS E INDÍGENAS: HISTORIOGRAFIA EM DEBATE	
FERNANDA, O VERBO ETC., E TAL: O DE CÓMO LA TRAYECTORIA DE UNA DISEÑADORA AFROBRASILEÑA CUESTIONA LA HISTORIOGRAFÍA DE LA MODA DESDE EL SUR GLOBAL Julimar Mora Silva e Rosangela de Jesus Silva	95
AS POPULAÇÕES AFROMEXICANAS E O RECONHECIMENTO CONSTITUCIONAL E CENSITÁRIO: FIM DA INVISIBILIDADE E DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL? Caroline Silva Ferreira e Jean Bosco Kakozi Kashindi	115
NOVAS METODOLOGIAS PARA UM VELHO PROBLEMA: OS INDÍGENAS FAZEM HISTÓRIA Aline Domingos Corrêa e Clovis Antonio Brighenti	129
III FORMAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E O ENSINO DE HISTÓRIA NA AMÉRICA LATINA	
O INTEGRACIONISMO E A LUTA DOS POVOS: OS GUARANI NO CONTEXTO DO REGIONALISMO LATINO- AMERICANO E CARIBENHO Edson dos Santos Junior e Clovis Antonio Brighenti	153
APROXIMACIÓN A EL CARIBE EN LA MODERNIDAD ATLÁNTICA, IDENTIDAD E INTEGRACIÓN Samuel Quirino Oliveros Calderón	173
O USO DO LIVRO DIDÁTICO COMO INSTRUMENTO DE REPRODUÇÃO DA HISTÓRIA DAS ELITES: CASO DE JOSÉ GASPAR RODRÍGUEZ DE FRANCIA Osni Cesar da Luz Leal e Clovis Antonio Brighenti	191
INDEPENDENCIAS, HISTORIOGRAFÍA Y CULTURA ESCOLAR Christian Anthony Rodríguez Aldana e Hernán Venegas Marcelo	209

APRESENTAÇÃO

O programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGHIS-UNILA) foi criado em 2019. No entanto, é fruto de quase uma década de interações entre docentes e discentes de distintas nacionalidades. Situada em uma região de fronteira trinacional, nossa instituição é marcada por inúmeros fluxos, interações e trocas, na qual a pluralidade latino-americana é experienciada cotidianamente.¹ Durante esses anos surgiram muitos debates em torno da construção de uma graduação em História que privilegiasse os indivíduos e grupos sociais enquanto agentes e sujeitos de sua própria história e buscasse pensar a América Latina e suas conexões com a África, a Ásia e a Europa, sob perspectivas não eurocêtricas, que olhassem para contextos periféricos/subalternos. É como fruto e continuador desse processo que nosso programa de Mestrado se coloca. Apresenta-se como um dos seus principais objetivos incentivar a realização de pesquisas pensadas a partir do sul global, fundamentadas em uma revisão e crítica dos paradigmas nacionalistas, eurocêtricos e modernizadores. Com isso, o programa busca promover análises, debates e reflexões especialmente sobre os fluxos e trânsitos culturais, políticos e sociais entre e na América Latina, África e Ásia em perspectiva transnacional e global.

Ao longo da trajetória para a elaboração e constituição do PPGHIS-UNILA, os pesquisadores (a maioria dos professores da graduação em História se tornou membro do programa) realizaram eventos que já buscavam amadurecer algumas das ideias presentes neste trabalho. Entre os eventos destacamos: **Teorias e metodologias da História: os desafios da história global**, realizado em novembro de 2017, composto pelas seguintes mesas de discussão: **Diásporas, migrações e fluxos transnacionais: sujeitos, práticas e ideias em trânsito**; **Repensando identidades, diversidades e narrativas na história cultural: perspectivas de pesquisa** e **A Modernidade nas Américas: novas interpretações de interações locais, regionais e globais**. Em novembro de 2019, com o programa já em atuação, foi realizado o **I Seminário do Programa de Pós-Graduação em História da Unila**, no qual foram apresentadas as pesquisas em desenvolvimento. Nesta oportunidade foi possível pensar pontes entre as pesquisas de seus membros discentes e docentes em busca de cada vez maior articulação com a proposta do programa. O presente livro constitui parte deste esforço contínuo de diálogo e de construção de caminhos de investigação.

A escolha do título do livro **Histórias Transnacionais: O Sul Global em Perspectiva** foi pensada enquanto proposta de leitura. O diálogo entre os trabalhos aqui presentes aponta para, pelo menos, um dos objetivos da História Transnacional: “oferecer uma opção narrativa que dê conta de movimentos e espaços não percebidos pelos

¹ A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) foi criada em 12 de janeiro de 2010, pela Lei nº 12.189/2010. Mais informações e documentos sobre os projetos e debates relacionados ao processo de criação da universidade em: <https://portal.unila.edu.br/institucional/historia-unila>.

instrumentos heurísticos da tradicional história nacional” (LOWANDE, 2018, p. 232). Lowande discute como essa abordagem possibilita “formas de superação da metanarrativa da modernização, à qual se subordinam as narrativas nacionalistas” e como se relaciona com os pontos de vista subalternos, na medida em que procura observar a mobilidade e resistência ocasionada pelo colonialismo (LOWANDE, 2018, p. 224-225). Com base em um conjunto de estudos que têm continuamente avaliado os limites e as contribuições de abordagens como a da história comparada, histórias conectadas, histórias cruzadas e abordagem transnacional, há uma busca pelo desenvolvimento de perspectivas a partir do Sul Global. Essas perspectivas têm alcançado um impacto significativo na historiografia latino-americana, não no sentido de ignorar a existência dos Estados Nacionais, mas em pensar através deles e para além deles. A emergência e o fortalecimento da abordagem transnacional têm sido fundamentais na América Latina, como enfatiza Prado, por seu histórico colonial e subalterno. Como afirma a autora, esta abordagem possibilita uma observação mais atenta dos movimentos e circulações, enfatizando “las redes, los procesos, las creencias y las instituciones, trascendiendo el espacio nacional” (PRADO, 2011-2012, p. 19). Os diálogos com uma abordagem transnacional das histórias do Sul Global contribuem efetivamente como uma forma de lidar, no sentido apontado por Barros, com “procedimentos relacionais” (BARROS, 2019).

A ênfase no sul global, entendido muito além do espaço geográfico, reconhece nos termos, conforme analisa Luciana Ballestrin, a capacidade de “projetar uma identidade geopolítica subalterna, reivindicando um diferente caminho de pertencimento no sistema e na sociedade internacional” (BALLESTRIN, 2020, n. p.). Reforça ainda a ideia de que “As epistemologias do Sul procuram incluir o máximo das experiências de conhecimentos do mundo (...)” (MENEZES, 2008, p. 10). Conhecimentos que não são inferiorizados em relação àqueles produzidos pelos países ricos do mundo ocidental globalizado, mas se apresentam enquanto alternativas com relação a Histórias neoliberais e globais.

Esta reunião de textos representa uma iniciativa de compartilhar alguns dos primeiros resultados de pesquisas que se encontram em desenvolvimento e estão sendo conduzidas por estudantes e professores do programa de Mestrado da UNILA. Através de um leque amplo de fontes, buscam-se diálogos com seus objetos através de aportes historiográficos que privilegiam a crítica de uma História Nacional e eurocentrada. O livro foi dividido em três partes, nas quais se propõe ao leitor percursos por pesquisas cujas fontes privilegiam a perspectiva transnacional, a ênfase nas agências afro-americanas e indígenas e discussões sobre processos de integração regional, além de duas proposições acerca do ensino de História.

Em **Díaspóra, Ditaduras no Cone Sul e Arquivos em Perspectiva Transnacional** há quatro trabalhos, cujas fontes apontam para as possibilidades que análises transnacionais

podem aportar à pesquisa em História. Matías Maximiliano Martínez e Mirian Santos Ribeiro de Oliveira buscam nas perspectivas da “história global” e da “história transnacional” caminhos para analisar, a partir de três narrativas audiovisuais, como se constrói e se representa a identidade sikh entre imigrantes punjabis e seus descendentes radicados na província de Salta (Argentina). Os autores discutem problemas como a construção de identidades diaspóricas, processos de hibridação e flexibilização cultural, com a persistência de vínculos com a região de origem. Ao mesmo tempo em que elementos identitários acerca da alimentação, religião e caracterização pessoal são reforçados nas produções audiovisuais, Martínez e Oliveira demonstram como o dia-a-dia da comunidade imigrante é extremamente complexo e sofre adaptações para sua inserção local, colocando em xeque algumas associações estabelecidas como, por exemplo, entre sikhismo e vegetarianismo.

O tema das ditaduras no Cone Sul é discutido em dois textos, nos quais perspectivas de diálogos transnacionais, contemporâneos ou não ao período histórico, são colocadas como aspectos importantes para pensar o assunto. No trabalho de Caroline Copetti de Vargas e Endrica Geraldo, ao partirem da análise da revista feminista **Nós Mulheres** (1976-1978), publicada no Brasil, as autoras discutem questões de gênero, étnicas e de classe chamando a atenção para a abrangência do movimento para além das fronteiras nacionais. As autoras destacam os diálogos marcados por deslocamentos, exílios e inspirações em mobilizações de mulheres pela América Latina e em outras regiões. Além de discutir as aproximações entre marxismo e feminismo, as autoras destacam como o tema da Anistia aos presos políticos, fundamental no período marcado pelas ditaduras latino-americanas, entra na pauta do movimento feminista e pode ser analisado em perspectiva transnacional.

Guilherme da Conceição de Lima e Paulo Renato da Silva partem dos documentos *Nunca Más*, produzidos pelas comissões que apuraram os crimes cometidos no âmbito do Terrorismo de Estado das ditaduras seguidoras da Doutrina de Segurança Nacional, mais especificamente as ditaduras na Argentina e no Uruguai. A articulação internacional entre as forças de segurança resultou, por exemplo, na criação da Operação Condor no ano de 1975, que constituiu uma estrutura operacional para perseguição, repressão e eliminação dos opositores mesmo nos países vizinhos. Através das fontes que exploram testemunho e memória, os autores identificam nos documentos elementos de empatia mobilizados para contribuir no processo de humanização das vítimas argentinas nos documentos uruguaios e das uruguaias nos documentos argentinos. Em uma discussão que perpassa os conceitos de Memória, Identidade e Direitos Humanos, os autores apresentam relatos que contrapõem denominações como a de “terrorista” - empregadas pelas ditaduras militares para se referir aos opositores ao regime -, com ideias de maternidade, paternidade e trabalho. Temas caros aos governos autoritários como família e trabalho são apresentados também do “outro lado”, dos “terroristas”, proporcionando um processo

de humanização das vítimas.

Ao analisar a formação de um arquivo documental privado, Ester Araújo Lima da Silva e Pedro Afonso Cristovão dos Santos demonstram como essa fonte é capaz de gerar análises de processos mais amplos articulando temas globais e transnacionais. As “políticas de memória”, as escolhas de celebrações cívicas, trajetórias individuais, assim como a formação dos Estados Nacionais modernos, podem ser analisadas através do estudo problematizado da formação de um arquivo e do seu criador. Ao defender a memória da cidade de Redenção no Ceará como o “berço do abolicionismo” no Brasil, a Sra. Ladeísse da Silveira - criadora do arquivo analisado - não afirma apenas uma memória local, mas a coloca em diálogo com um debate nacional e dos trânsitos Atlânticos.

Em **Agências afro-americanas e indígenas: Historiografia em debate** são apresentados três artigos que discutem as agências negras e indígenas na América Latina, através de proposições que revisam debates historiográficos. Julimar Mora Silva e Rosangela de Jesus Silva partem da trajetória de uma designer de moda afro no Rio de Janeiro (Brasil), rastreando seus trânsitos por interfaces sociais distintas, para discutir a moda afro brasileira em perspectiva histórica, confrontando estereótipos consagrados na historiografia acerca do negro, da moda e do ato criativo. Desenvolvem estratégias a partir da análise de fontes como imprensa, coleções museológicas, base de dados etnográficos, arquivos pessoais, observação participante, conversas informais, entrevistas, além da análise de conteúdos das redes sociais para demonstrar a agência negra contemporânea. A análise configura um contraste potente seja com relação ao silêncio ou com a persistência de estereótipos na historiografia, que necessitam ser superados para garantir avanços na compreensão da complexidade das trajetórias e agências das populações afrodescendentes no enfrentamento e superação dos limites impostos pelo racismo.

Evocando a resistência negra no contexto mexicano, Caroline Silva Ferreira e Jean Bosco Kakozi Kashindi colocam em discussão o racismo, a invisibilização e negação de direitos às populações afrodescendentes que perpassam toda a história da América Latina desde a colonização até o século XXI. Ferreira e Kakozi discutem aspectos específicos da invisibilização e racismo experienciados por essa comunidade no México e apontam para os recentes passos institucionais, jurídicos e censitários para o reconhecimento desse grupo populacional como parte ativa do Estado plurinacional mexicano. Até 2015 essa população Afromexicana não era nem ao mesmo contabilizada e, embora recenseada em 2020, ainda encontra inúmeros percalços impostos por relações sociais marcadas por racismo estrutural, além de entraves jurídicos e constitucionais para o acesso aos seus direitos.

O texto de Aline Domingos Corrêa e Clovis Antonio Brighenti propõe ao leitor um olhar crítico para a forma de escrever a história, colocando para isso ênfase na história indígena e sua contribuição na análise do “tempo e espaço” para além da racionalidade

científica ocidental. Correa e Brighenti enfocam a importância de olhar para o indígena enquanto agente de sua própria história. A proposição dialoga com o movimento impulsionado pelas críticas construídas na própria historiografia ocidental (Estudos pós-coloniais, Decoloniais, Subalternos e História Vista de Baixo), mas também pelos movimentos indígenas que cada vez mais reivindicam seus direitos ancestrais. Surge assim a defesa de um rompimento com uma “escrita clássica”, “única” da história, marcada pela colonialidade, para se afirmar a urgência de um “projeto de descolonização”, pautado em “reestruturações semânticas” e na utilização de categorias e metodologias com potencialidade para discutir as temporalidades, as oralidades, as territorialidades e cosmologias indígenas. Conclamam ainda aos pesquisadores não indígenas a repensar suas práticas buscando não apenas dar conta de outras formas de fazer e narrar a história, mas que também busquem a transformação epistemológica e social.

Em **Formas de integração regional e o ensino de História na América Latina** são apresentados quatro textos. Dois deles analisam proposições de integrações regionais na América Latina, sendo um deles especificamente no Caribe. Os dois últimos textos discutem aspectos relacionados ao tratamento de temas da história política latino-americana no ensino de História tanto no âmbito escolar quanto universitário.

Edson dos Santos Junior e Clovis Antonio Brighenti apresentam ao leitor um panorama de projetos integracionistas desenvolvidos na América Latina a partir dos anos 1990, muitos deles com desdobramentos efetivos quase que exclusivamente na área econômica, para confrontá-los com projetos alternativos como o dos povos Guarani. Paralelamente a esses projetos integracionistas dos Estados Nacionais, cujos impactos sobre outras formas de organização social, cultural e política como as sociedades indígenas são enormes, surgiu o Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA), como contraponto à lógica capitalista da região. Segundo os autores, aliados aos movimentos sociais “anti-sistêmicos”, os povos Guarani defendem um projeto que prioriza a vida e o território integrado com respeito ao pluralismo social. Analisando historicamente os processos de desterritorialização dos Guarani desde o período colonial, os autores destacam sua capacidade de organização social e mobilização e convidam o leitor a observar esses povos enquanto agentes de “insurgência” contra o modelo capitalista de integração.

Também analisando processos de integrações regionais, a ênfase de Samuel Quirino Oliveros Calderón se dá através de uma ampla análise acerca da região que hoje conhecemos como Caribe. Ao destacar que o termo Caribe só começaria a ser utilizado a partir do século XX, o autor demonstra como a região, em sua diversidade geográfica, étnica e cultural, constituiu um “laboratório de experimentos coloniais” no mundo Atlântico. O autor problematiza o entendimento acerca da relação entre escravização e plantações, assim como evidencia a complexidade dos processos de independências, impulsionados

por diferentes etapas de descolonização na região – veja-se os casos do Haiti (1804) e Belize (1983). Calderón discute as diversas iniciativas de integração regional e continental, as quais embora tenham privilegiado aspectos econômicos, também caminharam para colaborações nas áreas de saúde, educação e áreas técnicas. O autor defende que a região “luta” pela democracia e formas de integração inter-regional e continental, mesmo com a “ofensiva neoliberal” e o “capital transnacional” na região.

Osni Cesar da Luz Leal e Clovis Antonio Brighenti partem de uma investigação a respeito de como José Gaspar Rodríguez de Francia, personagem de destaque no processo de independência do Paraguai e “Ditador Perpétuo da República” que governou o país ao longo de três décadas, tem sido representado nos manuais didáticos de história distribuídos pelo Ministério da Educação do Paraguai para a rede de ensino. A análise de manuais publicados entre os anos de 2005 e 2017 observa a tensão entre os avanços nos debates historiográficos em contraposição à persistência de estereótipos e representações de Francia nos manuais escolares de história marcados por um viés nacionalista que contribui para justificar as práticas das elites políticas contemporâneas.

A partir da investigação em currículos de graduação em seis universidades no Brasil e no Peru, Christian Anthony Rodriguez Aldana e Hernán Venegas Marcelo procuram mapear como o ensino de História nessas instituições tem definido sua bibliografia fundamental para o tratamento do tema das independências na América Espanhola e Portuguesa. Os autores propõem uma discussão a respeito da relação entre monumentos celebrativos, ensino de história e a trajetória da historiografia propriamente dita a respeito das independências das ex-colônias ibéricas na América nas últimas décadas. Com isso, os autores apontam os desafios relacionados à persistência do distanciamento político e cultural entre o Brasil e os demais países de colonização ibérica e as possibilidades de uma abordagem em termos de uma dimensão mais atlântica do tema no campo do ensino.

Esperamos que o conjunto de trabalhos aqui reunidos seja um convite para uma leitura crítica de formas de fazer e pensar a história e que possamos continuar produzindo uma história plural para além das fronteiras construídas nos mais diversos planos. Que a construção de uma História crítica possa contribuir para o enfrentamento das diversas formas de opressão e exploração, buscando possibilidades de transformação da realidade.

Foz do Iguaçu, novembro de 2020.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, L. O Sul Global como projeto político. **Horizontes ao Sul**. 2020. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/O-SUL-GLOBAL-COMO-PROJETO-POLITICO>. Acesso em: 3 nov. 2020.

BARROS, J. D'A. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias. **Secuencia**, Ciudad de Mexico, n. 103, p. 1-30, e-1528, jan./abr. 2019.

LOWANDE, Walter F. F. A história transnacional e a superação da metanarrativa da modernização. **Revista de Teoria da História**, v. 20, n. 2, p. 219-245, 2018.

PRADO, M. L. C. América Latina: Historia Comparada, Historias Conectadas, Historia Transnacional. **Anuario n. 24, Escuela de Historia**, Revista Digital n. 3, Facultad de Humanidades y Artes, UNR, p. 9-22, 2011-2012.

MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/689>. Acesso em: 03 nov. 2020.

UNILA. **História da UNILA**. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/institucional/historia-unila>. Acesso em: 31 out. 2020.

Parte I

Diáspora,
Ditaduras no Cone Sul e
Arquivos em Perspectiva Transnacional

DIÁSPORA E IDENTIDAD CULTURAL SIKH EN NARRATIVAS AUDIOVISUALES ACERCA DEL NOROESTE ARGENTINO¹

Matías Maximiliano Martínez
Mirian Santos Ribeiro De Oliveira

RESUMO: O artigo aborda um tema pouco conhecido e estudado no Sul da Ásia e na América Latina: a imigração punjabi e sikh ao Noroeste da Argentina (NOA) a partir do início do século XX. A fim de compreender como se constrói e se representa a identidade sikh entre imigrantes punjabis e seus descendentes radicados na província de Salta, analisamos três narrativas audiovisuais sobre a comunidade em questão. Para tanto, discutimos as dinâmicas de construção de identidades diaspóricas, destacando as particularidades da diáspora sikh, em geral, e da comunidade sikh em Salta, de modo particular. Em seguida, examinamos os processos históricos de imigração punjabi ao NOA. Por fim, discutimos representações da cultura punjabi e da religião sikh nos vídeos considerados, ressaltando o caráter antiessencialista, performático e negociado das identidades ali representadas.

PALAVRAS-CHAVE: História das migrações; Identidades culturais; Diáspora sikh; Noroeste Argentino; Narrativas audiovisuais.

INTRODUCCIÓN

En las últimas décadas del siglo XX, historiadores en distintas regiones del mundo se dedicaron, cada vez más, a estudios en el campo de la “historia global” o “historia transnacional”. Los dos términos son próximos y muchas veces utilizados como sinónimos. De hecho, tienen en común al menos tres aspectos: a) “miran más allá de las fronteras nacionales y buscan explorar interconexiones a través de las fronteras”; b) se ocupan de fenómenos relevantes para todos los seres humanos; c) cuestionan perspectivas eurocéntricas de la historia, en cuanto a temas, cronologías y métodos que se apliquen desde Occidente y que no correspondan a las experiencias históricas de las demás regiones del mundo (IRIYE, 2013, p. 11, nuestra traducción). Sin embargo, los abordajes son distintos si consideramos que, para la historia global, los seres humanos forman una categoría universal y que una de sus preocupaciones centrales es comprender qué es ser humano en diferentes periodos de la historia. Por otro lado, la historia transnacional, concentrada en procesos históricos que atraviesan las fronteras nacionales, examina individuos en distintos contextos, incluso espacios limitados por fronteras nacionales. Señala, de esta forma, la complejidad de las interacciones entre lo local, lo nacional y lo transnacional en el estudio de la historia, sin cuestionar la existencia de los Estados nacionales (IRIYE, 2013, p. 15).

¹ El presente trabajo fue realizado con apoyo de la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Es precisamente el abordaje transnacional que nos interesa desarrollar en este artículo. El tema de la migración y, de modo más particular, de la formación de grupos diaspóricos, ha suscitado investigaciones importantes en el campo de los estudios transnacionales debido a que los sujetos migrantes crean o mantienen relaciones y vínculos variados con sus tierras de origen y sus compatriotas establecidos en otros destinos. Es así que el tema de las identidades diaspóricas se convierte en una preocupación central cuando pensamos la historia de las migraciones desde un punto de vista transnacional (WALASZEK, 2009, p. 273). Seguimos este camino, dedicándonos al examen de narrativas audiovisuales acerca de una pequeña comunidad diaspórica sikh que fijó residencia en el Noroeste Argentino (NOA). Es pertinente destacar que la migración india en Argentina no ha sido numerosa, comparada a la italiana o la española. Aun así, este país cuenta con importantes comunidades indias distribuidas en varias provincias. Salta alberga una de las mayores colectividades de todo el territorio argentino. Los sujetos de origen indio cuyas historias de migración recibirán nuestra atención en este capítulo provienen del estado del Punjab, norte de la India, y son practicantes del sikhismo, una religión monoteísta de origen surasiático. Esta colectividad se encuentra repartida en la Ciudad de Salta, General Güemes y Rosario de la Frontera. En esta última se encuentra el *Gurdwara Nanaksar*, uno de los más antiguos templos de esta religión creados en América del Sur.

Empezamos nuestro artículo presentando y analizando los temas de la diáspora y de las identidades diaspóricas. Señalamos las particularidades de la diáspora sikh en el mundo y en Argentina. A continuación, examinamos los procesos históricos de migración punjabi o sikh al Noroeste Argentino, central para la comprensión de percepciones de la identidad sikh en la región, construidas por observadores externos a la comunidad pero negociadas/reforzadas/cuestionadas por los propios inmigrantes y sus descendientes. En la última sección del texto, analizamos nuestras fuentes primarias principales: tres narrativas audiovisuales sobre la comunidad sikh del NOA. Una fuente primaria adicional, el libro de viajes escrito por un investigador y viajero sikh (KAHLON, 2012)², complementa nuestro estudio y nos permite discutir cómo se construye y representa la identidad cultural sikh en el contexto cultural específico considerado.

DIÁSPORAS E IDENTIDADES DIASPÓRICAS

Retomando y ampliando una discusión anterior sobre las identidades diaspóricas (OLIVEIRA, 2010), destacamos que, desde la segunda mitad del siglo XX, las migraciones adquieren un carácter cada vez más transnacional y, por lo tanto, los flujos migratorios desafían el control y las fronteras estatales, en términos materiales y simbólicos. En

² La obra, que compila entrevistas y otras fuentes primarias, fue discutida en detalles en otro momento (OLIVEIRA, 2019).

consecuencia, observamos que, por un lado, los debates sobre integración/asimilación de migrantes pierden importancia. Por otro lado, la multiplicidad de referencias y valores característicos de las diásporas, más frecuentemente asociados a la flexibilidad y la hibridación, ahora se reafirman (PERALVA, 2008; SCHNAPPER, 2001).

En el mismo período, el uso del término diáspora es más frecuente, amplio y flexible. Era anteriormente utilizado para designar a grupos sociales que, aunque geográficamente dispersos en diferentes estados nacionales, mantenían vínculos (materiales y simbólicos) entre ellos y con sus sociedades de origen, como grupos de judíos, armenios, griegos y chinos que emigraron debido a la persecución política o por actividades comerciales. Hoy día la palabra diáspora se refiere a todas las formas de dispersión de poblaciones humanas (SCHNAPPER, 2001). Esta flexibilización del uso del término se puede notar entre investigadores de temas relacionados con las diásporas, así como entre miembros de grupos diaspóricos.

En un mundo crecientemente integrado, la construcción de identidades culturales, por nacionales y migrantes, involucra la construcción de “vínculos transversales o que cruzan las fronteras” interestatales e “interrelaciones globales/locales que no se pueden inferir de los moldes de un estado-nación” (HALL, 2003b, p. 113, nuestra traducción). Las identidades diaspóricas, más específicamente, se perciben de modo general como caracterizadas por la hibridación, flexibilidad y mantenimiento de vínculos (materiales o simbólicos) con sus orígenes por personas que se dispersaron de su tierra natal. Se entiende que los sujetos diaspóricos integraron “culturas híbridas” y fueron “obligados a renunciar al sueño o a la ambición de redescubrir cualquier tipo de pureza cultural ‘perdida’ o absolutismo étnico” (HALL, 2003a, p. 89, nuestra traducción; ver también COHEN, 1997; GILROY, 1997).

La noción de negociación, más que adaptación, es central aquí. Como actores sociales inmersos en “culturas híbridas”, los miembros de una diáspora estarían en constante negociación “con **las nuevas culturas en que viven**, sin simplemente ser asimilados por ellas y sin perder por completo sus identidades” (HALL, 2003a, p. 88, nuestra traducción, énfasis agregado). Eso les daría una mayor capacidad de articulación entre lo global y lo local, lo universal y lo particular (COHEN, 1997). Señalamos, así, el carácter antiesencialista de nuestro abordaje. Las identidades culturales, en contextos nacionales o transnacionales, como las diásporas, son frecuentemente (re)construidas, imaginadas, negociadas, como recalca Hall (2003a). Esta perspectiva nos permite respetar y subrayar la agencia de los sujetos diaspóricos, algo fundamental para nuestro análisis. Los videos examinados en la sección final de este artículo presentan una mirada externa sobre la comunidad sikh salteña y, en muchos niveles, conducen la narrativa de los entrevistados. Eso no impide, sin embargo, que los inmigrantes y sus descendientes ofrezcan su versión de la historia. Vemos

allí sujetos que activamente hablan de su pertenencia diaspórica, enseñando elementos que les parecen típicos de su región de origen, contestando de la manera que pueden y quieren a las preguntas externas.

Inspirados por el abordaje de la dramaturgia social (GOFFMAN, 1983), podemos, por lo tanto, ampliar la noción de representación para considerar la dimensión de **performance** que contiene, además de la idea general de que el otro es representado por una mirada exterior frecuentemente desigual. Los actores sociales pueden representar – desempeñar, como en una obra de teatro –, un papel que les permita subrayar aspectos de su identidad que piensan ser relevante. Mientras lo hacen, negocian maneras de pertenecer a culturas locales en sus distintos niveles (regional, nacional; en términos lingüísticos, religiosos, políticos, económicos etc.). Cómo nos introducen los sikhs salteños a su historia y cultura, eso lo veremos al final del artículo. Por ahora, concentrémonos en la discusión de características de la(s) diáspora(s) india(s).

LA DIÁSPORA SIKH

La diáspora india es considerada la tercera mayor del mundo, con una población de cerca de 25 millones de personas repartidas en más de 100 países. Los procesos históricos que originaron una dispersión de tal magnitud son diversos y abarcan desplazamientos en los periodos colonial y poscolonial (HEDGE; SAHOO, 2018, p.3). La gran diversidad cultural existente en el subcontinente indio – que se reproduce, transforma y multiplica entre las personas indias o de origen india residentes en el extranjero – presenta grandes dificultades a la adopción de una denominación nacional (en este caso, diáspora *india*) para la diáspora considerada. Por lo tanto, hay investigadores que prefieren distinguir segmentos de la diáspora india, definidos mayormente por criterios regionales, religiosos y lingüísticos. Seguiremos este abordaje, tratando de analizar un segmento de esa diáspora muy significativo en términos numéricos y simbólicos: la diáspora sikh, que tiene su origen en la región del Punjab (actualmente dividido entre India y Pakistán), se identifica con una religión específica, el sikhismo, y una lengua regional, el punjabi³ (TATLA, 2014, p. 495).

Es importante aclarar que si bien las identidades regionales sikh y punjabi coinciden en parte, también son distintas. El sikhismo está particularmente vinculado al territorio del Punjab, debido: a sus orígenes (fue fundado en esta región entre los siglos XV y XVI); a la presencia de sus templos más importantes allí; al hecho de que “el lenguaje de sus textos y rituales sagrados es el punjabi clásico y de que la cultura de las comunidades

3 A pesar de que existen correspondientes en lengua española para sikh (sij), sikhismo (sijismo) e punjabi (punyabi), optamos por respetar la grafía original de la transcripción de las palabras mencionadas.

sikhs alrededor del mundo es punjabi también” (JUERGENSEMEYER, 2014, p. 382, traducción nuestra). No obstante, cabe señalar, por un lado, que el Punjab es una zona marcada por la diversidad religiosa, con presencia significativa de hindúes y musulmanes. Se puede decir que los sikhs son, en general, punjabis, pero no es posible afirmar que todos los punjabis son sikhs. Por otro lado, el sikhismo puede ser considerado una religión global, una concepción que amplía su alcance y que torna más relevante el examen de los vínculos (simbólicos y/o materiales) con la tierra sagrada sikh, construidos por creyentes establecidos en el extranjero.

Según Juergensmeyer (2014), el sikhismo es tanto una religión mundial como una religión global. Es una **religión mundial** porque tiene un amplio número de seguidores, demuestra continuidad o resistencia de sus tradiciones a lo largo de su historia, así como su importancia entre las civilizaciones mundiales. Cada vez más se comporta como una **religión global** en el sentido de que constituye una “comunidad religiosa dispersa por el mundo, cuyas ideas y prácticas están entrelazadas con otras culturas y cuyas prácticas se adaptan y transforman en respuesta a los ambientes multiculturales en que se encuentran” (JUERGENSEMEYER, 2014, p. 383, nuestra traducción). Pensar el sikhismo como una religión global nos permite subrayar los vínculos simbólicos de la comunidad sikh de Salta con el Punjab y otras comunidades diaspóricas sikhs. Además, los principios de adaptación y transformación de religiones en contextos multiculturales son especialmente interesantes para reflexionar sobre la práctica del sikhismo en la diáspora, como lo haremos adelante en nuestro análisis de narrativas audiovisuales sobre la presencia sikh en el Noroeste Argentino.

Las tareas de coleccionar y publicar datos precisos sobre poblaciones migrantes desafían académicos, administradores públicos, activistas y todos los demás que se involucren en los estudios migratorios. Entre los factores que dificultan la obtención de estadísticas confiables, podemos señalar: “las metodologías y la colecta de los censos” (las fuentes de datos deben ser examinadas, así como quienes son los responsables por la colecta de los datos censitarios, cambios en la forma y el contenido del censo, etc.); “temas relacionados a identidades y formación de categorías” (quiénes son considerados inmigrantes y por cuánto tiempo pueden ser así considerados, por ejemplo); “ambigüedades temporales y espaciales” (los números de inmigrantes residentes en una región particular no revelan los procesos históricos de migración y, en el caso de las estadísticas de grupos religiosos étnicos, tampoco tienen en cuenta fenómenos como la conversión de habitantes locales a una religión étnica) (HAWLEY, 2017, p. 242-3, nuestra traducción). A pesar de que no es nuestro objetivo aquí discutir detalladamente las estadísticas disponibles para la diáspora sikh, de modo general, y para la comunidad sikh del Noroeste Argentino, en particular, nos parece importante recalcar la imprecisión de los datos presentados y el

hecho de que la consideración de números aproximados no es una especificidad de los procesos migratorios considerados en este artículo, sino una práctica corriente.

Se ha estimado que existen cerca de 25 millones de sikhs en el mundo (JUERGENSEMEYER, 2014, p. 383) y que la diáspora sikh tenga entre 1,5 y 2 millones de miembros. Los números para América Latina son aún más imprecisos. Desde un punto de vista histórico, el primer registro gubernamental argentino de llegada de indios al país se realizó en el Censo Nacional de 1895, refiriéndose a la llegada de seis indo-ingleses para trabajar en plantaciones azucareras y en el ferrocarril (RODRIGUEZ DE LA VEGA, 2004). Como veremos adelante, al examinar los procesos históricos de inmigración sikh a Argentina, muy probablemente los seis inmigrantes registrados entonces eran sikhs. Hay, además, registros de la década de 1950 que señalan la presencia de 1.000 a 1.500 sikhs en Argentina (TATLA, 1999, p. 28). Entrevistas con inmigrantes y descendientes de inmigrantes sikhs del Noroeste Argentino apuntan, para el mismo periodo, la existencia de aproximadamente 100 familias punjabis (en su mayoría sikhs) en la provincia de Salta (KAHLON, 2012, p. 119).

Los números para el siglo XXI indican que habría aproximadamente 10.000 sikhs residentes en Latinoamérica (TATLA, 2014, p. 499-500). Entre 500 y 1.000 sikhs vivirían en América del Sur, de los cuales 300 residirían en Argentina. Considerados la tercera generación de punjabis en la región – es decir, nietos y nietas de inmigrantes punjabis –, están concentrados en la provincia de Salta (HAWLEY, 2017, p. 250). La mayoría se instaló en la ciudad salteña de Rosario de la Frontera. Actualmente, se estima que esta colectividad, según medios de comunicación digitales (FILARDI, 2013; PORTAL, 2020; YOGA, 2020), está conformada por aproximadamente 400 a 600 personas.

En resumen, la población sikh de Salta (que puede variar entre 300 y 600 personas) sería la más grande de América de Sur y la principal denominación religiosa entre inmigrantes indios en Argentina – estimados en 1600 para el año 2002 (HIGH LEVEL COMITEE ON THE INDIAN DIASPORA, 2002 apud KAHLON, 2012, p. 57). En última instancia, Argentina pertenece al grupo de cuatro países del mundo que poseen población sikh mayoritaria – al lado de Estados Unidos, Canadá e Italia –, cuando se trata del contingente de inmigrantes indios en esos territorios (KAHLON, 2012, p. 87). Sin embargo, estudios académicos sobre las comunidades sikhs en el Noroeste Argentino son escasos – con la excepción de Rosas (2019), que no profundiza la discusión de la historia de la presencia sikh en la provincia de Salta –, hecho que refuerza la importancia de nuestra aproximación al tema.

MIGRACIÓN PUNJABI Y SIKH EN LA PROVINCIA DE SALTA

Salta es una de las veintitrés provincias que conforman la República Argentina. Se encuentra ubicada al Noroeste del país. Fundada su capital, la Ciudad de Salta, en 1582, Salta tiene una larga historia colonial. Económicamente, a finales del siglo XVIII se destacó como centro mercantil para la compra-venta de ganado dada su ubicación en la ruta que vinculaba los mercados del Alto Perú con las provincias del sur y el puerto de Buenos Aires (ACRECHE *et al*, 2011, p. 3). A inicios del siglo XIX, esta actividad comercial se vería interrumpida una vez iniciada la guerra por la independencia. Para mediados del mismo siglo, comienzan a desarrollarse los cultivos industriales de caña de azúcar, tabaco y vid. Actualmente, el turismo, tanto nacional como internacional, se ha convertido en un importante motor económico de la provincia. Culturalmente, Salta se caracteriza por la coexistencia de diversas etnias: indígenas e inmigrantes y sus descendientes de diferentes países, entre los cuales destaca cuantitativamente la comunidad boliviana. Esta diversidad ha marcado profundamente la gastronomía salteña, por ejemplo, donde podemos observar cómo confluyen la influencia andina, la ibérica y la árabe.

Los procesos migratorios de punjabis hacia el Noroeste Argentino, que se iniciaron en la última década del siglo XIX, estuvieron relacionados con las oportunidades laborales en esa región. Hay registros de divulgación de vacantes laborales en *joint ventures* de propiedad argentina y británica, como ferrocarriles e ingenios azucareros, en las páginas de periódicos de ciudades indias como Calcuta (KAHLON, 2012, p. 105-338). Los mismos registros consultados por Kahlon (2012) recalcan que la opción por el Noroeste Argentino como destino de la ruta migratoria de punjabis habría estado motivada, por una parte, por una menor competencia laboral con inmigrantes europeos. Por otra parte, el NOA presentaba condiciones climáticas y geográficas similares a las de Punjab, en cuanto al trabajo agrícola (KAHLON, 2012, p. 95-96).

Respondiendo a los anuncios de oportunidades laborales, los inmigrantes recorrieron diversas rutas marítimas y terrestres hacia las provincias argentinas de Jujuy, Salta y Tucumán, entre 1900 y 1930. El auge de la inmigración habría ocurrido entre 1924 y 1930. Estuvo principalmente relacionado con la dinámica de inmigración en cadena (*chain migration*), es decir, de invitación y patrocinio de la inmigración de familiares y amigos, por parte de migrantes punjabis previamente establecidos en Argentina. Se asentaron principalmente en las localidades salteñas de Rosario de la Frontera, General Güemes y Salta, capital de la provincia, en una zona que “les recordaba las montañas y llanuras del Punjab” (PORTAL, 2020). Es importante considerar que las primeras mujeres punjabis llegaron y se asentaron en Salta a principios de la década de 1950 (KAHLON, 2012, p. 126). Por lo tanto, las familias punjabis mencionadas anteriormente estaban compuestas por hombres originarios de Punjab, en su mayoría sikhs, mujeres argentinas, hijos e hijas de estas parejas. Procesos de reunificación familiar empezaron, de hecho, a mediados de

la década de 1950. Por último, cabe señalar que los participantes de este primer y más significativo proceso migratorio a Salta pasaron paulatinamente a otras ocupaciones, como la agricultura, el transporte y el comercio. Entre sus descendientes, el comercio y las profesiones liberales se convirtieron en los oficios predominantes (KAHLON, 2012, p. 96-8).

Queremos destacar, además, que el Noroeste Argentino también fue considerado un destino alternativo o una etapa intermedia de migración por punjabis que dejaron su región de origen a lo largo del siglo XX. Era un **destino alternativo**, a principios del siglo XX, para los punjabis que querían establecerse en Norteamérica, pero que, debido a las restricciones a la entrada de personas asiáticas o de origen asiático en Estados Unidos y Canadá⁴, regresaron al Punjab o se fueron a otros destinos, como el Noroeste Argentino. Desde otro punto de vista, el territorio en cuestión habría sido visto como una **etapa intermedia** de migración en los recientes procesos de movilidad humana. Durante la década de 1990, aproximadamente 300 punjabis habrían llegado al NOA. Entre los inmigrantes, habría un predominio de hombres jóvenes en busca de oportunidades laborales en Estados Unidos y Canadá (KAHLON, 2012, p. 97). Pocos se instalaron en Salta, específicamente, o en la capital argentina, Buenos Aires. La mayoría se dirigió a sus destinos finales previstos en Norteamérica.

Los inmigrantes que nombramos punjabis hasta el momento se identifican como pertenecientes a la religión sikh, debido a la preservación y adaptación de sus prácticas religiosas a sus condiciones de vida en el NOA. El sikhismo fue percibido (y vivido), a lo largo del tiempo, como una religión étnica, practicada mayormente en el subcontinente indio. La difusión de la religión en el extranjero se debió principalmente a la emigración de punjabis practicantes del sikhismo. Casos aislados de conversión a la religión, en la India y en el extranjero, se relacionaron a matrimonios interreligiosos, hasta la década de 1970 (DUSENBERY, 2014, p. 570). Nos escapa, en este artículo, la posibilidad de presentar y examinar en detalles los principios y creencias sikhs. Sin embargo, señalaremos algunas de sus características relevantes para la comprensión de narrativas acerca de la identidad sikh en producciones audiovisuales sobre el NOA.

Entre los siglos XV y XVI, en Punjab, Nanak (1469-1539), el primer Gurú, a partir de una experiencia mística, sentó las bases para la fundación de una religión monoteísta, en la que el Gurú “representaría la presencia divina, entendida místicamente, y que guiaría interiormente el verdadero devoto por el camino que conduciría a *mukti* [liberación]” (FENECH; MCLEOD, 2014d, p. 137, nuestra traducción). El seguidor del mensaje del

⁴ Las leyes de Estados Unidos y Canadá impusieron restricciones sistemáticas a la entrada y estancia de asiáticos en sus territorios a partir de la década de 1870. En Canadá, el Continuous Journey Regulation, de 1908, abordó explícitamente la interrupción de la inmigración india (VAN DYK, 2017). En Estados Unidos, el 1917 Immigration Act creó un área de exclusión asiática – es decir, impidió la entrada en su territorio de personas originarias de zonas como India Británica, Sudeste Asiático y Medio Oriente (HIPSMAN; MEISSNER, 2013).

Gurú (preceptor) sería conocido como sikh (es decir, aprendiz, discípulo). A lo largo de los primeros siglos de formación e institucionalización de la religión (1469-1708), que coincidieron con la vida de diez Gurús, los seguidores del sikhismo trazaron fronteras entre su propia comunidad y grupos hindúes (en sus tradiciones brahmánicas y ascéticas) y musulmanes.

El décimo Gurú, Gobind Singh (1666-1708), es tradicionalmente recordado como el responsable de profundizar los procesos de institucionalización de la religión. En 1699, fundó la institución llamada *Khalsa*, la orden de los sikhs leales a su comunidad y unidos por una identidad y disciplina común. Introdujo, además, una ceremonia de iniciación a esta orden. Una vez iniciados, los sikhs recibirían nuevos apellidos, que simbolizarían la adopción de una nueva identidad: Singh (león), para los hombres, y Kaur (princesa), para las mujeres. También estarían vinculados a un código de creencias y conducta (*rahit*), presentado por el Gurú en la primera ceremonia de iniciación celebrada, y formalizado a lo largo de los siglos XIX y XX. Gurú Gobind Singh terminó el linaje de Gurús humanos, declarando al libro sagrado su sucesor. El Undécimo Gurú sería conocido, desde entonces, como el *Guru Granth Sahib* (literalmente, el libro que es el Gurú) (SINGH, 2014, p. 22-4).

Entre los elementos definidos por el código de conducta se encuentra la identidad visual sikh, los cinco símbolos externos que todo sikh iniciado debe usar: cabello largo (referencia a todo el pelo corporal, que nunca debe cortarse), un peine (que prepara y sostiene el cabello para atar el turbante, en el caso de los hombres), un brazalete de metal, una daga y, por último, un pantalón corto (usado como ropa interior y que debe llegar hasta la rodilla)⁵ (FENECH; MCLEOD, 2014c, p. 115). Las violaciones más graves – o sea, las prohibiciones más serias (conocidas como *kurahit*) – son cuatro: cortar el pelo; comer carne impropia (es decir, carne de animales abatidos según el método *halal* musulmán); usar tabaco; adulterio (inicialmente indicaba la prohibición de relacionarse sexualmente con mujeres musulmanas y se generalizó en el periodo contemporáneo) (FENECH; MCLEOD, 2014e, p. 187-8).

Cabe señalar que, entre los sikhs, la iniciación en la orden *Khalsa* no es considerada obligatoria. Se estima que entre un 10 y 20% de las personas que se identifican como sikhs se someten al ritual de iniciación, en India o en el extranjero (SINGH, 2005, p. 103). De este modo, aunque una parte importante de los creyentes no sea iniciada en la religión, adopta la identidad visual prescrita por el código de conducta, además de utilizar los apellidos Singh y Kaur. No es posible precisar cuántos sikhs iniciados existen en la provincia

⁵ Los símbolos externos de la identidad sikh también se conocen como 5 K, porque esta es la inicial de sus nombres en punjabi: kes o kesh (cabello largo); kañghā (peine); karā (brazalete metálico); kirpān (daga); kachh o kachhahirā (pantalones cortos).

argentina de Salta. Además, según testimonios colectados por Kahlon (2012) y observaciones personales suyas, la preservación y exhibición de la identidad visual masculina sikh es muy reducida – es decir, pocos hombres descendientes de punjabis sikhs llevan turbante y/o barba, por ejemplo. Sin embargo, se sabe que hombres y mujeres salteños adoptan el apellido masculino Singh. Esta peculiaridad está relacionada con la formación de alianzas matrimoniales exógamas en la región, entre hombres punjabis sikhs y mujeres católicas argentinas, en las cuales se transmite el apellido paterno debido a los antiguos estándares del registro civil nacional. Aun así, hay mujeres Kaur en Salta y también mujeres de apellido Singh Kaur. Es importante recalcar que la adopción del apellido Singh no significaría necesariamente la adhesión a la religión sikh. Entre los descendientes de punjabis salteños, habría quienes: preservan y fomentan las prácticas, valores y símbolos sikhs; fueron educados como católicos o se convirtieron al catolicismo; adoptan elementos de ambas religiones de manera híbrida (KAHLON, 2012).

SIKHS EN NARRATIVAS AUDIOVISUALES ACERCA DEL NOA

A continuación, procederemos a presentar brevemente las narrativas audiovisuales a ser analizadas en este artículo: a) “Comunidad Punjabi (Sikh) en Provincia de Salta-Argentina”, un segmento del programa informativo Tn Noticias (SINGH, 2015); b) “ADN argentino: indios, una cultura diferente”, segmento del programa informativo Telenoche (TELENOCHE, 2018); y c) “Sijismo en un rincón de Argentina”, un informe de AFPTV (AFP ESPAÑOL, 2008). En seguida, discutiremos las cuestiones identitarias más destacadas en los videos considerados, teniendo en cuenta la pertenencia diaspórica de la comunidad sikh de Salta.

La primera narrativa audiovisual es “Comunidad Punjabi (Sikh) en Provincia de Salta-Argentina”, parte del programa Variedad, del canal televisivo argentino Tn Noticias. Este programa se transmitió a todo el país desde el 2012 hasta el 2017. El video no se encuentra en los medios digitales de Tn Noticias y lo que parece ser la única copia del original está en YouTube en el canal “Gurupdesch Singh”. Es un canal que cuenta con 252 suscriptores a la fecha de 15 de octubre de 2020, y aparentemente es la cuenta personal de un integrante de la comunidad sikh de Rosario de la Frontera. En el video (con más de 30.000 visualizaciones) podemos ver cómo se entrevistan a diferentes personas, tantos inmigrantes punjabis sikhs como descendientes sikhs salteños. Ellos explican qué es ser sikh; de donde provienen sus antecesores que migraron hacia la Argentina; su gastronomía; las diferencias culturales; qué actividad comercial desempeñan; sus danzas típicas; entre otros. Los escenarios en que se desarrollan las entrevistas son las casas de los miembros de la comunidad, sus locales comerciales y el templo sikh situado en Rosario

de la Frontera.

La segunda narrativa audiovisual es “ADN argentino: indios, una cultura diferente”, y forma parte del programa de noticias Telenoche, un noticiero, conducido por María Laura Santillán, que cuenta con una de las mayores audiencias de la televisión argentina. Puede ser encontrado en la cuenta oficial de Telenoche en YouTube, que tenía 637.000 suscriptores a la fecha de 15 de octubre de 2020. Este video (con más de 18.000 visualizaciones) es muy similar al anterior: busca entrevistar a diferentes personas indias o de origen indio y que residen en la República Argentina. Es por ello que, de los diez minutos que tiene de duración, solo nos enfocaremos en los primeros cuatro, cuando se entrevistan a miembros de la comunidad sikh de Rosario de la Frontera. A diferencia del video anterior, y bajo la consigna de “en una cultura muy distinta, intentan conservar sus tradiciones”, éste busca realzar las diferencias culturales, hacer a los entrevistados preguntas que abordan temáticas relacionadas con los choques culturales, por ejemplo.

La tercera, y última, narrativa audiovisual es “Sijismo en un rincón de Argentina”, un informe de la agencia de información mundial AFPTV (con más de 4.000 visualizaciones). Puede ser encontrado en la cuenta oficial de YouTube de esta agencia, con 514.000 suscriptores a la fecha de 15 de octubre de 2020. El mismo video fue publicado por AFP en al menos dos idiomas más: portugués (“Argentina abraça a única comunidade sikh da América do Sul”) e inglés (“Indian Sikhs seize on to culture in remote Argentina” – Sikhs indios se agarran a su cultura en la remota Argentina). Como podemos observar, los títulos cambian de acuerdo con los temas de interés del público potencial, pero preservan, en español e inglés, una idea de curiosidad y exotismo doble – de Argentina y de la religión sikh. El video aporta mucha información dado que hay una locutora que narra, con voz en *off*, donde se encuentra Rosario de la Frontera; quienes son los sikhs; cómo llegaron a Salta; y diversos datos culturales sobre la comunidad (similar al primer video). Este último metraje pone un tema sobre la mesa que no lo hacen los dos anteriores: el miedo a perder la cultura. También se diferencia por no realizar demasiadas entrevistas.

Es pertinente observar que los minidocumentales han sido pensados para presentar las extrañezas y diferencias culturales que posee esta comunidad en relación a la “cultura argentina”. Hay que tener en cuenta que los dos primeros videos comentados son de producción argentina – más específicamente porteña – y han sido mostrados por televisión a todo el país a través de dos canales que pertenecen al Grupo Clarín, poderoso grupo empresarial de medios de comunicaciones en Argentina. Queremos destacar, además, los elementos que tienen en común los tres audiovisuales. Una presentación general de la comunidad sikh de la Ciudad de Salta, General Güemes y Rosario de la Frontera es el primer tópico abordado. En esta presentación, podemos ver como los entrevistados, y la voz en *off* del tercer video, sitúan geográficamente a la colectividad dentro de la provincia.

Es importante subrayar como se construye discursivamente y estéticamente “la llegada a una provincia, una ciudad, argentina con presencia india”. La introducción del primer metraje inicia con una filmación en cámara lenta de la ruta “en movimiento” mientras intercala imágenes de una mujer con vestimentas indias danzando, para luego volver a mostrar la ruta desde otro ángulo y así sucesivamente. Esta secuencia está acompañada por música instrumental india hasta “llegar a la Ciudad de Salta”, donde la introducción culmina con una imagen de toda la ciudad desde la cima del Cerro San Bernardo. El segundo video tiene una introducción similar, pero más corta. Por otra parte, el tercer audiovisual inicia mostrando imágenes de lo que parece ser una avenida de Rosario de la Frontera mientras la locutora narra: “perdida en el Noroeste Argentino, en la provincia de Salta, Rosario de la Frontera tiene una particularidad...”.

El próximo tópico que se aborda son las actividades económicas desempeñadas por la comunidad. La mayoría se dedica a la actividad comercial, principalmente al rubro de los supermercados. El primer video añade que las generaciones más jóvenes ya poseen títulos universitarios y ejercen su profesión, como el caso de la joven que es ingeniera agrónoma y su hermano que es veterinario. Esta descripción se suma al perfil ocupacional presentado anteriormente, cuando analizamos los procesos históricos de inmigración punjabi a Salta. Como subtexto, las narrativas presentan una comunidad pequeña, minoritaria, pero relevante desde el punto de vista económico.

El último tópico que se hace presente en los videos son las prácticas culturales de esta comunidad, especialmente sus expresiones religiosas. Empezamos por comentar aspectos de las prácticas culturales que podrían ser comprendidos en dos niveles distintos: nacional (indio) y regional (punjabi). Así es que, en los minidocumentales, el espacio también juega un rol fundamental. Podemos adentrarnos la casa y los comercios de los propios sikhs. En los metrajes podemos observar en esos espacios una serie de elementos presentados como propios de su cultura nacional de origen, tales como: cuadros y fotos de la India y/o de expresiones culturales indias; un mapa de la India, utilizado por uno de los entrevistados para enseñar de donde provinieron sus ancestros; canciones musicales de la tierra de origen; dibujos; televisores que reproducen largometrajes indios; la bandera de la India en el sofá, entre otros. La identidad punjabi aparece en pasajes puntuales de los videos, como en las imágenes de bailarines que pertenecen al Ballet “Chak de India”, una escuela de danzas de Salta donde se aprende *bhangra*, estilo de música y danza punjabi.

De modo excepcional, en la narrativa “Comunidad punjabi (sikh)...” podemos adentrarnos en una celebración de aniversario de boda en la que vemos, por primera y única vez en los videos, una performance identitaria que no se podría reconocer como característicamente punjabi o sikh. En las bodas de plata de una tía que los entrevistados presentan a la audiencia como “hija de hindú” y a quien dicen que le encanta el folklore

gaucho, nos adentramos en la finca de Nara Jan Singh, de nombre claramente sikh. Pero, aparte del apellido del abuelo, no hay allí otras referencias al Punjab o a la religión sikh. Adornan la celebración figuras de dioses hindúes y la bandera nacional india. Los entrevistados nos introducen “gente de la etnia de la India”, nos brindan un ballet de danza india (que presenta un número que no se puede reconocer como parte del estilo *bhangra*) y nos hablan de la mezcla entre las culturas india y gaucha (SINGH, 2015).

Si las identidades nacional y regional de origen son presentadas de manera dispersa y puntual en las narrativas audiovisuales consideradas, la religión sikh estuvo en el centro de las atenciones. Discutiremos brevemente tres temas abordados en los videos: la vida comunitaria en el templo sikh; el uso del turbante; el vegetarianismo.

Imágenes del *templo sikh* de Rosario de la Frontera, llamado Gurdwara Nanaksar, son exhibidas en los tres minidocumentales. Entre las instituciones diaspóricas sikhs, los templos (*gurdwaras*) tienen un rol central en el fomento de relaciones entre inmigrantes sikhs y, por lo tanto, del espíritu comunitario. Además, serían puntos de referencia para los recién llegados y canales de inserción en las sociedades locales (KAHLON, 2012, p. 60-61; TATLA, 2014; 502-503). El establecimiento y la visita regular de templos serían, en este sentido, fundamentales para el fortalecimiento del estilo de vida sikh entre los inmigrantes y sus descendientes. Kahlon (2012) se refirió al *gurdwara* en Rosario de la Frontera como ejemplo de un importante pero tardío proceso de institucionalización de la vivencia del sikhismo en Salta. El carácter tardío de la fundación del templo se explicaría por factores como: el pequeño tamaño de la población punjabi, en general, y la población sikh, específicamente, en la región considerada; la importación de copias del *Guru Granth Sahib* (el libro sagrado sikh) y su custodia por los propios inmigrantes, en sus hogares, práctica común en zonas, en la India y en el extranjero, con pequeñas poblaciones sikh; la escasez de recursos para la construcción de un templo.

Hubo un intervalo de aproximadamente ocho décadas entre la llegada de los primeros inmigrantes sikhs y la fundación del *gurdwara*. Dos inmigrantes sikhs establecidos en Salta desde la década de 1950 tomaron la iniciativa de construir el templo y, a principios de la década de 1980, donaron el terreno donde se encuentra actualmente la estructura religiosa. Aplicaron recursos y recolectaron donaciones entre miembros de la comunidad sikh salteña durante una década e inauguraron el *gurdwara* a principios de la década de 1990. La lentitud del proceso de institucionalización religiosa sería una de las razones de la debilitación significativa de las prácticas culturales sikhs en Salta (KAHLON, 2012, p. 61, 102, 117). *Gurdwaras* en Rosario de la Frontera, Argentina, y en Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, fueron, hasta mediados de la década de 2000, los únicos templos sikhs en América del Sur construidos por sikhs étnicos. Entre los templos fundados por sikhs convertidos, podemos mencionar, por ejemplo, un *gurdwara* en São Paulo, Brasil, cuyo

establecimiento, en 2004, fue liderado por una pareja composta de un hombre brasileño y una mujer estadounidense (OLIVEIRA, 2019, p. 219). Se estima que, actualmente, existan aproximadamente 15 templos sikhs en Latinoamérica (TATLA, 2014, p. 502).

En las narrativas audiovisuales examinadas, la centralidad del templo sikh atribuye una identidad religiosa específica a esta comunidad, que parece ser vivida de manera intensa y exclusiva. Una entrevista del año 2005 registrada por Kahlon (2012) añade matices a esta percepción. Consideremos el testimonio de la salteña Zulma Singh sobre sus prácticas religiosas. Hija de un hombre sikh nacido en el Punjab y establecido en General Güemes, y de una mujer argentina católica, Zulma se identificó como católica, una afiliación religiosa que atribuyó a la influencia de su madre. Sin embargo, señaló que, en el momento de la entrevista, no asistía a la iglesia. Por otro lado, afirmó que frecuentaba esporádicamente reuniones religiosas en las casas de inmigrantes y descendientes de punjabis que guardaban allí copias del libro sagrado sikh, además de visitar el *gurdwara* en Rosario de la Frontera ocasionalmente. Al contrario de la mayoría de los descendientes de punjabis salteños, Zulma visitó India – donde vivió seis meses, en 1992, con su familia paterna – y Canadá, una de las más grandes e importantes comunidades diaspóricas sikhs existentes. Rescatando sus memorias de viaje, ella contrastó la experiencia de visitar templos (o, para decirlo de otra manera, la vivencia de actividades comunitarias en el espacio del templo) en Argentina, India y Canadá: “la comunidad sikh en Canadá es muy similar a la comunidad india. [Los sikhs canadienses e indios] van al *gurdwara*, rezan colectivamente, comen juntos [en el templo]. Aquí, en Salta, no comparto mis domingos con otros sikhs, quizás lo haga una o dos veces al mes” (KAHLON, 2012, p. 122, nuestra traducción).

Otra imagen que se destaca, pero no se discute en las tres narrativas audiovisuales ambientadas en el NOA, es la identidad visual masculina sikh que, más específicamente, está relacionada al uso del *turbante*. La segunda narrativa, “ADN Argentino: Indios, una cultura diferente”, por ejemplo, nos brinda un encuentro con hombres sikhs de turbante y barbas largas (que sugieren pelos corporales nunca cortados) en el interior del templo (TELENOCHE, 2018). Aunque seamos llevados a pensar que la preservación de la identidad visual sikh es práctica corriente en la provincia de Salta, estamos delante de una excepción. Es relevante explicar que el abandono de los cabellos largos y del turbante no es particular del caso argentino, pero una realidad que enfrentan las principales comunidades sikhs diaspóricas del mundo. Entre los miembros de la diáspora, la mayoría de los varones no se identifican visualmente como sikhs (TATLA, 2014, p. 502).

Kahlon (2012) observó, señaló y comentó el debilitamiento del uso del turbante en el caso específico de Salta. El autor realzó que, entre los primeros inmigrantes, trabajadores de empresas británicas o anglo-argentinas, la preservación de la identidad visual sikh fue posible gracias a políticas corporativas alineadas con directrices del Imperio Británico

de respeto a la identidad religiosa de los empleados. La transición a otras ocupaciones, como el comercio y el transporte, por ejemplo, habría significado, para los inmigrantes y sus descendientes varones, dificultades de aceptación, por parte de la población local, del uso del turbante en espacios públicos (KAHLON, 2012, p. 98). Esto explicaría el abandono de la identidad visual sikh entre los descendientes de punjabis en Salta en el espacio público. La práctica de llevar el turbante en el interior del templo sikh parece haberse convertido en un ritual ceremonial y perdido su carácter de obligación cotidiana, de acuerdo con las narrativas audiovisuales que examinamos.

El investigador sikh nos ofrece, además, un testimonio propio que ilustra la complejidad de dinámicas de adhesión/abandono/adaptación relacionadas con la identidad religiosa sikh. Kahlon consideró que la fe y la lealtad a los valores y principios de su religión no habrían sido rechazadas por los hombres sin turbante, con pelo corto y barba rapada que encontró en Argentina. Destaca el encuentro con Balbir Singh, un inmigrante punjabi sikh en la localidad de General Güemes, que vivía allí desde 1974. Según el autor, aunque este inmigrante no lleve turbante y se haya rapado y cortado el pelo corporal (barba y cabello), su hijo de 8 años (en el momento de la visita, en el año 2005) conservaba y protegía el cabello largo como lo hacen los sikhs tradicionales. Balbir sería “apasionadamente sikh y punjabi, habiendo ayudado a otros sikhs a migrar a Argentina” (KAHLON, 2012, p. 97, nuestra traducción).

Por último, en todos los minidocumentales, los entrevistados responden, en pasajes distintos y dispersos de las narrativas, a preguntas (implícitas o explícitas) acerca de su dieta. En un supermercado o en el interior del templo, contestan que son adeptos del *vegetarianismo*. Explican que no pueden comer carne dado que sus preceptos religiosos les prohíben matar. Agregan que su estilo de vida es anti alcohol y anti tabaco. Señalan, por lo tanto, preceptos del código de conducta sikh, subrayando sus prohibiciones. Indicamos anteriormente que el código prohíbe el uso de tabaco. Dos de las interdicciones mencionadas por los entrevistados son, sin embargo, controvertidas: consumo de alcohol y vegetarianismo. El código de conducta más reciente (*Sikh Rahit Marayada*, publicado en 1950) incluye la prohibición al consumo de alcohol y drogas. Pero el uso de alcohol por sikhs es frecuente en zonas rurales del Punjab, habiendo creyentes de la religión que buscan apoyo en las escrituras sagradas para cuestionar esta interdicción específica (FENECH; MCLEOD, 2014b, p. 28).

El tema del vegetarianismo es aún más controvertido. Como vimos anteriormente, el código de conducta específica el tipo de carne que se debe evitar, pero no presenta el vegetarianismo como obligatorio. Hay grupos sikhs que defienden vigorosamente el vegetarianismo (e intentan demostrar la validez de su defensa con pasajes de las escrituras), al paso que otros grupos entienden que el Undécimo Gurú les deja a los iniciados y a los

demás creyentes libres para decidir. Cotidianamente, carne de pollo y de cabra son consumidas en villas del Punjab. La regla general que se respeta es la de que la comida preparada y servida en los templos debe ser estrictamente vegetariana (FENECH; MCLEOD, 2014f, p. 319).

Entendemos que la asociación inequívoca entre sikhismo y vegetarianismo, en las narrativas examinadas, tiene dos facetas. La primera está relacionada a la *performance* identitaria y, por lo tanto, a una imagen intencionalmente construida por la comunidad sikh salteña: los sikhs argentinos se aproximan de los principios más auténticos de la religión sikh, habitualmente identificados como aquellas normas respetadas por los miembros del grupo de bautizados, la comunidad Khalsa. La segunda faceta está asociada a dos percepciones externas específicas: todo indio es hindú; todo hindú es adepto de la doctrina de no violencia. La generalización de una identidad religiosa particular – hindú – a todos los indios es frecuente y perceptible también en las narrativas analizadas. No es demasiado decir, una vez más, que el sikhismo es una religión distinta del hinduismo y que los sikhs así se presentan en público – como sujetos dotados de una identidad visual inmediatamente distinta y reconocible. En el periodo contemporáneo, los sikhs también subscriben al principio de no violencia (*ahimsa*) en su sentido amplio – es decir, uno debe abstenerse de practicar actos violentos y defender activamente la vida en todas sus formas existentes. La violencia se permite de modo excepcional cuando la justicia es amenazada, invocándose las instrucciones de Gúru Gobind Singh, el último Gurú humano. Hay que señalar que la creencia de que la “vaca es sagrada” es mencionada en los videos, aunque no se explique (o discuta) el hecho de que la sacralidad de la vaca es respetada por hindúes y no tiene adhesión significativa entre los sikhs (FENECH; MCLEOD, 2014a, p. 21).

Queremos destacar que la afinidad que, en Occidente, existe entre el término “hinduismo” e “ideas de tolerancia, paz, no violencia, liberalismo, inocencia, pluralismo, ascetismo y democracia” puede ser atribuida a una representación orientalista de la India espiritualizada (BHATT; MUKTA, 2000, p. 411, nuestra traducción). Estas asociaciones representan una visión históricamente descontextualizada sobre el desarrollo y las formas cambiantes del hinduismo. La propia idea de no violencia (*ahimsa*) encuentra sus formulaciones más antiguas y explícitas entre los jainas, fundadores de una religión surasiática apartada del hinduismo. El vínculo entre la no violencia y el hinduismo es un fenómeno reciente, relacionado con la figura de M. K. Gandhi, profundamente influenciado por las creencias y prácticas no violentas jainas (BHATT; MUKTA, 2000). La adhesión rigurosa a principios de no violencia que se observa entre los jainas no se aplica necesariamente a todos los grupos hindúes y sikhs. La noción de no violencia, entre los últimos, puede referirse, en varios contextos, a violencia ritual – o sea, a sacrificios animales – y no impone el vegetarianismo.

CONSIDERACIONES FINALES

A modo de conclusión, como hemos podido ver, la diáspora india es considerada una de las mayores diásporas del mundo, con aproximadamente 25 millones de personas dispersas en múltiples países. Debido a la diversidad cultural que existe en el subcontinente indio, hay quienes prefieren distinguir segmentos de la diáspora india basados en criterios regionales, religiosos y lingüísticos, lo que permite contemplar múltiples especificidades de la diáspora india. En nuestro caso, distinguimos a la diáspora sikh, que regionalmente proviene del Punjab, religiosamente se identifica con el sikhismo y lingüísticamente con el punjabi.

El abordaje transnacional nos permite colocar a esta identidad diaspórica como eje importante dentro de la historia de las migraciones indias. Nos posibilita analizar individuos y grupos colectivos inseridos en diversos contextos que atraviesan las fronteras nacionales. Entendemos que las comunidades de inmigrantes sikhs (y sus descendientes) son comunidades diaspóricas en la medida que se caracterizan por participar de procesos de hibridación y flexibilización cultural, así como por mantener vínculos con su lugar de origen. En el caso específico del Noroeste Argentino, consideramos también la dimensión escénica en la cual la comunidad sikh desempeña un papel en la sociedad salteña que le permite subrayar aspectos de su identidad, mientras negocia maneras de pertenecer a la cultura local. Dinámicas de negociación y/o adaptación a las culturas locales forman parte importante de los estudios diaspóricos. Sin embargo, debido a restricciones de espacio y tiempo, no pudieron ser contempladas en profundidad en nuestro análisis.

Bajo esta óptica transnacionalista, examinamos tres narrativas audiovisuales acerca de la comunidad sikh de Salta. Estas tienen el objetivo de presentar lo exótico de la comunidad, en relación a la “cultura argentina”, y del NOA. Todas comienzan situando geográficamente a la comunidad en tierras muy lejanas desde el punto de vista de los productores de los videos que, desde Buenos Aires, construyen, además de una narrativa sobre el “otro sikh”, un discurso sobre el “otro salteño”, marcado por relaciones desiguales de poder entre el centro y el interior – tema que nos encantaría abordar en fases posteriores de nuestra investigación, ya que no hace parte de nuestros objetivos en este artículo. Una vez iniciadas las entrevistas, son dos los asuntos más recurrentes: las actividades económicas y las prácticas culturales. Económicamente, los supermercados parecen ser la actividad predilecta de la comunidad. Sin embargo, se muestra una exigencia a los más jóvenes por la profesionalización. Cuando llega la hora de tratar las prácticas culturales, se muestran dispersamente muchos elementos culturales tanto indios como punjabis. Sin embargo, la religión ocupa un rol central, introducido como lo más exótico. Pudimos observar tres elementos religiosos importantes presentados: el *Gurdwara Nanaksar*; el uso del turbante;

y el vegetarianismo. El templo asume un rol fundamental como institución diaspórica al fomentar la preservación y/o construcción del estilo de vida sikh así como de vínculos entre inmigrantes sikhs en ámbito regional, o sea, en el Noroeste Argentino. Además, alimenta relaciones transnacionales (entre sikhs diaspóricos – en Argentina y en Canadá, por ejemplo – y entre los sikhs en la diáspora y la tierra de origen de la religión, el Punjab), cuando promueve la circulación de personas y de bienes religiosos entre distintas regiones del mundo. Prácticas cotidianas como el uso del turbante por varones y la adopción de una dieta vegetariana, ambos orientados por valores religiosos, agregan complejidad a dinámicas identitarias en la diáspora, como lo discutimos en nuestro artículo.

Por último, realzamos que propusimos un abordaje inicial al tema, que no pretende ser exhaustivo y tampoco conclusivo. Durante nuestra trayectoria, en este artículo, no pudimos examinar asuntos que nos parecen relevantes y podrán contribuir significativamente para los estudios históricos de la inmigración desde el punto de vista de análisis de narrativas audiovisuales. Destacamos, por ejemplo, la multiplicidad de narrativas producidas por distintos medios de comunicación (telecomunicación, internet etc.) y agentes de comunicación (empresas, individuos o grupos diaspóricos con producción audiovisual propia, entre otros); la recepción de narrativas audiovisuales por inmigrantes y no inmigrantes; la internet y sus múltiples espacios de interacción como campo de construcción de discursos sobre la historia, en general, y sobre historias de inmigración, específicamente.

ABSTRACT: *This chapter addresses a scarcely studied subject, either in South Asia or in Latin America: Punjabi and Sikh immigration to Northwest Argentina in the 20th century. In order to understand how the Sikh identity is constructed and represented among Punjabi immigrants and their descendants based in the province of Salta, we analyze three audiovisual narratives about such community. Firstly, we discuss the dynamics of diasporic identities construction, highlighting characteristics of the Sikh diaspora, and of the Sikh community in Salta, more specifically. Secondly, we examine the historical processes of Punjabi immigration to Northwest Argentina. Lastly, we discuss representations of Punjabi culture and Sikh religion in the videos considered, stressing the anti-essentialist, performative and negotiated character of the identities (re-)constructed.*

KEYWORDS: *History of migrations; Cultural identities; Sikh Diaspora; Northwest Argentina; Audiovisual narratives.*

REFERENCIAS

FUENTES PRIMARIAS

AFP ESPAÑOL. **Sijismo en un rincón de Argentina.** 2008. Disponible en: <https://youtu.be/1v1GYV7UW0w>. Consultado el: 15 de oct. 2020.

FILARDI, M. **Nuevos Sikhs en Argentina.** 2013. Disponible en: <http://sincitas.blogspot.com/2013/07/nuevos-sikhs-en-argentina.html>. Consultado el: 15 de oct. 2020.

KAHLON, S. S. **Sikhs in Latin America.** Travels among the Sikh Diaspora. New Delhi: Mahohar, 2012. 361p.

PORTAL INFORMATIVO DE SALTA. La comunidad hindú en Salta – Rosario de La Frontera. Disponible en: <http://www.portaldesalta.gov.ar/sociedadindu.html>. Consultado el: 15 oct. 2020.

SINGH, G. **Comunidad Punjabi (Sikh) en Provincia de Salta - Argentina.** 2015. Disponible en: <https://youtu.be/TJei35kXfY>. Consultado el: 15 oct. 2020.

TELENOCHE. **ADN Argentino:** Indios, una cultura diferente. 2018. Disponible en: <https://youtu.be/7-wq9DDtdqM>. Consultado el: 13 feb. 2020.

YOGA ANANT SINGH. **La India, muy cerca.** Disponible en: <http://www.yogatucuman.com.ar/nota.php?id=22>. Consultado el: 15 oct. 2020.

FUENTES SECUNDARIAS

ACRECHE, N.; ALBEZA, M. V.; CARO, F. **Biodemografía en la Ciudad de Salta. Su población a mediados del siglo XIX.** Andes, Salta, Universidad de Salta, n. 22, p. 1-15, jun. 2011.

BHATT, C.; MUKTA, P. Hindutva in the West: Mapping the Antinomies of Diaspora Nationalism. **Ethnic & Racial Studies**, Londres, v. 23, n. 3, p. 407- 441, mai. 2000.

COHEN, R. Global diasporas. An introduction. London: UCL Press, 1997. 241p.

DUSENBERY, V. A. Punjabi Sikhs and Gora Sikhs. In: SINGH, P.; FENECH, L. E. (Eds.) **The Oxford Handbook of Sikh Studies.** Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 560-570.

FENECH, L. E.; McLEOD, W.H. Ahimsa. In: FENECH, L. E.; McLEOD, W.H. **Historical Dictionary of Sikhism.** 3rd edn. Maryland: Rowman & Littlefield, 2014a. p. 21.

FENECH, L. E.; McLEOD, W.H. Alcohol. In: FENECH, L. E.; McLEOD, W.H. **Historical Dictionary of Sikhism.** 3rd edn. Maryland: Rowman & Littlefield, 2014b. p. 28.

FENECH, L. E.; McLEOD, W.H. Five Ks. In: FENECH, L. E.; McLEOD, W.H. **Historical Dictionary of Sikhism.** 3rd edn. Maryland: Rowman & Littlefield, 2014c. p. 115-6.

FENECH, L. E.; McLEOD, W.H. Guru. In: FENECH, L. E.; McLEOD, W.H. **Historical Dictionary of Sikhism**. 3rd edn. Maryland: Rowman & Littlefield, 2014d. p. 137-8.

FENECH, L. E.; McLEOD, W.H. Kurahit. In: FENECH, L. E.; McLEOD, W.H. **Historical Dictionary of Sikhism**. 3rd edn. Maryland: Rowman & Littlefield, 2014e. p. 187-8.

FENECH, L. E.; McLEOD, W.H. Vegetarianism. In: FENECH, L. E.; McLEOD, W.H. **Historical Dictionary of Sikhism**. 3rd edn. Maryland: Rowman & Littlefield, 2014f. p. 319.

GILROY, P. Diaspora and the detours of identity. In: WOODWARD, Kathryn (Ed.). **Identity and difference**. Sage Publications: London, Thousand Oaks, New Delhi, 1997. p. 299-346.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1983. 233p.

HALL, S. O global, o local e o retorno da etnia. In: HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a. p. 77-90.

HALL, S. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: HALL, S. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003b. p. 101-128.

HAWLEY, M. Sikh Migration. In: MANDAIR, A. S. (Ed.) **Sikhism**. Encyclopedia of Indian Religions Series. Springer: Dordrecht, 2017. p. 242-253.

HEDGE, R.S.; SAHOO, A. K. Introduction. In: HEDGE, R.S.; SAHOO, A. K. **The Routledge Handbook of the Indian Diaspora**. New York: Routledge, 2018. p. 1-13.

HIPSMAN, F; MEISSNER, D. Immigration in the United States: New Economic, Social, Political Landscapes with Legislative Reform on the Horizon. **Migration Information Source**, 2013. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/immigration-united-states-new-economic-social-political-landscapes-legislative-reform>. Consultado em: 2 out. 2020.

IRIYE, A. The rise of global and transnational history. In: IRIYE, A. **Global and transnational history: the past, present and future**. New York: Palgrave MacMillan, 2013. p. 1-18.

JUERGENSMEYER, M. Global Sikhism In: SINGH, P.; FENECH, L. E. (Eds.) **The Oxford Handbook of Sikh Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 382-393.

OLIVEIRA, M.S.R. Refletindo sobre a construção de identidades diaspóricas: estudo de caso sobre a “hinduidade”. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 200 – 222, jul./dez. 2010.

OLIVEIRA, M. S. R. Ioga e espiritualidades sul-asiáticas: reflexões sobre história(s) e

percepções da presença sique na América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 50, n. 2, p. 199–234, jul/out.2019.

PERALVA, A. **Globalização, migrações transnacionais e identidades nacionais**. Coesão Social na América Latina: bases para uma nova agenda democrática. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2008. Disponible en: <https://fundacaoofhc.org.br/files/papers/436.pdf>. Consultado el: 02 out. 2020.

RODRÍGUEZ DE LA VEGA, L. La inmigración de la India en Argentina. Historia y características. **VI Jornadas de Sociología**. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2004.

ROSAS, A. C. N. **La comunidad sikh en la provincia de Salta como agente promotor de la relación paradiplomática entre Salta y la Embajada India en Argentina, durante el período 2013-2017**. 2019. 214f. Monografía – Licenciatura en Relaciones Internacionales, Universidad Católica de Salta, Salta, Argentina, 2019.

SCHNAPPER, D. De l'État-nation au monde transnational. Du sens et de l'utilité du concept de diaspora. **Revue Européenne de Migrations Internationales**, v. 17, n.2, 2001. p. 9-36. Disponible en: <http://www.lyc-luynes.ac-aix-marseille.fr/spip/sites/www.lyc-luynes/spip/IMG/pdf/dominique-schnapper-nation-et-diaspora.pdf>. Consultado el: 2 out. 2020.

SINGH, P. Sikh Identity in the Light of History. A dynamic perspective. In: SINGH, P. BARRIER, N. G. (Eds.) **Sikhism and History**. New Delhi: Oxford University Press, 2005. p. 77-110.

SINGH, P. An overview of Sikh History. In: SINGH, P.; FENECH, L. E. (Eds.) **The Oxford Handbook of Sikh Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 19-34.

TATLA, D. S. The Sikh diaspora: a history of settlement. In: TATLA, D. S. **The Sikh Diaspora**. The search for statehood. London: University College London Press, 1999. p. 27-46.

TATLA, D. S. The Sikh Diaspora. In: SINGH, P.; FENECH, L. E. (Eds.) **The Oxford Handbook of Sikh Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 495-512.

VAN DYK, L. Canadian Immigration Acts and Legislation. Canadian Museum of Immigration at Pier 21. Disponible en: <http://www.pier21.ca/research/immigration-history/canadian-immigration-acts-and-legislation>. Consultado el: 2 out. 2020.

WALASZEK, A. Diasporas. In: IRIYE, A.; SAUNIER, P. **The Palgrave Dictionary of Transnational History**. From the mid-19th century to the present day. New York: Palgrave MacMillan, 2009. p. 273-278.

MATÍAS MAXIMILIANO MARTÍNEZ

Bacharel em História - América Latina (2018), Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Bolsista do Programa de Demanda Social CAPES - UNILA. Temas de pesquisa incluem: história da Ásia; migração, gastronomia, gastrodiploacia entre Ásia e América Latina; religiões sul-asiáticas. Entre seus trabalhos mais recentes, encontra-se “Diplomacia cultural y gastrodiploacia: las relaciones exteriores chinas con América Latina (2002-2017)”, Trabalho de Conclusão de Curso defendido em 2018. Atualmente encontra-se trabalhando na dissertação “La migración sikh en el noroeste argentino: Gurdwara Nanaksar, el primer templo sikh de América del Sur”.

MIRIAN SANTOS RIBEIRO DE OLIVEIRA

Doutora em Sociologia (2012), Universidade de São Paulo (USP); Mestre em Sociologia (2007), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Bacharel em Relações Internacionais (2004), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Professora adjunta, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em História (UNILA). Responsável pela subárea de História da Ásia dos cursos de História da UNILA desde 2014, investiga temas relacionados a: história da Índia contemporânea; migrações asiáticas à América Latina; religiões e espiritualidades sul-asiáticas na América Latina. Entre suas publicações mais recentes, encontra-se o artigo “Ioga e espiritualidades sul-asiáticas: reflexões sobre história(s) e percepções da presença sique na América Latina”, Revista de Ciências Sociais (2019).

IMPrensa FEMINISTA CONTRA A DITADURA CIVIL-MILITAR: UMA ABORDAGEM TRANSNACIONAL DO JORNAL “NÓS MULHERES” (1976-1978)

Caroline Copetti de Vargas
Endrica Geraldo

RESUMO: O objetivo deste artigo é desenvolver uma análise do jornal *Nós Mulheres*, publicado entre 1976 e 1978 na cidade de São Paulo, que possa contribuir com os debates sobre o papel da imprensa alternativa, e mais especificamente da imprensa feminista, no enfrentamento da Ditadura Civil-Militar no Brasil. A partir da investigação do discurso presente nos editoriais, charges e reportagens, esta análise pretende mapear o tratamento a temas como a condição feminina no universo operário, a dupla jornada com o serviço doméstico, a representação política feminina, a defesa da anistia e da democracia, durante um período de intensa repressão aos movimentos sociais. Além disso, a partir também de dados e entrevistas a respeito da experiência do exílio de algumas militantes, o artigo busca avançar na discussão sobre a relação entre o exílio e a constituição do *Nós Mulheres*, assim como sobre o papel desse periódico na aproximação entre militantes brasileiras de orientação marxista com o feminismo.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa feminista. Ditadura Civil-Militar. Exílio. Trabalho Feminino. Democracia.

INTRODUÇÃO

As lutas e desafios dos feminismos no período das ditaduras latino-americanas da segunda metade do século XX têm sido objeto de estudos que procuram dar conta não apenas do trânsito no campo das ideias, mas também da circulação de pessoas que viveram, por exemplo, a experiência do exílio (WOLFF; CRESCÊNCIO; PEDRO, 2016; PEDRO, 2001). Durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), vários militantes de diferentes grupos, movimentos, partidos ou mesmo cidadãos que foram transformados em alvo de investigações e ações repressivas, viveram a experiência do exílio. O exílio no contexto da ditadura brasileira tem sido objeto de estudos, assim como no caso de outras ditaduras latino-americanas do mesmo período (RONIGER, 2015; QUADRAT, 2011). No caso das experiências vivenciadas especificamente por mulheres que tiveram que deixar seu próprio país para tentar sobreviver à perseguição política, a historiografia também tem procurado avançar nas investigações (ABREU, 2010; BRITO; VASQUEZ, 2008).

Este artigo procura contribuir para o aprofundamento desses debates, ao apresentar resultados iniciais da investigação de uma publicação realizada por mulheres no Brasil em plena ditadura: o jornal **Nós Mulheres**, produzido na cidade de São Paulo e que circulou entre junho de 1976 e junho de 1978, em um total de 8 edições. Pretendemos apresentar aqui algumas informações que já foram identificadas a respeito das responsáveis por essa

publicação, assim como características específicas do periódico, com o objetivo de situar os seguintes problemas de investigação.

Em primeiro lugar, a experiência do exílio de mulheres brasileiras como um elemento importante para intensificar a circulação internacional de ideias, práticas, debates e projetos de teor feminista que alcançavam uma importante projeção em determinadas regiões do mundo. Em segundo lugar, como o retorno de algumas dessas mulheres ao Brasil pode ter desencadeado um processo de apropriação de muitos desses debates, projetos e práticas orientadas para promover lutas por direitos para mulheres no contexto nacional, de forma a favorecer inclusive uma aproximação de grupos de orientação marxista com os debates feministas. Atrelado a este ponto, pretendemos iniciar uma reflexão sobre a presença da percepção de que o avanço de conquistas feministas no Brasil demandava necessariamente o enfrentamento da ditadura e a defesa da democracia.

De acordo com Luca, a década de 1970 foi também o período em que os historiadores brasileiros começaram a produzir ou a aprofundar as investigações não apenas a respeito da História da Imprensa, mas também de uma História por meio da Imprensa (LUCA, 2015, p. 111). Desde então, a historiografia brasileira acabou por consolidar esses caminhos de investigação, assim como o procedimento de tomar como objeto o próprio jornal. A discussão apresentada neste artigo constitui uma etapa de uma investigação que possui como objeto a produção de um exemplar da imprensa feminista em São Paulo durante a ditadura militar¹ e que pretende estar atenta aos métodos e aos debates historiográficos relacionados ao tratamento da imprensa como fonte de pesquisa. Neste caso, a metodologia está direcionada não apenas para a identificação das características de ordem material do jornal, identificação da trajetória das responsáveis e colaboradoras, mas também pretende aprofundar a análise do conteúdo na sua relação com os problemas de pesquisa acima apresentados (LUCA, 2015, p. 140-142).

Tendo como referências os caminhos percorridos em investigações como a de Capelato e Prado (1980), ao analisarem um periódico como porta-voz dos interesses de setores da classe dominante, assim como a crescente produção a respeito da própria imprensa alternativa existente no período da ditadura, a presente investigação pretende contribuir para as análises a respeito da imprensa feminista, investigando especialmente questões relacionadas a quais projetos e debates o jornal **Nós Mulheres** se relacionava, e em que medida ele contribui para entender as tensões entre uma aproximação das esquerdas e de grupos de orientação marxista com as lutas feministas no período (WOLFF; CRES-
CÊNCIO; PEDRO, 2016, p. 52).

¹ Este artigo procura apresentar e discutir alguns dos resultados iniciais da seguinte pesquisa do programa do PPGHIS-UNILA: Caroline Copetti de Vargas. A formação de uma consciência feminista brasileira nos anos de 1970: um estudo através da imprensa feminista brasileira durante a Ditadura Militar.

No que lhe concerne, a identificação das mulheres responsáveis pelo jornal e também das colaboradoras implica a necessidade de discutir a problemática tanto do exílio quanto da circulação de ideias e projetos feministas por diferentes territórios, que podem ou não ocorrer conjuntamente. Compreende-se que o fluxo de ideias e pessoas foram essenciais para a construção do **Nós Mulheres**. Entendem-se como fluxos não só aqueles que atravessam fronteiras físicas, mas “também são considerados os fluxos que envolvem e que transgridem as fronteiras” (OLIVEIRA; SILVA, 2011, p. 26). Para a investigação a respeito das relações pessoais, políticas e ideológicas que envolveram a produção do periódico, a abordagem transnacional pode contribuir efetivamente como uma forma de lidar com “procedimentos relacionais” (BARROS, 2019; WEINSTEIN, 2013).

A SEGUNDA ONDA DO MOVIMENTO FEMINISTA E A DITADURA NO BRASIL

A partir da década de 1960, os movimentos feministas floresceram no cenário internacional, trazendo novas demandas e reflexões sobre a situação da mulher no mundo. Esse período é denominado como “Segunda Onda”, porém essa nomenclatura sofre críticas: de acordo com Costa, a metáfora de onda sugere uma divisão caracterizada por rupturas rígidas, “indagando se, com ela, não se estaria contribuindo para a ideia de tempos interrompidos, ocultando a dialética dos muitos tempos históricos” (2009, p. 3). Nesse período, nos países Europeus, esses movimentos foram marcados pelas discussões centradas em temas específicos como corpo, sexualidade e aborto. Na França, os grupos de mulheres trouxeram novas metodologias de discussão e produção feminista. Entre as principais obras, destacam-se **O Segundo Sexo** de Simone d’Bevour, **A Mística Feminina** de Betty Friedan e **Raça, Classe e Gênero** de Angela Davis.

No Brasil, os debates feministas possuíram como inspiração essas fontes internacionais, mas também buscaram observar a situação das mulheres no contexto nacional, em especial no cenário de perseguição política às organizações de esquerda, incorporando temas como a luta democrática e a luta pelo socialismo. Nas palavras de uma das criadoras do **Nós Mulheres**, Maria Lygia Quartim de Moraes, havia uma dimensão revolucionária e transformadora no feminismo brasileiro (MORAES, 1996, p.92). Pautas que variam de uma esfera mais liberal, como a criação de creches e mudanças na legislação da família, mas acompanhadas pela crítica ao que entendiam como um feminismo liberal, através da crítica marxista, compreendendo o sistema de classes como condição responsável pela desigualdade de gênero. Devido à realidade latino-americana dos regimes autoritários, o **Nós Mulheres** incluiu as demandas pela redemocratização e pela anistia de presos políticos. Em entrevista ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea

do Brasil (CPDOC) a autora descreve o perfil de formação da sua geração:

A nossa formação era marxista, das que chegaram. Se você pegar o primeiro editorial do **Nós Mulheres**, é um editorial que serviu para quantas coisas, tantas pessoas depois imitavam. “Somos mulheres oprimidas”, assumia a coisa de classe, a coisa do sexo, mas dizia... Éramos anti-capitalistas, claramente. “A gente quer um projeto... A gente tem um projeto para a sociedade. Enquanto tiver um oprimido, nós estamos do lado desse oprimido, contra os opressores.” Essas pessoas, eu conheço todas. É que você não é de São Paulo, porque até tem figuras engraçadas que foram do **Nós Mulheres** (MORAES, 2019, p. 28- 29).

Maria Amelia de Almeida Teles foi militante do PCdoB, atuou na luta armada, atuou no jornal Brasil Mulher, chegou a ser presa com outros membros de sua família e sofreu tortura (HOLANDA, 2019). Em seu artigo **O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar**, Teles defende que o debate a respeito do papel da mulher no contexto do Regime Militar atravessava duas linhas: uma delas representa aquelas que estavam do lado da “Família”, que estavam ao lado das forças conservadoras. Estes grupos acreditavam em uma imagem de caos em que presumiam que o país estava à beira de uma revolução comunista caso seguissem as reformas políticas e sociais anunciadas pelo então presidente João Goulart no dia 13 de março no Comício da Central do Brasil com organizações sociais e sindicatos trabalhistas, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Com instrução e formação da grande mídia nacional, setores da Igreja Católica e instituições, como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) financiado pelos Estados Unidos, “as mulheres da direita tiveram orientação explícita dos grupos golpistas para a realização de ações anticomunistas e para impedir que houvesse qualquer mudança de caráter popular” (TELES, 2014, p. 10-11).

Por consequência, surgiram movimentos de mulheres a favor do golpe militar e atos como a “Marcha com Deus pela Família e Pela Liberdade” que ocorreu em Minas Gerais e em São Paulo no dia 19 de março de 1964. Porém, é necessário ressaltar que, segundo Teles, a maioria das mulheres que se encontravam nesses atos não eram as mesmas que os organizavam:

As mulheres que organizaram as massas femininas eram de classe média, brancas em sua maioria, donas de casa, esposas de militares e de empresários, e fervorosas católicas. No entanto, aquelas que formaram o grande contingente de mulheres eram pobres, empregadas domésticas, moradoras das periferias. Foram enganadas pelo discurso religioso, anticomunista e pelo medo dos ateus (TELES, 2014, p.11).

Nesse mesmo sentido, Crescêncio (na mesma linha de interpretação que vem do estudo de René Dreifuss) aponta a necessidade de se recuperar o papel de grupos civis e empresariais no golpe, referindo-se como uma ditadura civil-militar:

As memórias construídas pós-golpe, no entanto, tiveram dificuldades de lidar com as infâncias oferecidas por fontes diversas que sugerem participação muito significativa de grupos civis na efetivação do golpe. Isso não significa anular o papel dos militares em seu desfecho, menos ainda desconsiderar que o regime que se institui depois daquela madrugada de 1.º de abril foi, de fato, um regime militar. Mas, manchetes, discursos, redes de apoio e uma série de fontes não deixam dúvidas: o golpe não foi obra apenas de militares (2006, p. 51).

Na segunda linha, encontramos as mulheres que se identificam com um campo político mais progressista ou de esquerda. No início do Regime Militar, Teles (2014, p.11) afirma que essas mulheres não estavam organizadas e nem conscientes da nova realidade política. No contexto latino-americano, com o endurecimento da repressão política e cultural pelos regimes militares, as pautas feministas não foram bem recebidas pelos grupos e partidos de esquerda que lideravam a resistência contra a Ditadura. Para esses grupos, as pautas feministas, como sexualidade, direitos reprodutivos e igualdade de gênero não eram centrais naquele momento de luta política, eram percebidas como pautas pequeno-burguesas (PINTO, 2003; WOLFF, 2007).

A partir da experiência do exílio, principalmente no Chile e na França, houve a aproximação de diferentes realidades políticas. Moraes (2012, p.111-112) aponta a necessidade de esclarecer que a experiência do exílio foi uma experiência privilegiada no sentido de quem e quais grupos conseguiram escapar da repressão. Segundo a autora, a maior parte pertencia a uma classe média e alta intelectualizada, incluindo acadêmicos, artistas e escritores. Ainda, segundo a autora, cada destino promoveu diferentes experiências de aculturação. Entre os destinos, destacam-se três: Cuba, que proporcionou a vivência de um socialismo real; Chile, em que puderam vivenciar uma breve experiência do Estado de Bem-Estar Social latino-americano durante o Governo de Allende; e, por último, aqueles que passaram por uma democracia capitalista na França. O exílio na França destaca-se entre os demais pela aproximação que se dá entre mulheres brasileiras que entraram em contato com o movimento feminista francês. Um dos impactos desse encontro foi a construção de grupos como o **Círculo de Mulheres**, que despertou a reflexão sobre sua própria condição feminina, sobre temas como o machismo e a discriminação de gênero.

A IMPRENSA ALTERNATIVA E FEMINISTA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA DOS GRUPOS DE MULHERES

A imprensa alternativa alcançou uma dimensão relevante ao longo da Ditadura Civil-Militar. Desde a publicação da obra do jornalista Bernardo Kucinski, "Jornalistas e revolucionários" (1991), com um importante levantamento a respeito de várias publicações, muito outros estudos foram desenvolvidos. Essa literatura indica a existência de uma grande diversidade de publicações, ainda que a maioria tenha tido uma vida

curta, e desempenhando um papel muito importante no combate à ditadura, na defesa dos direitos humanos e no tratamento de questões sociais (SOBRINHO, 2001, p. 118; AGUIAR, 2008).

A criação jornalística feita por mulheres não iniciou apenas na década de 1970. Segundo Casadei (2012), as primeiras experiências de mulheres criando conteúdo jornalístico no Brasil se deu em meados do século XIX. Conectadas principalmente na luta pelo sufrágio, um dos primeiros periódicos escrito e dirigido por mulheres foi o **Jornal das Senhoras**, lançado em 1855 por Joana Paulo Manso de Noronha. O *Jornal das Senhoras* se destaca entre as demais revistas femininas por apresentar uma crítica ao matrimônio. Apesar de tímida, essa crítica à condição das mulheres no período já causava um certo alvoroço político, tanto que as publicações e editoriais eram feitos de forma anônimas (LIMA, 2007, p. 222).

O surgimento da imprensa alternativa feminista na década de 1970 respondia a uma necessidade de se ter um espaço para ir além da crítica política ao Regime. Muitos jornais da época que são classificados como imprensa alternativa não produziam conteúdo jornalístico de caráter feminista, além de criticarem e menosprezarem esses trabalhos e suas autoras². Desta forma, algumas publicações buscavam reclamar os direitos das mulheres, criando pontos de discussão, redes de ajuda coletiva e promovendo a construção de conhecimento pautado por questões de classe, raça e principalmente gênero. “Tratava-se de uma imprensa com características de esquerda e de oposição ao regime, artesanal e comercializada, prioritariamente, mão a mão, ou seja, através da venda por militantes dos movimentos populares em eventos ou nas sedes das próprias organizações” (LEITE, 2003, p.234).

Crescêncio (2006, p. 40), em sua tese sobre o humor gráfico da imprensa feminista no Cone Sul, afirma que todos os Estados da região, somando Paraguai e Chile, criaram, produziram e publicaram materiais impressos que buscavam “combater as ditaduras, o autoritarismo, reforçar a importância da democracia e proliferar vozes de mulheres e feministas”. A autora identifica a existência de jornais brasileiros como **Brasil Mulher**, **Mulherio**, **Nós Mulheres**, **Persona** da Argentina, **La Escoba** na Bolívia, e dois periódicos uruguaios, **Cotidiano Mujer** e **La Cacerola**.

Elizabeth Cardoso (2004), em sua dissertação de mestrado sobre a imprensa feminista pós-1974, faz uma divisão temporal em duas gerações. A primeira corresponde aos periódicos lançados entre 1974 e 1980. Segundo a autora, esses possuem uma linha editorial direcionada a questões de classe e desigualdade social. Neste sentido, três produções

2 Rachel Soihet analisou as publicações do cartunista Ziraldo no periódico o Pasquim, jornal visto como vanguarda na luta progressista contra a Ditadura Militar, porém por diversas vezes, segundo a autora, menosprezou, desprezou e caluniou a luta das mulheres (SOIHET, 2007, p.42).

se destacam, o **Brasil Mulher** que teve sua primeira edição publicada em 1975 por Joana Lopes, o **Nosotras**, produzido ainda no contexto de exílio na França, e posteriormente o **Nós Mulheres**. A segunda geração corresponde àquelas publicadas após 1980, que trazem mais ênfase em temas ligados ao corpo, sexualidade e afetividade, com destaque para o Jornal **Mulherio**, criado em 1981 com o apoio da Fundação Carlos Chagas.

NÓS MULHERES

O periódico **Nós Mulheres** foi criado no ano de 1976 e sua circulação durou até o ano de 1978. Foi publicado pela Associação de Mulheres e contou com 8 edições. Segundo Rolim, entre as mulheres que participaram do **Nós Mulheres** estavam Véra Soares, Rachel Moreno, Maria Lygia Quartim de Moraes e Renata Villas Boas (ROLIM, 2017, p. 1.181). Através de entrevistas, matérias e charges, o periódico aborda a condição feminina dentro do ambiente operário e problematiza questões como a dupla jornada de trabalho, a representação política feminina, direitos reprodutivos. A representação feminina, seja no campo político ou no trabalho, foi uma das principais teses questionadas pela imprensa feminista “alegando que os problemas específicos das mulheres (e de outras minorias políticas) se diluíam numa representação mais geral” (ARAUJO, 2010). O nome **Nós Mulheres** foi inspirado pelo grupo de discussão e reflexão *Nosotras*, criado em Paris em 1972 e formado por mulheres exiladas de diferentes países latino-americanos (MORAES, 2012, p. 115).

A equipe editorial do **Nós Mulheres** era composta, em sua maioria, por militantes que voltaram ao Brasil após o exílio na França³, onde participaram do Grupo Debate, criado no final dos anos 1960, organizado e liderado por João Quartim de Moraes⁴. O Debate resultava de uma ruptura política no exílio agrupando ex militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares (VAR-Palmares) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que não concordavam com o militarismo dentro das instituições (LEITE, 2007; MORAES, 2012). O grupo permaneceu ativo até 1979 e “constituiu uma etapa importante para que as feministas brasileiras ligadas ao pensamento marxista percebessem a necessidade de uma militância para a questão da mulher” (MORAES, 2012, p.115).

Maria Lygia Quartim de Moraes, irmã de João Quartim, também viveu a experiência do exílio. Passou pelo Chile e por Cuba e reencontrou o irmão na França. Seu marido foi

3 Nem todas as colaboradoras, entretanto, possuíam esse perfil. Abreu menciona que havia participantes que, mesmo tendo passado pelo exílio e convivido com o grupo Debate na França, aproximaram-se do feminismo apenas após retornar ao Brasil. (Abreu, 2010: 245-246)

4 João Carlos Kfourti Quartim de Moraes foi um dos fundadores da VPR, criador do boletim “Debate”. Dois meses após seu desligamento da VPR, parte para o exílio indo para o Uruguai, depois Argentina e França. Pezzonia discute sobre como o exílio possibilitou o reencontro entre militantes de diferentes organizações e uma intensa troca de ideias e experiências que posteriormente influenciou as publicações produzidas por estes personagens, como o caso do boletim Debate, produzido no exílio, e que durou por 12 anos, com circulação esporádica no Brasil (PEZZONIA, 2011, p. 34-35; 45).

assassinado e seu irmão preso por atuação em atividades de resistência à ditadura. Maria Lygia pertenceu ao PCB e, na França, teve contato com o feminismo e participou do grupo “Debate”. Em entrevista, Moraes conta como foi informada da morte do marido Noberto Nehring e da prisão do irmão. O marido pertenceu ao PCB e à VPR. De acordo com ela, seu contato com a França não foi traumático. Vinda de uma família de classe média, conhecia a língua francesa. Teve, na França, contato com o feminismo francês e outras militantes latino-americanas que já estavam organizadas desde o exílio no Chile. Voltou para o Brasil em 1975 e com outras ex-exiladas e militantes começou a produzir e publicar o periódico **Nós Mulheres**.

Posteriormente, Maria Lygia irá apresentar parte dessas experiências afirmando que “no Brasil, as feministas de vanguarda militavam na esquerda e participavam da resistência à ditadura militar brasileira. Muitas delas tinham vivido exiladas em algumas capitais europeias, absorvendo principalmente a experiência das feministas francesas e italianas” (2012, p. 95). Para a autora, muitas das teses e temas do feminismo europeu se aproximavam das correntes socialistas e marxistas, e isso teria alcançado uma importante influência naquele momento do feminismo no Brasil.

O financiamento da produção do jornal era feito principalmente por doações de artistas nacionais como Elis Regina da Costa. Também havia a publicação de pequenas notas incentivando a assinatura do periódico que permitia uma receita mensal, além de sensibilizar o público-alvo para divulgação e venda do material gráfico. (LEITE. 2003)

No primeiro editorial, é compartilhada a justificativa para a criação do jornal: “NÓS MULHERES, decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E também, para pensarmos juntas nas soluções.” A apresentação dessas intenções indica a presença de um foco, um “nicho”, para o qual a publicação estaria voltada. Havia, portanto, uma busca por dar voz e por servir como um canal de divulgação, promovendo a comunicação entre os grupos participantes e mulheres leitoras.

O periódico se destaca pelo uso de humor para evidenciar as desigualdades vivenciadas por muitas dessas mulheres: a tirinha Bia Sabiá, assinada pela artista Ciça, conta a história de uma passarinha sabiá de nome Bia, que sofre com a dupla jornada do trabalho na fábrica e no trabalho doméstico:

Figura 1: CIÇA



Fonte: Nós Mulheres, n. 1, jun. 1976. p.2.

A análise das imagens permite situar o contexto do movimento das mulheres através das falas “O mundo tá perdido! Olhai essas notícias... As mulheres tão com tudo, são umas folgadas e ainda vêm com esse tal de movimento feminista... qual é?”. O personagem, marido da Bia Sabiá, descansa lendo o jornal após ambos terem retornado do trabalho. Sua esposa, entretanto, fica encarregada do serviço doméstico, que inclui a alimentação e a limpeza da casa. O esposo não demonstra perceber a carga de trabalho doméstico, pois constantemente está solicitando mais “serviços” como quando diz: “Que qui tem de sobre-mesa?” e “Traz aí o café!”. No último quadrinho, percebemos a expressão de indignação de Bia Sabiá, ao ouvir as críticas do marido às demandas feministas enquanto enfrenta uma pilha de louça suja. Com referências como essa, o jornal buscou tratar da realidade e das condições enfrentadas pelas mulheres da classe trabalhadora.

Em relação à defesa da democracia, encontramos o Editorial da edição de número 3 em novembro de 1976. Segundo o jornal:

Quanto maior for a parcela da população com efetivas condições de participar da vida política de um país, mais representativo será o governo. Porém, o voto é apenas um momento da vida democrática. Para que a população possa intervir e participar da organização da sociedade em que vive, é preciso garantir também, que as diferentes correntes políticas existentes no seio da população possam exprimir-se de forma a serem assegurados, tanto os direitos da maioria,

quanto os das minorias. E, mais que isto, ao lado dos partidos, os grupos sociais devem lutar pelo direito de se organizar de maneira autônoma nos sindicatos, associações de bairros, clube de mães, etc.. Pois, a verdadeira democracia começa na base da sociedade e deve encontrar nela seus meios de expressões. E, para que tudo isso possa se dar de forma bem ampla, é preciso existir liberdade de expressão. O pensamento deve exprimir-se livremente e sem medo, pois a imprensa tem o dever de informar e criar debates (Nós Mulheres, n. 3, nov/dez 1976. P. 2).

O Editorial reconhece a liberdade de expressão como o principal valor para o estabelecimento e manutenção da Democracia. Realiza, assim, a defesa da liberdade não apenas da imprensa, mas para participar ativamente de grupos e associações de caráter político, institucionais ou não-institucionais. Há, portanto, um entendimento de que a democracia seria uma condição necessária para o avanço das conquistas feministas por direitos nos mundos do trabalho e por liberdade de expressão e de organização dessas mulheres.

O periódico também apresenta reportagens sobre o trabalho operário e a presença feminina nos sindicatos, a prostituição e o trabalho doméstico. No especial **Nós Mulheres: operárias**, publicado na primeira edição, conhecemos Olga, uma tecelã de 22 anos, que estava afastada de suas funções. Olga demonstra uma opinião consciente em relação ao movimento feminista, a falta de reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho remunerado e a disparidade entre os superiores homens: “Geralmente os patrões só aceitam homens como chefe. Mulher quando é chefe, fica chefe de sala de pano, onde você compra a roupa – uma chefinha assim de terceira categoria.” (Nós Mulheres, n. 1, jun. 1976, p. 07-09). Além de descrever a realidade de trabalhadores, o periódico também fez um trabalho educativo com sessões informativas sobre os direitos trabalhistas femininos. Abaixo, uma das chamadas definindo como foco o universo das trabalhadoras:

Figura 2: Nós mulheres: operárias



Fonte: Nós Mulheres, n. 1, jun. 1976. p. 9.

O periódico buscou, desta forma, definir uma orientação para a defesa de direitos trabalhistas para a realidade específica das mulheres das classes trabalhadoras, elencando categorias e identificando a relação entre problemas específicos enfrentados pelos trabalhadores e as condições ainda mais duras enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho.

A ANISTIA COMO LUTA POLÍTICA TRANSNACIONAL

A pauta sobre a anistia de presos políticos chegou ao debate público inicialmente com o movimento de mulheres. Um dos principais fatores que facilitou essa discussão em um espaço institucional e legal foi a inauguração do Ano Internacional da Mulher, definido pela Organização das Nações Unidas - ONU⁵. Em entrevista ao **Nós Mulheres**, Therezinha Zerbine detalha o nascimento do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) em 1975 em São Paulo durante o evento da ONU⁶⁶ “Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia”.

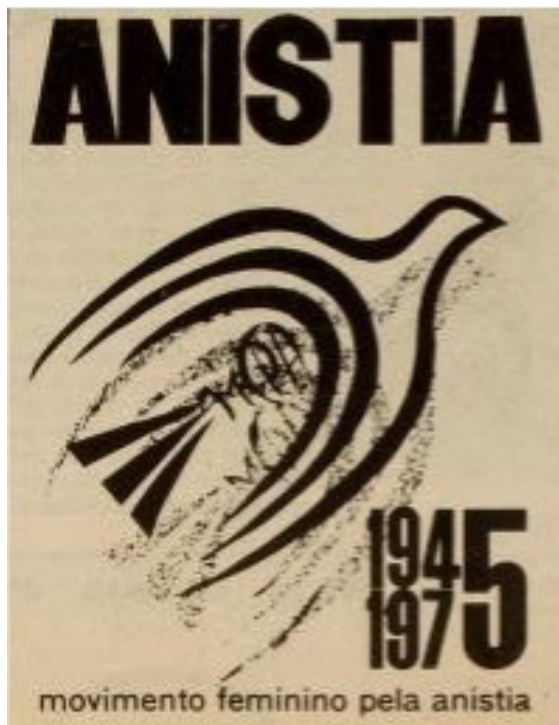
De acordo com Duarte (2019, p.1), Zerbine - que era advogada - foi uma das pessoas mais influentes na questão da anistia, na articulação dos movimentos políticos, na organização de atos públicos e na produção de periódicos e documentos. De acordo com ela, em entrevista publicada no **Nós Mulheres**:

Já há um certo tempo, mulheres de várias profissões e idades se preocupavam em São Paulo com o problema da anistia. Entretanto, até 1975, anistia era tabu. Por isso, nosso mérito foi aproveitar o Ano Internacional da Mulher para cumprir nosso objetivo. Resolvemos assim, comemorar este ano trabalhando pela anistia, que é uma necessidade emergencial do país. Em março daquele ano, resolvemos nos reunir e no dia 13 de abril, fizemos a fundação do Movimento. Foi tirada uma comissão provisória e o Manifesto da Mulher Brasileira em favor da anistia. Nessa ocasião, fui credenciada para ser a representante oficial do Movimento no México. Lá, apresentei uma moção pedindo anistia para todos os presos políticos do mundo. [...] A partir daí apareceram forças que se identificavam com nossa luta. Hoje, somos um movimento institucionalizado (Nós Mulheres, n. 3, nov/dez 1976, p.3).

5 Organização Internacional criada após a 2.ª Guerra Mundial com o objetivo de definir diretrizes internacionais para a manutenção da paz e dos direitos humanos no sistema internacional. O evento de comemoração do Ano Internacional da Mulher no Brasil ocorreu entre 30 de junho a 6 de julho de 1975, promovendo os debates sobre as faces da opressão feminina na sociedade brasileira (FAVERI, 2016).

6 “Nós, mulheres Brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da História, provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque, nós nos antepomos aos destinos da nação que só cumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a ANISTIA AMPLA E GERAL a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as Mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia da necessidade da ANISTIA, tendo em vista um dos objetivos nacionais: A UNIÃO DA NAÇÃO!” (ZERBINE, 1979, p.27).

Figura 3: Anistia



Fonte: Nós Mulheres, n. 3, nov/dez 1976. p.8.

A iniciativa de defesa ao perdão de presos políticos por Zerbine ecoou no Movimento de Mulheres em Paris, surgindo o Comitê Brasileiro de Anistia de Paris formado por homens e mulheres brasileiros exilados na França. Uma das principais estratégias do movimento pela anistia veio com a inspiração de mulheres bolivianas. Foram as mulheres bolivianas que mais se destacaram na resistência à Ditadura do General Banzer (1971-1977). Em 1978, quatro mulheres que eram esposas de trabalhadores mineiros iniciaram o que seria um dos episódios mais célebres da luta contra o governo ditatorial, uma greve de fome em que a principal reivindicação era a anistia de mineiros presos (SANTOS, 2013, p.19; PEDRO, 2010, p. 122).

No periódico **Nós Mulheres**, em uma seção especial sobre a anistia, o artigo **A experiência boliviana: a greve de fome das mulheres se espalhou pelo país, até a vitória: anistia ampla e irrestrita** abordava a luta das mulheres bolivianas em uma greve de fome de 22 dias como a principal fonte de inspiração para as ações do movimento brasileiro. No artigo **Mais próxima: cresce o movimento pela Anistia: ampla, geral e irrestrita**, o **Nós Mulheres** afirma participar dos trabalhos para a construção da anistia e a promoção

de estratégias de luta que deram certos em outros países:

O **Nós Mulheres** participa dos trabalhos da seção de São Paulo do Comitê Brasileiro pela Anistia e pretende contribuir para o debate que hoje é fundamental: as características da anistia necessária ao Brasil e os caminhos para consegui-la. Para isso, analisamos a anistia conseguida na Bolívia desde o início deste ano, na qual as mulheres tiveram participação importante (Nós Mulheres, n.8, jun./jul. 1978, p. 08).

Na matéria especial **Mamãe, mamãe, me conta como é o Brasil**, publicado na edição de número 08, foram apresentados os depoimentos de 4 mulheres residentes de diferentes países e com perfis distintos, falando sobre suas experiências e percepções sobre o exílio e a possibilidade de retorno ao Brasil a partir da anistia. Ao tratar do motivo de saída do Brasil, o que mais se destacava era o caráter político, a perseguição do regime a elas ou aos seus companheiros. Entre os fatos que mais marcaram a partida: o sentimento de dor e cansaço emocional. Segundo a entrevistada Maria Sueli: “Eu estava tomada por um cansaço enorme, por uma dor profunda, quase mortal. Ao lado disso existia a imagem dura e denunciante da minha impotência.” Ao comentarem a possibilidade de retorno ao Brasil, destacam o papel do Movimento Feminino pela Anistia. Ruth, jornalista e mãe de três filhos que residia em Bruxelas, comenta: “Os primeiros passos pela anistia ampla e irrestrita chegaram até nós através do trabalho do MFA. Isso foi sentido por mim como o acender de milhares de luzinhas que começavam a clarear uma noite sombria, que se abatera sobre todos nós” (Nós Mulheres, n. 8, jun/jul 1978, p. 5-6). Com elementos como estes, é possível notar a importância das redes de comunicação entre os movimentos sociais espalhados pelo globo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado deste exercício de investigação, podemos considerar já alguns elementos relacionados ao desenvolvimento do pensamento feminista brasileiro durante os anos 1970, que foi marcado de forma significativa pela experiência de mulheres que já militavam em organizações de esquerda e tiveram contato com movimentos feministas durante o exílio. O avanço das pesquisas com relação a outras participantes e colaboradoras deverá contribuir para dimensionar melhor o peso dessa influência. Entretanto, já é possível vislumbrar a relevância das experiências dessas mulheres que, carregando consigo uma bagagem teórica marxista, produziram uma imprensa alternativa feminista capaz de abordar conteúdos sobre feminismo e a condição da mulher dentro da legalidade, ainda que em um contexto marcado pela presença de censura e repressão.

O apoio das Organizações das Nações Unidas, com a implementação do Ano Internacional da Mulher, possibilitou ainda o encontro de diferentes grupos de mulheres,

alguns que se consideravam como feministas e outros não. Ao longo desse processo, o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia, que encontrou no *Nós Mulheres* um espaço para articulação e divulgação da luta pela anistia geral e irrestrita dos presos políticos, estabelece um marco importante dessas articulações e um avanço em diversas pautas desses movimentos.

Finalmente, entendemos o jornal **Nós Mulheres** como uma importante ferramenta de diálogo estabelecido pelas companheiras que produziram o jornal com a sociedade civil, assim como com outros grupos de mulheres de esquerda que não se consideravam feministas, publicando e incentivando a discussão sobre temas que impactavam a vida das mulheres trabalhadoras brasileiras, como o trabalho doméstico, a dupla jornada, direitos reprodutivos, representatividade política, anistia, entre outros. No contexto latino-americano de regimes autoritário, o **Nós Mulheres** surpreendeu ao tomar uma posição combativa contra a ditadura, redefinindo o lugar de pautas consideradas mais liberais, promovendo movimentos de oposição que buscavam, além da redemocratização, a transformação social através da superação do capitalismo como sistema de reprodução social e a superação da luta de classes, promovendo assim transformações tanto nas lutas e projetos feministas no país, como dentro dos grupos de esquerda com relação a esses debates.

ABSTRACT: *The objective of this paper is to develop an analysis of the newspaper Nós Mulheres, published between 1976 and 1978 in the city of São Paulo, which can contribute to the debates on the role of the alternative press, and more specifically the feminist press, in confronting the Civil-Military Dictatorship in Brazil. Based on the investigation of the discourse present in editorials, cartoons and reports, this analysis aims to map the treatment of issues such as the women condition in the workers' universe, the double journey with domestic service, women political representation, the defense of amnesty and democracy, during a period of intense repression against social movements. In addition, based on data and interviews about the experience of the exile of some militants, the article seeks to advance the discussion on the relationship between exile and the constitution of Nós Mulheres, as well as the role of this journal in bringing together militants Marxist-oriented Brazilians with feminisms.*

KEYWORDS: *Feminist press. Civil-Military Dictatorship. Democracy. Female Work. Rights.*

REFERÊNCIAS

ABREU, M. L. G. **Feminismo no exílio:** o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. 2010. 265 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

AGUIAR, F. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. In.: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 233-247.

ARAUJO, M. P. N. Imprensa Alternativa. In.: ABREU, A. A. et al. (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa>. Acesso em: 15 out. 2020.

BARROS, J. D. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias. **Secuencia**, Ciudad de Mexico, n. 103, p. 1-30, e-1528, ene./abr. 2019.

BRITO, A. X.; VASQUEZ, A. Mulheres latino-americanas no Exílio: universalidade e especificidade de suas experiências. **Revista Esboços**, Florianópolis, n.17, p. 13-34, 2008.

CAMARGO, A. Nas origens do movimento feminista “revisitado” no Brasil: o Círculo de Mulheres de Paris, I SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS

PÚBLICAS, 2010, Londrina. **Anais...** Londrina, p. 71-80.

CARDOSO, E. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, N.E., p. 37-55, set./dez. 2004.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. 176 p.

CESTARI, M. J. Imprensa feminista brasileira na década de 1970: um lugar de enunciação público e legítimo das mulheres. **Língua, Literatura e Ensino**, Campinas, v. 3, p. 107-115, mai. 2008.

COSTA, S. G. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-29, 1 jan. 2009.

CRESCÊNCIO, C. L. **Quem Ri Por Último, Ri Melhor**: Humor Gráfico Feminista (Cone Sul, 1975-1988). 2016. 361 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

DUARTE, A. R. F. Therezinha Zerbini: protagonismo e ação política na luta das mulheres contra a Ditadura. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 13., 2016, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação Brasileira de História Oral, 160 p, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462050521_ARQUIVO_TherezinhaZerbini.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

FAVERI, M. DE. O ano Internacional da Mulher e o feminismo de Heloneida Studart. II SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2014,

Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: 2014. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/>

index.php/STPII/tempopresente/paper/view/238. Acesso em: 17 out. 2020

FREITAS, V. G. **De qual feminismo estamos falando?:** desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. 2017. 198 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

HOLANDA, C. B. Entrevista com Maria Amélia de Almeida Teles. **Revista Estudos Políticos**, v. 10, n. 2, 2019, p. 5-47.

LEITE, R. S. C. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jun. 2003.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, C. B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MARQUES, Ana Maria; ZATTONI, Andreia Marcia. FEMINISMO E RESISTÊNCIA: 1975 – O CENTRO DA MULHER BRASILEIRA E A REVISTA VEJA. **História Revista**, v. 19, n. 2, p. 55, 18 dez. 2014.

MORAES, M. L. Q. Maria Lygia Quartim de Moraes (depoimento, 2019). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 6min). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/marialygiamoraes>. Acesso em: 16 out. 2020.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Marxismo e Feminismo no Brasil. **Primeira versão**, n. 66, 1996.

NÓS MULHERES. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 1, jun/jul.1976.

NÓS MULHERES. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 3, nov/dez. 1976.

NÓS MULHERES. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 7, mar/abr. 1978.

NÓS MULHERES. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 8 jul/ago. 1978.

OLIVEIRA, O. M.; SILVA, A. R.. Gênero como possível ator das Relações Internacionais. In: OLIVEIRA, O. M. (org.). **Relações internacionais: a questão de gênero**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **Art Cultura. Revista de História, Cultura e Artes**, Uberlândia, EDUFU, v. 9, n. 14, p.55-69, , jan-jun. 2007.

PEDRO, J. M.; SCHEIBE WOLFF, C. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

PEZZONIA, R. **Revolução em Debate**: o grupo Debate, o exílio e a luta armada no Brasil (1970-1974). 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PEDRO, J. M. Trajetórias políticas em mudança: tornar-se feminista no Cone Sul. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH**. São Paulo, julho 2001.

QUADRAT, S. V. (org.). **Caminhos cruzados**: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**: mulher, história e feminismo. Campinas, IFCH, n. 3/4, p. 37-38, 1996.

ROLIM, A. P. Militância, espaço feminino e imprensa alternativa no Brasil dos setenta. In: SILVA, C. *et al.* (orgs.). **Estudos Históricos Latino-Americanos**: conexões Brasil e América Latina. Porto Alegre: Forma Diagramação, 2017.

RONIGER, L. Exílio brasileiro, cultura y resistencia: en tiempos de apertura transnacionales. **Projeto História**, São Paulo, n. 53, p. 161-181, mai./ago., 2015.

SANTOS, H. N. **Trilhando novos rumos**: a recente trajetória de luta das mulheres indígenas no Brasil e na Bolívia (1970-2008). 2013.

SOBRINHO, P. V. C. Revendo uma certa literatura sobre a imprensa alternativa no Brasil. **Cronos**, Natal-RN, v. 2, n. 1, p. 117-123, jan./jun. 2001.

SOIHET, R. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. **ArtCultura**, v. 9, n. 14, 2007.

TELES, M. A. A. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **RIDH**, Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014.

TELES, M. A. A. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. **Revista Direito GV**, v. 11, n. 2, p. 505-522, dez. 2015.

WEINSTEIN, B. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n.14, p. 9-36, jan./jun. 2013.

WOITOWICZ, K. J. Páginas que resistem: A imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Trabalho apresentado no GT História da Mídia Alternativa, no VI Congresso Nacional de História da Mídia (UFF, Niterói/RJ). **Anais...**2008.

WOITOWICZ, K. J. Marcos históricos da inserção das mulheres na imprensa: A conquista da escrita feminina. **Jornal Alcar**, v. 1, p. 1-7, 2012.

WOITOWICZ, K. J. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 11, n. 1, p. 104– 117, 2014.

WOLFF, C. S.; CRESCÊNCIO, C. L.; PEDRO, J. M.. Ondas, mitos e contradições: feminismos em tempos de ditaduras no Cone Sul. *In*: ROCHA, M. A. M. **Feminismos plurais**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 53-70.

ZERBINE, T. G.. **Anistia**: semente da liberdade. São Paulo: Escolas Salesianas, 1979. 254 p.

CAROLINE COPETTI DE VARGAS

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana / UNILA e bolsista do Programa de Demanda Social / DS-UNILA. Bacharelado em Relações Internacionais e Integração (UNILA). Desenvolve pesquisa em História do Brasil e Movimentos Sociais com ênfase nos temas: gênero, feminismo, democracia e identidades. Endereço eletrônico: caroline.copetti@gmail.com

ENDRICA GERALDO

Professora adjunta na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em História (UNILA, PR). Graduada em História com Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, SP). Possui pós-doutorado pelo Departamento de História da UNICAMP e pelo Departamento de História da UNIFESP (Campus Guarulhos). Entre suas publicações está “A Farda e o Fardo: Memórias sobre o mundo do trabalho na construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu (1975-1991)” (GERALDO; UEDA, 2020); “Controle sobre trabalhadores estrangeiros nos Estados Unidos, na Argentina e no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX” (2018); “Sono Straniero!-Trabalhadores italianos e as relações entre identidade nacional e de classe na imprensa operária em São Paulo (1920 e 1930)” (2017). Endereço eletrônico: endrica.geraldo@unila.edu.br

LA YEGUA DE TU MADRE NO ESTÁ MÁS: MEMÓRIA, IDENTIDADE E DIREITOS HUMANOS NAS COMISSÕES DA VERDADE ARGENTINA E URUGUAIA

Guilherme Da Conceição de Lima
Paulo Renato da Silva

RESUMO: Este capítulo aborda a relação entre memória, identidade e direitos humanos presente no *Nunca Más* (1984) e no *Uruguay Nunca Más* (1989), produzidos respectivamente na Argentina pela Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) e no Uruguai pelo Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ). Elaborados após o fim das ditaduras militares na década de 1980, os dois documentos expuseram a cooperação dos aparatos repressivos argentino e uruguaio na violação dos direitos humanos, se utilizando de ferramentas memorialísticas e (des)construindo identidades ao denunciar crimes contra os direitos humanos. O objetivo principal do capítulo é analisar alguns dos mecanismos de construção de empatia para com as vítimas das ditaduras, outrora criminalizadas pelos governos militares. Dentre esses mecanismos encontramos a humanização das vítimas e consequente superação de identidades nacionais, motivo pelo qual priorizamos as vítimas uruguaias relatadas no informe argentino e as argentinas presentes no documento uruguaio.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Identidade. Direitos Humanos. Argentina. Uruguai.

INTRODUÇÃO

Argentina, agosto de 2020: em uma polêmica entrevista televisiva, o ex-presidente argentino Eduardo Duhalde (2002-2003) coloca em dúvida a realização de eleições em 2021 e aponta a possibilidade de um golpe de Estado no país. (PÁGINA 12, 2020). A entrevista é concedida em meio a protestos contra a quarentena imposta pela pandemia do novo coronavírus. Nesses protestos, ainda em curso neste outubro de 2020 em que finalizamos este capítulo, alguns manifestantes carregam fotos do general Jorge Rafael Videla (1925-2013), ditador do país entre 1976 e 1981, e clamam pelo seu “retorno”. A ditadura da qual Videla fez parte governou a Argentina entre 1976 e 1983.

Uruguai, fevereiro de 2020: o coronel Rivera Elgue minimiza a quantidade de vítimas da ditadura que vigorou no país entre 1973 e 1985 (LATINOAMÉRICA PIENSA, 2020). Nomeado pelo atual presidente Luis Alberto Lacalle Pou como Subsecretario do Ministerio de Defensa Nacional, Elgue volta a provocar polêmica em abril, quando saiu em defesa do senador Guido Manini Ríos. (EL OBSERVADOR, 2020). Ex-Comandante em Chefe do Exército uruguaio, Manini Ríos foi destituído do cargo em março de 2019 pelo ex-presidente Tabaré Vázquez depois de criticar condenações de militares acusados de violações aos direitos humanos. (LA DIARIA POLÍTICA, 2019). Apesar da destituição, Manini Ríos foi eleito senador no mesmo ano.

O negacionismo e revisionismo histórico em relação às ditaduras militares argentina e uruguaia – e outras da região, como bem sabemos nós brasileiros – é um processo crescente, complexo e que coloca desafios para historiadores e demais especialistas no tema. O objetivo principal deste capítulo, fruto de uma pesquisa de mestrado em História ainda em desenvolvimento, é *apresentar* – tornar *presente*, mais precisamente *neste presente* de negacionismos e revisionismos – o trabalho desenvolvido pela *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) na Argentina e pelo *Servicio de Paz y Justicia* (SERPAJ) no Uruguai¹ quanto às denúncias de crimes cometidos pelas ditaduras dos dois países. Tomaremos como base os informes *Nunca Más* (1984) produzido pela CONADEP e o *Uruguay Nunca Más* (1989) elaborado pela SERPAJ. No caso do documento argentino, utilizaremos a segunda edição da tradução ao português publicada em 1985 no Brasil pela editora L&PM. Além das denúncias contra os militares, essas comissões se depararam com o desafio de construir **empatia** para com as vítimas das ditaduras que, durante anos, foram criminalizadas pelos discursos dos governos autoritários.

Em um caso, pelo menos, o esforço foi duplo: quando a vítima era um uruguaio na Argentina ou um argentino no Uruguai, a construção da empatia, pautada na **humanização** da vítima, trazia consigo a necessidade de superar identidades nacionais por vezes calcadas na desconfiança e em estereótipos. Acreditamos que o espaço significativo de uriguaio no informe argentino e de argentinos no documento uruguaio não decorra, somente, do dado objetivo de que existiam cidadãos de um país atuando em outro. Pode ser uma resposta a imagens negativas de um país e de seus cidadãos alimentadas em outro - não apenas pelas ditaduras -, o que caberia aos informes desconstruir, aproximando as vítimas de ambas as nacionalidades tanto em seus ideais como nos sofrimentos pelos quais passaram. Silvina Merenson (2014) é uma referência importante para analisarmos como existem tensões entre as duas nacionalidades, apesar da “irmandade” alegada entre argentinos e uriguaio - sobretudo quando comparados a outras nacionalidades da região. Ao analisar uriguaio na Argentina, a autora destaca como a sociedade argentina é geralmente vista por esses uriguaio como autoritária e instável, diferenciando-a da sociedade uruguaia, inclusive, nas memórias referentes às décadas de 1970 e 1980, nas quais ambos os países viveram sob ditaduras. Dentre outros elementos, a autora atribui essa imagem ao peronismo e sua acolhida pela esquerda uruguaia a partir da década de 1960.

O negacionismo e revisionismo em curso indicam que os desafios enfrentados pelas comissões da verdade² e pelos seus informes ainda estão em aberto e provavelmente

1 O SERPAJ é uma organização não governamental fundada em 1974 com atuação em vários países da América Latina. O argentino Adolfo Pérez Esquivel, que coordenou a fundação do SERPAJ, recebeu o Nobel da Paz em 1980.

2 Apesar de suas diferentes denominações, referimo-nos a essas comissões como “da verdade” em virtude do objetivo em comum de investigar e denunciar as violações contra os direitos humanos ocorridos durante as ditaduras argentina e uruguaia.

permanecerão assim, pois remetem a processos traumáticos vividos por essas sociedades. Como comenta Márcio Seligmann-Silva, “Não existe discurso que esgote a dor (...)” (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 15). O negacionismo e o revisionismo em curso são, em parte, respostas a essa dor que encontrou acolhida mais expressiva – ainda que passível de várias críticas quanto aos seus usos políticos – em governos como os de Néstor (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015) na Argentina e os da Frente Ampla (2005-2020) no Uruguai. Esses governos acolheram demandas por memória, verdade e justiça feitas há anos por grupos de direitos humanos.

A REPRESSÃO COORDENADA ENTRE ARGENTINOS E URUGUAIOS E A ELABORAÇÃO DAS COMISSÕES DA VERDADE

O período em que o Cone Sul viveu sob a égide de ditaduras seguidoras da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)³ foi uma época em que o Terrorismo de Estado se tornou *modus operandi* nas ações dos regimes militares para evitar qualquer tipo de contestação aos seus governos. Através da colaboração entre as forças de segurança destes Estados, os países do Cone Sul passaram por um período em que a sistemática violência estatal foi um fator preponderante para o assentamento de uma ordem social repressiva, que utilizava ostensivamente de medidas persecutórias que violavam regularmente os direitos civis e políticos da população. A colaboração entre as forças de segurança resultou na criação em 1975 da Operação Condor. O objetivo era organizar de maneira eficaz uma cooperação entre os serviços de segurança responsáveis pela repressão nestes países, com o intuito de investigar, combater, perseguir e prender indivíduos e grupos de oposição a estes regimes (DINGES, 2005, p. 21). Através da análise da extensa documentação sobre o período e a Operação Condor, é explícita a dimensão e íntima relação das Forças Armadas argentina e uruguaia para a efetivação de uma coesa estrutura operacional para perseguição, repressão e eliminação de seus opositores.

Podemos citar como exemplo contundente o Centro Clandestino de Detenção (C.C.D.) Automotores Orletti. Nos C.C.D.s se realizavam interrogatórios e torturas de indivíduos considerados “suspeitos de atos de subversão”. Automotores Orletti foi um dos locais onde os comandos militares uruguaiois responsáveis pela repressão na Argentina mais atuaram, dividindo o espaço e compartilhando informações e métodos de tortura com seus correspondentes argentinos (PADRÓS, 2018, p. 55). Essas atividades de repressão em território argentino ficaram a cargo do Organismo Coordinador de Operaciones

³ A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi elaborada em uma série de diretrizes que nortearam os golpes militares organizados pelas forças armadas dos países latino-americanos no período da Guerra Fria. A DSN foi materializada como princípio teórico de conservação da ordem social nacional através de um Estado que tinha a necessidade de mascarar seu viés autoritário e repressivo, elaborando um estado de vigilância constante e de combate sem interrupções a um aparente e obscuro “inimigo interno” (PADRÓS, 2013). Dentre esses inimigos, os comunistas foram um dos principais alvos da DSN.

Antisubversivas (OCHOA), órgão responsável por concentrar as atividades ligadas à Operação Condor por parte do governo ditatorial uruguaio (CONADEP, 1995). O OCHOA usou o Automotores Orletti como centro operacional para suas articulações na Argentina, atuando na eliminação de cerca de 135 uruguaios exilados no país vizinho (PADRÓS, 2018, p. 59). Era de se esperar que, com o fim das ditaduras argentina e uruguaia durante os anos 1980, ocorresse uma série de denúncias de inúmeras arbitrariedades acerca dos crimes de lesa humanidade ocorridos durante os regimes castrenses. Atendendo a esta demanda intensa por verdade, memória e justiça, comissões da verdade começaram a ser instauradas com a finalidade de sanar estas questões a partir da reestruturação de regimes democráticos.

Na Argentina, a ditadura iniciada em 24 de março de 1976 terminou em 1983, quando Raúl Alfonsín é eleito democraticamente pela população do país. Em 1983, seu governo cria a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), que publicou o relatório *Nunca Más*. O relatório detalha os mecanismos da repressão durante a ditadura, amparado por vasta documentação e testemunhos de vítimas e familiares. O informe e tantas outras políticas e ações de memória e justiça, como a condenação à prisão perpétua do General Jorge Rafael Videla⁴ e a criação de locais como museus, por exemplo, em 2007, na antiga Escola de Mecânica da Armada (ESMA), que foi utilizada como Centro Clandestino de Detenção, alçaram a Argentina como modelo a ser seguido no julgamento de violações aos direitos humanos e respeito à memória das vítimas (DUQUE; CARVALHO, 2015, p. 17).

No Uruguai, findada a ditadura em 1985, foram se fortalecendo os clamores para investigarem os atos perpetrados pelas Forças Armadas e seus quadros durante o regime ditatorial, já que se avolumavam as denúncias de crimes contra os direitos humanos perante as instâncias judiciais uruguaias. Ainda em 1985, foi criada a *Comisión Investigadora sobre Situación de Personas Desaparecidas y Hechos que la Motivaron*, que embora aportando farto material, não obteve resultado satisfatório, pois não assinalava os responsáveis pelos desaparecimentos (MONTAÑO, 2015, p. 135). Buscando contornar os obstáculos para condenar e denunciar os crimes dos agentes estatais durante o regime militar uruguaio, surge em 1989 o relatório *Uruguay Nunca Más*, confeccionado e publicado pelo *Servicio de Paz y Justicia* (SERPAJ). O informe *Nunca Más* uruguaio, em sua elaboração, utilizou registros e documentos oficiais, bem como relatos e memórias de vítimas e vitimários da

⁴ Videla foi condenado em 1985, mas a pena foi anulada em 1990. Em 2010, voltou a ser condenado. A anulação da primeira condenação indica que o restabelecimento da democracia na Argentina foi um processo marcado por tensões e recuos. Apesar de conquistas como a CONADEP e o Nunca Más, em 1986, durante o governo Alfonsín, foi promulgada a Ley de Punto Final, que impedia novas ações contra militares que tinham cometido violações aos direitos humanos durante a ditadura. Em 1987, também sob o governo Alfonsín, foi aprovada a Ley de Obediencia Debida, segundo a qual os militares, abaixo de coronéis, não poderiam ser punidos por atos cometidos durante a ditadura, pois teriam “seguido ordens”. Em 1989 e 1990, o presidente Carlos Menem concedeu indultos aos que tinham sido condenados logo depois da queda da ditadura. Um dos favorecidos foi Videla.

ditadura, ou seja, indivíduos envolvidos nas medidas de repressão e perseguição política. O *Nunca Más* da SERPAJ inspirou a criação de outras comissões e informes no país como a *Comisión para la Paz* (COMPAZ) em 2000. A investigação da COMPAZ sobre os desaparecidos foi publicada em 2003 sob o título *Informe Final de la Comisión para la Paz*.⁵ Com a participação de pesquisadores da *Universidad de la República* (UDELAR) e apoio do presidente Tabaré Vázquez, em 2007 foi publicada a *Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos* e, em 2008, a *Investigación Histórica sobre la Dictadura y el Terrorismo de Estado en el Uruguay (1973-1985)* (RICO, 2008).

Tanto no caso argentino quanto uruguaio, as comissões da verdade e os informes são tentativas de estabelecer um processo de conscientização quanto aos eventos ocorridos no passado ditatorial. Os relatórios põem em xeque a História oficial propagada por parte dos militares e apoiadores dos regimes ditatoriais. O papel desempenhado pelos *Nunca Más* é de desfazer a narrativa imposta à força – diríamos a fórceps – pelos responsáveis pela máquina estatal repressiva e autoritária (JELIN, 2017). Esta conjectura vai ser importante para elencar a memória como um elemento para deslegitimar o tempo ditatorial – ou para legitimar no caso de seus saudosistas e apoiadores. O passado recordado se transforma em um palco importante onde se revelam as fraturas políticas do presente. Seja na Argentina ou no Uruguai, se percebe o uso do passado no cenário político, jurídico e social, o qual norteia as ações de políticos, instituições e agentes públicos, que visam estabelecer, a partir de uma reconstrução do passado, caminhos para o entendimento político e social destes países.

A memória, portanto, será central para a construção de identidades de acordo com posicionamentos assumidos frente aos acontecimentos do passado. Conforme apontamos, além das denúncias de violações aos direitos humanos, as comissões da verdade, através dos relatos das vítimas do Terrorismo de Estado, possuíam – e possuem – como um dos seus principais objetivos a construção de empatia para com as vítimas, outrora criminalizadas pelos governos ditatoriais como “terroristas”, dentre outros estigmas. A criminalização das vítimas é um dos sinais mais evidentes da permanência dos traumas originados no passado, pois ainda é argumento utilizado em defesa dos militares. Caberia às comissões e seus informes a construção de empatia para com os compatriotas e estrangeiros vítimas das ditaduras, superando preconceitos alimentados por identidades nacionais. Por cima das identidades nacionais, as comissões da verdade se pautaram pela **humanização** das vítimas, destacando a **universalidade** do que sofreram. A construção dessa empatia é um ponto central do questionamento à História oficial dos governos militares. Por esta

⁵ O caso uruguaio, assim como o argentino, é marcado por tensões e recuos. Em 1986 foi aprovada a lei de caducidade dos crimes cometidos pelos militares, ratificada num plebiscito em 1989. Apenas em 2000 o governo nacional se envolveu mais diretamente com a questão dos desaparecidos ao criar a COMPAZ.

via, pode-se compreender os impactos dos *Nunca Más* ao se destacar as relações entre memória, identidade e direitos humanos contidas nestes informes.

OS INFORMES *NUNCA MÁS*: MEMÓRIA, IDENTIDADE, EMPATIA E DIREITOS HUMANOS

Os informes *Nunca Más* e as comissões da verdade descrevem a dimensão avassaladora dos eventos relacionados aos processos despendidos pelas ditaduras argentina e uruguaia para pôr em prática um sistema eficaz de repressão. A memória destes tempos é descrita nos *Nunca Más* como denúncia de um passado que não poderia - ou que não pode - voltar a se repetir. Como mesmo se explana no prefácio do *Nunca Más* argentino: “As grandes calamidades sempre geram lições (...)” e “Só assim poderemos ter certeza de que NUNCA MAIS em nossa pátria acontecerão os fatos que nos fizeram tragicamente famosos no mundo civilizado” (CONADEP, 1985, p. 4).

Enquanto estiveram no poder, os militares puderam controlar a narrativa relacionada às ações e medidas de perseguição política e repressão aos direitos políticos e civis. No momento em que Argentina e Uruguai voltam a governos democráticos – ainda que com limitações devido à complexidade dos processos de transição –, aquelas memórias e vozes silenciadas durante os anos de repressão emergem de seus esconderijos, exigindo seu local dentro do cenário político, social e cultural destes países. Como detalha Michael Pollak (1992, p. 5), a memória em disputa se alicerça na eclosão de ressentimentos guardados no decorrer dos anos autoritários, nos quais se sobressai a memória e a narrativa impostas pelo grupo hegemônico, que no caso de Argentina e Uruguai era o dos militares⁶. As memórias guardadas e negadas ressurgem através dos veículos de comunicação, da literatura, do cinema, da televisão e das artes plásticas, dentre outros meios, transpondo a muralha imposta pelo discurso oficial das ditaduras. São outras miradas do passado, construídas por uma visão oposta. As comissões da verdade e seus informes apresentam o passado de maneira contrária às ditaduras. Trata-se de um passado marcado por um *continuum* significativo com o presente e, inclusive, com o futuro (SARLO, 2007, p. 12).

Estas memórias e modos de interpretar o passado marcam os processos de reconstrução de identidades individuais e coletivas que surgem após tempos de extrema violência e traumas. Especialmente nesses casos, o campo da memória é um cenário de constante embate político, relacionado à luta contra o “esquecimento”, para que *Nunca Más* ocorram violações aos direitos humanos. Constante embate político de fato, pois há os que lutam pelo “esquecimento”, para “virar a página” e, assim, “pacificar” a sociedade. Esquecimento

⁶ Neste trabalho não analisamos a base social das ditaduras, a qual, evidentemente, não se limitou aos militares. Tendo em vista que nossa preocupação principal é a construção da empatia para com as vítimas do terrorismo de Estado descritas nos informes, o nosso foco é o papel hegemônico desempenhado pelos militares no controle do aparato repressivo.

entre aspas, pois, como bem alerta Elizabeth Jelin, os “esquecimentos” estão ancorados em determinadas “memórias”, motivo pelo qual a autora prefere falar em confronto de “memória *versus* memória” ao invés de “memória *versus* esquecimento” (JELIN, 2002, p. 6). Esta confrontação entre memórias resulta na construção de múltiplas diferenças entre os campos opostos e, acima de tudo, identidades, baseadas em critérios variados que não necessariamente se excluem (profissionais, sociais, étnicos, de gênero, nacionais, dentre outros).

Diferença e identidade tendem a ser naturalizadas. Identidade costuma ser vista como aquilo que se é, e a diferença como aquilo que o “outro” é. Identidade e diferença se auto referenciam, são intrínsecas. Só há identidade, pois existe diferença, e vice-versa. Como lembra Silva, identidade e diferença são criações sociais e culturais (2011, p. 76). Os discursos das ditaduras argentina e uruguaia estão calcados em uma lógica binária típica de regimes autoritários, a qual concebe o mundo em dois polos distintos. Essa lógica serve para identificar um inimigo a ser combatido e derrotado, com o intuito de extinguir qualquer forma de oposição e construir um arquétipo guerreiro para os governos militares, que caminham através do combustível da retórica amigo-inimigo, guerra e aniquilação. Esta guerra travada dentro e fora das fronteiras argentinas e uruguaia era contra a “subversão”. A existência de grupos guerrilheiros era usada pelas ditaduras para dar suporte a essa lógica binária, desconsiderando a desigualdade de força humana, bélica e financeira que havia entre as forças governamentais e as dos opositores que seguiram para a luta armada. Apesar dessa desigualdade, os opositores das ditaduras eram apresentados como “inimigos ameaçadores e perigosos”, o que estimula um pensamento pautado na “necessidade” de extinção desse “outro” e na busca de meios para isso. Este inimigo tentaria submeter a todos de qualquer maneira e, por isso, seguindo esta lógica binária, deveria ser perseguido de todas as formas (CALVEIRO, 1998, p. 53).

Esse “subversivo” abarcava amplos tipos de sujeitos, desde componentes de grupos guerrilheiros como *Montoneros* (Argentina) e *Tupamaros* (Uruguai), passando por membros de sindicatos e partidos políticos de oposição, além de ativistas de movimentos sociais e organismos de defesa dos direitos humanos. Qualquer tipo de militância era enquadrado como provável subversão (CALVEIRO, 1998, p. 55). Sobre os estrangeiros, especialmente os latino-americanos, pesavam questionamentos sobre o porquê viveriam longe de seus países naquele momento marcado por várias ditaduras na região. O subversivo era visto como oposto aos ditames da “ordem” e “progresso”. Assim como uma doença, precisaria ser combatido e eliminado do corpo social. Tendo estes predicados, o “outro” considerado o subversivo não possuiria qualidades humanas. Não sendo humano, este sujeito, sob a ótica dos militares, poderia ser submetido a um tratamento animalesco, receber castigos físicos, torturas e desaparecer da sociedade. (CALVEIRO, 1998, p. 55).

Esta narrativa dos militares e seus apoiadores compõe fortemente a memória da identidade criada pelos militares sobre si e seus opositores. Calçada em uma dicotomia exacerbada, as Forças Armadas se viam como defensoras dos “valores pátrios” e dos “bons costumes” da “civilização cristã” frente à “ameaça” de guerrilhas de esquerda. As Forças Armadas agiriam como um pai severo, que castiga e amedronta um filho (a população) visando o “bem” de sua prole, a fim de lhe “educar” e “proteger” dos “perigos mundanos” (JELIN, 2017). Um dos principais elementos dessa identificação era imputar ao agente subversivo o fantasma do comunismo e o da violência atribuída às guerrilhas (NOVARO; PALERMO, 2007).

Porém, o que fora descrito nos informes das comissões da verdade constrói outra memória e identidade para os envolvidos nos acontecimentos. As comissões e seus informes acabam devolvendo dignidade e humanidade para aqueles acusados de subversão. Ao mesmo tempo, expuseram a magnitude da perversão feita pelas ações da máquina repressiva dos governos militares e seus responsáveis. Assim, trouxeram à tona outra tonalidade das identidades construídas e exploradas durante os períodos ditatoriais uruguaio e argentino. O outrora subversivo, antes considerado perigoso e uma ameaça à sociedade, se torna vítima da repressão e do Terrorismo de Estado. Por sua vez, os militares, que até então se viam e impunham sua perspectiva de estarem agindo pelo bem do país, passam a ser vistos como desumanos e cruéis (MENDES, 2009). Os *Nunca Más* passaram essa perspectiva explorando dois aspectos importantes: Direitos Humanos e empatia para com as vítimas das ditaduras.

A atuação de grupos e entidades de Direitos Humanos como as *Madres de la Plaza de Mayo* e a SERPAJ foi fundamental na elaboração dos informes *Nunca Más* da Argentina e do Uruguai, os quais revelaram o alcance e dimensão das práticas de repressão durante as ditaduras dos dois países. A concepção de Direitos Humanos e a de empatia, bandeiras centrais desses grupos e entidades, ajudaram a configurar outra percepção sobre as disputas pela memória dos tempos autoritários das décadas de 1970 e 1980 (LANNA, 2014, p. 117).

A noção de direitos humanos não é de precisa definição, porque sua existência está atribuída tanto a aspectos da emoção como da razão. Precisamente é quando nos sentimos assustados com a sua violação (ou seja, um apelo emocional) é que temos ciência de que um direito humano entra em questão (HUNT, 2007, p. 25). Os direitos seriam universais somente se todos pudessem se enxergar como semelhantes, quando indivíduos são capazes de sentir empatia pelos outros (HUNT, 2007, p. 26). A empatia pode ser encarada como um fundamento primário dos direitos humanos. Ela ocorre quando um indivíduo imagina e encara outro ser humano como um semelhante, com emoções, pensamentos e sujeito a alegrias, tristezas, forças, fragilidades e sofrimentos. Indivíduos empáticos seriam

marcados por valores universais maiores (HUNT, 2007, p. 31). Estes apontamentos acabam facilitando o entendimento acerca da elaboração dos *Nunca Más* e sua gênese.

A composição dos informes contendo relatos e testemunhos de torturas, desaparecimentos, abusos sexuais, mortes a sangue-frio e sequestros de crianças e adolescentes visavam (co)mover o público em favor dos que tinham sido perseguidos pela ditadura (SERPAJ, 1989). Ao expor as situações impostas às pessoas feitas prisioneiras nos C.C.D.'s e demais instalações utilizadas pelas forças de segurança para torturas e mortes, o objetivo era proporcionar ao público em geral outra compreensão sobre o período ditatorial (CONADEP, 1985). Visava-se ao florescimento da empatia para com os sujeitos que sofreram violações de seus direitos. Os testemunhos das vítimas – em primeira pessoa –, reproduzidos nos informes, seriam essenciais nesse processo de construção da empatia, pois permitiriam que o “subversivo” passasse a ser visto como vítima e/ou militante em um sentido positivo, o qual teria lutado por algo de interesse coletivo. Márcio Seligmann-Silva, ao analisar a etimologia de testemunho, mostra como a palavra remete aos sentidos de sobrevivente, mártir e verdade:

Em latim pode-se denominar o testemunho com duas palavras: *testis* e *superstes*. A primeira indica o depoimento de um terceiro em um processo. No quinto livro de Moisés encontra-se uma passagem clássica que exemplifica esse sentido do testemunho como “terceiro”: “Uma só testemunha contra ninguém se levantará por qualquer iniquidade, ou por qualquer pecado, seja qual for o pecado que pecasse; pela boca de duas testemunhas, ou pela boca de três testemunhas, se decidirá a contenda” (Êxodo, 19, 15). Também o sentido de *superstes* é importante no nosso contexto: ele indica a pessoa que atravessou uma provação, o *sobrevivente*. O conceito de *mártir* está próximo a essa acepção do sobrevivente. *Martyros* em grego significa justamente testemunha. Se a noção de testemunha como terceiro já anuncia o tema da verificação da “verdade”, ou seja, traz à luz o fato de que o testemunho por definição só existe na área enfeitada pela dúvida e pela possibilidade da mentira, a acepção de testemunho como sobrevivente e como mártir indica a categoria excepcional do “real” que o testemunho tenta dar conta a *posteriori* (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 373-374).⁷

Essa dor singular é compartilhada nos meios público e da política institucional, estimulando a sociedade a refletir sobre como e de que maneira se permitiu que estas situações terríveis acontecessem. Neste debate o corpo torturado é um símbolo e prova viva da crueldade sofrida, cometida e testemunhada. Ele representa o absurdo do sofrimento diante da tentativa de exterminar e submeter radicalmente o sujeito e sua existência. A imposição do sofrimento sobre o indivíduo torturado revela a magnitude das atrocidades, quando o absolutamente humano e o absolutamente desumano se digladiam e se definem. Os informes *Nunca Más* se tornam um local de memória onde esse sofrimento encontra espaço, sendo ressignificado e reconhecido (ENDO, 2010, p. 16).

⁷ João Camillo Penna (2006), ao analisar o testemunho de lideranças indígenas na América Latina, lembra que existem questionamentos à representatividade de um testemunho, como algo que represente a toda uma comunidade. Contudo, a questão extrapola os objetivos deste capítulo.

Partindo para exemplos de construção dessa empatia nos informes, priorizamos os relatos de perseguições a uruguaios no informe argentino e de perseguições a argentinos no informe uruaio, pois envolvem não apenas aqueles criminalizados pelas ditaduras dos dois países: trata-se de um “outro” marcado, também, pela diferença da nacionalidade. Um exemplo que chama a atenção, no informe uruaio, é o relato da morte do argentino Gerardo Alter, apresentado como militante do PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores). Gerardo foi detido em 19 de agosto de 1973 juntamente com o uruaio Walter Arteche Echeto, descrito como operário pertencente ao MLN (Movimento de Libertação Nacional) – nome oficial do movimento tupamaro – e que contava com 26 anos de idade. O relato da prisão e das torturas que ocorreram com ambos foi dado por Jorge Selves Lawlor, preso com eles:

Somos llevados directamente a la sala de interrogatorios y torturas. Nos estaquean a los tres y comienzan a aplicarnos magnetos. La intensidad eléctrica era muy alta. Para ser gráficos, a pesar de que estábamos estaqueados, la contracción muscular era tan grande, que el sacudimiento nos hacía tocar casi los pies con la cabeza.

En la primera media hora murió Walter Arteche y, al poco tiempo, Gerardo Alter. De eso fui testigo directo. Después las FEAA elaboraron un comunicado diciendo que Arteche se había fugado en un procedimiento (SERPAJ, 1989, p. 262).

O militante argentino e o uruaio foram presos juntos, passaram pelas mesmas torturas e morreram com pouca diferença de tempo. Para além das nacionalidades, são apresentados em sua condição **humana**. A referência à militância de ambos estabelece uma conexão sobretudo regional entre as vítimas, distinta da relação com o “comunismo internacional” propalada pelos militares. A condição de operário de Walter e sua juventude, com apenas 26 anos, são outros elementos potentes para a identificação: operário, jovem e, assim como Gerardo, torturado sem possibilidade de defesa, o que desconstrói a “ameaça” que representariam para a sociedade. Um dos elementos mais significativos do relato talvez seja a falta de controle sobre os próprios corpos. Ao comentar as críticas crescentes à tortura no decorrer do século XVIII, Lynn Hunt explica que:

Na visão individualista e secular que nascia, as dores pertenciam apenas ao sofredor, aqui e agora. (...). Como a dor e o próprio corpo agora pertenciam somente ao indivíduo, e não à comunidade, o indivíduo já não podia ser sacrificado para o bem da comunidade ou para um propósito religioso mais elevado (HUNT, 2009, p. 97).

Sessões de tortura envolvendo choques elétricos foram prática recorrente da repressão contra os opositores e amplamente denunciadas no *Nunca Más* argentino. Para citar um exemplo representativo, o documento produzido pela CONADEP traz o caso do uruaio Nelson Eduardo Dean. Casado - informação trazida pelo informe -, Nelson foi sequestrado em Buenos Aires em 13 de julho de 1976, às 22 horas. A perda de controle

sobre o próprio corpo é frisada em seu relato. “Durante o tempo que se aplica a eletricidade, se perde todo controle dos sentidos, provocando esta tortura vômitos permanentes, defecação quase constante, etc.” (CONADEP, 1985, p. 32). Ainda sobre a perda de controle sobre o corpo, Nelson relata que:

(...) a eletricidade começa a subir pelo corpo, e todas as zonas em que foram colocados fios parecem arrancados do corpo. Desta forma, a princípio são os pés que parecem arrancados do corpo, e logo as pernas, os testículos, o tórax, etc. (CONADEP, 1985, p. 32).

O relato apresenta um forte poder simbólico na construção de empatia. A referência a partes do corpo que pareciam arrancadas remete ao esquartejamento, suplício sofrido por mártires do cristianismo como São Hipólito e prática punitiva no período colonial contra, por exemplo, os que se rebelavam contra a coroa. Pedacos do corpo costumavam ser espalhados e expostos para servirem de exemplo. Um exemplo célebre foi a condenação ao esquartejamento de Tupac Amaru II, líder de uma das principais revoltas contra a coroa espanhola.⁸ Apesar das particularidades que envolvem os exemplos aqui citados de esquartejamento em relação ao relato de Nelson, consideramos pertinente o que Peter Burke afirma sobre a importância dos “esquemas” na elaboração da memória social:

Em seu excelente estudo da **Grande guerra e memória moderna**, o crítico americano Paul Fussell observou o que ele chama de “dominação da Segunda Guerra pela Primeira”, não apenas no nível dos generais, que sempre se supõe tenham combatido na guerra anterior, mas também no nível dos participantes comuns. (...). Remontando um pouco antes, a própria literatura de Bunyan - incluindo sua autobiografia, *Grace Abounding* - também utiliza esquemas (...). Por exemplo, a história de sua conversão é claramente inspirada, **de modo consciente ou inconsciente - é difícil de dizer qual dos dois** [grifo nosso] -, na conversão de São Paulo segundo a descrição nos Atos dos Apóstolos. (BURKE, 2000, p. 77).

Outro exemplo importante tendo em vista a construção de empatia são os relatos sobre sequestros de crianças e grávidas. Os *Nunca Más* deixaram explícito que o sequestro e a entrega para adoção ilegal de filhos de detidos e desaparecidos eram uma prática comum durante os anos das ditaduras argentina e uruguaia. Existem inúmeros relatos de mães separadas de sua criança recém-nascida ou que presenciaram a tortura dos filhos ou foram torturadas na frente destes ou, ainda, que viveram a mórbida situação de que ao lado das sessões de tortura se realizavam partos (KOIKE, 2013). Um caso relatado no *Nunca Más* uruguaio é o sequestro da família argentina Logares Grispón no Uruguai. A família foi sequestrada no Uruguai em 1978 por militares argentinos com a conivência das autoridades uruguaia. O desespero de Mónica Grispón de Logares, presa sem conhecer o paradeiro de Paula, sua filha de 2 anos, é relatado por Adriana Chamorro de

⁸ A revolta ocorreu no século XVIII no então Vice-Reino do Peru. Os cavalos não conseguiram desmembrar o corpo de Tupac Amaru II, o qual foi decapitado e teve as partes de seu corpo cortadas.

Corro, companheira de detenção. Paula foi encontrada 8 anos depois sob os cuidados de um ex-policial da Província de Buenos Aires que, com a cumplicidade do Médico Jorge Héctor Vidal, a havia registrado como sua filha. Após disputa judicial, Paula foi restituída a sua verdadeira família. O relato sobre o sequestro coloca a família, a maternidade – e a paternidade – e o trabalho como elementos constituintes das identidades das vítimas:

Claudio Logares [companheiro de Claudia e pai de Paula] había dejado Buenos Aires un año antes, y conseguido empleo en un estudio contable; poco tiempo después se le reunió el resto de la familia. El 18 de mayo de 1978, siendo feriado, salieron de su casa rumbo al Parque Rodó (SERPAJ, 1989, p. 340).

Além disso, ainda que indiretamente, consideramos que a referência ao sequestro em um 18 de maio coloca em xeque a própria soberania do Uruguai, pois ocorreu justamente na data em que o país celebra a Batalla de las Piedras, considerada a primeira grande vitória de José Gervasio Artigas no processo de independência do país. Coloca em xeque, pois relata a livre atuação de militares argentinos em território uruguaio, oferecendo um contraponto à versão dos militares que costumava relacionar os opositores a uma ameaça à soberania do país, pois atuariam em nome do “comunismo internacional”.

Os elementos família, maternidade/paternidade e trabalho, presentes no relato sobre a família Logares Grispon, nos levam a pensar, ainda, em outro processo de ressignificação operado pelos informes: esses elementos, caros ao cristianismo e usados pelos militares para justificar a perseguição aos opositores, são, no pós-ditaduras, atribuídos às vítimas e representam uma marca importante desse processo de construção de empatia.

O vivenciado pela família argentina Logares Grispon no Uruguai encontra paralelo no vivenciado pela família uruguaia Julien Grisonas na Argentina, também destacado pelo *Nunca Más* uruguaio. Em 26 de setembro de 1976, os irmãos Anatole, de 3 anos, e Victoria, de 1 ano, presenciaram o assassinato dos pais em sua própria residência por forças de segurança argentinas quando estavam exilados em Buenos Aires. Os irmãos foram abandonados em uma praça de Valparaíso, Chile, em dezembro do mesmo ano. Após serem entregues a um albergue, foram adotados por um casal. Mesmo permanecendo com seus pais adotivos, as crianças recuperaram suas identidades e tinham contato com seus avós. O relato conta com dois testemunhos-chaves. Julio César Barboza Plá, ex-soldado do *Servicio de Inteligencia de Defensa*, relata que encontrou as duas crianças na prisão e, “*Conmovido por la presencia de ellos allí*” (SERPAJ, 1989, p. 296), conversou com o menino, que lhe revelou o seu nome e o da irmã. Além disso, as circunstâncias do assassinato dos pais das crianças contaram com o testemunho de vizinhos:

Luego de lanzar varias bombas, penetraron en el domicilio de Mario Julien y Victoria Grisonas.⁹ Al parecer, Julien murió en el interior de la casa, pero su esposa fue sacada a rastras y, de acuerdo a un vecino, fusilada al doblar la esquina. Ese vecino relató que vio llevarse a dos niños pequeños que lloraban desconsoladamente, a la par que uno de los captores decía a los niños: "La yegua de tu madre no está más." (SERPAJ, 1989, p. 296).

Ao ser destacada a frase do vizinho, o informe denuncia a animalização da mãe, tratada como "égua" pelas forças de repressão do Uruguai. Não casualmente a escolhemos para o título deste capítulo. Ao denunciar o assassinato dos pais em casa, quando estavam juntos de seus filhos, o informe recupera a condição de mãe da vítima. A ausência definitiva da mãe – "*La yegua de tu madre no está más*" – decorria da repressão e não de seu envolvimento com atividades políticas¹⁰, discurso que recaía sobre as mulheres-mães militantes. Repressores relacionavam as atividades políticas a um "distanciamento" da família e do lar e à promiscuidade, como indica o qualificativo de "égua" (cf. PEDRO; WOLFF, 2010).

Anos antes, o *Nunca Más* argentino abriu caminho para esses processos de ressignificação das vítimas e, em particular, dos estrangeiros perseguidos pela ditadura argentina. A exemplo da família uruguaia Julien Grisonas, atacada em sua casa em Buenos Aires quando estava reunida, o *Nunca Más* argentino traz o caso de uma família uruguaia que, em plena capital argentina, teve um filho, Simón Antonio Riquelo, sequestrado por militares argentinos e uruguaiois:

Em 13 de julho de 1976, entre as 23 e 23h30min, bateram fortemente na porta de meu domicílio, no Bairro de Belgrano, nesta Capital. Nesse momento, me encontrava terminando de dar de mamar a meu filho Simón. Forçaram a porta e entraram 10 a 15 pessoas à paisana, mas que se identificaram como membros do Exército Argentino e do Exército Uruguaio. Um dos oficiais se apresentou como major Gavazzo, do Exército Uruguaio. Encontraram material escrito, do qual surgiu que eu trabalhava pela causa da liberdade no Uruguai; então começaram a torturar-me e a interrogar-me. Quando me tiraram de casa perguntei a eles o que ia acontecer com a criança. Me responderam que não devia preocupar-me, que a criança ia ficar com eles, e que esta guerra não era contra as crianças. Essa foi a última vez que vi Simón e que tive notícias dele (CONADEP, 1985, p. 11-12).

Ao ser revelado, esse horror e essa dor representam uma experiência compartilhada, uma vivência que passa do "eu" do sujeito torturado ou desaparecido, para o "nós" da sociedade chocada com tamanha crueldade (SONTAG, 2003). Incentivam um clamor por verdade e justiça contra os responsáveis por estas atrocidades. O relato das crueldades da repressão estatal das ditaduras argentina e uruguaia soa como um ataque à

⁹ Victoria, mãe das crianças, nasceu na Argentina, mas obteve nacionalidade uruguaia. Sua filha menor também nasceu na Argentina. Segundo site da Abuelas de Plaza de Mayo, sobreviventes a teriam visto com as crianças no C.C.D. *Automotores Orletti*. (cf. ABUELAS DE PLAZA DE MAYO, s./d.).

¹⁰ Victoria atuou na Federación Anarquista Uruguaya (FAU), na Organización Popular Revolucionaria (OPR – 33) e no Partido por la Victoria del Pueblo (PVP). (SECRETARÍA DE DERECHOS HUMANOS PARA EL PASADO RECIENTE, 2015, p. 1).

sensibilidade, pois sua leitura consiste em uma experiência desconfortável, provocante e incômoda. Sujeitos outrora encarados como subversivos e inclusive criminosos comuns se tornam figuras de resistência, sobreviventes que lutaram contra o sistema autoritário comandado pelos militares. Tornam-se sujeitos com direitos perante as ilegalidades do Terrorismo de Estado.

As memórias que emergem das páginas dos informes das comissões da verdade tecem outras identidades na medida em que as violações dos direitos humanos ali expostas estimulam empatia para com as vítimas destes crimes e condenação aos repressores. A memória fortalece a identidade, seja no aspecto coletivo ou individual. Retomar as memórias ocultas e silenciadas possibilitou a restituição de identidade(s) para as vítimas - e a atribuição de novas identidades em meio à transição política que ocorria. (CANDAU, 2012, p. 16). A construção da empatia nos informes passa por apresentar, também, o nome completo das vítimas, seus endereços ou, ainda, os locais onde trabalhavam ou foram presas, locais por vezes bastante conhecidos. O caminho identitário depende da memória na mesma medida que a ânsia por memória vem sempre na esteira de um sentimento identitário (CANDAU, 2012, p. 19). É pela memória e identidade que o indivíduo compreende o mundo em sua dimensão, dando-lhe ordem e sentido. “[...] Porque a memória organiza os traços do passado em função dos engajamentos do presente e logo por demandas do futuro [...]” (CANDAU, 2012, p. 63).

Assim, os *Nunca Más* têm a intenção de servir ao dever de memória, à memória como lição a ser aprendida para que os crimes do período ditatorial não voltem a ser cometidos. Argentinos e uruguaios herdaram dos anos ditatoriais uma memória que, apesar de destrutiva, também é fundacional. Para todos os efeitos, ela é um referente identitário permanente e necessário, já que implica um dever de memória. Não somente um dever, mas um direito a ser exercido (CANDAU, 2012, p. 154). Como destacamos, por mais que estas políticas se façam presentes e tenham repercussão enquanto ferramentas pedagógicas e culturais, ainda existem ecos e declarações que estimulam um negacionismo e visões favoráveis sobre os anos ditatoriais, seja na Argentina ou no Uruguai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões envolvendo a justiça transicional, julgamento e responsabilização dos mandantes dos crimes contra os direitos humanos e o lugar das comissões da verdade em torno de batalhas judiciais são aportes substanciais para entender as motivações da produção destes informes.

Beatriz Sarlo (2007) destaca a importância dos relatos das vítimas no âmbito jurídico, mas faz um alerta importante. O papel que desempenham na Justiça não deve ser

acriticamente transposto para a produção do conhecimento histórico. Não se trata da História colocar em questão a veracidade dos relatos, mas de se perguntar sobre os mecanismos de sua elaboração para que as experiências únicas e traumáticas que sofreram pudessem se tornar social, política e culturalmente compartilhadas. Daí as referências, nos relatos, a símbolos cristãos, datas pátrias e a disputa de sentidos que carregam em torno de elementos presentes no próprio discurso dos militares - família, maternidade/paternidade e trabalho, dentre outros a serem aprofundados pela pesquisa. Os relatos das vítimas foram selecionados e editados pelas comissões da verdade em seus informes, de modo que representam, também, a percepção que tinham das sociedades para as quais se destinavam. Essa percepção está indissociável dos elementos priorizados na construção de empatia para com as vítimas.

Outro desafio da pesquisa é analisar mais detalhadamente em que medida as ditaduras argentina e uruguaia alimentaram as suas identidades nacionais em contraponto à do país vizinho. É necessário avançar, sobretudo, nas imagens do Uruguai e dos uruguaios na Argentina.

É preciso compreender, ainda, em que medida o *Nunca Más* argentino foi modelo do *Nunca Más* uruguaio produzido pela SERPAJ e quais seriam as particularidades do informe uruguaio. Além do título semelhante, no início do documento uruguaio é feita uma menção explícita ao documento argentino - e ao brasileiro **Brasil: Nunca Mais** (1985).

Finalmente, outra questão que se coloca - para além do mestrado em curso - é comparar como as diferentes nacionalidades das vítimas estão presentes e representadas nos informes, para além dos casos de argentinos e uruguaios. A compreensão das narrativas e dos embates acerca do passado das Ditaduras de Segurança Nacional argentina e uruguaia perpassa pela complexidade social, política e cultural de suas sociedades.

ABSTRACT: *This chapter addresses the relationship between memory, identity and human rights present in the Preparation of Argentine and Uruguayan Never More Reports and the Truth Commissions of these countries. Prepared after the end of military dictatorships in the 1970s / 1980s, the Truth Commissions exposed the cooperation of the Argentine and Uruguayan repressive apparatus in the violation of human rights, using memorialistic tools, building and deconstructing identities when reporting crimes against human rights. The main objective of the chapter is to analyze some of the mechanisms for building empathy for the victims of dictatorships, formerly criminalized by military governments. Among these mechanisms, we find the humanization of victims and the consequent overcoming of national identities, which is why we prioritize the Uruguayan victims in the Argentine report and the Argentine victims present in the Uruguayan document.*

KEYWORDS: *Memory. Identity. Human Rights. Argentina. Uruguay.*

REFERÊNCIAS

ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. **Casos resueltos**: Victoria Eva Julien Grisonas. Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/caso/julien-grisonas-victoria-eva-227>. Acesso em: 15 out. 2020.

BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 318 p.

CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición**. 2. ed. Buenos Aires: Colihue, 2004. 105 p. Disponível em: <https://elsudamericano.files.wordpress.com/2017/09/poder-y-desaparicion-calveiro.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011. 219 p.

CONADEP. **Nunca Mais**: informe da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina, presidida por Ernesto Sábato. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985. 348 p.

DUQUE, Ana Paula Del Vieira; CARVALHO, Claudia Paiva. Panorama da justiça de transição em 2015. In: CARVALHO, Claudia Paiva; NOGUEIRA, José Otávio, Guimarães; GUERRA, Maria Pia (orgs.) **Justiça de transição na América Latina**: panorama 2015. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016. 388 p.

DINGES, John. **Os anos do Condor**: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2005. 445 p.

ENDO, Paulo César. O Debate Sobre a Memória e o Corpo Torturado como Paradigma da Impossibilidade de Esquecer e do Dever de Lembrar. In: SANTANDER, Ugo Carlos (Org.). **Memória e Direitos Humanos**. Brasília: LGE, 2010. 96 p.

EL OBSERVADOR. Lacalle sobre Rivera Elgue: “No puedo aceptar que estemos en estas cosas”. El Observador, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/lacalle-sobre-rivera-elgue-no-puedo-aceptar-que-estemos-en-estas-cosas--2020417214212>. Acesso em: 13 out. 2020.

HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 285 p.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado**. Cómo construimos memoria social. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017. 281 p.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2002. 147 p.

KOIKE, Maria Lygia. O sequestro de crianças pela ditadura militar Argentina e atuação das Avós da Praça de Maio pelo direito à verdade (jurídica e biológica) e à memória. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Direito**, v. 1, p. 1-24, 2013.

LA DIARIA POLÍTICA. Manini Ríos fue destituido por cuestionar a la Justicia a raíz de las condenas a Gavazzo, Silveira y Maurenste. **La Diaria Política**, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://ladiaria.com.uy/politica/articulo/2019/3/manini-rios-fue-destituido-por-cuestionar-a-la-justicia-a-raiz-de-las-condenas-a-gavazzo-silveira-y-maurenste/>. Acesso em: 13 out. 2020.

LANNA, Anna Flávia Arruda. Direito à memória e à verdade: memórias de histórias de violações de direitos humanos durante as ditaduras militares no Cone Sul e no Brasil. **Revista Jurídica da Faculdade Una de Contagem**, v. 1, p. 95-120, 2014.

LATINOAMÉRICA PIENSA. “No hay miles de desaparecidos en Uruguay”, la polémica frase negacionista de un futuro ministro de Lacalle Pou. **Latinoamérica Pienso**, 20 fev. 2020. Disponível em: <https://latinoamericapiensa.com/no-hay-miles-de-desaparecidos-en-uruguay-la-polemica-frase-negacionista-de-un-futuro-ministro-de-lacalle-pou/22847/>. Acesso em: 13 out. 2020.

MENDES, Ricardo Antônio Sousa. Memória, História e novas Identidades - a representação dos regimes civil-militares latino-americanos. **Maracanã**, v. 1, p. 183-202, 2009.

MERENSON, Silvina. Uruguayos en Buenos Aires: procesos sociales de marcación, trabajos de legitimación y desigualdad entre el Primer Peronismo y las Papeleras. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 1077-1108, out.-dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000401077. Acesso em: 16 out. 2020.

MONTAÑO, Eugenia Allier. De historias y memorias sobre el pasado reciente en Uruguay: treinta años de debates. **C.M.H.L.B.** (Caravelle), n. 104, p. 133-150, Toulouse, 2015.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina (1976-1983): do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: EDUSP, 2007. 752 p.

PADRÓS, Enrique Serra. Automotores Orletti e a perseguição contra os uruguaios na Argentina: ditaduras de segurança nacional, terrorismo de estado e conexão repressiva no Cone Sul. **Saeculum** (UFPB), v. 39, p. 51-68, 2018.

PADRÓS, Enrique Serra. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional - algumas considerações sobre a Historiografia. **Tempo e Argumento**, v. 5, p. 06-38, 2013.

PÁGINA 12. Duhalde habló de un golpe de Estado y recibió rechazos de todos lados. **Página 12**, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/287399-duhalde-hablo-de-un-golpe-de-estado-y-recibio-rechazos-de-to>. Acesso em: 13 out. 2020.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. (Org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. 296 p.

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, Memória, Literatura:**

o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

RICO, Álvaro (org.). **Investigación Histórica sobre la dictadura y el Terrorismo de Estado en el Uruguay (1973-1985)**. 3 T, Montevideo, UDELAR-CSIC, 2008.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. 129 p.

SECRETARÍA DE DERECHOS HUMANOS PARA EL PASADO RECIENTE. **Detenidos desaparecidos por responsabilidad y/o aquiescencia del Estado**. Disponível em: <https://www.gub.uy/secretaria-derechos-humanos-pasado-reciente/sites/secretaria-derechos-humanos-pasado-reciente/files/documentos/publicaciones/GRI-SONAS%20ANDRIJAUSKAITE%2C%20Victoria%20Lucia%20accesible.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). **História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. 528 p.

SERPAJ. **Uruguay Nunca Más: informe sobre la violación a los derechos humanos (1972-1985)**. 1989. Disponível em: <https://autores.uy/obra/15867>. Acesso em: 16 out. 2020. 442 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 136 p.

SONTAG, Susan. **Diante da Dor dos Outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 112 p.

GUILHERME DA CONCEIÇÃO DE LIMA

Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrando da Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Dentre suas publicações estão os artigos **Fascismo no Condor? O debate sobre a ideologia fascista nas ditaduras militares do Cone Sul e Confrontos Periódicos: os embates entre liberais e conservadores nos jornais de Desterro durante o governo Gama Rosa em Santa Catarina (1883-1884)**. Endereço eletrônico: guilherme.2lima@gmail.com

PAULO RENATO DA SILVA

Professor da UNILA, tem Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pós-Doutorado pela Universidade de Évora (UÉ). Na UNILA atua na graduação, no Mestrado em História e no Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino- Americanos. Dentre suas publicações estão os artigos **Uma historiografia sobre a “falta”: a ditadura do general Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989) (2018) e Memória e História de Eva Perón (2014)**. Endereço eletrônico: paulo.silva@unila.edu.br

ARQUIVOS PESSOAIS E UNIVERSIDADES: A EXPERIÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DOCUMENTAL LADEÍSSE SILVEIRA NA UNILAB/CE¹

Ester Araújo Lima da Silva
Pedro Afonso Cristovão dos Santos

RESUMO: Este artigo apresenta dados iniciais de pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História/UNILA. Sua proposição objetiva descrever a trajetória de constituição da coleção particular da Sra. Ladeísse Silveira (*in memoriam*), sua transformação em fundo documental, após doação à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) em 2016, e as etapas e desafios frente a seu tratamento, organização e preservação. O artigo apresenta apontamentos biográficos sobre Ladeísse Silveira, utilizando para isso uma entrevista semi-estruturada com sua irmã, buscando sua percepção ao construir sua coleção particular com ênfase principalmente na abolição da escravidão em Redenção – CE. Destarte, podemos inferir que em meio a este pleito há diferentes desafios, como a ausência de uma estrutura adequada para alocar a documentação e de equipamentos apropriados para digitalização de documentos, particularmente aqueles em grandes formatos.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos. Fundo Documental. Conservação. Memória. Redenção – CE.

INTRODUÇÃO

Abordaremos neste artigo a constituição, transformação e os desafios frente ao tratamento, organização e preservação do Fundo Documental Ladeísse Silveira, salvaguardado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). O fundo origina-se do acervo pessoal de Maria Ladeísse Silveira (1941-2015), que em vida esforçou-se por documentar o fato histórico organizador da narrativa histórica e identitária dominante do município de Redenção (CE): o pioneirismo na abolição da escravatura na então província do Ceará e no Império do Brasil, em 1883.

Ladeísse tinha sob sua guarda diferentes documentos como Atas de Registros Eleitorais, artigos de jornais entre outros, com vistas a produzir um arquivo que permitisse “provar” o pioneirismo abolicionista em Redenção e assim preservar a memória deste fato. Ladeísse também manteve em vista a elaboração de uma apostila acerca da história local para suprir essa lacuna sobre a história do município. Após seu falecimento, o acervo passou à Unilab, que, por meio de projetos de pesquisa, ensino e extensão, tem organizado e catalogado os arquivos.

Este estudo de caso permite o exame de várias temáticas que se entrelaçam à história

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

local, memória coletiva, patrimônio e arquivística. Enquanto pesquisadora, Ladeísse orientou-se pela ideia de “prova”, da capacidade de um arquivo de ratificar um fato histórico ao mesmo tempo organizador da identidade municipal de Redenção. Nessa atividade, sua busca e coleta de documentos revelam aspectos interessantes da constituição de arquivos pessoais (com potencial para ser comparado a outros casos no Brasil, como MURGUIA; REGISTRO, 2006), evidenciando os tênues limites entre o público e o privado na constituição desses arquivos, bem como uma ampla noção e prática de história, para além da academia e instituições de Estado.

Enquanto funcionária pública, Ladeísse Silveira ocupou-se também de cerimônias de comemoração do marco abolicionista, monumentalizando o fato histórico enquanto memória coletiva e patrimonial local. Por fim, o aspecto no qual nos deteremos, em particular, diz respeito aos desafios da organização e preservação de acervos no contexto das universidades públicas brasileiras (com especial atenção a universidades de constituição recente, como a Unilab). Entre nossas questões centrais estão: Quais são as principais potencialidades da absorção de acervos particulares pelas universidades públicas, em termos de pesquisa, ensino e extensão? Quais foram as etapas de organização do acervo percorridas no caso do Fundo Documental Ladeísse Silveira? Quais são as principais dificuldades para manutenção e disponibilização do acervo?

Para discutir esses pontos, faremos o seguinte trajeto: primeiramente, contextualizaremos historicamente o episódio da abolição no Ceará, lançando luz sobre o município de Redenção, pioneiro nesse movimento em 1883. Em seguida, apresentaremos uma breve biografia de Ladeísse Silveira, discutindo a formação de seu acervo pessoal e sua atuação na consolidação de uma memória do pioneirismo da Abolição no município. Por fim, discutiremos a aquisição do respectivo acervo pela Unilab, as atividades desenvolvidas na universidade para organização e catalogação do acervo, e as potencialidades e dificuldades contidas nesse trabalho.

O PIONEIRISMO DA ABOLIÇÃO NO CEARÁ: O ROSAL DA LIBERDADE

Em 2011, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará promulgou a Emenda Constitucional n. 73 que instituiu o dia 25 de março como Data Magna do Ceará, enfatizando o feito pioneiro da Abolição da Escravatura. Este é, sem dúvida, um marco na história cearense e, consequentemente do país, que remonta a todo um enredo cujo epicentro encontra-se no Rosal da Liberdade – termo qualificado pelo “professor e jornalista Perboyre e Silva” (GIRÃO, 1984, p. 159) – alcunha do então município de Redenção.

O processo abolicionista no Ceará reveste-se de diferentes questões no que diz respeito às narrativas que seguem tal movimento e do destaque que a partir destas são (re)

alimentadas na construção e manutenção da identidade social do povo “*redencionista*”. Isto porque Redenção destacou-se na trajetória histórico-social do Ceará pelo fato de seus representantes terem alforriado, em 1 de janeiro de 1883, 116 cativos que viviam sob o regime escravista – um ano anterior à abolição da escravidão na província do Ceará e cinco anos antes da promulgação da Lei Áurea, oficializada em 13 de maio de 1888.

A movimentação local a favor da abolição surtiu efeito quase que imediatamente no cenário local/nacional, haja vista que em menos de um mês o movimento “**Nesta terra não há mais escravos**” (SILVA, 2004, p. 45), que projetou a realidade e as pretensões vivenciadas pela então **Villa de Acarape**, atraiu atenção de outros abolicionistas de renome no contexto brasileiro, a exemplo do General Antônio Tibúrcio, José Liberato Barroso, José do Patrocínio, João Cordeiro, Padre José Silveira Guerra e Justiniano de Serpa, que vieram participar da sessão de alforria (SILVA, 2004).

Segundo Silva (2004), o ato ocorreu no prédio onde atualmente está localizada a escola Padre Saraiva Leão e foi um evento de grandes dimensões contando com a presença de uma parte significativa da população local que, um ano após oficializar as 116 alforrias, modificou sua denominação, passando de **Villa de Acarape** para Redenção – o Rosal da Liberdade. Neste ato oficial, a Câmara registrou um telegrama para o Imperador D. Pedro II, notificando-o sobre a inexistência de escravizados em Redenção (SILVA, 2004). O evento foi celebrado como um momento histórico, mas há quem questione sua efetividade, pois “até a década de sessenta, em Redenção, a escravidão apenas havia mudado de forma, pois continuou a existir em condições praticamente análogas à extinta, na forma da lei antiga da abolição” (SILVA, 2004, p. 54-55).

Diante deste cenário, Redenção passou a imergir a histórica local nas memórias e narrativas da abolição, a exemplo dos monumentos existentes na cidade e que reforçam tal feito, como o busto da Princesa Isabel, construído em homenagem ao cinquentenário da abolição na cidade, assim como a Praça do Obelisco, o painel Negra Nua, que marca o centenário de emancipação política do município de Baturité, a estátua de Vicente Mulato e ainda o Museu Senzala Negro Liberto e o Museu Memorial da Liberdade (SILVA, 2016). Logo, a imagem construída de Redenção como uma cidade libertadora possibilita não apenas a construção de uma identidade social e cultural do povo “*redencionista*”, mas também um reconhecimento enquanto “um grande acontecimento histórico nacional, mas, como o ato humanitário superlativo, brilhante e sublime de um povo no campo dos direitos humanos” (SILVA, 2004, p. 43).

Quanto a este cenário, uma crítica bastante pertinente é feita por Gabarra (2020), pois para a historiadora a abolição ocorrida em Redenção deu-se através do sistema de restituição monetária aos proprietários de escravizados, mediante o Fundo de Emancipação nacional. Sendo assim, não houve um “sentimento humanitário” no ato, pelo contrário,

este ocorreu em virtude da indenização estatal. Logo, infere a autora, tal abolição na verdade representou apenas a venda desses cativos à província.

Neste sentido, a história, principalmente no cenário do pioneirismo da abolição da escravidão, serve como pano de fundo para refletir, na perspectiva de Hobsbawm (1998), a construção não somente de uma nação, como neste caso de uma sociedade dita “redentora”. Por meio dela institui-se um passado de caráter comum que é partilhado pelos membros de uma sociedade. Alguns personagens se destacam eximamente neste pleito ao enfatizarem em suas trajetórias de vida este marco e pioneirismo, a exemplo da Sra. Maria Ladeísse Silveira, que resgatava a memória do abolicionismo através de documentos e dos diálogos com os mais velhos, assumindo uma forma particular de tipo de pesquisa que vinha sendo desenvolvido dentro da academia, por exemplo, nos estudos de Ecléa Bosi sobre as memórias dos mais velhos na cidade de São Paulo (BOSI, 2003).

Neste caso, o papel da memória, que se associa diretamente ao acervo particular da Sra. Ladeísse Silveira, circunscreve não só aspectos particulares, como sua trajetória de vida e interesses, mas uma memória coletiva (HALBWACHS, 1990) que dá conta de refletir o marco da abolição. Neste mesmo sentido, pontua Lovisoló (1989) que a memória é basilar para pensar as formas de pertença a uma sociedade, tornando-se fundamental para a valorização e o reconhecimento de ações de caráter coletivo, como a ênfase dada pela coleção particular da Sra. Ladeísse Silveira sobre o pioneirismo abolicionista e seu percurso histórico. Concomitantemente, sublinha Nora (1993), que a memória é a própria vida, aberta a um processo dicotômico que oscila entre a lembrança e o esquecimento. Já a história é a (*re*)construção “problemática e incompleta” daquilo que já não existe mais. Este esquecimento, para Nora (1993), não é uma falha da memória, pelo contrário, faz parte deste processo de entender a sua seletividade e as dificuldades em se lembrar de determinados fatos.

O caso do acervo de Ladeísse Silveira realça a ponte entre memória e história formada pelo arquivo. O gesto do arquivamento, como apontou Paul Ricoeur (2007), “constitui uma ruptura em um trajeto de continuidade” (RICOEUR, 2007, p. 176). O “gesto de separar, de reunir, de coletar”, objeto da arquivística (RICOEUR, 2007, p. 178), retira o testemunho ou documento de sua trajetória de existência e o dispõe (entre outros usos) para a escrita da história. Como veremos abaixo, na percepção de Ladeísse Silveira, o arquivo por ela constituído serviria para embasar uma história municipal de Redenção com foco no pioneirismo abolicionista, objeto primordial de “prova” por seu arquivo. Não por acaso, na sequência de sua discussão sobre o arquivo, Ricoeur debate a “prova documental”, e o que significa “provar para um documento ou um maço de documentos” (RICOEUR, 2007, p. 188).

Essa noção de prova seria central para a atividade de Ladeísse Silveira, no sentido de

garantir a Redenção a legitimidade do fato histórico fundante da memória que Ladeísse procurou fomentar para a cidade. O fato histórico assim constituído poderia instituir-se em memória, fazendo com que os eventos abolicionistas que se seguiram se confundissem com aquele ocorrido em Redenção. Nesse sentido, veremos logo mais no texto a irmã de Ladeísse mesclar, em entrevista, a abolição em Redenção com a Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888. A “teia do fato”, como propôs Carlos Alberto Vesentini, abrange as interferências entre fato histórico e memória histórica, confundindo os marcos de ambos (VESENTINI, 1997).

ARQUIVOS E HISTORIOGRAFIA: BREVE BALANÇO BIBLIOGRÁFICO

A utilização do arquivo por parte de historiadores, ou para fins de constituição de memória social, depende da compreensão dos processos de constituição do próprio arquivo: sua avaliação e aquisição; a seleção do que será mantido; seu processamento, arranjo e descrição; e sua disponibilização pública. Nesse sentido, o presente estudo sobre a incorporação do acervo de Ladeísse Silveira como fundo documental pela Unilab insere-se num conjunto mais amplo de estudos que procura problematizar os arquivos, por muito tempo considerados como, de certa forma, “neutros”, por parte dos historiadores que os utilizavam. Como aponta Terry Cook (2009), o desenvolvimento das disciplinas da história e da arquivística, desde o século XIX, foi marcado pela separação entre ambas e por uma relação de subordinação do arquivista em relação ao historiador. Cook destaca como os primeiros manuais de arquivística europeus, entre o final do século XIX e início do século XX, propunham um papel neutro por parte do arquivista, apenas servindo o historiador, e apresentando-o a um arquivo supostamente desprovido de subjetividade e escolhas.

Elizabeth Yale (2015) recupera como, nas últimas décadas, o arquivo passou a ser problematizado pelos historiadores, a partir, especialmente, de reflexões da teoria crítica, particularmente Jacques Derrida, em **Mal de arquivo: uma impressão freudiana** (2001 [1995]), e Michel Foucault, em **A arqueologia do saber** (2008 [1969]). Notadamente a partir dos anos 1980, os arquivos, como mostra Yale, receberam atenção de historiadores e arquivistas sob diversos aspectos: a história material dos arquivos; as relações entre arquivo e colonialismo (particularmente estimulante para os estudos recentes, como STOLER, 2009; DIRKS, 2015; e BHATTACHARYA, 2019); o papel de pessoas comuns na organização dos arquivos; a relação entre arquivos e identidades coletivas (nacionais ou comunitárias), e sua patrimonialização (KETELAAR, 2007); as funções cívicas dos arquivos; a importância dos arquivos para demandas de direitos humanos, e a problematização dos arquivos pessoais (como o caso estudado aqui). Um estudo importante de reflexão sobre

o arquivo, por parte dos historiadores, emblemático desta revisão, é **O sabor do arquivo**, de Arlette Farge, publicado originalmente em 1989 (2009).

Em particular quanto aos arquivos pessoais, que de início chegaram a suscitar debates sobre seu estatuto como arquivos (sob a alegação de que a definição de arquivo deveria conter um conteúdo público – ver também CAMARGO, 2009, e IUMATTI; NICODEMO, 2018), a tomada desses arquivos como objeto de estudo significou mudanças na concepção de cidadão público, o sujeito histórico que merece ter seus papéis guardados (YALE, 2015, p. 351). Todas essas vias apontam para uma ampliação do estudo dos arquivos para além de sua relação com os Estados nacionais constituídos modernamente no século XIX (YALE, 2015, p. 355) – com grande quantidade de estudos, inclusive, voltados para o início da modernidade, séculos XV, XVI e XVII.

Construiu-se, dessa maneira, uma “história social dos arquivos” (WALSHAM, 2016). Estudos de arquivos em perspectiva global têm possibilitado a comparação de diferentes casos e a identificação do arquivo como um tema global e/ou transnacional, articulando fenômenos que possuem essa natureza, como a formação dos Estados nacionais modernos, suas políticas de memória e celebrações cívicas, e as trajetórias de indivíduos que, em diversos contextos, foram responsáveis pela produção e criação de arquivos (BURTON, 2005; BLOUIN e ROSENBERG, 2006). Torna-se de caráter global, a partir do século XIX, em especial, a “febre de arquivo” que identificou Derrida, a necessidade, sentida em diferentes contextos, de guardar para a posteridade materiais que assegurem, que comprovem, uma identidade e uma memória histórica. A memória garantida pelo arquivo assegura também que outras versões da história sejam impossibilitadas (DERRIDA, 2001).

Este breve apanhado historiográfico sugere os caminhos que o presente estudo buscará explorar: a problematização do arquivo, e a necessidade da compreensão de sua constituição (de sua própria história) antes de seu uso como fonte; a vinculação do arquivo a temas e instituições globais e transnacionais ligados a identidades coletivas (YALE, 2015, p. 336); a atenção a indivíduos particulares como criadores de arquivos, escapando à associação contínua entre arquivo e Estado. A problematização sugerida por autores como Terry Cook e Tom Nesmith (2002) aponta para a importância da compreensão da subjetividade na constituição dos arquivos.

No caso dos arquivos particulares, indica a necessidade de compreensão da biografia e psicologia do formador do acervo (como faremos a seguir). Estudando, como faremos na última seção, alguns dos critérios e condições de transformação de uma coleção particular em fundo documental, percebemos, como assinala Cook, o arquivista como co-criador do arquivo. A utilização do acervo como fonte de estudo pelos historiadores depende da escrita da história do próprio arquivo, focada em seu contexto, para além de seu conteúdo,

centro do interesse do historiador (COOK, 2009, p. 518-519).

O PROTAGONISMO DE LADEÍSSE SILVEIRA: UMA BREVE BIOGRAFIA

Maria Ladeísse Silveira, filha de José de Arimatéia Silveira e Stela Rodrigues da Silveira, nasceu em 27 de dezembro de 1941 na comunidade de Guassí, zona rural de Redenção, e faleceu em 19 de junho de 2015 na zona urbana do respectivo município. Durante sua trajetória escolar, Ladeísse cursou o “Ensino Normal”² na região do Maciço de Baturité e, em seguida, especializou-se em contabilidade na capital, Fortaleza.

De 1960 a 1965, Ladeísse estabeleceu moradia fixa no centro urbano de Redenção, local onde atuou como professora na escola Padre Saraiva Leão durante dois anos. Posteriormente, em 1967, foi convidada pelo prefeito Dr. José Alberto Mendonça de Souza³ a ocupar o cargo de gestão municipal na função de secretária na qual desempenhou e coordenou diversas atividades, a exemplo da organização dos desfiles cívicos na cidade, razão pela qual sempre buscava fazer alusão à história local – com ênfase na abolição da escravidão. Além disso, foi uma das fundadoras do **Jornal O Libertador**⁴ em Redenção – criado em 21 de abril de 1983 – e do **Lar Irmã do Calvário** (hoje inexistente) direcionado ao acolhimento de idosos. Por fim, destacou-se ainda como pesquisadora, de cuja atividade resulta grande parte dos documentos e arquivos que hoje compõem o seu acervo.

Ladeísse ocupou grande parte de sua vida neste último ofício, construindo referências advindas de seu intenso interesse na história do município de Redenção, o que lhe garantiu a alcunha de “guardiã” ou ainda de “dona da história de Redenção” (PROFESSORA..., 2006, p. 1). Isto pois, a partir de suas investigações, buscou construir um aporte teórico consistente sobre o contexto histórico de Redenção já que, “como não encontrou o passado nos livros, foi atrás dele saindo a campo ‘para conversar com os mais antigos’, e resgatar com eles a memória que se está perdendo” (PROFESSORA..., 2006, p. 1).

Sobre este ponto, em entrevista com sua irmã, a Sra. Neísse Silveira, esta enfatizou a trajetória de Ladeísse e os percursos trilhados por ela no sentido de construir tais aportes, que eram desenvolvidos após o expediente na prefeitura.

Sra. Neísse Silveira: [...] Aí ela era assim, isso vinha desde que ela toda vida se doou demais pra Redenção. Ela passou muito tempo, ela indo pra Fortaleza pesquisar pra, pra fazer a apostila de Redenção. Por que Redenção não tinha nada, o que tem hoje agradeça a Ladeísse que ela ia pra, como é o nome? Pro arquivo, viu? Aí ela chegou a fazer, depois eu vou mostrar

2 O Ensino Normal diz respeito à formação de segundo grau, cuja finalidade era a de formar docentes voltados para as escolas primárias, administradores escolares e também direcionados para a educação infantil (BRASIL, 1946).

3 O Prefeito Dr. José Alberto, que foi eleito durante quatro mandatos, exerceu a função entre 22/12/1945 a 22/03/1945, 06/01/1948 a 1951, 25/03/1959 a 25/03/1963 e 23/03/1967 a 25/03/1971 (SILVEIRA, 2018).

4 Este jornal difere daquele de nome homônimo editado pela *Sociedade Cearense Libertadora*. Este foi criado por membros do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1983, visando procurar potencial jornalístico local e intercâmbio cultural em Redenção.

por sinhô. Ela tinha assim, tudo que você perguntasse de Redenção, ela sabia! (Entrevista realizada com a Sra. Neísse Silveira em 17 de setembro de 2018).

Conforme destaca sua irmã, Ladeísse mesmo ausente da sala de aula continuou desenvolvendo suas pesquisas, inclusive junto ao acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará, com o intuito de construir uma “apostila”, o que futuramente poderia se tornar um livro sobre a história de Redenção (o que a Sra. Neísse por diferentes vezes presenciou a partir das inúmeras reuniões que realizou com amigos mais próximos para discutir tais encaminhamentos). Sua atuação na constituição de um acervo e perspectivas de escrita de uma história de Redenção remete a uma escrita da história popular, não acadêmica, especialmente associada à história local, presente em diferentes contextos nacionais ao longo do século XX. Distintas relações entre memória popular e história podem surgir de iniciativas como essa, estudadas pela historiografia de diferentes países como fez Raphael Samuel para o caso da Inglaterra, observando uma explosão de iniciativas populares de cultivo da memória no país nesse período, muitas vezes sob a forma de empreendimentos de história local (SAMUEL, 1994).

Ainda segundo sua irmã, o hábito de pesquisar, comprar livros e especialmente o de colecionar documentos, intensificou-se na medida em que Ladeísse passou a se inserir como funcionária na Prefeitura Municipal de Redenção, haja vista que este órgão não possuía departamentos e/ou funcionários responsáveis por manter a guarda e preservação dos documentos oficiais, fotografias e outros arquivos da prefeitura. Ladeísse amechou documentos importantes como, por exemplo, o Livro de Compra e Venda de Escravos – atualmente sob salvaguarda do Museu Memorial da Liberdade.

Sra. Neísse Silveira: Aí, Rio Grande do Norte quis dizer que quem libertou os escravos foi a Redenção de lá [...] ela pegou o livro assinado pela (...), porque eu não sei, agora se o sinhô me perguntar onde é que tá esse livro eu não sei. Porque esse livro deu tanta confusão porque ela tinha muito cuidado que alguém roubasse, aí ela dizia, olha: o único documento que Redenção tem pra provar que foi aqui que a Princesa Isabel assinou a Lei (...).

(...) Aí esse livro ela tinha muito medo que alguém roubasse, aí ele era no cofre, no cofre ela não deixava, a não ser assim, por exemplo, parece que uma vez ela levou pra fora do município, tá? Mas era com muito cuidado, ela tinha cuidado que ela disse assim: se roubarem isso aqui, pronto! Redenção não, aí num tem mais o que provar, né? Isso aqui é uma prova.

(...) Era porque a prefeitura, a prefeitura todo mundo entrava, todo mundo mexia! Tanto que, esse livro era trancado no cofre porque ela tinha muito medo! E num tinha, aí corra da prefeitura se acabava. (Entrevista realizada com a Sra. Neísse Silveira em 17 de setembro de 2018).

Essa movimentação existente entre o público e o privado que é estabelecida por meio da dinâmica de atuação da Sra. Ladeísse Silveira, na função de secretária ao mesmo tempo em que desenvolve pesquisas no âmbito do arquivo, compõe sua coleção particular

no tocante à temática histórica e abolicionista em Redenção. Logo, faz-se necessário destacar alguns produtos que foram construídos por ela ao longo de seu ofício como pesquisadora. Dentre eles, destaca-se o volume de cópias sobre o histórico da cidade de Redenção que foi escrito e reescrito em diferentes momentos, versando sobre o fim da escravidão no município, frequentemente rememorado e apresentado em eventos públicos e datas celebrativas.

As atividades que Ladeísse Silveira realizou com os estudantes quando ocupava o cargo de professora também compõem o arquivo de referências sobre o histórico da cidade que ela produziu. Por exemplo, o protocolo cerimonial do centenário de emancipação política do município de Baturité e Redenção (1868-1968) que ela organizou e registrou todo à mão, abrangendo desde os preparativos da festa aos convidados que estariam presentes na cerimônia. Constan ainda do acervo recortes de jornal organizados em dossiês sobre o cinquentenário e centenário e demais marcos celebrativos sobre a memória oficial do fim da escravidão no município, além de cartas e textos escritos por Ladeísse.

Assim, um dos potenciais históricos deixados por ela é o acervo e suas diferentes tipologias documentais, bem como a apostila sobre a trajetória histórica do município, fruto de suas investigações – que está sob a tutela da família. Elementos estes que vão constituir o arquivo público de pesquisa documental após a doação à Unilab e que servirão de base para outras análises e abordagens, em seus limites e possibilidades de estudo sobre a cidade de Redenção.

FUNDO DOCUMENTAL LADEÍSSE SILVEIRA: TRAJETÓRIA, CONSTITUIÇÃO E PRESERVAÇÃO

A constituição do arquivo pessoal da Sra. Ladeísse traz à baila elementos singulares ao contexto histórico da cidade onde ela viveu e que remonta também à sua trajetória de vida no âmbito de sua coleção particular. Torna-se importante destacar, segundo Silva e Santos (2012), que “os arquivos pessoais nem sempre foram reconhecidos como arquivos na literatura nacional e internacional. [...] Não há regras nem critérios rígidos, e não há uma legislação que normalize procedimentos de guarda e uso de documentos de origem privada” (SILVA; SANTOS, 2012, p. 07) gerando assim, no plano dos arquivos pessoais, um desafio para os arquivistas frente aos cuidados especialmente com esta documentação.

Todavia, apesar das especificidades requeridas no trato da temática dos arquivos pessoais e das questões quanto ao seu reconhecimento no plano teórico, há na legislação brasileira, por meio da Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, diretrizes que tratam da política nacional de arquivos públicos e privados, que enfatizam que estes sejam reconhecidos enquanto arquivos. Segundo a legislação,

Consideram-se arquivos para fins desta lei os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou da natureza dos documentos. (BRASIL, 1991).

Logo, faz-se necessário apontarmos aqui a distinção entre arquivos pessoais e arquivos institucionais, haja vista que neste trabalho em particular aborda-se uma perspectiva mais teórica e prática acerca da constituição de arquivos pessoais e sua transformação em Fundo Documental – como é o caso do acervo da Sra. Ladeísse. Deste modo, nas palavras de Bellotto (2006), o arquivo pessoal pode ser definido como:

[...] o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar, viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade (BELLOTTO, 2006, p. 266).

Conforme destacado por Bellotto (2006) os arquivos pessoais são resultados das atividades da trajetória pessoal de uma dada pessoa, diferentemente dos arquivos institucionais que estão mais relacionados a “um conjunto de documentos homogêneo, resultado de uma atividade administrativa” (SANTOS, 2012, p. 29) e que, portanto, seguem um caráter de organização mais específica nos preceitos de classificação da arquivística. Neste sentido, trazer uma abordagem acerca dos arquivos pessoais não é uma tarefa fácil, pois requer um diálogo interdisciplinar com diversas áreas do conhecimento, o que se torna um desafio até mesmo para os próprios arquivistas, quanto mais para os autores que não advém dessa área específica e que estiveram junto ao trato documental do acervo da Sra. Ladeísse.

Em 2016, por intermédio do Instituto de Humanidades, foi doado à Unilab o acervo particular da Sra. Ladeísse Silveira. Esta ação se deu por meio de diálogos e negociações com sua família, em conjunto com um grupo de estudantes e um docente da Unilab⁵ que participaram ativamente deste processo, impulsionando ainda no mesmo ano a execução do projeto de extensão intitulado **Tratamento e catalogação da coleção particular de Ladeísse Silveira para montagem de acervo público de pesquisa documental**, que contou com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), para o desenvolvimento de ações ligadas ao projeto que foi financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão, Arte e Cultura (PIBEAC/Unilab).

5 Fazemos menção ao Prof. Dr. Robério Américo do Carmo Souza e às estudantes Valdelia Freitas, Geysa Moura e Syrlyane Pelúcio.

No desenvolvimento das atividades fez-se imprescindível à atuação dos bolsistas um treinamento teórico-metodológico, em conformidade com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), para o manuseio da documentação durante todo o processo, desde a realização das etapas de separação dos documentos e sua higienização, catalogação e digitalização, cuja finalidade será, ao final, a disponibilização do acervo em uma plataforma *online*, transformando-o assim em um arquivo público de pesquisa documental. Deste modo, a documentação que compõe o Fundo Documental Ladeísse Silveira corresponde às atividades que ela desempenhou enquanto professora, pesquisadora e secretária municipal, dando sentido assim à definição do próprio conceito de “fundo documental”, conforme Bellotto:

[...] o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim (BELLOTTO, 2006, p. 128).

É ainda nessa perspectiva que surge o Núcleo de Documentação Cultural Ladeísse Silveira (NUDOC) como órgão complementar ao Instituto de Humanidades da Unilab e que foi criado com o objetivo de “agregar diferentes projetos numa perspectiva interdisciplinar, que vai manter sob sua salvaguarda os materiais que foram reunidos, produzidos como material de pesquisa” (SILVA; LEAL; ALMEIDA, 2018, p. 182).

Ainda segundo Silva, Leal e Almeida (2018), o NUDOC funciona sob duas perspectivas, primeiramente ao agregar a pesquisa e preservação de fontes no âmbito cultural em diálogo com a memória e, segundo, na perspectiva educacional a partir da formação no âmbito da pesquisa na área de Humanidades. Esse núcleo recebe o nome da Sra. Ladeísse Silveira em homenagem a seu protagonismo, pois por mais de cinco décadas colecionou, organizou e preservou documentos que fazem alusão à “memória cultural de Redenção” (SILVA; LEAL; ALMEIDA, 2018, p. 182).

O acervo, por sua vez, foi organizado a partir das seguintes fases:

1ª fase: Separação dos documentos por especificidades

A coleção agrega documentos textuais e imagéticos. As fotografias e postais foram higienizadas e organizadas em cadernos enquanto os jornais, revistas, manuscritos, cartas e outros documentos foram alocados em caixas enumeradas para serem analisados e descritos posteriormente.

2ª fase: Identificação e descrição dos documentos

Foi construída uma ficha catalográfica em formato Word para anexar as informações básicas do documento como: título, ano, quantidade de páginas, resumo do documento, tamanho e localização dos armários (1 ou 2 e as prateleiras em que estes estavam). Para

acionar esses documentos, foram anexadas junto a eles numa folha de papel almaço informações a lápis e o título do documento. Posteriormente, os mesmos foram acondicionados ora em pastas, caixas poliondas, papel alcalino ou ainda em sacos plásticos (transparentes).

3ª fase: Inventário

Organização dos documentos em tabelas, separados por localização dos armários, prateleiras, título do arquivo, ano, quantidade, acondicionamento e estado de conservação.

4ª etapa: Levantamento do quantitativo de arquivos

Após a conclusão do processo de leitura, higienização, catalogação e inventariado foi realizado um levantamento do quantitativo de documentos existentes no acervo e uma nova análise do estado de conservação, pois havia se passado aproximadamente dois anos desde a primeira edição do projeto ocorrido em 2016.

5ª etapa: Digitalização dos documentos

Com o auxílio de um tripé pelicano com braço giroscópio e um telefone celular, iniciamos o processo de digitalização dos documentos textuais a partir da ferramenta Tiny Scanner (aplicativo de digitalização). Essa fase ainda não foi finalizada, mas 70% dos arquivos se encontram digitalizados.

Após o cumprimento das etapas anteriormente descritas foi possível perceber aproximadamente cerca de 224 documentos acondicionados que correspondem aos anos de 1871 a 2002. Estes documentos foram catalogados, mas não de forma definitiva, pois com o processo de (re)análise foram identificados arquivos que precisam ser desmembrados e reinseridos no catálogo devido a seus conteúdos e por não terem relação com o que havia sido realizado inicialmente.

Uma fase importante a ser destacada e que corrobora para o processo de preservação, suprimindo, em partes, os cuidados diante de possíveis sinistros, pode ser percebida por meio da digitalização de todos os arquivos. Esse processo iniciado em 2018 objetiva também fornecer futuramente a sua disponibilização na íntegra, de forma gratuita e em plataforma *online*, para que tanto pesquisadores como professores da rede pública possam ter acesso, utilizando-os em pesquisas acadêmicas ou ainda na sala de aula, no ensino de História.

Por isso, esforços foram empreendidos, mesmo com o equipamento inadequado disponível à época, para que ao final da digitalização tivéssemos um arquivo em alta qualidade de imagens a serem visualizadas tanto pelo aparelho celular como no computador, afinal “a noção de alta qualidade não se define unicamente pelo alto conteúdo informacional dos acervos e ou coleções digitais, mas também pela visualização do acesso” (SILVA, 2005, p. 11).

Em setembro de 2019, foi realizado um levantamento dos documentos existentes no arquivo da Sra. Ladeísse Silveira que necessitam urgentemente de uma intervenção de

restauro. Através de uma tabela organizada em formato Word foram anexadas informações como título, localização e condições de preservação dos materiais pertencentes ao acervo. Somam o total de 23 documentos em estado crítico de conservação de páginas, capa e brochura. Porém, uma das problemáticas enfrentadas pelo projeto é que, mesmo após a institucionalização do NUDOC, este enfrenta dificuldades, a exemplo da inexistência de uma sala adequada para alocar o acervo e agregar os demais materiais ligados à produção oral e audiovisual que também são agregadas ao núcleo.

Assim, a ausência de um espaço adequado impede o recebimento de universitários da própria instituição para a realização de atividades das disciplinas de Laboratório, especificamente o I, que discute o uso de fontes arquivísticas na realização de pesquisa e suas abordagens para o ensino de história. Logo, a ideia inicial do levantamento dos documentos e suas condições de preservação tem a pretensão de firmar convênio com o Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) para possibilidades de intervenção de restauro na documentação. A aquisição de uma sala específica para o acondicionamento da documentação possibilitará o “credenciamento junto ao Sistema Nacional de Arquivos [...], a participação em editais públicos e privados de fomento da cultura” (SILVA *et al.*, 2018, p. 03), como também a digitalização de documentos em grandes formatos, a exemplo dos jornais que não puderam ser digitalizados por meio do uso do telefone celular.

Atualmente, o acervo conta com 70% dos materiais digitalizados, porém ainda se encontra indisponível para o público, pois os arquivos ainda não foram hospedados em uma plataforma *online*. Os 30% dos materiais restantes incluem as fotografias, jornais, livros de grande porte que estavam danificados e quebradiços e que por isso não foram manuseados durante a realização das atividades. A não digitalização dos documentos imagéticos deveu-se à ausência de técnicas e materiais específicos que não o comprometessem, como poderia ocorrer através do reflexo da tela ou ainda o *flash* da câmera do aparelho celular utilizado.

CONCLUSÃO

O processo de organização e conservação de arquivos como os que compõem o Fundo Documental Ladeísse Silveira é um desafio constante, especialmente por sua recente incorporação à Unilab. A partir de uma análise dos documentos textuais, observamos que o acervo dispõe de um número considerável de documentos que reportam à temática abolicionista, o que faz jus à movimentação e às dinâmicas estabelecidas por Ladeísse ao longo da sua trajetória de vida.

Na constituição do arquivo e em diálogo com as informações observadas na entrevista realizada com a Sra. Neísse Silveira, percebemos que o ato de colecionar e organizar

documentos de caráter público e particular realizado pela Sra. Ladeísse Silveira segue um caráter intencional de pesquisa, ou seja, esta talvez tenha tido pretensões de deixar para a posteridade as informações por ela organizadas ao longo de mais de cinco décadas. Estas informações também podem ser confirmadas quando ela ressalta a inexistência da história do município de Redenção nos livros. Por esta razão, Ladeísse foi a campo “resgatar” essa memória e/ou história que estava se perdendo (PROFESSORA..., 2006) para compor um sentimento de pertença e uma identificação com a história da cidade e o pioneirismo da abolição.

Apesar de todos os esforços e das ações de higienização, catalogação e organização do acervo, há arquivos que necessitam de uma intervenção de restauro imediata, enfrentando, contudo, outras dificuldades. Desde a doação da coleção à Unilab, esta foi alocada no gabinete do coordenador do projeto de extensão, local onde são desenvolvidas outras atividades relacionadas às ações do NUDOC, pois a universidade não dispõe de uma sala específica para que o acervo seja alocado. Este espaço adequado possibilitaria inclusive o desenvolvimento de atividades que contemplem as disciplinas de Laboratório de Ensino, Fontes e Métodos, ofertada pelo curso de Licenciatura em História, como também, permitiria aos pesquisadores e professores da rede pública o uso do material disponível no acervo para diálogos com o conteúdo dado em sala de aula.

Isto porque o projeto de extensão que trabalha diretamente as especificidades do presente Fundo objetiva ainda desenvolver oficinas de capacitação de professores da Educação Básica do Ensino Fundamental I e II para o uso de fontes históricas em sala de aula como material didático (SOUZA; SILVA; LEAL, 2020). A parceria firmada inicialmente com a Secretaria de Educação da rede pública municipal de Acarape/CE, permitiu que, a partir do calendário escolar já estabelecido, ocorressem oficinas como mecanismo de formação docente de modo a divulgar e problematizar a documentação existente no acervo e suas possibilidades de pesquisa na educação.

A proposta de “**aula oficina**”⁶ (BARCA, 2004 apud SOUZA; SILVA; LEAL, 2020, p. 6) adotada durante a realização da capacitação de docentes se expandiu originando um novo projeto de extensão, implementado em janeiro de 2020 – com base na experiência inicial das oficinas realizadas em diálogo com o arquivo da Sra. Ladeísse Silveira. Este novo projeto executa especificamente formações de professores no ensino fundamental para o uso de fontes históricas em sala de aula. Essas foram algumas possibilidades de

6 Conceito utilizado e discutido no artigo de SOUZA; SILVA; LEAL (2020), que foi construído com base nas experiências e execução das oficinas capacitação de professores da Educação Básica do município de Acarape/CE. Segundo a historiadora e educadora portuguesa, Isabel Barca, o conceito de aula oficina se refere ao processo de ensino-aprendizagem com foco nas competências que o professor deve desempenhar enquanto investigador social no processo de aprender e interpretar o mundo conceitual dos estudantes, sem julgamentos prévios de certo/errado, outrossim, este deve perceber o aluno como agente do seu próprio conhecimento, capaz de distinguir a relação entre passado e presente a partir da problematização de fontes. Ver Isabel Barca e o seu texto *Aula Oficina: do Projeto à avaliação. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica*.

divulgação de informações dos usos do acervo que estão sendo desempenhadas junto às secretarias de educação e articuladas através do NUDOC.

Por fim, o Fundo Documental Ladeísse Silveira pode ser percebido, nas palavras de Artières (1998) como uma tentativa de “arquivar a própria vida” e mais que isso toda uma trajetória histórica que embala o pioneirismo abolicionista em Redenção. Seus arquivos pessoais, reunidos e organizados ao longo de sua trajetória de vida, por mais de cinco décadas, expressam suas vivências, pensamentos e interesses pessoais principalmente enquanto docente sedenta por investigar a construção da história local, dando ênfase ao processo abolicionista. Sua função, enquanto fontes documentais, não se restringe apenas ao ato de colecionar documentos textuais, imagéticos e impressos, mas o de perceber a produção de uma mulher, docente, funcionária pública e que, diante de visíveis lacunas históricas, buscou encontrar e fornecer o sentido histórico da sociedade que vivia.

ABSTRACT: *This article presents initial data from the master's research in progress in the Graduate Program in History / UNILA. Its purpose is to describe the trajectory of the constitution of Ms. Ladeísse Silveira's private collection (in memoriam), its transformation into a documentary fund, after a donation to the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (Unilab) in 2016, and the steps and challenges their treatment, organization and preservation present. The article presents biographical notes about Ladeísse Silveira, using a semi-structured interview with her sister (Neísse Silveira), seeking her perception when building her private collection with emphasis mainly on the abolition of slavery in Redenção - CE. Thus, we can infer that in the midst of this project there are different challenges, such as the absence of an adequate structure to allocate documentation and appropriate equipment for digitizing documents, particularly those in large formats.*

KEYWORDS: *Archives. Fonds. Conservation. Memory. Redenção-CE.*

REFERÊNCIAS

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.
- BHATTACHARYA, Sabyasachi. **Archiving the British Raj**: History of the Archival Policy of the Government of India, with Selected Documents, 1858-1947. Nova Déli: Oxford University Press, 2019. 227 p.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 224 p.
- BLOUIN Jr., Francis X.; ROSENBERG, William G. (ed.). **Archives, Documentation**,

and Institutions of Social Memory: Essays from the Sawyer Seminar. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2007. 512 p.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

BURTON, Antoinette (ed.). **Archive Stories:** Facts, Fictions, and the Writing of History. Durham e Londres: Duke University Press, 2005. 408 p.

CAMARGO, Ana Maria Almeida de. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 45, p. 28-39, jul.-dez. 2009

COOK, Terry. The Archive(s) is a Foreign Country: Historians, Archivists, and the Changing Archival Landscape. **The Canadian Historical Review**, v. 90, n. 3, p. 497-534, set. 2009.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo:** uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 130 p.

DIRKS, Nicholas B. **Autobiography of an Archive:** A Scholar's Passage to India. Columbia: Columbia University Press, 2015. 400 p.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 120 p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 236 p.

GIRÃO, Raimundo. **A Abolição no Ceará.** 3. ed. Fortaleza/Ceará: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984. 303 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990. 189 p.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 344 p.

IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, 2018.

KETELAAR, Eric. Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony. **Archival Science**, 2007, n. 7, p. 343-357.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 16-28, 1989.

MURGUIA, Murguia; REGISTRO, Tânia Cristina. O arranjo arquivístico como escrita: uma reflexão sobre a narrativa em imagens a partir do Fundo Pedro Miranda no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. **Transinformação**, v. 18, n. 1 Campinas Jan./Apr. 2006.

NESMITH, Tom. Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives. **The American Archivist**, v. 65, n. 1, 2002, p. 24-41.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto história: História e Cultura, São Paulo, n. 10, 1993.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. 536 p.

SAMUEL, Raphael. **Theatres of memory**: past and present in contemporary culture. Londres: Verso, 1994. 479 p.

SILVA, Ester Araújo Lima da; LEAL, Leonardo da Silva; ALMEIDA, Willian Franco de. História, Memória e Abolição: a construção histórica do município de Redenção/CE nos arquivos particulares de Ladeísse Silveira. In: XVI Encontro Estadual de História do Ceará História Pública e Democracia, 2018, Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza: Anpuh, 2018. p. 177 - 186. Disponível em: http://uece.br/eventos/eehc2018/anais/trabalhos_encontro_estadual_de_historia_do_ceara.pdf. Acesso em: 24 jul. 2018.

SILVA, Ester Araújo da. *et al.* Arquivo, História e Memória: uma análise documental do acervo público e particular – Ladeísse Silveira. **Anais da V Semana Universitária da UNILAB**, 2018. Disponível em: < <http://semanauniversitaria.unilab.edu.br/anais-2018/> > Acesso em: 02 jul. 2020.

SILVA, Ester Araújo Lima da. **Narrativas pós-abolicionistas**: a história escrita dos monumentos históricos. Redenção, 2016. 25 p.

SILVA, Francisco Rodrigues da. **Redenção** - Palco dos primeiros abolicionistas do Brasil, Berço da Educadora dos redencionistas - Maria Helena Russo. 2004. Sobral: Ed. Uva. 138 p.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **Manual de digitalização de acervos**: textos, mapas e imagens fixas / Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva. - Salvador : EDUFBA, 2005. 56 p.

SILVA, Maria Celina Soares de Melo e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.) . **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. 192p

SOUZA, Robério Américo do Carmo; SILVA, Ester Araújo Lima da; LEAL, Leonardo da Silva. Experiências Integradas na Formação Continuada de Professores da Rede Pública Municipal de Acarape/CE. In: Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente. **Anais [...]**. Redenção (CE) UNILAB, 2020, pp. 1-12. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/cief2020/236577-experiencias-integradas-aformacao-continuada-de-professores-da-rede-publica-municipal-de-acarapece/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

STOLER, Ann Laura. **Along the Archival Grain**: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense. Princeton: Princeton University Press, 2009. 314 p.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos . Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: SILVA, Maria Celina Soares

de Melo e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.) **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivos Brasileiros, 2012. pp. 21-50.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec, 1997. 219 p.

WALSHAM, Alexandra. The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe. **Past & Present**, v. 230, supl. 11, p. 9-48, 2016.

YALE, Elizabeth. The History of the Archives: The State of the Discipline. **Book History**, v. 18, p. 332-359, 2015.

OUTRAS FONTES

GABARRA, Larissa. Monumentos de cativo são circo de horrores para a consciência negra. **Ceará Criolo**, Fortaleza, 11 de set. de 2020. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/novo/monumentos-de-cativo-sao-circo-de-horrores-para-a-consciencia-negra/>. Acesso em: 15 de set. de 2020.

PROFESSORA resgata fatos inéditos sobre a abolição na cidade. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 07 maio 2006. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/professora-resgata-fatos-ineditos-sobre-a-abolicao-na-cidade-1.285640>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SILVEIRA, Néisse. Trajetória de vida – Ladeísse Silveira. [set. 2018]. Entrevista. *Redenção*, 2018. 1 arquivo .mp3 (80 min.)

ESTER ARAÚJO LIMA DA SILVA

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e Bolsista do Programa Demanda Social / DS-UNILA. Bacharela em Humanidades e graduada em Licenciatura em História pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Kúrios (FAK). Endereço eletrônico: esteraraujo67@gmail.com. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1294938875473244>

PEDRO AFONSO CRISTOVÃO DOS SANTOS

Doutor e Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e graduado em História pela mesma instituição. Atualmente é professor de Teoria e Metodologia da História do curso de História - América Latina e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Autor de **Uma introdução à História da Historiografia Brasileira (1870-1970)** (FGV, 2018), ao lado de Thiago Lima Nicodemo e Mateus Henrique de Faria Pereira. Endereço eletrônico: pedro.cristovao@unila.edu.br. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6488323124417148>

Parte II

Agências afro-americanas e
indígenas:
Historiografia em debate

FERNANDA, *O VERBO ETC.*, *E TAL*: O DE CÓMO LA TRAYECTORIA DE UNA DISEÑADORA AFROBRASILEÑA CUESTIONA LA HISTORIOGRAFÍA DE LA MODA DESDE EL SUR GLOBAL

Julimar Mora Silva
Rosangela de Jesus Silva

RESUMO: Você já se perguntou se a trajetória de vida de uma única pessoa pode questionar 'verdades' que parecem irrefutáveis? Se suas experiências concretas podem abalar os alicerces de grandes tradições historiográficas? Neste artigo, utilizaremos as experiências de vida de uma designer afro-brasileira para questionar três teses historiográficas. A primeira é que a moda tem rosto branco. A segunda é que os processos criativos neste campo são exclusivos para designers e empresas do Atlântico Norte. A terceira é que a chamada moda afro-brasileira se restringe a representar e refletir apenas sobre o passado, não sendo baluartes da vanguarda. Discutiremos problemas, recursos e possibilidades para pensar a moda afro-brasileira no campo da história.

PALAVRAS-CHAVE: Moda afro-brasileira. História da moda. Historiografia da moda. Brasil.

INTRODUCCIÓN

Escribir historias sobre la Moda Afrobrasileña supone poner en juicio variados estereotipos históricos e historiográficos. Históricos, en la medida que las acciones creativas que se consideran moda se han posicionado en lo más alto de las jerarquías sociales que organizan las formas de capital cultural en las sociedades capitalistas, excluyendo grupos considerados subalternos, como proletarios, indígenas y negros. E historiográficos porque la tarea de escribir su historia demanda cuestionar las tesis fundacionales de tres campos historiográficos que, aunque diferentes, se complementan [i] la Historia de la Moda, [ii] la Historia de las acciones creativas y la inventiva, y [iii] la Historia de África.

La revisión historiográfica al interior de cada uno de estos campos permite descubrir cuáles son sus tesis fundacionales y como estas tesis interactúan, colisionan y se alimentan entre sí. La intención de este trabajo será, en primera instancia, presentar una breve revisión historiográfica de cada uno de campos entendiendo que no podemos abarcar todo, pero, que a través del análisis de obras selectas podemos descifrar las ideas recurrentes que han sostenido por largo tiempo determinados estereotipos historiográficos. Para cuestionar estos estereotipos utilizaremos los insumos que nos proporciona la historia, es decir, las experiencias de personas concretas.

La trayectoria vital de una diseñadora de moda afrobrasileña contemporánea: Fernanda Gonçalves (1965), nos servirá de insumo para discutir la historiografía. Primero, cuestionando el mito de que la moda es una actividad reservada para los sectores blancos. Segundo, debatiendo la tesis que posiciona el noratlántico (EE. UU y las antiguas

potencias europeas) como la cuna de las grandes invenciones y acciones creativas en la historia, relegando al Suratlántico a la posición de actores pasivos que solo consumen las mercancías e ideas que se introducen a partir de los flujos y circulaciones transnacionales. Y, tercero, criticando el carácter absoluto de las lecturas historiográficas afropesimistas que han presentado la experiencia negra —tanto de África, como de su diáspora— solo desde el lente de la devastación y la violencia. Con esto no queremos negar el enorme impacto y la severidad de los daños dejados por fenómenos como la trata transatlántica de esclavizados, el racismo y el colonialismo contemporáneo, pero sí queremos apuntar que existieron otros tipos de experiencias que dan cuenta de la resiliencia y agencia de los africanos y su diáspora para imponer sus propias agendas. Las experiencias personales de Fernanda y su intento por abrirse camino en el campo de la moda brasileña en la zona sur de Rio de Janeiro servirán aquí para plantear estos problemas y proporcionar insumos y estrategias para escribir la historia de este campo todavía poco explorado.

LA HISTORIOGRAFÍA DE LA MODA BLANCA VS. UNA CAMISA QUE PROFESA: *ÁFRICA BERÇO DA HUMANIDADE*

Entre 2006 y 2007 la diseñadora de moda afrobrasileña y fundadora de la marca autoral *O Verbo etc., e tal*, Fernanda Gonçalves¹, oriunda de Vila Isabel (Rio de Janeiro), elaboró un conjunto de estampas con frases bien conocidas para las vertientes religiosas del mundo cristiano. Recuerda especialmente dos de ellas, aunque no por las razones que *a priori* podríamos imaginar. Sus primeros diseños fueron relativamente sencillos y consistieron en camisas blancas estampadas con las frases *Deus pode contar comigo* y *O diabo mente*. Curiosamente, el motivo por el que Fernanda recuerda ambas estampas sería porque no tuvieron el éxito que esperaba, no consiguió venderlas con la rapidez que imaginaba cuando las elaboró. Ambas estampas cristalizaron sus primeros tropiezos en este campo, e hicieron ver que las demandas del público que consume intervenían activamente en los procesos creativos de los diseñadores. Como señaló en una entrevista que se le realizó “[...] *precisamos fazer algo que possa se vender*”².

En la década que se extiende de 1999 a 2009, Fernanda asistió frecuentemente a los cultos religiosos de las iglesias evangélicas instaladas en la zona norte de Rio de Janeiro donde entonces residía. Motivada por su fe cristiana y por el contacto permanente con feligreses de estas iglesias, la diseñadora resolvió integrar su vocación creativa, su quehacer en la moda y su devoción religiosa en un único proyecto. En 2009 fundó la marca de

1 Fernanda Ferreira Da Costa Gonçalves, diseñadora de moda carioca de 54 años, egresada del SENAI CTQT. Actualmente es integrante del primer colectivo de afrocreadores de moda con sede en Ipanema, compuesto por un total de seis marcas de ropas y accesorios fundadas por diseñadores negros que viven en Rio de Janeiro.

2 Entrevista personal de Fernanda Gonçalves. Rio de Janeiro, Ipanema, 21 de enero de 2020.

ropa: *O Verbo etc., e tal*, cuyo nombre, según sus palabras, provenía de su “[...] *missão na terra, do verbo, do fazer, da ideia de que ‘O Verbo se faz carne’*”³, una frase bíblica que le recordaba el trabajo fuerte y disciplina constante que le demandaba su compromiso con dios y con el proyecto editorial de su marca.

El proyecto de Fernanda comenzó a tomar cuerpo en el marco de sus estudios en la facultad de estilismo y su trabajo como consultora de diseño estratégico en el *Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil* (SENAI-CTQT) entre 2004 y 2015, un lapso en el que también experimentó importantes cambios en su vida personal y profesional. Varios factores llevaron a Fernanda a desencantarse más adelante de la religión evangélica. Este desencanto transcurrió entre los años 2009 y 2015 cuando definitivamente decidió romper lazos con la iglesia. Esta ruptura no solo vino sucedida de un cambio en lo que denominó su “*orientação espiritual*”⁴, también vino acompañada de un propósito político e identitario diferente, reconocerse ante sí misma y los demás como una diseñadora de moda afrobrasileña. Esa decisión la llevó en el presente a abrirse camino profesional en la zona sur de la ciudad, considerada por muchos un lugar de privilegiados y blancos, aunque también una de las galerías comerciales más prosperas de Rio de Janeiro y un baluarte de consumo y modernidad en varios ramos comerciales, y especialmente en el de la moda (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2020).

En el pasado había recibido señales que apuntaban en esta misma dirección. Cuando elaboró sus primeras estampas con temáticas cristianas, creó también una única estampa que no se encuadraba en este patrón: una camisa branca, igual al resto, pero con la imagen de una mujer africana en forma de árbol que reposaba sobre la frase *África berço da Humanidade* (véase la fig. 1). Para Fernanda, esta estampa fue diferente de la demás porque se inspiró en sus experiencias de vida conexas con la negritud y con el racismo que vivió desde pequeña, experiencias que la llevaron a concebir su proyecto como un emblema de identidad afrobrasileña entre los códigos de vestimenta disponibles en el mercado carioca.

3 Entrevista personal de Fernanda Gonçalves. Rio de Janeiro, Ipanema, 21 de enero de 2020.

4 Entrevista personal de Fernanda Gonçalves. Rio de Janeiro, Ipanema, 21 de enero de 2020.

Figura 1. África berço da Humanidade



Fuente: IG: @overboetcetal⁵. Archivo personal de Fernanda Gonçalves

A diferencia de las estampas cristianas, las camisetas referidas a ‘África’ se vendieron más rápido que el resto, situación que llevó a Fernanda a preguntarse si el mercado afrobrasileño podría significar un nicho de crecimiento económico para su marca. Al poco tiempo de la creación de la marca, su desarrollo se vio interrumpido por problemas políticos y la debacle económica que experimentó Brasil a mediados de la década en curso, especialmente, a partir de 2015 cuando la destitución de la presidenta Dilma Rousseff la perturbó emocionalmente y cuando la crisis del empleo en el país hizo que la despidieran del SENAI-CTQT donde transcurrieron alrededor de diez años de su vida. Fernanda fue una de las numerosas personas que se vieron afectadas por el incremento del desempleo que pasó de 6,5 a 13,7% en el corto plazo de dos años (NAHAS, 2018). Las referidas circunstancias la obligaron a reinventarse. La reinención de Fernanda fue posible gracias al aprovechamiento de una convocatoria de financiamiento lanzada a principios de 2017 por el *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas* (SEBRAE) en el que se convocaba a ‘afro-emprendedores’ y dueños de negocios ‘negros’ a presentar proyectos en el sector de la moda —artesanal e industrial— y cuyos contenidos debían promocionar la valorización de la ‘Cultura Afrobrasileña’.

Los términos de esta valorización carecieron de precisión. De hecho, la extensa variedad de proyectos que fueron seleccionados evidenció que la categoría ‘Cultura Afrobrasileña’ utilizada por instituciones del Estado y el sector privado involucró discursos y elementos simbólicos heterodoxos que fueron desde campañas contra el racismo, pasando por ropas que rememoraron la herencia cultural de los africanos esclavizados en Brasil, hasta llegar a vestimentas ligadas a la samba, al paisaje cultural de las *favelas* cariocas y alegorías del carnaval. La marca de Fernanda fue uno de los treinta proyectos seleccionados

⁵ Disponible también en: <https://www.instagram.com/overboetcetal/>.

para recibir financiamiento por parte del SEBRAE. Los ganadores articularon esfuerzos para acrecentar sus posibilidades de éxito a mediano y largo plazo. Motivados por la intensión de impactar y ser reconocidos como creadores de marcas de moda autoral y no como simples artesanos, los diseñadores afrobrasileños apostaron su capital sociocultural y financiero a un proyecto. De esa forma, consiguieron inaugurar una pequeña tienda de gestión colectiva en el corazón de la zona sur de Rio de Janeiro, concretamente en una de las calles de Ipanema donde actualmente permanecen seis de ellos.

La intención de este relato no es reducir la trayectoria de Fernanda a este único evento, ni mucho menos asumir que su experiencia fue equiparable a la del resto de los diseñadores de moda afrobrasileños, tanto en el presente como en el pasado. Pretendemos valernos de un evento concreto de su vida personal para cuestionar la tesis historiográfica de que la moda blanca europea satisfizo las necesidades y demandas de la mayoría de los segmentos del mercado. Tradicionalmente, la Historia de la Moda ha promovido narrativas que van de arriba hacia abajo prestando poca atención a los públicos que consumen de acuerdo con otros intereses y grados de conciencia, ignorando sectores demandantes que, en atención a agendas políticas propias e insatisfechos de las ofertas de moda imperantes, emprendieron proyectos creativos como el de Fernanda.

Reflexionando sobre el mismo fenómeno, aunque desde diferentes escalas, opinamos que episodios aparentemente aislados como la rápida venta de las estampas alusivas a África (que corresponde a una experiencia personal de Fernanda) y la convocatoria del SEBRAE (que corresponde a un programa nacional impulsado por el sector privado) se encuentran íntimamente relacionados. La relación de ambos yace en el reconocimiento de la población negra como un importante mercado, tanto en Brasil como en el mundo, y su rol innegable como agentes creativos en la historia.

Seis meses después de la citada convocatoria, un boletín del SEBRAE (2017) explicó las razones por las que pensaba que la apuesta económica a la Moda Afrobrasileña valía la pena. En el documento se mencionaron los siguientes aspectos [i] 54% de la población brasileña es negra, [ii] 30% de la población brasileña está conformada por mujeres negras, [iii] un total de 104 millones de negros viven en Brasil, [iv] la cifra de empresarios negros brasileños aumentó 6% en la década que va de 2003 a 2013, [v] los consumidores negros mueven un aproximado de 800 mil millones de reales por año, y [vi] 60% de la población negra asegura que las propagandas no acostumbran a retratarlos como debería. Pese a que no se menciona en el documento, añadimos también las crecientes demandas de los movimientos sociales de negros y afrodescendientes que han penetrado este campo, e hitos como la Ley n. 10.639/03 que establece la obligatoriedad de la enseñanza de historia de África y de las culturas africana y afro-brasileira en el currículo de la educación básica en Brasil el cual, como señala Marcia Guerra (2011), vino

a revitalizar el conocimiento sobre lo africano y su herencia en la esfera pública nacional a partir del discurso sobre la historia.

Ahora bien, la pregunta que conduce a la primera cuestión historiográfica a tratar en este artículo es la siguiente ¿son nuevas estas condiciones? o ¿tienen una larga data y han sido borradas de las narrativas historiográficas que poco hablan de la importancia de los negros y afrodescendientes en la moda? Seguramente sus participaciones en la esfera pública —no siendo así en la privada— se hayan tornado más ‘visibles’ en los últimos años. No obstante, el peso demográfico, sus aportes como fuerza de trabajo y sus contribuciones en las posibilidades creativas del vestir tienen un extenso devenir en el tiempo. Lo que ha tendido a negarse entonces es la posibilidad de considerarles piezas claves en los espacios que tradicionalmente se asocian con este campo, y, por su puesto, incluirles en los relatos que narran la historia de esos espacios.

No podemos, ni pretendemos abarcar aquí toda la producción en el área, pero si podemos hablar de obras clásicas y recientes que formularon respuestas a esta pregunta. Los autores clásicos que fundaron la tradición europea fueron radicales en su respuesta. Como señala Max von Boehn (1951) en su historia del traje en Europa, el espíritu de la imitación conllevó a la “desaparición de las diferencias en el vestir entre los diversos pueblos”, homogenizándolos en torno al proyecto cultural de occidente que se expandió por el mundo a partir de los intercambios que involucraron a los antiguos imperios europeos. Anteriormente, autores como Auguste Racinet (2018), François Boucher (2010) y James Laver (2017) construyeron narrativas que reforzaron su carácter teleológico y la relación de la moda con el devenir histórico de la civilización, un concepto definido por marcadores geográficos y raciales. Cuando se habla de moda desde los citados autores suele hablarse de un producto cultural de la civilización moderna, blanca y europea.

Estas lecturas surgieron en un contexto específico. Las obras de Racinet, Boucher, Laver y von Boehn salieron a la luz entre finales del siglo XIX y mitad del XX. Posteriormente, algunas de estas lecturas fueron refinadas y presentadas en obras sociológicas influyentes como **El Imperio de lo efímero** de Gilles Lipovetsky (2004) quien volvió a definir la moda como un proceso excepcional e inseparable ligado al nacimiento y desarrollo del mundo moderno occidental. Mas recientemente, la historiadora norteamericana Valerie Steele (2004) en la *Encyclopedia of Clothing and Fashion* muestra que los diseñadores, productos y tendencia que en gran medida ‘resumen’ la experiencia de la moda en el mundo poseen dos características: tienen un rostro blanco y generalmente proceden de contextos noratlánticos. Una proporción importante de la historiografía de la moda producida desde Brasil privilegia enfoques conexos. Gilda de Mello e Souza (1987) y Maria do Carmo Teixeira Rainho (2002) cuando hablan de la moda en Brasil durante el siglo XIX, no dudan en hacer hincapié en la influencia francesa como el hilo transversal

que conduce sus historias. Luego, encontramos estudios como el de Luís André do Prado y João Braga (2019) quienes cuentan una historia de la moda en Brasil partiendo de las experiencias de las elites blancas y los imperios comerciales que se formaron en el país a lo largo del siglo XX. También encontramos trabajos como el de Paula Acioli (2019) quien intenta pensar la moda desde una perspectiva nacional, reforzando el mito de 'democracia racial' en el que los aportes culturales de la población negra se presentan como estancos en el tiempo, y son reducidos a las experiencias y vestimentas de los africanos esclavizados.

La academia anglófona y muy especialmente la norteamericana se propuso hacer frente a ciertos determinismos teóricos del estructuralismo francés vigentes en las ciencias sociales y la historia en las últimas décadas del siglo XX. Partiendo de enfoques como las Historias Conectadas, Historias Transnacionales, Historia Atlántica e Historia Global, la historiografía anglófona ha hecho hincapié en las circulaciones que pusieron a prueba la rigidez de las fronteras nacionales y más antiguamente, entre los imperios, mostrando su carácter dinámico, inestable y permeable. La preocupación por las circulaciones ha llevado a los historiadores de la moda recientes a decidir entre dos caminos metodológicos. El primero de ellos como puede apreciarse en la obra de referencia escrita por Linda Welters y Abby Lillethun (2018), *Fashion History: A Global View*, hace énfasis en las mercancías y sus flujos a través de diversas interfaces geográficas y temporales. Los estudios de caso incluidos en el libro abordan desde el comercio transcultural de la seda en Asia Central, pasando por las vestimentas indígenas en las Américas y Hawái, los productos cosméticos en China y las innovaciones estéticas en África subsahariana. Los grandes protagonistas de esta historia son los *commodities*.

El segundo camino metodológico pone el énfasis en los diseñadores y sus marcas, analizando las interconexiones a partir de la deconstrucción de sus experiencias. Existen numerosos trabajos que desde esta perspectiva exaltan la experiencia de los diseñadores blancos y las grandes marcas europeas. Este es el caso de trabajos como el de Pasols Paul-Gérard (2005) sobre **Louis Vuitton**, Laia Farran Graves (2020) sobre **Prada**, Karen Homer (2020) sobre **Dior**, entre otros. La excesiva representación de estas experiencias en la historiografía es resultado de dos fenómenos. Por un lado, cierto colonialismo epistémico que impide pensar el fenómeno de la moda desde espacios menos convencionales, y por otro lado, la enorme fuerza editorial de estas marcas que nubló la posibilidad de hallar otro tipo de experiencias en fuentes impresas como la prensa, por ejemplo. Quienes se han dado la tarea de considerar otras voces —especialmente desde el Sur Global— han tenido que acudir de forma principal o accesoria a otros campos disciplinares, entre ellos: la arqueología, la antropología y la historia oral, y con ello aprovechar los vestigios de cultura material, las fuentes vivas y los archivos personales. Trayectorias como la de Fernanda y su marca no habrían podido contarse de otro modo.

LAS TESIS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE LA INVENTIVA Y LA CREACIÓN VS. LA EXPERIENCIA DE UNA DISEÑADORA AFROBRASILEÑA EN SENEGAL

A inicios de 2020 Fernanda hizo realidad uno de sus sueños más importantes: pisar suelo africano. Junto con amigos que conoció durante su paso por la facultad de estilismo, Fernanda organizó un viaje a Senegal, específicamente a la ciudad de Kébémér – región de Louga. Allí, tuvo la oportunidad de escuchar por fuentes orales de primera mano las historias que yacían detrás de los *Baobab* (*Adansonia*), árboles milenarios que se convirtieron en lemas de África y que en años atrás le sirvieron de inspiración para crear su estampa *África berço da Humanidade*. El relato sobre los *baobabs* quedó resonando por días en la mente de Fernanda, llevándola a cuestionarse sobre la veracidad/falsedad de las imágenes y discursos que desde distintos lugares del mundo se produjeron sobre África. Para su alivio, el relato que escuchó de los *baobabs* y su asociación con los *Griot*⁶ (guardianes espirituales de las aldeas que habitan en el corazón de estos árboles), no contradecía lo que había expresado en aquel diseño.

Debido a su interés por la moda y rodearse de un grupo de diseñadores, Fernanda decidió prestar más atención a los códigos de vestimenta. Fue una tarea ardua pues casi todo lo que veía le impresionaba, desde la manera de saludar hasta la conducta al comer. Inmediatamente notó el contraste entre el paisaje geográfico marrónáceo, resultado de la sequía y aridez del suelo, y la variedad de colores que contenían las ropas usadas por los hombres y mujeres en Senegal. La idea de que los tejidos africanos desbordan en formas y colores parecía ser cierta. Sin embargo, cuando indagó sobre estas ropas descubrió que los tejidos artesanales africanos competían en condiciones desiguales con las imitaciones que procedían de China, y en contextos más exclusivos con las telas producidas por compañías europeas, por ejemplo, *Vlisco* de origen holandés. Le parecía una verdadera paradoja que los africanos utilizasen vestidos típicamente africanos hechos con telas que se importaban desde otros lugares del mundo. Esa experiencia acrecentó una ansiedad que tenía desde hace varios años: el celo a la imitación pues, el elemento distintivo de su marca eran sus estampas, las cuales elaboraba primero artesanalmente —a través de técnicas como el dibujo a mano alzada y el collage—, y después digitalizaba con el propósito de aumentar el número de piezas producidas.

Este episodio de la vida de Fernanda nos lleva a la segunda cuestión a tratar en el artículo ¿acaso, el ingenio, la inventiva y la creatividad dependen de la raza y género? ¿Qué

⁶ Un griot es un narrador de historias en varias regiones del África Occidental. El es un depósito de tradición oral. La tradición oral mantenida por los Griots abarca variados aspectos de la vida social de los pueblos, desde el conocimiento del entorno, pasando por las formas de artes, la medicina, hasta llegar a acontecimientos que deben ser recordados. Son fuentes de historia viva que valorizan otras formas de preservar la memoria.

ha dicho la historiografía de esto? La pregunta es formulada en tono de provocación, por el hecho de que muchas personas confieren más valor al ingenio de diseñadores, marcas y empresas europeas que a la creatividad de diseñadores negros procedentes del Sur Global. Parece existir un consenso de que las agencias de los norteamericanos y europeos sobrepasaron en escala y valor las acciones de los agentes creativos de otros contextos. Sin embargo, creemos que el origen de estas desigualdades es más historiográfico que histórico, en otras palabras, tiene más relación con las interpretaciones *a priori* que con las realidades estudiadas. Los prejuicios que impiden pensar atributos como el ingenio, la inventiva y la creatividad en sectores que difieren del estereotipo del hombre blanco europeo proceden de un colonialismo que necesita ser visibilizado y problematizado, para luego emprender una agenda intelectual que contrarreste sus efectos.

Es fácil imaginar las experiencias que llevaron a Racinet, Boucher, Laver, von Boehn, Lipovetsky y otros, a pensar el Noratlántico como la cuna histórica de la diada “capitalismo-modernidad”. El colonialismo ingénito a esta interpretación se ocultó detrás la idea de que las tecnologías que crearon y conectaron el mundo resultaron del ingenio de grandes hombres e instituciones noratlánticas, cuyo protagonismo hizo posible el desarrollo de embarcaciones, ferrocarriles, automóviles, aeronaves y medios de comunicación (OSTERHAMMEL, 2015). El énfasis en las grandes tecnologías consolidó una visión del mundo y la modernidad euro centrada en lo geográfico, blanqueada en términos raciales y masculinizada en lo relativo a los roles de género. Si pensamos en una mercancía clave para la industria de la moda, como el algodón, entonces sería necesario mencionar la obra de Sven Beckert (2016), *Empire of Cotton: A Global History* que plantea que el imperio del algodón “y, por consiguiente, el sector textil e industria de la moda” se fundó sobre un aparato de muerte y sufrimiento de millones de trabajadores precarizados libres y esclavizados.

Al mismo tiempo Beckert intenta convencernos de que las proezas del capitalismo moderno resultaron del ingenio de los comerciantes británicos de Liverpool, Manchester y otras ciudades de Inglaterra quienes “[...] compraban por todo el mundo el algodón en rama y lo transportaban a las factorías británicas en las que operaban incansablemente las dos terceras partes de los husos de algodón del planeta” (2016, p. 9). El carácter primitivo, escasamente reflexivo y si se quiere mecánico de extraer las materias primas de la naturaleza quedó reservado en la historiografía para los trabajadores pobres, libres y esclavizados; mientras la acción creativa de transformar la naturaleza en manufacturas cargadas de valor económico y significación cultural quedó reservada en la mayoría de los casos al estereotipo de hombre blanco europeo, comúnmente, entendido como un agente creativo a mayor escala.

Alrededor de los actos de creación se han desarrollado dos tipos de lecturas. Una

primera que concibe la creación como una respuesta extraordinaria a la imposibilidad de solucionar un problema de la manera tradicional; y una segunda que la define como un tipo de adaptación a las prácticas habituales (DALTON, 2004). Estas dos interpretaciones han tenido expresión en los relatos historiográficos. La primera de ellas ha apuntado a una dimensión macrosocial de las acciones creativas planteándolas como grandes disrupciones de las actividades habituales. De acuerdo con esto, la acción creativa termina materializándose en las magnas obras que ‘revolucionaron la historia’, desempeñando un papel limitado, aunque fuera de serie en el desarrollo artístico, científico y tecnológico. Mientras, la segunda presta atención a la dimensión microsocia de la creación y cuestiona los criterios de autoridad intelectual que enmarcaron la acción creativa únicamente en el seno de las principales revoluciones culturales e industriales.

Abundantes ejemplos historiográficos podemos relacionar con la primera perspectiva. Al igual que Sven Beckert con su historia global del algodón, el historiador norteamericano Bernard Bailyn (2005) privilegió la idea de un mundo atlántico como espacio de difusión del liberalismo, en tanto proyecto político, y, por supuesto, del capitalismo en tanto la plataforma económica que hizo posible el proyecto de modernidad occidental. En esta lectura la acción creativa de los sujetos dentro del mundo atlántico cobró sentido a la luz de los filósofos de la ilustración, artistas del romanticismo, científicos y otros. Ejemplos norteamericanos y europeos abundan, en especial procedentes de la órbita anglosajona y francesa. Sin embargo, el grado de aceptación de la segunda lectura es desigual respecto a la primera pues quienes hablan de conocimientos y de tecnologías a pequeña escala enfrentan bastantes dificultades, todavía más si proceden de agentes creativos relacionados con el mundo indígena y africano en el Sur Global.

Si volvemos la mirada hacia la moda observaremos el mismo fenómeno. Las agencias creativas suelen ser imputadas a los diseñadores de marcas norteamericanas y europeas que a través de sus grandes empresas difundieron visiones de mundo que privilegiaron la centralidad del Noratlántico. Historiadores recientes revisitaron el papel del Noratlántico en la historia global de la moda, matizando las formas de absolutismo historiográfico inherentes a la lectura de que la moda es exclusivamente una invención de occidente. Carlo Marco Belfanti (2008) intenta rediscutir los procesos complejos del desarrollo de la moda en el mundo trayendo a colación narrativas como las de Kirti Chaudhuri o SAM Adshhead quienes, posando la mirada en Asia, India y China, respectivamente, cuestionaron la tesis de que las civilizaciones orientales fueron sociedades sin moda. No obstante, las reflexiones sobre África, especialmente el África Negra y su diáspora en las Américas siguen enfrentando serias dificultades.

Las preocupaciones por la vestimenta y en general, por la cultura material de las sociedades africanas y de su diáspora han estado envueltas en una vorágine de perspectivas

naturalistas que la ‘tribalizaron’ y despojaron de la posibilidad de considerarles modernas. Por eso no es de extrañar los vacíos y desconexiones entre [i] las visiones antropológicas donde las indumentarias son tratadas como vestigios de ancestralidad en un mundo de relaciones complejas propias de la modernidad. Este el caso de clásicos como el realizado por Rice Kym y Martha Katz-Hyman (2010); [ii] perspectivas sociológicas que prestaron mayor atención a la raza y a las desigualdades raciales concibiendo el vestido como una acción política y un marcador de identidad útil para la articulación colectiva. Es el caso de los trabajos realizados por María do Carmo Paulino Dos Santos (2019) quien reflexiona sobre los regímenes de visibilidad vinculados con la negritud en el Brasil contemporáneo; y, por último, [iii] visiones históricas que hicieron hincapié en las experiencias de la esclavitud.

En un texto reciente Silvia Hunold Lara (2002) explora las indumentarias y performances de la población negra en Brasil durante el largo siglo XVIII. A través de pinturas, la autora analiza como los ropajes funcionaron como marcadores de diferencia social entre negros libres, libertos y esclavizados, simbolizando sus roles y posiciones en el mundo del trabajo de la época. Por otro lado, trabajos como el de Kelly Mohs Gage (2016) exploraron las conexiones visuales y personales de la moda bahiana contemporánea y las indumentarias antiguas de las esclavas. Ahora bien, nuestra preocupación surge ante la escasez de relatos que relacionen estas dos temporalidades, o, acaso ¿las tradiciones y sentidos del gusto de africanos, negros libres y exagentes esclavos desaparecieron súbitamente entre los siglos XIX-XX y reaparecieron en el presente?

Este vacío hace cuestionarnos la posibilidad de que encontrar hoy historias como la de Fernanda quien, según esto, reivindica un concepto de moda afrobrasileña con poco sustrato histórico en el presente. Un sector de la historiografía de la moda en Brasil transitó un camino similar al de los historiadores de la moda en Europa. Mientras la segunda mitad del siglo XX se presenta como la época de oro de compañías europeas como *Rhodia* de Francia y *Fiorucci* de Italia en Brasil (POLLINI, 2009); al mismo tiempo, Fernanda y antecedentes como Luiz de Freitas (1941), un diseñador de moda negro popular en la década del 80, fundador de la marca Mr. Wonderful y un icono de la moda carioca para quien Fernanda trabajó antes de la creación de su marca, tuvieron experiencias al margen de esta macrohistoria de la inventiva y la creatividad. Esta experiencia nos conduce al siguiente punto.

EL AFROPESIMISMO TEÓRICO-HISTORIOGRÁFICO VS. EL AFROFUTURISMO EN LA ÓPTICA DE DOS DISEÑADORES NEGROS EN RIO DE JANEIRO

En 1985 Fernanda tenía 20 años. Ese año ocurrieron acontecimientos importantes

en su trayectoria personal y en el escenario político del país. Brasil, oficialmente, ponía fin al régimen militar que se había instaurado en el poder desde el golpe de estado de 1964. La presidencia finalmente llegaba a manos de un civil. Por otro lado, Fernanda empezaba a trabajar en los mostradores de la tienda del diseñador de moda Luiz de Freitas, ubicada en Ipanema. Fernanda recuerda a Luiz de Freitas como su gran inspiración, una especie de mentor que la sedujo hacia el mundo de la moda. Para la diseñadora, Luiz de Freitas había sido el primer diseñador de moda negro carioca en tener una proyección verdaderamente internacional. Además de Brasil, había conseguido proyectarse y llevar sus productos a contextos como París, Nueva York, Ámsterdam, Londres y Portugal. También por considerarle uno de los pioneros del afrofuturismo en la moda brasileña. Cuando se le preguntó a Fernanda ¿Qué entendía por afrofuturismo en el campo de la moda? las palabras de ella, refiriéndose a Luiz de Freitas fueron las siguientes:

[...] a criatividade dele, o compromisso que ele tinha com o seu trabalho, com a entrega dos resultados daquelas peças, o rigor que ele tinha nos acabamentos, realmente algo muito bem feito [...] do Luiz eu lembro disso, lembro-me da vanguarda e dessa criatividade projetada para frente”.

Detrás de esa explicación sencilla se escondía una idea potente, la idea de que la moda afrobrasileña no solo puede recordarnos el pasado, sino que también puede, o incluso debe, proyectarnos el futuro. Como apunta Mohs Gage (2016) para el caso de la moda afrobrasileña en Salvador de Bahía, muchos de los diseñadores bahianos mantienen en el presente una conexión con la herencia de los africanos y su diáspora, representados en las órdenes de captura de los esclavizados fugitivos, en los diarios de viaje de extranjeros y en las iconografías de paisajes que circularon durante todo el siglo XIX. Entre tanto, otro estudio reciente como el de la investigadora y diseñadora de moda Julia Vidal (2015) propuso una deconstrucción simbólica de las ropas que hoy representan la moda afrobrasileña, mostrando su estrecha relación con religiones de matriz africana. Ambos trabajos prueban la tendencia a promocionar representaciones de lo africano solo como herencias y vestigios del pasado.

Como dijo Fernanda en una entrevista “[...] *montar uma loja de moda afro brasileira atendida por gente preta em turbante e roupas coloridas em Ipanema, no coração da Zona Sul do Rio de Janeiro, um espaço dos brancos, tem conotações políticas evidentes. Mostrar que nós existimos e viemos para fazer moda*”⁸. Para Fernanda, treinta años antes Luiz de Freitas y su marca Mr. Wonderful habían abierto una brecha que tanto ella como el colectivo de afrocreadores del que forma parte hoy aprovechaban. Todos orientaron esfuerzos a abrirse camino en un mundo en el que las vanguardias —y, con ellas, los proyectos políticos/

7 Entrevista personal de Fernanda Gonçalves. Rio de Janeiro, Ipanema, 21 de enero de 2020.

8 Entrevista personal de Fernanda Gonçalves. Rio de Janeiro, Ipanema, 21 de enero de 2020.

estéticos de futuro— estaban tradicionalmente relacionadas con las propuestas creativas de los sectores blancos.

Los motivos que condujeron a Fernanda a pensar en Luiz de Freitas como un precursor del afrofuturismo en la moda brasileña se sitúan entre estas dos interfaces. Por un lado, una interfaz técnica que se expresó en los acabados bien hechos de sus ropas los cuales, alejaron sus piezas del estereotipo de una producción primitiva y pobremente tecnificada; y por otro lado, una interfaz creativa de fronteras porosas con el arte pues, retomando las palabras de Fernanda, la labor creativa de Luiz de Freitas consiguió con éxito transmitir la sensación de proyectarse hacia adelante y crear posibilidades estéticas que desafiasen los estereotipos de género y raza de su tiempo. La prensa de los 80 compartió opiniones similares a las de Fernanda. En una edición del 19 de septiembre de 1980, el *Jornal do Brasil* publicó una nota titulada: *Mais uma vez, a masculinidade na prateleira* en la que Luiz de Freitas habla de las dificultades que enfrentó al vender piezas de ropa masculina que se apartaban de los estereotipos de hombre tradicional en Brasil y la desilusión que experimentó al descubrir “[...] a resistência dos cariocas, e principalmente de Ipanema que, para seu espanto, não era o berço de liberdade que sempre esperou que fosse”⁹ (véase la fig. 2).

Figura 2: “(...) a moda não precisa ter sexo”



Fuente: Biblioteca Nacional Brasileña. *Jornal do Brasil*, 19 de septiembre de 1980.

En las entrevistas con Fernanda la diseñadora ha manifestado su frustración hacia lo

9 Jornal do Brasil, 19 de septiembre de 1980.

que las personas esperan hoy de la moda afrobrasileña pues, le parece que el afrofuturismo no es compatible con la representación de los negros que un sector grande del mercado carioca demanda. En varias ocasiones reformó piezas de ropa que no había logrado vender. Una de ellas fueron sus creaciones más queridas, camisetas blancas con una estampa en el centro de una 'Ank' (un jeroglífico egipcio que evoca el concepto: vida).

(...) As pessoas olham para um símbolo egípcio e acham que não tem nada a ver com eles, que é algo muito antigo, distante... quando estou realmente falando de grandes momentos da nossa história, daquela África imponente ;conhece? não estou apenas falando do que aconteceu, também o que poderia ser¹⁰.

El reclamo de Fernanda coincide en varios aspectos con el reclamo que hizo Luiz de Freitas en la prensa de los 80 porque, en ambos casos, los espacios y estrategias de participación de los diseñadores negros en la moda fueron objeto de las mismas disputas, tensiones y negociaciones que afrontó la dinámica democrática brasileña en distintos períodos de su historia. En la década del 80, Luiz se movió en un escenario de serias tensiones: el ocaso de la dictadura civil-militar brasileña y el reacomodo de las fuerzas políticas ante la instalación de un emergente proyecto democrático, todavía frágil. En el presente, Fernanda se mueve en la escena de lo que ella misma denomina “[...] *um país em crise*¹¹”, un Brasil en el que la gente, como ella, está reinventándose como una respuesta a las tensiones políticas que experimentan. Esta anécdota nos conduce a plantear la tercera y última cuestión a tratar en este artículo ¿son las vanguardias ‘antagónicas’ a la experiencia negra en el mundo? ¿pueden emerger o sobrevivir expresiones culturales ante la brutalidad de la violencia colonial y racista? especialmente, si se trata de actividades que involucran la creatividad como ¿el arte, la danza, la música o la moda? Las posibles respuestas a estas preguntas nos obligan a considerar un marco historiográfico más amplio.

El autor martiniqués Frantz Fanon (1961) trazó una tesis que continúa teniendo vigencia: la experiencia negra y africana contemporánea está ligada a la violencia porque la colonización se fundó sobre la violencia. Lecturas homologas fueron compartidas por intelectuales africanos como el camerunés Achille Mbembe (2001) quien afirmó que el verdadero reto de la experiencia negra es la soberanía, incidir en el poder de decidir a quién “hacer morir y dejar vivir”. Si pensamos, por ejemplo, en la idea del Atlántico Negro de Paul Gilroy (2001) la violencia ocupa un lugar importante en la normalización de las desigualdades contemporáneas. Incluso, historiadores como Beckert, quien deviene de una tradición intelectual muy diferente, concluye que las factorías de algodón - al igual que otras compañías claves en la institucionalización del Capitalismo de Guerra - recurrieron

10 Jornal do Brasil, 19 de septiembre de 1980.

11 Jornal do Brasil, 19 de septiembre de 1980.

frecuentemente a maniobras de poder a través de la violencia.

La preocupación por la emergencia de expresiones culturales ante condiciones adversas confrontó formas de afropesimismo y de posibilismo cultural en las narrativas históricas recientes. La historiografía brasileña también ha sido testigo de esas tensiones. La obra de Robert Slenes (1999), *Na Senzala, uma Flor*, fue una respuesta intencionada a las palabras de Charles Ribeyrolles quien, en las memorias de su trayectoria por Brasil en tiempos de la esclavitud, atestiguó que en las *senzalas* de negros nunca había visto nacer una flor, refiriéndose a las esperanzas y recuerdos familiares de los esclavizados. El relato de Ribeyrolles va más allá de sí mismo pues deja en evidencia doctrinas generalizadas entre los viajeros extranjeros de los siglos XVIII y XIX, y también entre pensadores contemporáneos. La esclavitud habría sido tan feroz que inhabilitó la emergencia de complejos culturales entre los esclavizados. Brasil, al igual que el resto de los países latinoamericanos, experimentó una fuerte influencia del marxismo entre las décadas del sesenta y el setenta, un hecho que se expresó en las interpretaciones dadas a estos problemas. En este período se publicaron los trabajos de Florestan Fernandes quien aseveró que, en la era pos-esclavitud, los libertos fueron forzados a tornarse responsables de sí mismos, aunque no siempre contasen con los medios materiales, intelectuales y morales para hacerlo. De acuerdo con esto, “[...] *as facetas da situação humana do antigo agente do trabalho escravo imprimiram a abolição o carácter de uma espoliação extrema [...] se converteu numa ironia atroz*” (FERNANDES, 2008, s.p).

Esta interpretación fue compartida por un grupo de intelectuales pertenecientes y alineados a la Escuela Paulista de Sociología de la Universidad de São Paulo quienes siguieron prestando atención a la violencia, pero esta vez representada en la coerción hacia la mano de obra esclava. Un punto clave en la lectura de este momento fue la profundización de las desigualdades económicas y sociales entre propietarios y no propietarios de los medios de producción, lo que se tradujo en un mayor énfasis en la marginación y pauperización de las condiciones de vida de los hombres pobres libres y de los esclavizados. La influencia del marxismo de corte estructuralista tuvo dos consecuencias a largo plazo. Primeramente, categorizaciones de tipo binario en las que se enfrentaron posiciones como señores y esclavizados. Seguidamente, la idea de que dichas posiciones entrañaban formas de consciencia invariables. Esta visión aprisionó las agencias de los negros y africanos en la historia puesto que la mayoría de sus acciones fueron vistas a partir de su correspondencia, o no, con la posición que ocupaban en los procesos de producción y acumulación de riquezas.

Después de los años ochenta se desarrollaron alternativas que ofrecieron diferentes lecturas a los mismos problemas. En el contexto brasileño, por ejemplo, se enfatizaron fenómenos relativos a las agencias de los esclavizados y a sus tentativas de libertad, en otras

palabras, fenómenos que promovieron una valorización de su rol en la historia y su aporte cultural en la sociedad del presente. Autores como Silvia Hunold Lara, Stuart Schwartz, Sidney Chalhoub, y otros, se convirtieron en figuras importantes de este movimiento. En su libro *Campos da violência*, Silvia Lara (1988) explora diferentes formas de resistencia de los esclavizados ante el sistema esclavista, desde la fuga hasta los litigios en la arena de la justicia. Adicionalmente, destaca por estudiar procesos diversos de su universo cultural, desde las relaciones familiares hasta las tradiciones al vestir. Las últimas décadas fueron escenario de una renovación historiográfica en la que los africanos y esclavizados comenzaron a ser tratados como algo más que una mercancía cuantificable, situación que derivó en un giro hacia los estudios históricos centrados más en los sujetos que en los grandes grupos, y que apostaron a metodologías de corte más cualitativo (ZEMON DAVIS, 1991).

Proyectos similares pueden notarse en tradiciones historiográficas fuera de América Latina, el Caribe y África. En EE. UU, por ejemplo, al interior de la Historia Atlántica emergieron visiones como la del Programa de Historia y Cultura Atlántica de la Universidad Johns Hopkins interesada por las sociedades e identidades afroamericanas, así como por el desarrollo del capitalismo temprano en contextos caribeños y africanos. La convergencia entre historiadores y antropólogos abocados al Caribe y África como Sidney Mintz y Richard Price (2003) incitó las preocupaciones por el tráfico esclavista en el Mundo Atlántico, las identidades entre los descendientes de la diáspora y los procesos etnopolíticos alrededor de ellos. No en vano intelectuales como el antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot (2002) estuvieron asociados al Instituto de Estudios Globales en Cultura, Poder e Historia de la Universidad Johns Hopkins, y como él varias camadas de historiadores que compartieron la premisa de que la modernidad incorporó dentro de sí un compuesto de proyectos políticos, sociedades y culturas, además de las que típicamente se entendieron como herederas de la tradición occidental. Como diría el mismo Trouillot, fue, y sigue siendo, posible ser modernos de otra manera.

CONSIDERACIONES FINALES

El reto más grande al estudiar la moda afrobrasileña en perspectiva histórica es de carácter tanto teórico como metodológico. Localizar las trayectorias de diseñadores de moda negros y rastrear sus tránsitos por diferentes interfaces sociales obliga a considerar diferentes tipos de fuentes. Al mismo tiempo supone ‘nadar a contracorriente’ contra determinados estereotipos historiográficos. Consideramos que los más presentes y los más difíciles de derribar, reposan sobre los mitos de que [i] la moda es blanca, [ii] los agentes creativos proceden del Noratlántico, y [iii] las vanguardias son irreconciliables con los traumas asociados a la experiencia negra.

El fenómeno de la moda cuenta la historia de profundas desigualdades, en principio, porque la capacidad técnica de los agentes negros envueltos es desigual, y luego porque el colonialismo epistémico intrínseco a determinadas vertientes historiográficas dificulta realizar las preguntas correctas. Herramientas como internet democratizaron la producción, circulación y consumo de información en el presente, cuestión que es un punto para considerar al estudiar la situación de la moda afrobrasileña hoy. Las redes sociales y otras plataformas digitales disminuyeron un poco esta brecha de desigualdad en torno al asunto de la representación. Las plataformas digitales aumentaron la posibilidad de tornar visibles contenidos que en otros tiempos habrían pasado desapercibidos para cualquier historiador. En la década del 80 una marca de moda pequeña no podía proyectarse a mediana y gran escala sino poseía propiedad o vínculos políticos con grandes medios de comunicación. Incluso, su aparición en medios de comunicación tradicionales como la prensa no garantiza su visibilidad y representación historiográfica. Decenas de artículos de prensa que relatan la trayectoria del diseñador de moda negro Luiz de Freitas yacen reposando en los depósitos de la Biblioteca Nacional Brasileña, disponibles para la consulta física y digital. Sin embargo, la escasez de trabajos sobre este curioso personaje habla del desinterés general en visibilizar este tipo de historias. Por esta razón el presente artículo busca recomendar estrategias multimétodos que analicen la prensa, colecciones museológicas, bases de dato etnográficas, archivos personales, observación participante, conversaciones informales, entrevistas y análisis de contenido de las redes sociales con el fin de potenciar la visibilidad de los diseñadores de moda negros en la historia contada.

ABSTRACT: *Have you ever wondered if a single person's life trajectory can question 'truths' that seem irrefutable? If their concrete experiences can shake the foundations of great historiographical traditions? In this article we will use the life experiences of an Afro-Brazilian designer to question three historiographic theses. The first is that fashion has a white face. The second is that creative processes in this field are exclusive to North Atlantic designers and companies. The third is that the so-called Afro-Brazilian fashion is restricted to representing and reflecting only on the past, and not being bastions of the avant-garde. We will discuss problems, inputs, and possibilities for thinking about Afro-Brazilian fashion in the field of history.*

KEYWORDS: *Afro-Brazilian fashion. Fashion history. Fashion historiography. Brazil.*

REFERENCIAS

ACIOLI, P. **A culpa é do Rio!** a cidade que inventou a moda do Brasil. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2019. 384 p.

BAILYN, B. **Atlantic History:** Concepts and Contours. Cambridge: Harvard University

Press, 2005. 160 p.

BELFANTI, Carlo Marco. Was fashion a European invention? **Journal of Global History**, v. 3, p. 419-443, 2008.

BOUCHER, F. **História do Vestuário no Ocidente**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010. 480 p.

DALTON, Benjamin. Creativity, Habit, and the Social Products of Creative Action: Revising Joas, Incorporating Bourdieu. **Sociological Theory**, n. 22, v. 4, p. 603-622, 2004.

DO PRADO, A.; BRAGA, J. **História da Moda no Brasil**: Das influências às autorreferências. Rio de Janeiro: Editora Disal, 2011. 640 p.

FANON, F. **Los Condenados de la tierra**. Rosario: Editorial Último Recurso, 2007. 362 p.

FARRAN GRAVES, L. **Little Book of Prada**. Londres: Welbeck Publishing, 2020. 160 p.

FERNANDES, F. A **Integração do negro na sociedade de classes**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2008. 440 p.

GIROY, P. **O Atlântico Negro**: Modernidade e Dupla Consciência, Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2001. 432 p.

GUERRA, M. História da África: uma disciplina em construção. **Pedagogía y Saberes**, n. 34, p. 23-31, 2011.

HOMER, K. **The Little Book of Dior**. Londres: Welbeck Publishing, 2020. 160 p.

LARA, S. H. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750- 1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988. 384 p.

LARA, S. H.. Customs and Costumes: Carlos Julião and the Image of Black Slaves in Late Eighteenth-Century Brazil. **Slavery and Abolition**, n. 23, v. 2, p. 123-146, 2002.

LAVER, J. **Breve historia del traje y la moda**. Madrid: Catedra, 2017. 324 p.

LIPOVETSKY, G. **El imperio de lo efímero**. La moda y su destino en las sociedades moderna. Barcelona: Editorial Anagrama, 2004. 328 p.

MBEMBE, A. **Necropolítica Seguido de sobre el gobierno privado indirecto**. Madrid: Melusina, 2011. 120 p.

MINTZN, S.; PRICE, R. **O nascimento da cultura Afro-Americana**. Uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Pallas - Universidade Cândido Mendes, 2003. 138 p.

MOHSGAGE, K. Moda da Bahia: An Analysis of Contemporary Vendor Dress in Salvador. **Fashion Theory - Journal of Dress Body and Culture**, n. 20, v. 2, p.153-179, 2016.

NAHAS, Th. Ch. Reforma laboral en Brasil. *In*: IV Jornadas de análisis de mercado de trabajo y de la protección social, IIEP-BAIRES, 2018. Disponible en: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-buenos_aires/documents/presentation/wcms_651855.pdf. Acceso en: 08 oct. 2020.

OSTERHAMMEL, J. **La transformación del mundo**. Una historia global del Siglo XIX. Bar- celona: Crítica, 2015. 1608 pp.

PAUL-GÉRARD, P. **Louis Vuitton**. The Birth of Modern Luxury. Nueva York: Harry N. Abrams, 2005. 540 p.

PAULINO DOS SANTOS, M. C. **Moda Afro-Brasileira, Design de Resistência: O Vestir Como Ação Política**. 158 p. Dissertação (Programa de Pós graduação em Ciências de Têxtil y Moda) - Universidade de São Paulo, 2019.

POLLINI, D. **Breve história da moda**. São Paulo: Editora Claridade, 2009. 96 p. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Territórios da moda**. Características da indústria da moda na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

RACINET, A. **The Complete Costume History**. Colonia: Taschen, 2018. 636 p.

RICE, K.; KATZ-HYMAN, M. **World of a Slave**. Encyclopedia of the Material Life of Slaves in the United States, Santa Barbara: Greenwood Press, 2010. 581 p.

SEBRAE. **Boletim de Tendência**, agosto - 2017. 5 p.

SLENES, R. **Na Senzala, uma Flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 288 p.

SOUZA, G. M. **O Espírito das Roupas**: A Moda no Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 255 p.

STEELE, V. **Encyclopedia of Clothing and Fashion**: Scribner Library of Daily Life. Nueva York: Charles Scribner's Sons, 2004. 1600 p.

SVEN, B. **El Imperio del Algodón**: Una Historia Global. Barcelona: Editorial Crítica, 2016. 736 p.

TEIXEIRA RAINHO, M. C. **A cidade e a moda**: novas pretensões, novas distinções: Rio de Janeiro, século XIX. Brasília: Editora UnB, 2002. 172 p.

TROUILLOT, M. The Otherwise Modern: Caribbean Lessons from the Savage Slot. *In*: Knauff, B. (Ed.). **Critically Modern**: Alternatives, Alterities, Anthropologies. Bloomington: Indiana University Press, 2002. p. 220–237.

VIDAL, J. **O africano que existe em nós, brasileiros**: moda e design afro-brasileiros. Rio de Janeiro: Babilonia Cultural Editorial, Fundação Biblioteca Nacional, 2004, 104 p.

VON BOEHN, M. **La moda**. Historia del traje en Europa. Desde los orígenes del

cristianismo hasta nuestros días. Tomo II. Barcelona: Salvat Editores, 1951. 303 p.

WELTERS, L.; LILLETHUN, A. **Fashion History: A Global View**. Londres: Bloomsbury Academic, 2018. 248 p.

ZEMON DAVIS, N. Las formas de la Historia Social. **Historia Social**, v. 10, p. 177–182, 1991.

JULIMAR MORA SILVA

Estudiante del Programa de Posgrado en Historia por la Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Antropóloga por la Universidad Central de Venezuela (UCV). Interesada en los estudios de la moda y su conexión con los procesos etnopolíticos de los pueblos indígenas y afrodescendientes en el Mundo Atlántico. Entre sus últimos trabajos destacan **La cosa étnica está de moda. Performatividad, crítica y agencia en torno al discurso indoamericano en Vogue (2000- 2017), Economía, política y consumos culturales. Apuntes para una historia de la moda *retail* europea en América Latina y el Caribe (1992-2015), El Ethnic Chic, la moda como encubrimiento. Reflexiones en torno a la fetichización comercial de la estética étnica**, entre otras.

ROSANGELA DE JESUS SILVA

Professora no Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História – ILAACH e nos Programas de Pós-Graduação em História e Literatura Comparada da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). Graduada em Ciências Sociais com Mestrado e Doutorado em História da Arte pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutorado em Artes pelo Instituto de Artes da UNICAMP e pelo Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA) da Universidade de Évora, Portugal. Entre suas publicações está **Experiências de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905) no Brasil: O Mosquito (1875-1877) (2020); Da “Gripe Espanhola” ao “Covid-19”: desenhos satíricos na imprensa Brasileira (1918 e 2020) (2020); Política, memória y visualidad: siglo XIX al XXI (2017)**, entre outras.

AS POPULAÇÕES AFROMEXICANAS E O RECONHECIMENTO CONSTITUCIONAL E CENSITÁRIO: FIM DA INVISIBILIDADE E DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL?

Caroline Silva Ferreira
Jean Bosco Kakozi Kashindi

RESUMO: O presente trabalho pretende reflexionar criticamente sobre a invisibilidade e a discriminação racial das populações afromexicanas à luz do recente reconhecimento censitário e constitucional das populações afromexicanas. No ano 2015, o Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI) organizou a pesquisa censitária, e, pela primeira vez na história do México independente, as populações afromexicanas foram contadas. No ano de 2019, deu-se uma emenda ao segundo artigo constitucional e se reconheceu, pela primeira vez, as populações afromexicanas como parte da composição pluricultural da nação mexicana. Esses acontecimentos podem ser lidos como avanço da luta conjunta, dessas populações, do setor acadêmico e dos movimentos sociais, contra o racismo e invisibilidade que vêm sofrendo as pessoas de ascendência africana no México. Contudo, o caminho da luta antirracista no México ainda é longo.

PALAVRAS-CHAVE: População afromexicana. Reconhecimento constitucional. Racismo.

INTRODUÇÃO: ANTECEDENTES SÓCIO-HISTÓRICOS DA (IN)VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO DAS POPULAÇÕES AFROMEXICANAS

Uma das lutas históricas pelo reconhecimento político de algum grupo de população de origem africana na Nova Espanha (território hoje conhecido como o México), foi a rebelião de Gaspar Yanga. A presença, nesse território, das populações africanas escravizadas foi um dos desdobramentos da “Junta de Valladolid” (1550-1551). Desde esse acontecimento, foi institucionalizada e intensificada a escravidão dos africanos na América Espanhola. Após a chegada massiva das populações africanas na Nova Espanha, as resistências contra a sua desumanização começaram logo. A resistência que teve mais sucesso foi a que liderou um príncipe africano, capturado provavelmente no Congo ou Gabão, Gaspar Yanga.

A insurreição de Yanga iniciou em 1570. Esse príncipe levou para as montanhas de Veracruz, perto de Córdoba, mais de quinhentas pessoas (homens, mulheres e crianças). Esse lugar fica no meio do caminho entre as cidades de Xalapa (capital de Veracruz), Puebla e México. Nesse lugar fundou e organizou uma comunidade quilombola e assaltava frequentemente as mercadorias dos espanhóis que transitavam entre o porto de Veracruz e a Cidade do México, capital da Vice-realeza de Nova Espanha. A defesa da comunidade quilombola e os assaltos contra os engenhos e as caravanas de mercadorias espanholas obrigaram o vice-rei, Don Rodrigo Osorio Márquez de Cerralvo (1580-1652), a concluir

acordos com Yanga para fundar, entre 1624-1636, um território autônomo. Esse território foi fundado em 1631, e foi chamado “San Lorenzo de Cerralvo”, depois “San Lorenzo de los negros” e, hoje, “Municipio de Yanga”.

Por conta da invisibilidade histórica da população negra no México e do racismo institucional, esse fato histórico de grande relevância tem estado ausente, não apenas no México bem como na América Latina, nas narrativas oficialistas da história nacional mexicana e latinoamericana. Todavia, esse acontecimento foi sem dúvida um ato de exigência do reconhecimento da humanidade e liberdade dos africanos escravizados e os índios extenuados pela exploração e os pesados tributos.

No percurso do período colonial que durou três séculos (1521-1821), houve diferentes atos insurrecionais (DE LA SERNA HERRERA, 2010, p. 83-109) que de fato devem ser lidos justamente como luta pelo reconhecimento da humanidade e liberdade negadas. Tanto nesse período quanto no México independente, é possível perceber diversos processos de invisibilização e breve visibilidade – através de breves menções pontuais – em alternâncias de temporalidade. Isto significa que, de tempos em tempos, a presença negra na história do México tem sido ocultada e em alguns momentos era brevemente evidenciada.

Vale lembrar que no período da Nueva España a população negra estava representada na estrutura de castas. No processo de Independência do México (1810-1821), a participação dos negros foi significativa e relativamente determinante. Dois dos grandes nomes da luta pela independência mexicana são afrodescendentes, a saber: José María Morelos y Pavón e Vicente Guerrero. Sobre este último, apelidado de “El negro Guerrero”, vale ressaltar que foi o 2º presidente do México e em 1829 decretou definitivamente a abolição da escravatura.

Como entender uma sorte de amnesia coletiva que caracteriza a sociedade mexicana quanto à presença e participação africana na construção do que é o México atual? Esse capítulo não tem como objetivos aprofundar ou analisar detidamente essa questão. Basta dizer que tem várias razões aduzidas dessa invisibilidade ou “desaparição”, dentre elas, podem ser mencionadas a forte miscigenação anterior ao início da guerra de independência (1810), o fim do tráfico negreiro na segunda metade do século XVIII¹ (AGUIRRE BELTRÁN, 1989); o documento *Sentimientos de la Nación*², publicado, no 1813, por José María Morelos y Pavón; o positivismo e darwinismo social praticados pela elite intelectual e política do Porfiriato (1877-1911); a ideologia pós-revolucionária

¹ Embora tenham entrado poucas ou nulas pessoas escravizadas procedentes diretamente do continente africano, a escravidão seguia mantendo-se com as populações africanas ou descendentes delas, majoritariamente nascidas na Nova Espanha.

² Documento publicado durante a guerra da independência mexicana, onde Morelos proibiu as distinções fenotípicas ou de castas entre as populações mexicanas. Tem vários estudiosos que consideram esse documento como precursor da invisibilização das populações afromexicanas (KAKOZI KASHINDI, 2010, p.57). Hoje ainda tem muitos mexicanos que negam o problema do racismo no México, argumentando que “todos/as são mexicanos/as”!

da mestiçagem “biétnica” (espanhóis e indígenas) como identidade nacional mexicana.

O dano causado às populações afromexicanas tem sido enorme. Hoje em dia tem estranhamentos e perguntas que surgem a partir de diferentes cernes quando se fala em população afromexicana. Destacam-se duas perguntas: Existem mexicanos/as negros/as? Este é um questionamento que ainda hoje tanto a maioria dos mesmos mexicanos quanto pessoas de diferentes nacionalidades fazem. Outra pergunta refere-se aos termos jurídicos. Como pôde uma nação declaradamente pluricultural tardar a reconhecer parte da população que se faz presente no território mexicano desde o período colonial?

CAMINHOS PARA A VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO CONSTITUCIONAL

O reconhecimento jurídico atual das populações afromexicanas tem antecedentes diretos e mais contemporâneos, além dos antecedentes remotos de luta pela dignidade humana e liberdade dos escravizados na época colonial. Na época do México contemporâneo, vários contextos sócio-históricos e políticos contribuíram ao reconhecimento censitário e jurídico (constitucional) dos mexicanos de ascendência africana.

As primeiras contribuições de estudos acadêmicos contemporâneos relacionados às populações afromexicanas foram realizados na década de 1940. Em 1942, a pedido do antropólogo, arqueólogo e indigenista, Manuel Gamio – na época, chefe do Departamento Demográfico da Secretaria de Governança –, o antropólogo Gonzalo Aguirre Beltrán realizou a primeira aproximação com a Costa Chica de Guerrero e Oaxaca, contato do qual resultou o estudo etnohistórico *La población Negra de México*, publicado em 1946 e, posteriormente, sob os auspícios do Instituto Nacional de Antropologia e História, *Cuijla: esbozo etnográfico de un pueblo negro*, publicado em 1958 (AVILA, 2018, p.28).

As transformações ocorridas na década de 1990, no marco das comemorações dos 500 anos do “encobrimento do outro” (DUSSEL, 2008, p.13-23), trouxeram impactos significativos ao campo jurídico da Constituição mexicana, principalmente no que tange aos direitos relacionados as questões étnico-raciais.

[...] en 1992, se produjo el primer cambio constitucional que incluyó el reconocimiento de la pluriculturalidad de la nación, para armonizar su contenido con la reciente ratificación del Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo sobre Pueblos Indígenas y Tribales en Países Independientes (Convenio 169 de la OIT), fruto de la revisión del Convenio 107 sobre Poblaciones Indígenas y Tribales, que databa de 1957. Más tarde, y después de múltiples reclamos sociales, como forma de encauzar las demandas del Ejército Zapatista de Liberación Nacional, fue nuevamente modificada la Constitución en el artículo 2º, cuyo texto reiteró la composición pluricultural de la nación y contempla varios derechos colectivos de los pueblos indígenas. En esta pluriculturalidad fueron omitidos los pueblos negros de México (AVENDAÑO VILLAFUERTE, 2019, p. 1).

A luta da população afromexicana no México por reconhecimento constitucional agora pode comemorar “*un paso adelante*”. O ano de 2019 tornou-se um ano em que juridicamente a população afromexicana conquistou o reconhecimento constitucional reivindicado desde meados da década de 1990. No dia 30 de abril, por unanimidade, o Senado da República aprovou a adição do apartado C ao artigo 2º da Constituição Política, a fim de reconhecer as populações e comunidades afromexicanas como parte da composição pluricultural da nação mexicana. O inciso C aponta:

Esta Constitución reconoce a los pueblos y comunidades afromexicanas, cualquiera que sea su autodenominación, como parte de la composición pluricultural de la Nación. Tendrán en lo conducente los derechos señalados en los apartados anteriores del presente artículo en los términos que establezcan las leyes, a fin de garantizar su libre determinación, autonomía, desarrollo e inclusión social (CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS, Art. 2, apartado C).

Após a Câmara de Senadores aprovar, no dia 28 de junho foi a vez da Câmara de Deputados. No dia 10 de agosto entrou em vigor a reforma do artigo 2º constitucional, com o qual se reconhece as comunidades e populações afromexicanas como parte da composição pluricultural da nação (INAH, 2019, p.01-2).

Entre as causas diretas da aprovação dessa reforma constitucional, a jurista e pesquisadora do *Programa Universitario de Estudios de la Diversidad Cultural y la Interculturalidad*, de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Elia Avendaño Villafuerte (2019), menciona três fatores importantes: primeiro, as mobilizações dos movimentos sociais afromexicanos, principalmente na Costa Chica dos Estados de Guerrero e Oaxaca, acompanhados também pelos acadêmicos interessados nessa temática; segundo, os Tratados, Declarações e Convenções Internacionais vinculantes que o Estado do mexicano tem assinado; terceiro, as “subjetividades individuais”, “motivos pessoais” de alguns atores da vida pública que aproveitaram a conjuntura para “canalizar interesses e ambições políticas, usando a força dos movimentos sociais da Costa Chica de Guerrero e Oaxaca, Veracruz e outras latitudes que têm vindo reclamando o reconhecimento constitucional” (AVENDAÑO VILLAFUERTE, 2020, p. 2).

Dentre esses movimentos, podem ser mencionados:

Asociación de Mujeres de la Costa de Oaxaca AMCO A.C.; Colectivo para Eliminar el Racismo, COPERA; Enlace de Pueblos y Organizaciones Costeñas Autónomas A.C. EPOCA, A.C.; Fundación Afromexicana Petra Morga, A.C.; La Ventana A.C.; Mano Amiga de la Costa Chica A.C.; México Negro, A.C.; Organización para el Fomento de la Equidad de Género y el Respeto de los Derechos Humanos de los Pueblos Negros Afromexicanos; Presente y Cambio, Ciudadanía Activa MX; Proyecto Afrodescendencia México; Unidad para el Progreso de Oaxaca A. C., UNPROAX (AVENDAÑO VILLAFUERTE, 2020, p.3)

Alguns desses movimentos, segundo a jurista mexicana, foram representados pelas três mulheres – Beatriz Amaro Clemente, Juliana Acevedo Ávila e Teresa Mójica Morga – que estiveram na frente para denunciar a ausência jurídica das populações afromexicanas. Quanto à participação dos(as) acadêmicos(as), vale ressaltar que sempre tem tido articulações entre os(as) acadêmico(as) e intelectuais de algumas universidades regionais (Oaxaca, Guerrero e Veracruz especialmente), a *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), a *Escuela Nacional de Antropología e Historia* (ENAH), a *Universidad Autónoma Metropolitana* (UAM), a *Universidad Autónoma de la Ciudad de México* (UACM), dentre outras, e os movimentos sociais afromexicanos supracitados. Também é importante mencionar que tem tido colaborações de alguns acadêmicos(as) e intelectuais estrangeiros(as) com esses movimentos.

Quanto aos Tratados, Declarações e Convenções Internacionais vinculantes que o México tem assinado, Villafuerte menciona os seguintes:

Declaración Universal de los Derechos Humanos (1948); *Pactos Internacionales de Derechos Civiles y Políticos; Económicos, Sociales, Culturales* (1966); *Convención Internacional sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación Racial* (1965); *Convención Americana de Derechos Humanos* (1969); *Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo* (1989); *Declaración y Programa de Acción de Durban* (2001); *Declaración del Año Internacional de los Afrodescendientes* (2011); *Declaración del Decenio Internacional para los Afrodescendientes* (2015-2024); *Convención Interamericana contra toda forma de Discriminación e Intolerancia* (2019); *Convención Interamericana contra el Racismo, la Discriminación Racial y formas conexas de Intolerancia* (2019) (AVENDAÑO VILLAFUERTE, 2020, p. 2).

Esses instrumentos internacionais têm contribuído como pressão ao Estado Mexicano para cumprir com os compromissos que tem assinado com as organizações internacionais.

Além da pressão desses instrumentos jurídicos internacionais e da luta contínua dos movimentos sociais afromexicanos, alguns políticos, sobretudo dos Estados sulistas de Oaxaca e Guerrero, têm aproveitado as conjunturas para se colocarem como interlocutores entre os movimentos sociais afromexicanos e o Estado Mexicano, e assim canalizar alguns interesses políticos do momento. Nesse caso, podem ser mencionados, entre outros, a deputada pelo partido *Movimiento de Regeneración Nacional* (Morena), Laura Beatriz Esquivel Valdés, o senador Salvador Jarra Cruz e a senadora Susana Harp Iturribarría, ambos do partido Morena. A deputada Laura Beatriz é natural da Cidade do México (capital do país), e o senador Salvador e a senadora Susana são naturais do Estado de Oaxaca. A senadora Susana esteve muito ativa nas mobilizações, difusão e nos bastidores para a reforma constitucional que acabou reconhecendo juridicamente as populações afromexicanas.

Nessa mesma ideia, vale salientar que os políticos supramencionados e outros

políticos dessa região têm estado também nos bastidores tanto para reformas das constituições de Oaxaca e Guerrero para reconhecer os direitos das populações indígenas e afromexicanas, quanto para reformas da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos relacionadas a essas populações. Assim, os Estados de Oaxaca e Guerrero foram os primeiros em reconhecer, nas suas reformas constitucionais dos anos de 2013 e 2014 respectivamente, os povos e comunidades afromexicanas. Na Constituição do Estado de Oaxaca, a inclusão das populações afromexicanas foi feita na reforma do artigo 16:

*El Estado de Oaxaca tiene una composición multiétnica, multilingüe y pluricultural, sustentada en la presencia y diversidad de los pueblos y comunidades que lo integran. El derecho a la libre determinación de los pueblos y comunidades indígenas, así como del **Pueblo y comunidades afromexicanas** se expresa como autonomía, en tanto partes integrantes del Estado de Oaxaca, en el marco del orden jurídico vigente; por tanto dichos pueblos y comunidades tienen personalidad jurídica de derecho público y gozan de derechos sociales. La ley reglamentaria establecerá las medidas y procedimientos que permitan hacer valer y respetar los derechos sociales de los pueblos y comunidades indígenas y del **Pueblo y comunidades afromexicanas** (CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO LIBRE Y SOBERANO DE OAXACA, 2014, p.12-13, grifos nossos³).*

Quanto à Constituição do Estado de Guerrero, a reforma foi feita ao artigo 8. Esse artigo menciona que “*el Estado de Guerrero sustenta su identidad multiétnica, plurilingüística y pluricultural en sus pueblos originarios indígenas particularmente los nahuas, mixtecos, tlapanecos y amuzgos, así como en sus **comunidades afromexicanas***”⁴. Por último, no 2016, na reforma da Constituição da Cidade do México (promulgada no 2017), foram reconhecidos os direitos das populações afromexicanas no inciso N, do artigo 11:

Derechos de personas afrodescendientes

- 1) Las **personas afrodescendientes** gozan de los derechos reconocidos por esta Constitución. Tienen derecho a la protección y promoción de sus conocimientos tradicionales y su patrimonio cultural, artístico, material e inmaterial.
- 2) Las autoridades adoptarán medidas efectivas de trato igualitario, en consulta y cooperación con estas personas, para el ejercicio pleno de sus derechos, combatir los prejuicios y estigmas, eliminar el racismo, así como para la prevención, atención, sanción y erradicación de las violencias en su contra.
- 3) Las autoridades fomentarán la autoadscripción de las **personas afrodescendientes** mediante campañas de información y sensibilización para su reconocimiento.
- 4) Esta Constitución reconoce y protege las contribuciones históricas de las **personas afromexicanas** en la construcción de la nación mexicana y de la Ciudad de México (CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA CIUDAD DE MÉXICO, 2017, p. 45, grifos nossos⁵).

3 http://iaipoaxaca.org.mx/site/descargas/transparencia/ii/marco_normativo_estatal/constitucion.pdf (10/10/2020). Grifos nossos.

4 https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/173564/Constitucion_politica_estado_libre_soberano_guerrero.pdf (10/10/2020). Grifos nossos.

5 http://www.infodf.org.mx/documentospdf/constitucion_cdmx/Constitucion_%20Politica_CDMX.pdf (10/10/2020). Grifos nossos.

Essas reformas constitucionais estaduais e da Cidade do México foram, de alguma maneira, desdobramentos das seguintes reformas constitucionais federais: a) a reforma constitucional de 1992 que incluiu o reconhecimento da pluriculturalidade da nação mexicana; b) a reforma do 2001 que modificou o artigo 2 para reconhecer os povos indígenas mexicanos, como parte que sustenta originalmente a pluriculturalidade da nação mexicana; e c) a reforma do 2011 que alterou o artigo 1, para reconhecer o México como Estado que garante os Direitos Humanos reconhecidos na constituição mexicana e nos Tratados Internacionais assinados pelo Estado Mexicano – com essa reforma, os Tratados Internacionais assinados pelo Estado Mexicano tem nível constitucional. É importante mencionar também que essas reformas constitucionais fazem eco aos “*Acuerdos de San Andrés*”, em 1996, entre o governo mexicano e o exército zapatista de Chiapas, relativos aos Direitos e Culturas Indígenas.

Então, tanto as reformas das constituições de Oaxaca, Guerrero e Cidade do México, quanto as reformas da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos dos anos 1992, 2001 e 2011, foram realmente os pontos de referências imediatas para as reflexões e debates no Congresso Mexicano. Essas reflexões visavam a conscientização dos congressistas e da população mexicana, em geral, para a inclusão das populações afromexicanas na pesquisa intercensitária do 2015 e no censo do 2020, e para a aprovação da reforma constitucional federal que, no ano 2019, reconheceu as populações afromexicanas como parte do Estado pluricultural mexicano.

Para entender quanto importante é esse reconhecimento constitucional, vale salientar que até março de 2015 não havia no censo populacional do México categoria que abarcasse a população afromexicana. Contando a partir do “*Primer Encuentro de Pueblos Negros*”, organizado pelo sacerdote originário de Trinidad e Tobago, Glyn Jemmott, em março de 1997 na comunidade de El Ciruelo, no Município de Pinotepa Nacional no estado de Oaxaca, são 23 anos de luta e articulações.

A luta pelo reconhecimento censitário e constitucional foram mais evidenciadas a partir do ano de 2011, declarado pela ONU Ano internacional afrodescendente. No mesmo ano, o governo mexicano, considerando que a igualdade e a não discriminação são princípios aceitados e reconhecidos pela comunidade internacional e não se admite acordo contrário, empreendeu uma série de ações para dar cumprimento aos compromissos estabelecidos como parte do Programa de Ação de Durban (MILLÁN, 2017, p.103).

As decisões das organizações internacionais sobre as questões vinculadas a justiça têm sido um marco decisivo no que tange à relação do governo mexicano para com as populações indígenas e afromexicanas. De acordo com Gloria Lara Millán:

A partir de 2011, se han multiplicado debates, foros, seminarios y conversatorios en torno al tema afrodescendiente. Dos años después, la ONU declaró, el 23 de diciembre de 2013, la proclamación

del Decenio Internacional para los Afrodescendientes, mismo que se celebrará del 1 de enero de 2015 al 31 de diciembre de 2024, cuyo tema principal es Afrodescendientes: reconocimiento, justicia y desarrollo (MILLÁN, 2017, p. 104-105).

Antes da efetivação da primeira amostra realizada pelo INEGI em 2015, o “*Foro Afromexicanos por el Reconocimiento Constitucional de los Derechos del Pueblo Negro de México*”, as organizações AFRICA, A.C. Púrpura y México Negro, A.C., solicitaram ao INEGI a identificação da população negra; foram realizadas reuniões de trabalho nas quais decidiram implementar uma prova especial para evidenciar diferentes variáveis em algumas localidades⁶, que foi realizada na primeira semana de julho de 2009. Os resultados da referida prova se deram de maneira informal demonstrando que a pergunta não tinha sido entendida e que, por este motivo, não seria possível incluí-la no censo de 2010. Diante desta negativa, as organizações civis, principalmente as envolvidas na *Red por el Reconocimiento Constitucional del Pueblo Negro de México* (RRCPNM), com o apoio do *Programa Universitario México Nación Multicultural* da UNAM, realizaram uma pesquisa piloto em comunidades da Costa Chica, demonstrando ao INEGI que era possível a inclusão de uma pergunta no censo (AVILA, 2018, p. 57). Essa pesquisa e as pressões adicionais dos movimentos sociais afromexicanos fizeram com que o INEGI aceitasse incluir as populações afromexicanas na pesquisa intercensitária do 2015, e depois no censo nacional do 2020.

CONTARE “RECONHECER”: ACABOU A INVISIBILIDADE E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL? REFLEXÕES FINAIS

Vimos as dificuldades que houve para as populações afromexicanas serem consideradas, pelo INEGI, no censo do 2010. Após várias pressões tanto internas quanto externas, conseguiu-se incorporar essas populações na pesquisa intercensitária do 2015, e depois foram contadas no censo do 2020. E como salientamos neste capítulo, a incisiva e contínua luta pelo reconhecimento das populações afromexicanas tem sido o primeiro motor das mudanças quanto às reformas constitucionais relacionadas à situação da sua invisibilidade ou ausência jurídica. Essa luta pode ser lida na mesma linha das lutas travadas por africanos e africanas e seus descendentes, na época colonial, para exigir a sua liberdade e o fim da exploração. Com essas lutas, os africanos e afrodescendentes, parafraseando o intelectual martiniquense antirracista, Frantz Fanon (1973, p.8), disseram não à opressão, à exploração, à desumanização, e sim à vida, à liberdade.

A invisibilidade e a discriminação racial que têm sofrido as populações afromexicanas

⁶ De acordo com a autora, foram nas seguintes localidades: Collantes, Mancuernas, Los Pocitos, Yuyaquita, Santiago Pinotepa Nacional, Cerro de la Esperanza, El Tamarindo y Lo de Riaño. (AVILA, 2018, p.57). Todos estas comunidades fazem parte do município de Santiago Pinotepa Nacional no estado de Oaxaca.

relacionam-se evidentemente à desumanização que se traduz nas injustiças históricas contra essas populações, desde a época da exploração escravista até hoje. Muitos preconceitos criados e consolidados ao longo dos séculos têm dificultado muito o combate ao racismo e à invisibilidade dos povos e comunidades afromexicanas. Segundo Iturralde (2017), esses preconceitos difundidos ao longo da história oficial mexicana fizeram com que os mexicanos e mexicanas de ascendência africana fossem “desaparecidos” num processo que a antropóloga mexicana chama de “estrangeirização”.

De fato, desde o século XIX, por causa de vários fatores sócio-políticos e ideológicos que tiveram a ver com a forte miscigenação na época colonial, a abolição da escravidão⁷ e, mais adiante, a ciência racista do século XIX e seus desdobramentos no século XX, os afro-descendentes mexicanos tornaram-se estrangeiros dentro do seu próprio país. Assim, até hoje é muito impressionante se dar conta de que em várias partes do México, alguém que tivesse traços negroides é rapidamente relacionado aos estrangeiros (cubanos, haitianos, hondurenhos...). Há vários depoimentos de afromexicanos e afromexicanas que relatam maus-tratos que têm sofrido da polícia ou de algumas autoridades político-administrativas, que frequentemente colocam em dúvida a a mexicanidade dos(as) afromexicanos(as), lhes pedindo mostrar os papéis da identificação, a certidão de nascimento, cantar o hino nacional mexicano, etc.

Obviamente essas práticas têm a ver com a invisibilidade, a discriminação racial e as armadilhas ideológicas do Estado-nação mexicano que tem se apresentado como “mestiço”, no qual não tem diferenças de “raça” nem de classes sociais. Um dos objetivos do processo de reconhecimento constitucional e censitário visa acabar com a invisibilidade e, portanto, a discriminação racial que têm sofrido essas populações. Após a inclusão das populações afromexicanas na pesquisa intercensitária do 2015, na reforma constitucional federal do 2019 e no censo nacional do 2020, pode dar-se a impressão de que a missão foi cumprida. Isto seria um grande engano.

Sem dúvida a maioria dos(as) estudiosos(as) e as lideranças (...) concordam que tanto a inclusão dos(as) afromexicanos(as) concorda em que tanto a inclusão dos(as) afromexicanos(as) na constituição federal mexicana, quanto a sua inclusão no censo do 2020, são pequenos avances desse longo processo de luta pelo reconhecimento e contra o racismo que essas populações têm sofrido. Contudo, praticamente todo mundo coincide em que ninguém pode cantar vitória que, com a inclusão dos afromexicanos no censo nacional e na constituição federal, acabarão a invisibilidade e a discriminação racial. Há uma predominância entre integrantes dos movimentos sociais afromexicanos e os acadêmicos e acadêmicas que acompanham esse processo têm enumerado alguns acertos e

⁷ Um dos documentos de abolição da escravidão no México foi o “*Sentimientos de la Nación*”, publicado, como já vimos acima, por José María Morelos.

desafios para efetivar a reforma do artigo da constituição mexicana.

Um dos pontos positivos dessa reforma é obviamente o fato de que os povos e comunidades afromexicanas ficaram normativamente visibilizados e assim tornaram-se sujeitos coletivos de direitos. Isto é importante porque permite as populações afromexicanas a se reivindicarem como sujeitos de direito público, com personalidade jurídica e patrimônio próprio (AVENDAÑO VILLAFUERTE, 2019, p. 2). Segundo a mesma autora, agora as populações afromexicanas podem se considerar como grupos em situação vulnerável para exigir ao Estado mexicano medidas específicas de ações afirmativas que lhes beneficiem.

Também a reforma constitucional estabelece o respeito à identidade das populações afromexicanas, desde o princípio de “*autoadscripción*”⁸. Esse aspecto, na opinião de Villafuerte, vai ajudar a eliminar o uso de estereótipos fenotípicos que prejudicam prejudicam os(as) afromexicanos(as) e vulneram os direitos humanos deles. A cor da pele, a aparência física, o fenótipo... não devem ser motivos de discriminação racial ou de exclusão da mexicanidade.

A reforma constitucional impacta, ademais, tanto na “*Ley del Sistema Nacional de Información Estadística y Geográfica*”, quanto nas atribuições do *Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación* (CONAPRED) (AVENDAÑO VILLAFUERTE, 2019, p.3, grifos da autora). Assim, o INEGI está obrigado a considerar sempre as populações afromexicanas nos censos e outros estudos estadísticos e cartográficos; omiti-las será considerado como violatório das garantias constitucionais dessas populações. Quanto ao CONAPRED, agora pode

incluir entre sus parámetros la discriminación racial para organizar sus expedientes de quejas y reclamaciones, conforme lo señala el artículo 1, fracción III, párrafo segundo de la Ley Federal para Prevenir y Eliminar la Discriminación, lo que les permitirá contar con información específica para medir el fenómeno y tomar decisiones para revertir sus efectos (AVENDAÑO VILLAFUERTE, 2019, p.3, grifos nossos).

Em relação a alguns desafios, Villafuerte (2019, p.3) menciona primeiro a falta de precisão legislativa na formulação do inciso C do artigo 2 constitucional. Pois, esse inciso aponta que as populações afromexicanas são também sujeitos de todos os direitos enumerados nos apartados anteriores desse mesmo artigo sobre os povos indígenas. Embora essa falta de precisão legislativa possa ser uma oportunidade, como salienta a jurista mexicana, para exigir todos os direitos (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais...), algumas lideranças afromexicanas – Beatriz Amaro Clemente, Juliana Acevedo Ávila, Teresa Mójica Morga, entre outros – têm criticado duramente o

⁸ Esse conceito não tem uma tradução literal em português que abarque o significado dele. No Brasil, um termo mais ou menos próximo a ele seria a “autodeterminação”. Contudo, esse último conceito está vinculado à: 1. ato ou efeito de decidir por si mesmo; livre escolha do próprio destino; 2. faculdade de um povo determinar o rumo político de seu país através do voto de seus habitantes. No caso da “*autoadscripción*” tem um significado diretamente vinculado à questão étnico-racial.

fato da reforma não mexer o segundo artigo constitucional desde o seu primeiro parágrafo. Em vez disso, essa reforma adicionou apenas o inciso C (atualmente é o último do artigo 2). A maioria das lideranças e, inclusive, acadêmicos(as) que têm acompanhado esse processo consideram, paradoxalmente, que essa reforma é abertamente discriminatória.

Outro problema que se apresenta ao reconhecimento constitucional das populações afromexicanas, segundo a jurista mexicana, é que um direito torna-se garantia constitucional quando tiver uma instituição com atribuições específicas para cumpri-lo. Todavia, embora a reforma constitucional obrigue o Estado mexicano a garantir a livre determinação, autonomia, desenvolvimento e inclusão social dos povos e comunidades afromexicanas, na Lei do *Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas* (INPI) está estabelecido que esse Instituto é a instância do Poder Executivo encarregada de cumprir com as obrigações atreladas à inclusão dos povos e comunidades afromexicanas na constituição mexicana. Outra vez aí fica evidente um trato dissimuladamente discriminatório e que trai uma intenção, consciente ou inconsciente, de pouco esmero quanto à vontade política real para combater uma das graves mazelas da sociedade mexicana.

Em suma, o reconhecimento censitário e constitucional das populações afromexicanas constitui um pequeno avanço quanto à visibilidade jurídica, isto é, a visibilidade formal das populações em questão. Contudo, ainda falta muito para a concretização da visibilidade substantiva e das mudanças reais quanto à discriminação racial das populações afromexicanas. Infelizmente tem ainda pouca conscientização dos(as) mexicanos(as), em geral, em respeito à invisibilidade e maus-tratos que têm sofrido seus compatriotas afromexicanos(as). E tudo isto explica-se pelo racismo estrutural e secular que ainda persiste no México. É assustador escutar hoje em dia alguns mexicanos e mexicanas dizerem que não há racismo no México, ou se houver, é pouco; que não é como acontece nos Estados Unidos ou no Brasil, por exemplo. E daí acrescentam que não deveria ter distinção entre os mexicanos (exemplo: criação de institutos, leis, etc. apenas para uma parcela da população mexicana)!

Para lutar contra esse racismo que tem estruturado as relações sociais e interpessoais, deixando as populações afromexicanas na beira da sociedade mexicana, é muito importante seguir as trilhas dos movimentos sociais afromexicanos, para continuar pressionando mais o Estado mexicano para que possa legislar mais sobre essa problemática e se concretizar ações afirmativas e políticas sociais consequentes com os instrumentos jurídicos nacionais e internacionais com os quais o Estado mexicano tem se comprometido. Ademais, é muito relevante seguir oportunizando as alianças regionais e internacionais, porque, como apontado neste capítulo, as mudanças ou reformas constitucionais tiveram a ver também com as pressões internacionais que o governo mexicano tem recebido para se comprometer concretamente na materialização dos instrumentos jurídicos internacionais

dos quais é assinante.

ABSTRACT: *The present work aims to reflect critically on the invisibility and racial discrimination of the Afro-Mexican people considering the recent census and constitutional recognition of these people. In 2015, the “National Institute of Statistics and Geography” (INEGI) organized the census survey, and, for the first time in the history of independent Mexico, the Mexican African descents were counted. Last year (2019), an amendment was made to the second constitutional article, and the Afro-Mexican people were recognized for the first time as part of the pluricultural composition of the Mexican nation. These events can be read as an advance in the joint struggle of these populations, the academic sector and social movements, against the racism and invisibility that people of African descent have suffered in Mexico. However, the path of the anti-racist struggle in Mexico is still long.*

KEYWORDS: *Afro-mexican people. Constitutional amendment. Racism.*

REFERÊNCIAS

ACEVEDO ÁVILA, J. **Los pueblos negros de México: su lucha por la sobrevivencia cultural y el reconocimiento jurídico:** costa chica de Oaxaca y Guerrero. 1. ed. México: Suprema Corte de Justicia de la Nación, 2018. 191p.

AGUIRRE BELTRÁN, G. **La población negra de México.** Estudios etnohistóricos. México: FCE, 1989. p.185.

AVENDAÑO VILLAFUERTE, E. **Implicancias jurídicas de incluir a los afromexicanos en la Constitución.** Disponível em: <https://www.servindi.org/actualidad-opinion/23/09/2019/cuales-son-las-implicanciasde-incluir-los-afromexicanos-en-la>. Acesso em: 10 out. 2020.

AVENDAÑO VILLAFUERTE, E. Los pueblos y comunidades afromexicanas en la Constitución. **Revistas Jurídicas UNAM – Hechos y Derechos**, México, n. 53, p. 01, sep./out. 2019.

AVENDAÑO VILLAFUERTE, E. **Reflexiones a un año de la inclusión constitucional afromexicana.** Disponível em: <https://www.servindi.org/actualidad-opinion/14/08/2020/reflexiones-un-ano-de-lainclusion-constitucional-afromexicana>. Acesso em: 10 out. 2020.

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS. Disponível em: http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/1_080520.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

DE LA SERNA HERRERA, J.M. Los cimarrones en la sociedad novohispana. In: DE LA SERNA HERRERA, J.M (coord.). **De la libertad y la abolición:** Africanos y afrodescendientes en Iberoamérica. México: UNAM-CIALC, 2010.

DE LAS CASAS, B. **Historia de las Indias.** Caracas: Ed. André Saint-Lu, 1986, p.798.

DUSSEL, E. 1492. El encubrimiento del otro. Hacia el origen del “Mito de la modernidad”. La Paz: Biblioteca Indígena, 2008.

FANON, F. **Piel negra, máscaras blancas**. Buenos Aires: Abraxas, 1973.

INSTITUTO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA Y HISTORIA – INAH. **Boletín n. 367**, p.01-02, 2019, Secretaria de Cultura, Ciudad de México. Analizan alcances y retos del reconocimiento constitucional a comunidades y pueblos afromexicanos. INAH: Dirección de Medios de Comunicación, 2019, 03p.

ITURRALDE, G. Obstáculos al reconocimiento constitucional de los pueblos y comunidades afromexicanas: ¿Objeciones del racismo? **Antropologías del Sur**, ano 4, n.8, p. 127-147, 2017.

KAKOZI KASHINDI, J. B.. **La invisibilización de los afrodescendientes en la concepción del mestizaje latinoamericano**. 2010. 140f. Dissertação (Mestrado em Estudos latinoamericanos) – Facultad de Filosofía y Letras y Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, 2010.

LEÓN-PORTILLA, M. **El reverso de la conquista**. 7. ed. México: Joaquín Mortiz, 1980. 190p.

MILLÁN, Gloria Lara. Visibilización em los censos. Afrodescendientes en la Encuesta Intercensal 2015 en México. **Legajos Boletín del Archivo General de la Nación**, México, n.12, p.103-105, ene./abr. 2017.

AROLINE SILVA FERREIRA

Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bolsista do Programa de Demanda Social/DS-UNILA. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Endereço eletrônico: sferreiracaroline@gmail.com. Última publicação: Proyecto por el reconocimiento de la raíz africana en México - la promoción de las manifestaciones culturales de las comunidades negras en México. *In*: X Taller internacional 1º de mayo, 2014, Havana. Movimientos sociales. **Anais del X Taller internacional** 1º de mayo. Havana, 2014. v. I. p. 531-537

JEAN BOSCO KAKOZI KASHINDI

Doutor e Mestre em Estudos Latino-americanos (área de conhecimento: Filosofia, história das ideias e ideologia na América Latina) pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e graduado em Filosofia e Ciências Humanas pelo Grand Séminaire Notre Dame d'Afrique (Bukavu/R.D.Congo). Atualmente é professor de filosofia e religiões africanas, e língua e cultura swahili, no Mestrado em Estudos Africanos do Colégio de México (COL-MEX). Endereço eletrônico: jkakozi@colmex.mx. Última publicação: Ubuntu and the African Decolonization: The South African case *In*: BRAGATO F., Fernanda; GORDON, Lewis (eds.) **Geopolitics and decolonization: perspectives from the Global South**, London: Rowman & Littlefield International, 2018. ISBN 978-1-78660-512-2. p.65-76.

NOVAS METODOLOGIAS PARA UM VELHO PROBLEMA: OS INDÍGENAS FAZEM HISTÓRIA

Aline Domingos Correa
Clovis Antonio Brighenti

RESUMO: Nossa proposta é problematizar a História Indígena analisando as metodologias científicas a fim de perceber se elas dão conta de contemplar a diversidade e o quanto apresentam elementos capazes de pensar as temporalidades, as oralidades, as territorialidades e cosmologias, provocando mudanças no processo de aprendizagem/ensino, ou se apenas estão se adaptando superficialmente para continuar reproduzindo velhos paradigmas. Diversos pesquisadores, indígenas e não indígenas, vem produzindo essa nova historiografia da História Indígena. Melià ao analisar a história do povo Guarani no Paraguai, observa que os Guarani não estão simplesmente numa história paraguaia, senão que o Paraguai está na história Guarani. Essa inversão de olhar implica não apenas um jeito novo de produzir a escrita, mas provoca uma forma nova de pensar a história a partir da perspectiva desses povos, sejam com pesquisadores indígenas ou não indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: História Indígena. Metodologias. Protagonismo. Historiografia. América Latina.

INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira está sendo convocada a se debruçar sobre outras temáticas, específicas do contexto brasileiro, dentre elas a História Indígena. Mais do que uma nova abordagem, a história vem sendo desafiada a se repensar, em especial na dimensão metodológica, o que implica necessariamente trazer outros referenciais teóricos que não sejam unicamente as pautas colocadas pelas escolas europeias, em especial a francesa e inglesa. A historiografia norte-americana tem contribuído com diversos elementos que incluem a novidade de trazer a temática para a ordem do dia, mas ainda está muito presa aos conceitos da cosmologia ocidental.

O intuito desta discussão não é o de rechaçar ou menosprezar a contribuição dessas escolas historiográficas, mesmo porque a nova história indígena é de certo modo possível até hoje graças aos questionamentos propostos pela francesa *Escola dos Annales*, que aos poucos abandonou o historicismo do Século XIX e incorporou elementos das ciências sociais, introduzindo novas abordagens teórico-metodológicas. Da mesma forma que a historiografia inglesa, em especial com Edward Palmer Thompson (1924-1993), com sua **História Vista de Baixo ou História Popular**. Thompson contribuiu também com o olhar para os sujeitos “esquecidos”, que foram valorizados, dentre eles os camponeses, artesãos, operários, aqueles sujeitos que na história inglesa foram renegados. Porém, a novidade em Thompson foi perceber a historicidade da cultura, ou seja, a cultura como “produto histórico, dinâmico, flexível que deve ser apreendido como um processo no qual

homens e mulheres vivam suas experiências” (ALMEIDA, 2010).

As abordagens europeias ao chegarem à América, encontraram outros sujeitos que os trabalhadores e migrantes estudados por Thompson. No Brasil, da virada do século XX para o XXI, o operariado e trabalhadores formais passaram a ser minoria no universo do trabalho, no entanto emergiram novos sujeitos sociais cuja identificação passa primeiro pela dimensão da “identidade” ou “etnicidade”. Os indígenas foram “(re-)descobertos” e, desde então, a temática indígena passou tanto a fazer parte dos estudos acadêmicos, como os próprios indígenas passaram a ingressar na academia e produzir um outro tipo de historiografia. O que não significa dizer que antes – ainda quando os indígenas estavam fora da universidade – os povos não tivessem história. Foi no campo da pesquisa historiográfica que a História Indígena passou a ser ocupada pelas narrativas indígenas e não-indígenas sobre esses povos originários que há muito vinham sendo ignorados pelas teorias e métodos científicos estabelecidos pelos historiadores.

A historiografia que levou a conformação da História Indígena é tributária também do movimento indígena brasileiro. Sobre as ações dos povos indígenas a partir da década de 1970, Brighenti (2015) destacou que o movimento indígena com as práticas que conhecemos hoje, deu seus primeiros passos em 1974, com consolidação das **assembleias de chefes indígenas** compostas por diferentes povos. A historiografia até esse período considerava que os indígenas não tinham nem passado nem futuro, iriam desaparecer com bastante brevidade, para isso o Estado criou leis e políticas indigenistas para acelerar o processo de integração, ou seja, transformando (ou ao menos tentando transformar) os indígenas em não indígenas e, conseqüentemente, ampliando a disponibilidade de mão de obra barata nas regiões em que as Reservas Indígenas (RI's) foram implantadas. Prevalencia a visão de Francisco Adolfo de Varnhagen, um influente historiador do século XIX, que em sua obra **História Geral do Brasil** de 1854, declarou que nessas populações “[...] não há história, há apenas etnografia”.

Os indígenas eram considerados a-históricos, ou seja, fora da história. A história no continente americano teria sido inaugurada com a chegada dos europeus em 1492, antes dessa data era a pré-história americana. A escrita ainda era considerada como o grande divisor dos povos históricos e a-históricos. A filosofia europeia determinou que apenas a escrita, em sua forma ocidental, geraria o surgimento da História, outras formas de comunicação não eram consideradas. A existência de um tipo específico de escrita e alfabetização como critério para avaliar o desenvolvimento de uma sociedade e sua historicidade foi empregado não apenas para os povos indígenas no continente americano. Smith (2018, p.46) lembra que “lugares como China, Índia e Japão, que muito embora fossem sociedades altamente letradas antes de serem “descobertas” pelo Ocidente, eram enquadradas em outras categorias que, não obstante, igualmente as definiam como não

civilizados”. A forma de escrita dessas sociedades não atendia aos critérios eurocêntricos para serem classificadas como modos de produção de conhecimentos legítimos. Em outras palavras, as perspectivas de boa parte dos povos não europeus foram enquadradas como parte de uma produção de menor importância ou com menor autoridade científica.

Identificamos dois equívocos conceituais frutos dessa prepotência epistêmica de um certo tipo de historicismo: o primeiro é que muito tempo se acreditava que todos os povos necessariamente teriam que desenvolver a escrita; e, o segundo, era o de considerar como válido apenas a forma ocidental de escrita. Os povos indígenas demonstraram e até hoje nos demonstram que a comunicação dos povos e por conseguinte que suas histórias não só podem, como devem ser demonstradas e narradas de diferentes maneiras e perspectivas. Desse modo, ao chegarmos no século XXI, temos um importante acúmulo que serve não apenas para criarmos novas metodologias, mas também para fornecer aos historiadores uma base mais sólida para questionar os equívocos e não mais perpetrar as assimetrias históricas, incorreções ou lapsos que na perspectiva que Todorov (1993) foram definidos como “as morais da história”.

HISTÓRIA INDÍGENA COMO NOVA ÁREA DO CONHECIMENTO OU UMA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA

A História Indígena vem se constituindo como um processo específico de compreender o tempo/espço cuja “racionalidade humana”, proposta por Carr (1982), precisa ser enfrentada e entendida a partir de outras dimensões que não apenas o da razão (ou o da racionalidade científica), na perspectiva da filosofia Hegeliana. Tendo em vista que as teorias da História são herdeiras da tradição filosófica ocidental, por certo entendemos que esta influenciou aquelas, através dessa concepção da negação de que os indígenas também poderiam ter e fazer história, influenciando os intelectuais a se pautarem pela perspectiva de adequação dos conceitos indígenas à historiografia ocidental.

Os novos estudos, em especial arqueológicos das sociedades indígenas americanas, vêm consensuado no entendimento de que os processos de migração ocorreram em diferentes épocas, desfazendo o equívoco de que todos descendiam dos grupos que teriam chegado pelo Estreito de Bering. Hoje parece ser um pouco mais consensual a ideia de que as relações entre as populações americanas com as populações de outros continentes, bem como a circulação e as relações internas na América, foram intensas antes mesmo da chegada dos ibéricos em 1492. Carlos Fausto (2000) nos alerta para a dinamicidade das relações entre as populações ameríndias. A chegada dos Ibéricos não inaugurou apenas a teoria de que a História se fez presente no continente, mas inaugurou outras formas de relações pautadas na violência e na busca incessante por riquezas materiais. Os europeus se fizeram donos do espaço, nominando tudo, aquilo que Todorov (2014) denomina

de “furor nominativo”. Nominar como ato de tomar para si, ignorando o significado e o sentido dado por quem já estava no local, ignorando assim as próprias pessoas e coletivos originários da uma dada região. A necessidade de marcar o início da História (americana) está mais associada às disputas dos ibéricos com outras potências europeias pela posse e domínio dos territórios do que com a disputa com as sociedades indígenas. Destruição, encobrimento, substituição e transformação são partes de um *modus operandi* europeu ou de sua cosmologia. A contribuição de Todorov é importante porque ele nos ajuda a compreender que não foi a pólvora, o cavalo ou a espada que possibilitou a dominação dos povos da América, mas a intolerância do “Deus” cristão. Essa mesma intolerância foi e é percebida na historiografia, através da concepção ou aceitação de uma única forma de escrita e de uma única perspectiva metodológica. Como bem destacou Melià (2011) os indígenas estavam na história, porém não foram incluídos na historiografia de matriz europeia.

Assim, como a própria historiografia foi sendo repensada a partir das mudanças nas modalidades básicas de sua epistemológica, passando do “reconstrucionismo” ao “construcionismo”, ao “desconstrucionismo” e a “nova história cultural” (CARDOSO, 2012), a história indígena também passou por mudanças e novas conceituações. Porém, como alerta Cardoso, não devemos tomar essas modalidades a partir do conceito evolutivo ou em sobreposição, mas de maneira dialética.

A história indígena foi moldada pelos próprios povos indígenas, que ao longo do processo colonial e no período pós-independência não se submeteram por completo às pretensões advindas da lógica colonial ou mesmo se fundiram, posteriormente, ao projeto de construção do Estado-Nação. O fracasso conceitual e sociológico da constituição das “Nações” americanas foi parcialmente resultado da resistência e resiliência dos povos indígenas ao ponto de não ser mais possível apenas ignorá-los ou mesmo exterminá-los pela eliminação física, pela mestiçagem ou mesmo pelas tentativas de integração à sociedade hegemônica. Os Estados Unidos da América (EUA) utilizaram-se da política de extermínio e não a lógica de integração como ocorreu no Brasil, em partes foi por isso também o país pioneiro nos estudos da “nova” categoria de História Indígena, a qual trazemos aqui algumas de suas importantes contribuições. Thiago Cavalcanti (2011, s/p) observa que as pesquisas sobre etno-histórica ocorrem com maior evidência e consistência a partir da década de 1950 quando da publicação dos estudos advindos da “proclamação, pelo Congresso dos Estados Unidos da *Indian Claim Act*, que permitia que os indígenas reivindicassem compensações pelas terras das quais haviam sido retirados sem a existência de qualquer tratado”. Os indígenas provocaram historiograficamente os antropólogos a dedicarem-se aos estudos sobre povos indígenas no campo da historiografia, ampliando a perspectiva etnográfica até então vigente. Cavalcante compara o contexto norte-americano

com o brasileiro, que com a promulgação da Constituição Federal de 1988, “a qual garantiu vários direitos aos povos indígenas, especialmente o direito aos seus territórios tradicionais, gerando assim grande demanda e valorização das pesquisas diacrônicas sobre os povos indígenas no país”.

Embora ainda numa perspectiva de produção mais técnica que historiográfica, os estudos se avolumaram a partir de 1988, através de laudos para identificação de terras indígenas, para avaliar impacto de obras sobre terras indígenas e alguns laudos etnográficos para auxiliar na identificação de grupos indígenas. A academia se incorporou a esse processo lançando reflexões teóricas a fim de contribuir com as produções técnicas, produções essas que auxiliaram nas reflexões teóricas produzidas posteriormente. Nessa perspectiva, avolumou-se um conjunto de produções a partir da década de 1990. A própria arqueologia deu um grande salto devido às exigências legais para prospecção e salvamento de sítios arqueológicos que estavam sendo atingidos por obras de infraestrutura no país – a maioria desses estudos eram/são financiados, em grande parte, pelas empreiteiras, gerando discordância no campo arqueológico. Deste modo, vimos florescer importantes obras que mudaram radicalmente a perspectiva, da qual os indígenas deixaram os bastidores para ocupar os palcos (ALMEIDA, 2010).

Assim, as pesquisas produzidas a partir dos anos 1990 coadunam a construção de diversas obras que começaram a pensar os povos indígenas de outras maneiras. Apesar dos pesquisadores e intelectuais se utilizarem das mesmas fontes e dos mesmos contextos analisados anteriormente, os trabalhos partem de outra perspectiva teórica e metodológica, da qual os indígenas são deslocados da posição de vítimas passivas de um processo colonial violento e chegam ao palco das análises como sujeitos (individuais e coletivos) protagonistas da própria história, isto é, os indígenas são vistos como atores sociais capazes de responder e interferir nos mais diferentes momentos históricos.

São nesses trabalhos que percebemos que as mudanças advindas de alguns eventos históricos só foram possíveis porque também partiram dos próprios desejos e das próprias perspectivas cosmológicas dos povos afetados. O pessimismo teórico do antropólogo Darcy Ribeiro, na obra **Os índios e a Civilização** e o fatalismo de outras obras como do sociólogo Florestan Fernandes em **A função social da guerra na sociedade tupinambá**, cederam espaços para reflexões que buscam se aproximar da perspectiva indígena.

Em 1992, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha organizou o livro **História dos índios no Brasil**, composto por um conjunto de obras de diferentes pesquisadores, tornando-se referência nos novos estudos da História Indígena. Em 1994, o historiador John Manuel Monteiro lançou a obra **Negros da Terra**, que desconstruiu algumas narrativas equivocadas e que foram repetidas insistentemente as quais deixavam os indígenas de fora do sistema da escravidão, quando na realidade a mão de obra escravizada dos indígenas

foi tão presente e importante para a empresa colonial como a dos africanos, porém a primeira não foi tão lucrativa no mercado escravista que os portugueses desenvolveram e se destacaram como pioneiros no Atlântico Sul. John Monteiro trouxe contribuições significativas e importantes acerca dos métodos e fontes utilizadas para se estudar a história indígena, lançando a obra **Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros: acervos das capitais**. Também em 1994 é publicada a obra organizada por Luís Donisete Benzi Grupioni *Índios no Brasil*, resultado de diversas pesquisas e dos mais diferentes campos do conhecimento.

Os pesquisadores da História Indígena, em especial, aqueles que tinham maior afinidade a um viés mais antropológico, perceberam a necessidade de mudar o conteúdo dos materiais didáticos escolares na educação básica brasileira. Os livros didáticos, até então, reproduziam os velhos discursos sobre os indígenas no pretérito, relegando-os a um passado de vitimização e de certo modo também conformando a “inviabilidade” dessas culturas no futuro, isto é, anunciavam o necessário desaparecimento desses povos para a construção e consolidação da “nação brasileira”. Os registros históricos sobre os povos ameríndios ocupavam, quando muito, as páginas iniciais dos livros e depois, como num passe de mágica, eram substituídos ou eliminados da História. Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Benzi Grupioni organizaram a obra **A temática Indígena na Sala de Aula: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**, reunindo um conjunto de artigos de distintas áreas e pesquisadores.

A arqueologia também não deixou por menos ao desconstruir a arqueologia pré-histórica, incorporando importante análise para entender os povos na contemporaneidade como nos casos dos livros de Andre Prous, **Arqueologia brasileira** (1992), e de Pedro Paulo Funari e Francisco Noelli, **Pré-História do Brasil; As origens do homem brasileiro; O Brasil antes de Cabral**; Descobertas arqueológicas recentes (2002), com ampla difusão de saberes acadêmicos. Uma obra que foi chave para destruir equívocos históricos é **Os índios Antes do Brasil**, de Carlos Fausto. Por fim, destacamos a obra de Maria Regina Celestino de Almeida, **Os índios na história do Brasil**, publicado em 2010. Importante destacar que na linguística, educação, etnologia e no direito também foram publicados importantes obras que convergem para a desconstrução dos indígenas fora da história.

A partir do século XXI, os indígenas no Brasil iniciaram processos mais ativos de produção literária e, ainda que menos historiográfica e mais etnográfica, são significativas as contribuições que evocam novas linguagens e nos trazem horizontes inovadores para a pesquisa. Destacamos aqui as obras de Ailton Krenak, Daniel Munduruku e Davi Kopenawa, intelectuais que conseguiram alcançar um público nacional e até internacional. Hoje existem diversas outras produções regionalizadas, editoras e livrarias exclusivamente indígenas que, aliadas aos trabalhos acadêmicos de discentes indígenas nos programas

de graduação e pós-graduação das universidades brasileiras, estão provocando mudanças significativas nos processos e nos sentidos e significados da História Indígena.

Chamamos atenção também para o recorrente equívoco que é o de pensar que a História Indígena é feita apenas na e pela academia. Na verdade, essas histórias se constroem primordialmente através da memória coletiva e ancestral dos povos, conhecimentos e sabedoria que são transmitidos através da oralidade. Segundo Melià (2011, p. 81), *“la memoria de cada Pueblo indígena viene a ser una brevísima historia de su destrucción, como la contaba fray Bartolomé de las Casas”* e acrescenta, (...) *“ya hemos aludido a la necesidad de escuchar las voces indígenas en su propia lengua y en sus escritos (...)”*. A perspectiva destacada por Melià direciona nossa atenção para a tradição oral e as memórias coletivas, vozes que se somam e se perpetuam sem, contudo, repetirem a história. Em meio a alguns registros do período colonial encontramos algumas escrituras indígenas, documentos, cartas e manifestos. Porém, é a partir do século XX que encontramos o maior acervo de documentos produzidos por indígenas e também de registros de ações indígenas de quando estes povos foram, por muitas vezes, interpelados de se manifestar devido a ação repressora e tutelar do Estado brasileiro. Desde a década de 1970, quando as grandes assembleias indígenas começaram a se multiplicar pelo Brasil (BRIGHENTI, 2000), já existem importantes acervos dessas vozes indígenas que se manifestam de diferentes modos e que abordam uma ampla variedade de temas e, no geral, enfatizam os contextos específicos dos quais fazem parte, trazendo perspectivas singulares, mas a partir de olhares coletivos que são específicos de cada povo e de cada região.

Desse modo, a História Indígena, ainda que embrionária, caminha para um distanciamento metodológico cada vez maior da História de matriz europeia. Isso não implica em rompimento ou mesmo indica a construção de outra área do conhecimento, mas sim, aponta-nos uma perspectiva específica na relação temporal e conceitual. Até mesmo porque um destacamento completo da história de matriz europeia, como destaca Cavalcante (2011), implicaria na possibilidade de gerar o equívoco de se crer que existem duas histórias: uma, dos povos letrados e outra, dos povos de tradição oral. Quando na verdade a história é única, porém pode ser observada de distintos lugares e construída a partir de diferentes modos de ser, pensar ver o mundo. Certamente o ingresso de indígenas na academia já vem provocando e continuará a provocar inúmeras outras mudanças substanciais, distanciando-se inclusive da perspectiva da história indígena desconectada das populações contemporâneas.

DECOLONIALIDADE, ETNOHISTÓRIA E HISTÓRIA INDÍGENA, ALGUNS APONTAMENTOS

Esse é um tema caro aos intelectuais latino-americanos da contemporaneidade. Pois,

além de ser um tanto quanto complexo, exige dedicação e grande esforço teórico para não incorrer em anacronismos ou superficialidades, mas é um esforço intelectual que se faz necessário para podermos buscar e estabelecer apontamentos a fim de delimitar a relação com o campo da História Indígena.

Inicialmente se faz necessário compreender a relação entre etnohistória e história indígena. Os debates acerca da etnohistória, usada muitas vezes como sinônimo de História Indígena vem do início do século XX, quando o conceito de etnicidade obteve relevância e centralidade em alguns dos debates acadêmicos. Consideramos que estes termos ou conceitos não são sinônimos, muito embora a etnohistória possa também abarcar a História Indígena.

Consideramos a etnohistória mais abrangente, por se ocupar da história das etnias, e a história das etnias não é necessariamente História Indígena. A confusão ocorre porque os povos indígenas, com o advento dos Estados Nacionais na América (seguindo a tradição francesa), desconsideraram as especificidades socioculturais das nações indígenas forçando-as a se integrar ou mesmo se miscigenar aos ideais “nacionais”, perdendo a conceituação que lhes era atribuída até então.

Como os povos ameríndios resistiram ao processo de integração, os Estados foram forçados a admitir que estes ainda existiam em seus territórios. De acordo com Maybury-Lewis (1984), o reconhecimento da diversidade tardou a ocorrer.

Em 1938, por exemplo, a Conferência Pan-Americana em Lima estudou a questão das minorias étnicas e concluiu que elas não existiam na América. Portanto, os delegados adotaram uma resolução proposta pelo Brasil, segundo a qual ‘O sistema de proteção das minorias étnicas, lingüísticas ou religiosas não pode ter nenhuma aplicação nas Américas onde não existem as condições que caracterizam os grupos conhecidos como minorias étnicas’ (HUMPHREY *apud* COBBAN, 1969, p. 62)

No artigo produzido por Brighenti (2010, p.102) sobre etnicidade, o autor destaca que os escritos de Weber enfatizam que a noção de grupo étnico é resultante de um “momento” de grandes mudanças e que facilitaram o processo de entendimento e socialização entre sociedades distintas. Os estudos de Weber remontam ao período da virada do século XIX para o século XX. Dessa forma, o conceito de etnicidade foi aplicado aos povos indígenas no sentido de subjugar-los ao conceito de Estado Nação, vinculando esses povos a categorias inferiorizadas do Estado.

Ao final dos anos de 1980, os estudos literários e culturais que emergem em algumas universidades dos Estados Unidos (e também da Inglaterra) começam a se destacar pelas pesquisas orientadas pelo que ficou conhecido como os estudos “pós-coloniais”. O próprio termo em si nos faz remeter a dimensão de um tempo histórico que é posterior a descolonização do que até então entendia-se por ser os países de “terceiro mundo”. Foram

dezenas de pesquisas, intelectuais e escolas que foram orientados pelo espírito “pós-colonialista”, crítica que chegou um pouco mais tardiamente nas universidades e ciências sociais brasileiras (e latino-americanas).

Aníbal Quijano (2015) ao refletir sobre esse momento através de uma moldura não apenas epistêmica como também política, revela-nos alguns dos impactos que estes estudos “pós-coloniais” – sobretudo, os estudos subalternos – tiveram na história latino-americana. O sociólogo faz algumas observações sobre a globalização e como a América desempenhou um papel fundante na construção do primeiro padrão de espaço/tempo de poder e vocação mundial. Quijano, reflete também sobre a colonialidade advinda junto ao capitalismo mundial que emerge nesse contexto, destacando que essa privilegiada posição ocupada pela América, teve um alto custo, pois o “capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado.”

Segundo Quijano o êxito da Europa Ocidental ao se transformar em epicentro nesse moderno sistema-mundo, permitiu aos europeus e, posteriormente, aos países de “primeiro mundo”, propagar e consolidar a visão hegemônica da história da humanidade que melhor lhes cabia ou fazia sentido naquele momento. O fato de os europeus criarem e centralizarem uma nova perspectiva temporal a partir de um local específico dentro de uma perspectiva evolutiva, linear e hegemônica da história é que vimos se edificar também o que hoje conhecemos por epistemicídio.

A violência epistêmica vai se construindo a partir do momento em que a visão do homem, branco, rico e europeu tenta não apenas englobar em sua história outras histórias, como as classifica assimetricamente em benefício apenas de uma visão centrada em Europa. Visão de mundo que, ao colocar todos os demais povos colonizados (portanto, subalternos), assim como suas culturas, as suas concepções de tempo e espaço, bem como as suas perspectivas em um passado estéril, menos civilizado ou mais remoto acabou por promover o silenciamento de uma série de vozes e sujeitos históricos na historiografia de um modo geral.

A seguir destacamos uma passagem em que o antropólogo Pierre Clastres (1968) descreve como esse “espírito” ou essa “essência” civilizatória europeia avançou e alcançou sucesso no processo de expansão e consolidação da Europa enquanto um modelo ideal de civilização. Clastres, então, pondera sobre as consequências funestas inerentes a todo esse projeto civilizatório europeu (ocidental):

Com efeito, além dos massacres e das epidemias, além dessa singular selvageria que o Ocidente traz consigo, há, ao que parece, imanente à nossa civilização, e constituindo a “escura metade das sombras” onde se alimenta sua luz, a muito notável intolerância da civilização ocidental diante de civilizações diferentes, sua incapacidade de reconhecer e aceitar o Outro como tal, sua recusa em deixar aquilo que não lhe é idêntico, quase sempre através do uso da violência – grosseira e sutil – que se efetuaram os encontros com o homem primitivo. Ou, por outras

palavras, descobrimos no próprio espírito de nossa civilização, e coextensivo à sua história, a vizinhança da iolência e da Razão, com a segundo não chegando a estabelecer seu reino exigente a não ser através da primeira. (CLASTRES, 1968, p.87)

Além do pensamento do antropólogo Pierre Clastres, temos ainda as reflexões do historiador francês Serge Gruzinski (2001, p.175) no artigo **Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories***, faz uma breve autocrítica em relação a esse etnocentrismo da História produzida pela Europa Ocidental, registrando que:

Hoje em dia os historiadores da Europa continuam manifestando pouca curiosidade pelo passado e pela historiografia que excedem as fronteiras de sua própria nação. Quanto aos especialistas da história mundial, tenderam a elaborar a sua visão do mundo a partir da Europa ocidental ou a partir de problemáticas que provinham da história deste continente. Por isso, na Europa e sobretudo na França costumamos distinguir os americanistas e os historiadores com “h” mai sculo. Os primeiros dedicam-se à história da América enquanto os outros são os especialistas da história da França ou da Europa ocidental.

Em face desse conservadorismo europeu e francês, a denúncia do europocentrismo tornou-se muito comum nos Estados nidos. Desde os anos de 1980, nas universidades deste país, os culturais studies e os postcolonial studies multiplicaram as críticas contra o europocentrismo da história e das ciências sociais em geral. Denunciavam uma história que só seria a projeção do Ocidente, das suas categorias e das suas ambições sobre o resto do mundo.

Nesse sentido, avançamos agora nesta discussão para entender as vias que de fato promoveram o giro epistêmico decolonial em América. Dito isso, passamos agora à América Latina do século XXI em que se começa a revisar várias perspectivas históricas e conceitos eurocêtricos, tais como o conceito de Estado Nacional, sugerindo como contrapartida latino-americana o conceito de Estado Plurinacional. Os Estados admitiriam assim que são formados por múltiplas Nações, embora o alcance prático ainda careça de maior aprofundamento. A legislação internacional reconhece a categoria Povos aos indígenas (Convenção 169 da OIT). Isso não significa que o conceito “etnia” não se adeque para compreender os povos indígenas, mas não se aplica exclusivamente a povos indígenas.

As novas teorias latino-americanas da decolonialidade produziram importantes contribuições à História Indígena. Inicialmente porque entre os povos indígenas “estes projetos que hoje chamamos de decoloniais sempre existiram”, observa Walter Mignolo (2013, s/p), mas a academia não se interessava em conhecê-los. A existência dos povos na América depois de cinco séculos de tentativas de eliminá-los seja fisicamente ou culturalmente é uma ação decolonial ou anticolonial, i.é., a não submissão dos povos ao projeto colonizador e também a rejeição que estes tiveram em relação ao projeto burguês de Estado Nação são exemplos vivos de que inúmeras outras vias e perspectivas de mundo são possíveis. Os povos indígenas, ao mesmo tempo em que se opõem ao colonialismo e, posteriormente, opõem-se também à colonialidade, vivenciam outras formas e práticas de vida. Souberam estabelecer mecanismos e práticas que suportaram todas as artimanhas do

colonialismo e que até hoje suportam o neocolonialismo do Estado liberal e entreguista em que vivemos em pleno 2020.

Faz-se necessário compreender os principais expoentes das teorias decoloniais a fim de perceber as relações e contribuições que essas teorias aportam para a História Indígena. O sociólogo peruano, Aníbal Quijano, um dos principais teóricos decoloniais propôs uma mudança radical na forma de produzir conhecimento:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (QUIJANO, 2005, p. 9).

Para Quijano, existe uma diferença entre colonialismo e colonialidade. O colonialismo refere-se à situação de dominação política, econômica e territorial de uma determinada nação sobre outra de diferente território, a exemplo da colonização do Brasil por Portugal, das várias colônias espanholas na América Latina, das colônias inglesas na África etc. Enquanto isso, a colonialidade, nas palavras do próprio Quijano (2009, p. 73):

É um dos elementos constitutivos e específicos de um padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular daquele padrão de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência cotidiana e da escala social.

As independências políticas do século XIX não romperam com colonialidade, o padrão de dominação e relação com os povos indígenas permaneceu praticamente inalterado e em diferentes contextos foram mais agressivos que os ibéricos. A colonialidade se manifestou de diferentes maneiras, através da tentativa de modificação e substituição das cosmologias indígenas, assim como aos saberes, através da dominação epistêmica que ocorre, em especial no espaço escolar. Boaventura de Sousa Santos definiu como “epistemicídio” a imposição do conhecimento ocidental como o único e válido e a negação e destruição dos saberes dos povos originários, trata-se de uma expropriação de suas formas próprias de pensar a vida, do seu jeito de existir no mundo.

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando

muitos outros saberes para um espaço de subalternidade. (SANTOS; MENESES, 2010, p. 7).

Segundo Quijano aprendemos a aceitar e a respeitar a imagem do europeu como se fosse nossa e como pertencente unicamente a nós, como se todas as demais imagens estivessem borradas no inconsciente coletivo latino-americano, sendo ofuscada ou redirecionada pelo eurocentramento epistêmico da história e da criação da imagem ideal do homem civilizado. Imagem que, por sua vez, é colocada como a única digna de ser não só lembrada, como também almejada e colocada ou vista como o ponto máximo da civilização humana: o europeu.

A incidência do epistemicídio pode ser constatada na dimensão da História Indígena, na negação e classificação como “saber tradicional” em contraposição ao “saber científico”, na tentativa de fazer crer que saberes de determinados grupos sociais são inferiores e não merecem espaço na academia. Essa discriminação racial, opera a partir do pressuposto de que o pertencimento a um determinado grupo social é critério suficiente para determinar sua inferioridade, resultado do pensamento colonial, e sua superação “não pode ser abolida pela independência nacional, mas apenas por meio de uma inclusão que tenha suficiente sensibilidade para a origem cultural das diferenças individuais e culturais específicas” (HABERMAS, 2002, p.172).

A cientista política Luciana Ballestrin, em seu texto **América Latina e o giro decolonial** (BALLESTRIN, 2013) referindo-se a outra pesquisa (COSTA, 2006), aponta que, mesmo em meio à diversidade de perspectivas dos estudos pós-coloniais, é possível estabelecer alguns pontos que estes/as pensadores/as e visões compartilham em comum. Ballestrin esclarece que o sentido que o termo “colonial” ganha nos trabalhos produzidos nessa linha vão ao encontro de uma discussão que de modo geral faz alusão às diversas situações de violências e opressões que são fruto do colonialismo e também da atual colonialidade do poder. Nesse sentido, a autora nos apresenta duas chaves de interpretação desse momento de efervescência intelectual, sugerindo que a tendência dos teóricos do pós-colonialismo emerge:

a partir da identificação de uma relação antagônica por excelência, ou seja, a do colonizado e a do colonizador. Se por um lado essa fixação binária de identidade essencializadas foi rompida nos escritos de Memmi, Said, Spivak e Bhabha, por outro, ela foi permitida pela identificação daquilo que Mignolo (2003) chamou de “diferença colonial”. Nesse sentido, a relação colonial é uma relação antagônica: “A presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas” (Laclau e Mouffe, 1985, p. 125). Foi Fanon (2010) quem pela primeira vez expressou esse impedimento, em 1961. (BALLESTRIN, 2013, p.91)

De modo nem sempre direcional e localizada a discussão central dos estudos pós-coloniais tiveram uma significativa amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar.

Esses trabalhos emergem de intelectuais advindos de diversas partes que se encontravam alijadas do “centro” do mundo e, consequentemente, da produção intelectual e epistêmica europeia.

No entanto, o processo de construção do pensamento decolonial precisa enfrentar alguns mitos modernos, dentre eles o conceito de modernidade ocidental:

El pensamiento decolonial emergió en la fundación misma de la modernidad/colonialidad como su contrapartida. Y eso ocurrió en las Américas, en el pensamiento indígena y en el pensamiento afro-caribeño; continuó luego en Asia y África, no relacionados con el pensamiento decolonial en las Américas, pero sí como contrapartida de la reorganización de la modernidad/colonialidad del imperio británico y el colonialismo francés. Un tercer momento ocurrió en la intersección de los movimientos de descolonización en Asia y África, concurrentes con la guerra fría y el liderazgo ascendente de Estados Unidos. Desde el fin de la guerra fría entre Estados Unidos y la Unión Soviética, el pensamiento decolonial comienza a trazar su propia genealogía. (...) En este sentido, el pensamiento decolonial se diferencia de la teoría poscolonial o de los estudios poscoloniales en que la genealogía de estos se localiza en el post estructuralismo francés más que en la densa historia del pensamiento planetario decolonial. (MIGNOLO, 2007, p. 27)

Catherine Walsh, apresenta alguns elementos de como superar a colonialidade.

Tal contacto e intercambio no deben ser pensados simplemente en términos étnicos sino a partir de la relación, comunicación y aprendizaje permanentes entre personas, grupos, conocimientos, valores, tradiciones, lógicas y racionalidades distintas, orientados a generar, construir y propiciar un respeto mutuo, y un desarrollo pleno de las capacidades de los individuos y colectivos, por encima de sus diferencias culturales y sociales. En sí, la interculturalidad intenta romper con la historia hegemónica de una cultura dominante y otras subordinadas y, de esa manera, reforzar las identidades tradicionalmente excluidas para construir, tanto en la vida cotidiana como en las instituciones sociales, un con-vivir de respeto y legitimidad entre todos los grupos de la sociedad. (WALSH, 2003, p. 41)

Em que pese a contribuição das teorias decoloniais e sua aplicação para compreender os processos históricos de negação, substituição, destruição e encobrimento, carece de uma dimensão mais apropriada para pensar História Indígena. Evidentemente que o tema decolonial está para além da história, porém é certo que ele parte de valores e conceitos e valores da moral cristã e, portanto, da própria matriz do colonialismo.

ROMPENDO COM METODOLOGIAS

Iniciamos por romper com o pressuposto que a História Indígena é subsidiária e dependente da colonialidade, no geral aparecendo como alegorias de outra história. Romper com a noção da existência de uma forma específica de escrita para a existência da história é um primeiro caminho. Os povos indígenas vivem outros conceitos e noções de tempos e de eventos que são ordenados não cronologicamente. Faz-se necessário considerar os tempos míticos como formas de vivência das historicidades, seguindo os percursos das

cosmologias e mitologias desses povos, que ainda se fazem ausentes.

A historiografia que se ocupava dos indígenas reproduzia os mesmos conceitos da história “tradicional”, uma história dividida em pedaços, como destacou Le Goff (2015) como se devêssemos separar a História Indígena numa História Antiga indígena, História Medieval Indígena, História Contemporânea Indígena etc. Observa Le Goff (2015, p. 12) que a periodização “indica uma ação humana sobre o tempo e sublinha que seu recorte não é neutro”, e que a periodização evidencia o pensamento das sociedades que a criaram. De certo modo indicando também que o recorte em períodos históricos para as sociedades ocidentais é necessário, porque está ligado ao sentido geral de “evolução” das sociedades. “Entretanto, essa divisão não é mero fato cronológico, mas expressa também a ideia de passagem, de ponto de viagem ou até mesmo de retração em relação à sociedade e aos valores do período precedente. Por conseguinte, os períodos têm uma significação particular” para o historiador.

Isso posto, não significa que os povos indígenas não possuem seus tempos históricos, mas eles não possuem relação temporal nem simbólica com os tempos da sociedade ocidental. No geral as conceituações de tempo são definidas de maneira cíclica e não evocam sentido evolutivo. Sequer o pré ou o pós-colonial tem o mesmo sentido para os povos indígenas que a utilizam de maneira discursiva. E tendo em vista que cada povo tem uma percepção diferente do tempo de antes e que pode até ser o próprio tempo de agora. Barros e Zannoni (2003, p. 36) enfatizam a simbiose entre mito e história:

Quando dizemos que o mito é a história que narra a vida de um povo (...) uma história cuja única datação é marcada pelo termo ‘antigamente’ que, ironicamente, é o atual. Se dá, portanto, nas sociedades indígenas uma curiosa combinação, porém muito importante, de um tempo cíclico com um tempo linear. Isto é, na medida que os mitos retomam o mesmo assunto, este é também atualizado a partir da experiência de cada povo e, portanto, o tempo também é específico a cada sociedade. Com isso, queremos afirmar que as sociedades, que ainda valorizam a oralidade, não estiveram paradas no tempo, e assim, chamar a atenção para alguns aspectos da mitologia.

Uma questão chave é não buscar coincidências nem de sobrepor elementos semelhantes entre história indígena e ocidental, mas buscar as categorias fundamentais para uma reestruturação semântica que sejam autenticamente indígena. Um debate comum nesse campo é o “lugar de fala”, ou seja, a existência (ou não) de uma história étnica sistematizada por não-indígenas e uma histórica étnica sistematizada por indígenas. Importante reconhecer que não são lugares iguais, porque partem de bagagem simbólica e cosmológicas distintas e, na maioria das vezes, emergem de contextos socioeconômicos também distintos. Ontologias estas que são diversas, mas que nem por isso são excludentes ou hierárquicas, são apenas diferentes da ontologia ocidental.

O “lugar de fala” é um espaço epistêmico que permite a narrativa epistêmica

convencional se identificar e abrir espaço com o “lugar de fala” relegado a história indígena e, como observa Maria Rita Kehl (2020), é um importante local para “identificar-se com a dor dos outros”. Agregamos também um elemento que nos parece pertinente a esse debate que é o de pensar a metodologia da história indígena e o conceito do que entendemos por ser um “intelectual”. A tendência é a reprodução do conceito do “intelectual” como aquela pessoa com formação regular na academia. No entanto, o que agora podemos observar é o aumento significativo das formações interculturais ou transversais e que acarretou um aumento significativo de intelectuais entre os povos indígenas. Porém, nem sempre as pessoas indígenas que alcançam a academia dominam os conhecimentos ancestrais ou específicos do povo ao qual pertence porque, em geral, ainda são jovens e não obtiveram uma formação (tradicional) específica ou suficiente para alcançar a maturidade do conhecimento de seu povo. Portanto, apontamos a necessidade de repensarmos o significado de ser e se fazer intelectual nesse atual contexto das universidades.

A indígena Mahori Linda Tuhiwai Smith (2018, p.12) observa que os povos indígenas possuem outras histórias para contar e “que não apenas questionam a natureza desses ideais e das práticas que eles tem gerado, mas também servem para proferir um relato alternativo; a história da pesquisa ocidental através dos olhos dos colonizadores. Essas outras-histórias são poderosas formas de resistência”. Histórias que resistem porque não foram dominadas pela epistemologia das sociedades ocidentais e seguem sendo vivenciadas nos cotidianos dos povos indígenas e não na academia.

Smith ainda observa que a academia, em especial, o cientificismo inaugurado no século XIX, foi extremamente destruidor dos conhecimentos indígenas. A palavra “pesquisa” está associada ao colonialismo e ao imperialismo europeu que define ou associa aos “objetos” de suas pesquisas com a ideia ou com palavras que remetem a sujeira, a selvageria, a rebelião e, desde o atentado terrorista em 11 de Setembro de 2001, os sujeitos estudos também se viram associados ao terrorismo. Linda também registra que para os povos indígenas a noção do que é a pesquisa acadêmica provoca ou remete aos povos ao exercício do silêncio, porque evoca memórias ruins e “sorrisos de conhecimento e de desconfiança”. Smith salienta que a pesquisa como um lugar “revelador da luta entre interesses e modos de conhecimento do Ocidente e interesses e modos de resistência do outro (...), os povos indígenas”. Linda critica também pesquisadores ocidentais que dizem conhecer tudo sobre determinado povo indígena apenas com um breve encontro com alguns indivíduos.

Linda chama atenção para a relação que se estabelece entre o historiador da história indígena com os próprios povos. Até recentemente a história dos indígenas na América privilegiou estudar a história pré-colonial ou colonial. Essa opção historiográfica trouxe significativas contribuições a história indígena, mas ela se diferencia da história do tempo presente, no que tange a relação com a memória. Outro método que vem sendo utilizado

é aquilo que Wild (2009, p. 26) define como “antropologia histórica” que consiste em reunir as informações de um passado que se deseja reconstruir. Também considera a historicidade e a temporalidade dos atores do passado com lógicas diferentes das nossas. *“Estos dos primeros sentidos establecen el campo de uña ‘antropología histórica’ preocupada por definir una noción de ‘agencia indígena’ e ‘historicidad nativa’. También de uña ‘etnohistoria’ doblemente entendida como reconstrucción del pasado”*, utilizando da documentação e do regime de temporalidade dos povos indígenas, criando uma relação entre passado e presente, entre história e memória, entre pesquisa e ação.

Linda (2018, p.12) critica o “fato de que o Ocidente possa desejar, extrair e reivindicar posse de nossos modos de conhecer, de nossas imagens, das coisas que criamos e produzimos, e ao mesmo tempo rejeitar as pessoas que criaram e desenvolveram tais ideias”. A desconsideração dos indígenas parece ser um problema filosófico das sociedades Ocidentais. Recordamos que na invasão de Hernán Cortéz ao território dos Astecas, em que o mesmo registrou sua profunda admiração com as maravilhas produzidos pelos Aztecas:

Só posso dizer que na Espanha não há nada comparável. (...) Não há príncipe no mundo que possua coisas de tal qualidade (...). Nos comportamentos e relacionamentos, essa gente tem quase os mesmos modos de viver que na Espanha, e há tanta ordem e harmonia quanto lá. (...) Isto nos remete também ao mercado de seda de granada, com a diferença de que tudo aqui é em maior quantidade; Essa cidade [México] era a coisa mais bela do mundo. (TODOROV, 2014, *passim*)

E mesmo assim Hernán Cortéz a destruiu. Todorov observa que para Cortéz todas essas coisas admiráveis não passam de “objetos”, “comparável ao turista atual, que admira a qualidade do artesanato quando viaja para a África ou a Ásia, sem que por isso ocorra a ideia de conviver com os artesãos que produzem esses objetos (...)”. (TODORO , 2014, p.186). Agrega ainda Todorov, que “Cortéz fica em êxtase diante das produções astecas, mas não reconhece seus autores como individualidades humanas equiparáveis a ele”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que as discussões que até agora trouxemos à baila nos levam a refletir uma série de questões relacionadas a produção científica, provocando-nos a repensar teorias clássicas e convocando-nos a colocar em ação aquilo que Linda Smith define como uma “solidariedade radical”, i.é, que os pesquisadores não-indígenas (ocidentais) comecem por questionar e até recusar certas teorias, métodos e práticas que hoje já se tornaram obsoletas para a compreensão mais aprofunda no tocante aos povos originários de uma determinada região a ser pesquisada.

O projeto de descolonização, em especial a descolonização epistêmica é urgente e

necessária mesmo que gere inicialmente impasses e conflitos, pois só assim encontraremos saídas para superar o sistema-mundo criado e imposto pelo colonizador. E para isso é necessário que os pesquisadores entendam que os laços criados com os coletivos indígenas e demais povos tradicionais não se limitem ao curto tempo do fazer pesquisa. Precisamos criar horizontes epistêmicos para que essa colaboração inicial - que nasce, entre as diferentes partes, através das pesquisas - transforme-se em um pacto epistêmico sempre em aberto para a possibilidade de ser retomado e imaginado, mesmo quando outras lógicas e modos de explicações já estejam estabelecidos.

Nesse sentido, algumas reflexões trazidas ao longo desse capítulo apontam para alguns caminhos e cuidados para as pesquisas acadêmicas que tratam da temática indígena. Trabalhos acadêmicos que devem buscar por categorias fundamentais para uma reestruturação semântica e que estas categorias sejam autenticamente utilizadas ou reivindicadas pelos próprios povos indígenas. Assim como Linda Smith, entendemos que sempre existem lições para se aprender durante o processo de descolonização, não basta apenas uma frente de oposição a episteme europeia e o desejo de que isso seja suficiente para vermos mudanças efetivas. Necessário se faz construir pontes para que essas mudanças ocorram entre os diversos mundos. E essa transformação só se efetivará de forma plena e sistematicamente quando a epistemologia ocidental tiver tempo, determinação, coragem e capacidade para acolher, refletir e apoiar essas epistemologias indígenas que apesar de emergirem nos dias atuais, estão longe de ser novas. Muito antes pelo contrário, são epistemes que se desenvolveram ancestral e necessariamente fora das universidades.

Certamente esse não é um trabalho simples e está longe de ser fácil, mas aqui também queremos esgotar essa discussão, mas apenas semear algumas reflexões e provocações para pensarmos uma práxis epistêmica que para além de ser descolonizadora seja radicalmente transformadora. Por isso, necessário se faz entender que concepções tais como a de tempo, da periodização do tempo, da linearidade e evolução da própria história ganham outros sentidos quando observadas ou perspectivadas por Ontologias outras que são diversamente diferentes da cosmologia ocidental. E, para que possamos fazer esse deslizamento epistêmico, necessariamente temos que partir do pressuposto de que os conhecimentos válidos ou legítimos não são produzidos unicamente pela academia, mas estão presentes, sobretudo, nas experiências e nos fenômenos sociais dos mais diversos povos originários da América Latina e do mundo.

ABSTRACT: *Our proposal is to problematize Indigenous History by analyzing scientific methodologies in order to understand if they are capable of contemplating diversity and, when they present elements capable of thinking about temporalities, oralities, territorialities and cosmologies, causing changes in the process of learning/teaching, or if they are just adapting superficially to continue reproducing old paradigms. Several researchers, indigenous*

and non-indigenous, have been producing this new historiography of Indigenous History. Melià, analyzing the history of the Guarani people in Paraguay, observes that the Guarani are not simply in a Paraguayan history, but that Paraguay is in the Guarani history. This inversion of look implies not only a new way of producing writing, but it provokes a new way of thinking about history from the perspective of these peoples, whether with indigenous or non-indigenous researchers.

KEYWORDS: *Indigenous History. Methodologies. Protagonist. Historiography. Latin America.*

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 167 p.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, n.11, p.89-117, 2013. ISSN 0103-3352. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 18 set. 2020.
- BRIGHENTI, C. A. Etnicidade, Território e Direito Indígena. **Cadernos do Ceom.**, Chapecó, v. 23, n. 32, p. 99-118, 2010.
- BRIGHENTI, C. A. Etnicidade, Território e Direito Indígena. **Cadernos do Ceom**. Chapecó, v. 23, n. 32, p. 99-118, 2010.
- BRIGHENTI, C. A. Movimento indígena no Brasil. *In*: TOMBINI WITTMANN, Luisa. **Ensino (d)e história indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.143-175.
- CARDOSO, C.F. Introdução. *In*: CARDOSO, C.F. VAIFAS, R. (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 1-19
- CARR, E. H. **O que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 130 p.
- CAVALCANTE, T. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História**, Franca, v.30, n.1, jan./jun. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000100017. Acesso em: 12 out. 2020.
- CLASTRES, P. Entre o silêncio e o diálogo. *In*: LÉVI-STRAUSS, C. L'arc. São Paulo: Documentos, 1968. p. 87-90. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4361692/mod_resource/content/1/163070538-CLASTRES-Pierre-Entre-o-silencio-e-o-dialogo-pdf.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.
- CUNHA, M. C. (org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia da Letra e Secretaria. Municipal da cultura, Fapespe Cia. Das Letras, 1992. 611 p.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Sobre os conceitos de Etnoistória e História Indígena: uma discussão ainda necessária. *In*: XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003. **Anais [...]**. João Pessoa: ANPUH, 2003. p. 01-08. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/>

pdf/2019-01/1548177543_7acb72696fef11d8030359addc808eea.pdf. Acesso em: 11 out. 2020.

FAUSTO, C. **Os índios antes do Brasil**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2000. 94 p.

FUNARI, P. P.; NOELLI, F. **Pré-história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. 110 p.

GRUPIONI, L. D. B. (org.). **Índios no Brasil**. Brasília: MEC, 1994. 279 p.

GRUZINSKI, S. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 175-195, mar. 2001.

HABERMAS, J. Inserção – inclusão ou confinamento? In: HABERMAS, J. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. Tradução de George Sprber e Paulo Astor Soethe. Loyola: São Paulo, 2002. p.153-182.

HALL, S. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&Artigo, 2006. 104 p.

KEHL, M. R. Lugar de “cale-se”! **A terra é redonda**, 10 ago. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/lugar-de-cale-se/?fbclid=IwAR10GG7IzarOsI3Ma-P1iT9SyQfgWjCi1M909QYSchl8BPRkVaNeN2V7wLM>. Acesso em: 12 set. 2020.

LE GOFF, J. **A história deve ser dividida em Pedacos?** São Paulo: EdUNESP, 2015. 150 p.

MAYBURY-LEWIS, D. Vivendo Leviatã: grupos étnicos e o Estado. **Anuário antropológico**, UNB, Brasília, v.8, n.1, 1984.

MELIÀ, B. **Mundo Guaraní**. Asunción: BID; Ministerio de hacienda, 2011. 367 p.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra**: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 300 p.

MIGNOLO, W. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. In: CASTRO-GÓMES, S.; GROSFOGUEL, R. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007. p. 25-47.

NOELLI, F. S. **Sem Tekohá não há Tekó**: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guaraní e sua aplicação a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS. 1993. 479 f. Dissertação (Mestrado em História). – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 250 p.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da UnB, 1992. 613 p.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, E. (org.) **La Colonialidad del Saber**: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 1993. p. 201-246.

QUIJANO, A. **Colonialidad y modernidad-racionalidad**. 2005. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>. Acesso em: 15 jul. 2015.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In*: SANTOS, B. S. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009. p. 73-117.

SANTOS BARROS, M. M.; ZANNONI, C. Uma Possível Chave de Leitura dos Mitos. *In*: ENCONTRO CONTINENTAL DE TEOLOGIA ÍNDIA. ...e Tonantzin veio morar conosco. **Anais do IV encontro continental de Teologia Índia**. Belém: Cimi-AELAPI, 2003. p. 23-44.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009. 532 p.

SCHMITZ, P. I. Um paradeiro Guaraní do Alto-Uruguaí. **Pesquisas**, Porto Alegre, n.1, p. 122-142, 1957.

SILVA, A. L. ; GRUPIONI, L. D. B. (orgs). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. 575 p.

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Tradução de Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora da UFPR, 2018. 239 p.

STERN, S. J. **Resistance rebellion and consciousness in the Andean Peasant World, 18th to 20th**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1987. p. Xvii + 446.
THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 208 p.

TODOROV, T. **Las Morales de la historia**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993. 276 p.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 387 p.

VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba**. 2 v. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854-1857. 484 p.

WALSH, C. (Ed.). **Estudios culturales Latinoamericanos**: Retos desde y sobre la región Andina. Quito: Abya Yala, 2003. 324 p.

WILDE, G. **Religión y poder en las misiones Guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009. 509 p.

ALINE DOMINGOS CORREA

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015), pesquisou principalmente nos seguintes temas: justiça ambiental; racismo ambiental; conflito socioambiental; antropologia; mapeamento e ensino; representação dos povos Kaiowá e Guarani na mídia convencional. Atualmente é discente no Programa de Pós-Graduação em História - PPGHis//UNILA (2020.2) e pesquisa e se interessa em temas ligado a história indígena; história oral; memória; povos indígenas; povos Guarani; saúde indígena; povos das Terras Baixas da América do Sul.

CLOVIS ANTONIO BRIGHENTI

Professor de História das Sociedades Indígena na América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS). Coordenador do Observatório da Temática Indígena na América Latina (OBIAL); é colaborador do Conselho Indigenista Missionário do qual foi membro entre 1988 a 2014. É assessor do Conselho Continental da Nação Guarani - CCNAGUA. Autor do Livro **Estrangeiros na Própria Terra: Presença Guarani e Estados Nacional**. Ed. ARGOS/Ed FS.

Parte III

Formas de integração regional
e o ensino de História na
América Latina

O INTEGRACIONISMO E A LUTA DOS POVOS: OS GUARANI NO CONTEXTO DO REGIONALISMO LATINO- AMERICANO E CARIBENHO

Edson dos Santos Junior
Clovis Antonio Brighenti

RESUMO: O presente artigo revisa a literatura pertinente aos principais projetos regionais latinoamericanos e caribenhos com vistas à discussão sobre o regionalismo do início do século XXI, sublinhando as palavras do embaixador brasileiro Celso Amorim acerca do “Mercosul dos povos”. Nesse sentido, avaliamos a formação e manutenção dos blocos regionais de integração diante da mobilização dos povos Guarani pelo direito ao território, pela defesa da vida e da natureza além de sua própria cultura. Para tanto, além do levantamento bibliográfico utilizamos o registro de alguns depoimentos guarani acerca de sua compreensão e análise desse processo político e econômico que incide sobre as existências e territórios indígenas. Além do exame sobre o estado da questão do regionalismo latinoamericano e caribenho, apreciamos as contribuições advindas das mobilizações indígenas para pensarmos a valorização da vida enquanto um princípio superior ao intercâmbio comercial entre blocos econômicos regionais e medidas exclusivamente dirigidas ao acúmulo de capital. À guisa de uma conclusão, relevamos as principais reivindicações Guarani em vista dos principais aspectos do regionalismo atual evidenciando aproximações e distanciamentos com relação às pautas que tratam da produção e relação com o espaço ao longo dos últimos trinta anos.

PALAVRAS-CHAVE: Guarani. Integração. Regionalismo. Território.

INTRODUÇÃO

O propósito em se fazer uma revisão bibliográfica acerca dos diferentes projetos existentes de integração regional na América Latina e Caribe é por si só um trabalho extenuante, dado que a quantidade de estudos e produções intelectuais sobre este assunto é bastante volumosa. Em vez disso, preferimos abordar algumas questões, discussões e problemas que nos parecem ainda pertinentes ao regionalismo que tem na mobilização política dos povos o seu ponto fundamental, para pensarmos um regionalismo possivelmente contra-hegemônico.

O próprio uso do termo contra-hegemonia supõe uma apropriação do pensamento de Antonio Gramsci, realizada nos marcos do debate sobre integração regional, em que se pretende comparar os registros da integração latino-americana durante a década de 1990 com aquilo alcançado pelos diferentes blocos econômicos regionais ao início do século XXI, com destaque para o papel dos intercâmbios comerciais no desenvolvimento regional. Segundo Dario Clemente (2017, p. 111), o surgimento do debate acerca de um regionalismo dado como pós-hegemônico diz respeito ao esforço em diferenciar os

processos de integração do início deste século frente àqueles da última década do século passado, em especial na América do Sul, onde predominou um regionalismo aberto.

Tais esforços presentes nessa discussão localizam-se principalmente no âmbito dos discursos políticos, para os quais o regionalismo aberto possuiria as marcas do neoliberalismo dos anos 1990 e tinha os Estados Unidos da América (EUA) como um país central nas relações interestatais na América Latina e Caribe. Esta perspectiva de análise do assunto sublinha o poder material de um país hegemônico em nível mundial como os EUA enquanto país capaz de exercer poderio e influência, inclusive ideológica, em uma região como a América do Sul, o que se teria debilitado no início deste século conformando um período pós-hegemônico (CLEMENTE, 2017, p. 112).

Um dos desafios deste artigo é o de examinar o período histórico compreendido entre o início da década de 1990 e os nossos dias enquanto um período histórico de transição. Nesse sentido, consideramos não somente os processos de integração regional, mas também a formação do Conselho Continental da Nação Guaraní (CCNAGUA) enquanto uma dinâmica, entre outras possíveis, de atuação dos movimentos sociais organizados em construir forças antagônicas ao atual estado de coisas que se verifica em nossa região.

Lutando por garantir seus direitos sobre os territórios compreendidos atualmente pelos Estados de Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, a formação do CCNAGUA apresenta-se de modo substancialmente distinto da formação de uma importante instituição regional integracionista relacionada com estes países, o Parlamento do Mercado Comum do Sul (Parlasul). Colocando-se acima dos intercâmbios comerciais, em defesa da vida em sentido amplo, do território e do pluralismo social, os povos guarani questionam a colonialidade do poder, do ser e do saber (QUIJANO, 2020) no Mercosul, em sintonia com muitos outros movimentos sociais anti-sistêmicos desse período, alcançando críticas radicais ao capitalismo contemporâneo em nossa região.

Ciro Flamarion Cardoso (1977, p. 59) escreveu que “para o historiador, estrutura e movimento são inseparáveis”. Eis uma afirmação que exige considerarmos que a pesquisa histórica bem como o trabalho historiográfico estão atravessados por abstrações, quer sejam acerca das mudanças registradas na sociedade ou diante das permanências que ali se verificam. Em todo o caso, o pesquisador precisa dar-se conta de que sua maneira de pensar não pode tornar-se dependente de modelos construídos a partir de uma realidade alheia àquela por ele estudada (CARDOSO, 1977, p. 62).

Em se tratando de considerar os fluxos culturais entre o movimento Guaraní e instituições como o parlamento do Mercosul, com vistas à defesa dos direitos indígenas à territorialidade, a formação do Conselho Continental das Nações Guaraní (CCNAGUA) precisa ser compreendida sob a distinção entre nação e Estado. Isto porque reconhecemos que a maneira de ser e pensar do povos guarani é diferente daquela produzida

em geral pelos Estados nacionais e registrada nos documentos do Mercosul relativos à nacionalidade. Assim, de acordo com Alcoreza (2010, p. 51) “*es indispensable considerar los imaginarios colectivos de las resistencias a la colonialidad y a la modernidad, entendidos como actos de descolonización*”, o que se aplica ao assunto que temos em pauta.

O estudo das atas do Parlasul relativas à questão indígena e das atas produzidas pelo CCNAGUA em que se registra o ânimo das reivindicações de um movimento transnacional Guarani assumirá neste texto uma perspectiva dialógica, atentando-se para o que Carlo Ginzburg (2007, p. 286) chamou de “atitude antropológica” ao referir-se à base linguística de tal perspectiva, para a qual “o discurso interno é essencialmente um diálogo e (...) todo discurso citado é *feito seu* e remodelado por quem cita”. Nesse sentido, sublinhamos o que escreveu Mikhail Bakhtin (1981, p. 28) para quem “não é tanto a pureza semiótica da palavra que nos interessa na relação [entre infraestrutura e superestrutura] em questão, mas sua **ubiquidade social**”.

Como o recorte temporal deste artigo estende-se do início da década de 1990 aos nossos dias, precisamos-nos ater ao problema da chamada “história do tempo presente” em que “a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar” é patente (FICO, 2012, p. 44).

PROCESSOS INTEGRACIONISTAS NO REGIONALISMO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

Em linhas gerais, os processos de integração regional e seus respectivos projetos, concebidos a partir dos Estados nacionais, pressupõem alguma convergência em meio à diversidade de interesses e conjunturas dos países. Após a Segunda Grande Guerra (1939- 1945), os diferentes ciclos de regionalismo e integração estiveram associados a determinados modelos econômicos e políticos de blocos regionais adotados pelos Estados participantes. Sem dúvidas, um dos modelos primeiramente mais importantes foi inspirado pelo regionalismo estruturalista, relacionado com as elaborações da Comissão Econômica para a América Latina criada em 1948 e que posteriormente abrangeu o Caribe, a CEPAL (KLAVEREN, 2018, p. 63).

Contudo, desde a criação da CEPAL até nossos dias seria importante examinar as medidas fixadas pelos discursos em torno dos processos de integração regional, seu alcance e seus resultados. Segundo Klaveren (2018, p. 64), entre as grandes diferenças que podem ser observadas através dos ciclos de regionalismo e integração na América Latina e Caribe existem alguns elementos comuns, como uma retórica grandiloquente, um voluntarismo jurídico e um regionalismo conduzido pelos Estados com pouca ou nenhuma participação de outros atores sociais.

Escrevendo durante o início da última década do século passado, Andrew Hurrell (1993) já considerava a relativa decadência da hegemonia estadunidense, demonstrada em sua reduzida capacidade em desempenhar um papel global no sistema interestatal e acompanhada do desenvolvimento de sistemas regionais de poder em outros espaços além do seu. Atento às dinâmicas políticas e econômicas da América Latina, Hurrell acreditava que o interesse latino-americano no regionalismo hemisférico daquele período não se encontrava relacionado com quaisquer semelhanças em tipos de regime, nem tampouco em solidariedades firmadas entre países democráticos ou “coalizões internacionais entre grupos de elite”. Em vez disso, ele se baseou nos “requisitos internacionais de regimes específicos” (HURRELL, 1993, p. 109).

Entender que “regimes específicos” internacionais determinaram as condições nas quais se deram os processos de integração regional latino-americanos significa atingir de alguma maneira o protagonismo dos países sobre os seus próprios destinos, uma vez que a eles não caberia algo mais que administrar a própria sorte ao sabor das variações conjunturais.

Assim, é possível que a busca da democratização se desenvolva como o cimento ideológico para um regionalismo interamericano fortalecido. Mas os movimentos nessa direção estão eivados de dificuldades e é igualmente possível que a democratização silenciosamente se degrade ou mesmo se arrisque a emergir como fonte de atrito e frustração (HURRELL, 1993, p. 115).

Essa busca por um “regionalismo interamericano” foi ainda problemática diante do imperialismo estadunidense daquele período e a decorrente dificuldade dos países latino-americanos e caribenhos em consolidar soberanias efetivas, pois as conjunturas internacionais quando favoráveis para as economias capitalistas desenvolvidas, frequentemente não favorecem os países dependentes (DOS SANTOS, 2011). Este é um debate marcado por polêmicas políticas e ideológicas acerca das questões que afetam diretamente a integração regional como, por exemplo, estratégias de desenvolvimento e inserção de estruturas sociais dependentes no sistema-mundo de que tratou Theotonio Dos Santos (2011).

Pensando nas relações da matriz regional produtiva com o integracionismo, José Antonio Sanahuja (2009, p. 14) aponta para o propósito de incorporar os progressos técnicos para sua transformação, resultando na redução de custos e barreiras não comerciais, a partir de políticas setoriais em áreas como os transportes, a geração de energia e a inovação tecnológica, levadas adiante por atores públicos e privados. Para Sanahuja, há na América Latina e o Caribe um potencial não explorado para a integração, em termos de infraestrutura física, matriz produtiva e energética, ciência e tecnologia. O autor considera estas e outras questões diante das assimetrias sociais que se observa nesses espaços

(SANAHUJA, 2009, p. 15).

Mas os projetos integracionistas em nossa região com ênfase na matriz produtiva são relativamente recentes e não possuem a produtividade como fator exclusivo: dois exemplos nesse sentido são a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), fundada a 23 de maio de 2008 em Brasília, e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), criada a 23 de fevereiro de 2010 em Playa del Carmen, México. Antes disso, os projetos integracionistas estavam concentrados, quase exclusivamente, no livre comércio. A Associação de Livre Comércio da América Latina (ALAC) fundada em Montevideu, no Uruguai, em fevereiro de 1960, e que visava o estabelecimento imediato de uma zona de livre comércio entre os países membros, apenas logrou maior consistência pouco mais de vinte anos depois com o Tratado de Montevideu, em agosto de 1980, que deu origem à Associação Latino-americana de Integração (ALADI), voltada para o desenvolvimento econômico e social da região.

Para Leandro Rocha de Araújo (2012, p. 130), entre os principais obstáculos para o sucesso efetivo da integração regional encontram-se a baixa atratividade exercida pelos projetos integracionistas sobre os diferentes setores sociais dos países em questão e “fatores como a falta de um objetivo claramente afirmado nas agendas nacionais e inserido na respectiva política econômica dos Estados, relacionado à integração”. Pois se a referida atratividade respeita as dinâmicas dos diferentes mercados nacionais, torna-se improvável esperar que mercados debilitados por estruturas sociais dependentes possam favorecer espontaneamente o interesse pela integração sem a construção de alguma convergência política e econômica liderada nos países latino-americanos e caribenhos através de seus Estados. Nesse sentido, uma visão comunitária regional precisaria estar colocada acima de interesses estreitos existentes.

Talvez o principal projeto sub-regional de integração voltado para as infraestruturas sul-americanas foi pensado no final do século passado, em abril de 1998, a partir da Cúpula de Organização dos Estados Americanos (OEA) em Santiago, Chile: a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). A IIRSA traçou diferentes eixos de integração no cone sul, visivelmente privilegiando canais viários úteis ao escoamento de mercadorias, embora assumisse que este não era exclusivamente o seu propósito.

Em artigo recentemente publicado através da sucursal brasileira da revista *Le Monde Diplomatique*, em 4 de setembro deste ano, Alessandro Peregalli, Alexander Panetz e Diana Aguiar rememoram os vinte anos desde a fundação da IIRSA, liderada pelo então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, em Brasília, a 31 de agosto de 2000 e formulada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para os autores do artigo, a IIRSA é um plano de reorganização territorial que seria bastante funcional para a

criação e efetividade da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em debate entre o final do século passado e o início deste século¹. Um projeto deste tipo, sem dúvidas, resulta em graves impactos socioambientais, atingindo sobretudo comunidades tradicionais e povos indígenas de maneira provavelmente irreversível.

Mas antes de passarmos para uma análise histórica dos processos de integração na América do Sul, vejamos algo importante sobre esses processos na América Central e no Caribe. Na primeira metade do século XIX, entre 1821 e 1838, países hoje conhecidos como Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica conformaram a República Federal Centroamericana, um antecedente histórico que pode ser visto de alguma maneira como tendência razoavelmente estabelecida para uma possível convergência desses países frente aos propósitos políticos, econômicos e culturais do integracionismo regional. Pouco mais de cem anos após a desagregação dessa república centro-americana, os mesmos países que a conformaram deram origem à Carta de San Salvador, em 1951, responsável pela Organização dos Estados Centroamericanos, a ODECA (BLANCO FONSECA, 2014).

A ODECA inspirou o *Tratado General de Integración Económica*, firmado a 13 de dezembro de 1960 em Manágua, Nicarágua, visando à criação de um mercado comum nesse espaço; essa iniciativa seria precursora da Secretaria de Integración Económica Centroamericana (SIECA) e do Banco Centroamericano de Integración Económica (BCIE). Esses avanços nos processos de integração mencionados seriam interrompidos ao final da década de 1970 e início da década de 1980 por conflitos internos em países como El Salvador, Guatemala e a própria Nicarágua, que sofreram sistematicamente com guerras civis, resultando em uma completa estagnação dos processos integracionistas naquela região durante esse período (BLANCO FONSECA, 2014, p. 74-75).

Durante a década de 1980, Colômbia, México, Panamá e Venezuela formaram um grupo que ficou conhecido como “Grupo de Contadora”, responsável por encaminhar o chamado “Proceso de Esquipulas” carregando a ideia de os Estados centro-americanos dirigirem, por si mesmos, o processo de pacificação dos conflitos que viviam. Em 1986 formou-se ainda um conjunto de países que ficou conhecido como “Grupo de Apoio a Contadora”, liderado por Argentina, Brasil, Peru e Uruguai. A união de ambos os grupos foi chamada de “Grupo dos Oito”, inspirada pelo princípio de autonomia política, e em 1990 esse grupo adotou o nome de “Grupo do Rio”, a partir de uma declaração elaborada em conjunto pelos oito países mencionados na cidade brasileira do Rio de Janeiro, enquanto um mecanismo internacional de consulta sem um secretariado permanente.

Em 13 de dezembro de 1991, em Tegucigalpa (Honduras), o presidente hondurenho

¹ Conferir: “20 anos da IIRSA na América do Sul: quem está comemorando agora?”. Disponível em <https://diplomatieque.org.br/20-anos-da-iirsa-na-america-do-sul-quem-esta-comemorando-agora/>. Acesso em: 18 out 2020.

e os presidentes de Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Panamá firmaram o Protocolo de Tegucigalpa à Carta da ODECA, instituindo o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), que em 2003 incorporou também Belize e República Dominicana. Visto enquanto um novo marco integracionista nessa região, o SICA propugnou a paz, a liberdade, a democracia e o desenvolvimento (BLANCO FONSECA, 2014, p. 75). Considerando a influência desse processo junto ao “Grupo do Rio”, entende-se os principais precedentes para a realização posterior da I Cúpula da América Latina e do Caribe, em dezembro de 2008 na Costa do Sauípe, Brasil, que reuniria as atividades fundamentais para a fundação da importante Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), na cidade de Playa del Carmen, no México, em fevereiro de 2010. Recentemente, em janeiro do presente ano, o atual chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, declarou suspensão a participação do Brasil na CELAC².

O final do século XX e início do século XXI na América do Sul registravam o que se chamou de “Maré Rosa” (NASCIMENTO JUNIOR, 2017) ou ciclo de governos progressistas. Persistem em nossos dias as polêmicas em torno de como interpretar os sentidos e significados políticos e sociais dos diferentes governos progressistas deste período. No que se refere ao integracionismo, os debates também têm indicado diferentes caracterizações acerca dos processos de integração e governos desse período, vindo a receber nomeações como “pós-liberal”, “pós-hegemônico” e mais recentemente “pós-progressista” (SANAHUJA, 2009; CLEMENTE, 2017; HERRERA, MOLINA e DÁVILA, 2020).

Para José Antonio Sanahuja (2009, p. 12), a partir da década de 1990 a América Latina teria definido um panorama acerca da integração regional que permaneceu estável por cerca de quinze anos, onde se notava diferentes estratégias integracionistas, entre as quais se viu a do México, por exemplo, que se distanciou da região adotando uma opção “pragmática” de integração com a América do Norte, como podemos perceber através do Tratado Norte-americano de Livre Comércio que inicialmente fora estabelecido entre Estados Unidos e Canadá, recebendo a adesão mexicana em 1994 (*North American Free Trade Agreement* ou NAFTA). Esse caso alenta um dos pontos discutidos por Dario Clemente (2017, p. 110) sobre a permanência da hegemonia estadunidense na região, embora existiu e continue existindo uma luta contra-hegemônica nesse sentido.

La emergencia de un debate sobre el regionalismo post-hegemónico se vincula directamente a la necesidad de diferenciar el proceso de integración desde inicio del siglo [XXI] en Sudamérica, con respecto al proceso de regionalismo abierto que caracterizó a las relaciones en el subcontinente en los años '90 (CLEMENTE, 2017, p. 111).

2 Conferir: “Sem resultados na defesa da democracia, Brasil deixa CELAC, diz Araújo”. Disponível em: <https://exame.com/brasil/sem-resultados-na-defesa-da-democracia-brasil-deixa-celac-diz-araujo/> Acesso em 18 de outubro de 2020.

Segundo Dario Clemente (2017), essa luta contra-hegemônica na América do Sul tinha a Venezuela e o Brasil entre os seus principais protagonistas, países que de maneiras bastante distintas lideraram projetos de integração como a Aliança Bolivariana para os povos de nossa América-Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), fundada em Havana em dezembro de 2004, e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), respectivamente. Para Clemente,

El debate sobre el regionalismo post-hegemónico puede ser organizado analíticamente en torno a dos ejes principales. El primer eje de debates ha sido sobre la definición que se elige utilizar para el concepto de hegemonía: es decir, si se la concibe como el poder material de un actor dominante a nivel mundial (EE.UU.) o, más bien, como un sistema global de poder _ material e ideológico _ fundado sobre el consenso, y no únicamente en la superioridad de un actor. El otro eje identificado de discusión gira en torno a la aplicación del concepto para la región sudamericana, en el sentido _ aparentemente alternativo _ de período post- hegemónico, que se diferencia de otros periodos previos por el debilitamiento de la hegemonía estadounidense o de un conjunto de proyectos post-hegemónicos que buscan activamente romper con esta hegemonía y su correlato neoliberal (CLEMENTE, 2017, p. 112).

A maneira de Clemente (2017) organizar o debate em torno dos projetos integracionistas contra-hegemônicos, leva-o a colocar questões como aquelas acerca das dinâmicas observadas entre os Estados nacionais sul-americanos e seus anseios por investimentos estrangeiros diretos, inseridos nas perspectivas de tais projetos. Observando o “poder estrutural do capital” (GILL, 1989 apud CLEMENTE, 2017, p. 119) ao lado de seu poder hegemônico, ele situa os Estados como mais um ator sistêmico na concorrência por atrair os fluxos de capitais globais (STRANGE, 1998 apud CLEMENTE, 2017, p. 119) e se pergunta sobre até que ponto é possível considerar a ALBA-TCP e a UNASUL enquanto projetos “pós-liberais” (CLEMENTE, 2017, p. 119).

Vale dizer que a UNASUL reuniu os acúmulos políticos, econômicos e institucionais do Pacto Andino, fundado através do Acordo de Cartagena em 1969, envolvendo Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Chile, que se retirou do bloco por decisão do ditador Augusto Pinochet em 1977. Durante a década de 1990 esse grupo passa a se chamar Comunidade Andina de Nações (CAN), com sua sede em Lima, no Peru, e vai encontrar no Mercado Comum do Sul (Mercosul), fundado através do Tratado de Assunção, inicialmente entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em 1991, as suas bases.

Daniele Benzi e Marco Narea (2018) assinalam um final de ciclo dos governos progressistas atrelando-os ao contexto econômico, supostamente favorável aos países sul-americanos durante o início deste século, e sublinhando especificamente o comércio internacional com vistas para as exportações de bens e produtos primários, as chamadas *commodities*. Entendendo os processos regionais de integração enquanto um campo em disputa, os autores pretendem uma abordagem dos debates sobre esse período para além

de suas nomeações com prefixos em “pós”. Benzi e Narea (2018, p. 111-112) reiteram a análise de Sanahuja sobre este assunto, salientando que o atual período histórico pode ser compreendido como um período de transição, no qual não há clareza de modelos, existe uma maior politização dos temas e agendas, resultando em dificuldades para a formação de consensos.

Segundo José Briceño Ruiz (2012), existem dois pontos básicos no pensamento latino-americano integracionista: a autonomia política e o desenvolvimento econômico. Para ele, desde as independências políticas coloniais do século XIX até a consequente busca por maior liberdade frente às potências extra-regionais procurava-se culminar em autonomia; os esforços realizados no sentido de diversificar as estruturas produtivas regionais, por sua vez, esperavam pelo desenvolvimento econômico. Entre o estudo das elaborações dependentistas, autonomistas e cepalinas, o autor considera questões políticas e econômicas no pensamento integracionista latino-americano, com ênfase no século XX, mostrando-se preocupado com a consolidação do desenvolvimento industrial e colocando o integracionismo como um tema cuja discussão permanece em aberto na região (BRICEÑO RUIZ, 2012, p. 54).

Vista como um processo, o integracionismo é construído entre aspectos estruturais e conjunturais, envolvendo ocasionalmente a influência das circunstâncias em que ele se dá. De modo geral ele tem sido projetado pelos Estados, mesmo quando inclui outros atores, problema que incide sobre a efetiva integração dos povos. Segundo Umberto Celli Junior (2012, p. 19), “o conceito de integração sempre foi dinâmico e relacionado a um determinado contexto, político, econômico e social. Sua complexidade também deriva do fato de que não pode ser visto exclusivamente sob o prisma econômico ou jurídico”.

O embaixador e ex-ministro de Relações Internacionais e da Defesa do Brasil, Celso Amorim, proferiu um discurso³³ na XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul em que afirmou “o Mercosul que queremos não é apenas o Mercosul das economias ou o Mercosul dos Estados, mas também um Mercosul dos povos”.

INSURGÊNCIA GUARANI À INTEGRAÇÃO

Bartomeu Melià (2011, p. 81) lembra que “*la historia de los Guaraníes y de los indígenas ha sido abordada en general de manera subsidiaria y dependiente, como primer capítulo apenas de otra historia que hubiera sustituido ya definitivamente a los primeros protagonistas*”. Lembra o pesquisador (2011, p. 82) que “*la primera*

3 Conferir: “Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião da XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul - Montevidéu, 18 de outubro de 2010. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/8091-discurso-do-ministro-celso-amorim-na-xxvi-sessao-plenaria-do-parlamento-do-mercosul-montevidéu-18-de-outubro-de-2010> Acesso em 18 de outubro de 2020.

historia de la colonia es una historia de contactos, de guerra y de conflictos con las poblaciones indígenas que poseían ese territorio”.

A conquista Ibérica sobre o território Guarani foi gradual e permanente desde meados do século XVI quando os espanhóis radicados em Assunção perdem a disputa das minas de prata de Potosí, e de certo modo o controle do território Incaico. A frustração de Domingos Martínez de Irala, quando finalmente conseguiu chegar ao Peru em 1548 e encontrou outros espanhóis controlando as minas e explorando a prata, modifica radicalmente sua perspectiva sobre a cidade de Assunção, passando a explorar a mão de obra indígena através das “encomendas” (MELIÀ, 2011, p.139). Agrega Melià que Irala, antes contrário às encomendas, passa a ser defensor dessa modalidade de trabalho compulsório dos indígenas.

A partir dessa data o rompimento da relação dos Guarani com os espanhóis se torna mais evidente. Desde os primeiros contatos entre Guaranis e europeus (franceses, espanhóis e portugueses) havia relação de amizade e ajuda. Os Guarani desejavam ter os espanhóis como aliados, porém a instalação da colônia com o trabalho forçado, rompe definitivamente as relações. Os Guarani iniciam sucessivas rebeliões liderados pelos líderes xamânicos que pregavam o rompimento definitivo das relações com os movimentos do desbatismo, retirar o nome cristão dos grupos já cristianizados e evitar novos batizados. Naker (1979 *apud* MELIÀ, 1986) destaca que foram registradas cerca de 25 rebeliões que adentraram o século XVII, tendo sido controladas apenas com a intervenção dos padres da Companhia de Jesus que a pedido do governador de assunção Hernandarias, que desejava o trabalho indígena, mas não sua eliminação física, iniciaram o processo das reduções no Guayrá em 1610.

O êxito dos jesuítas foi resultado da eliminação dos xamãs Guarani, que sem sua substituição pelos padres, não teriam logrado avanço. Porém o processo não foi pacífico, além dos confrontos internos, mediações com os Guarani e colonos, os jesuítas tiveram que enfrentar os portugueses paulistas que através de incursões de caça destruíram as reduções do Itatim, Guayrá e Tape. Além de forçar a migração Guarani os paulistas promoveram o alargamento da fronteira meridional em favor do reino português. A Espanha necessitou contar com a força bélica Guarani para enfrentar os paulistas, pois sem a permissão do uso de armas de fogo nas reduções dificilmente ela resistiria àquela fúria.

Os Guarani reduzidos tornaram-se grandes aliados da coroa espanhola no enfrentamento da invasão portuguesa na Colônia do Sacramento (1704-1705 e 1735-1736) e no combate à rebelião dos comuneros do Paraguai (1732-1735) (WILDE, 2009). Porém, os governos locais e colonos pouco se importavam com a história Guarani. Bastava que a expulsão dos Jesuítas em 1768 e que as reduções passassem à administração secular para que o declínio fosse constante, até a extinção nas guerras de independência no início do

século XIX. Novamente, as elites desejavam usar os Guarani conforme os seus interesses e sem respeitar a territorialidade. As reduções são divididas entre Brasil, Argentina e Paraguai: o território Guarani, local onde havia presença de populações “livres” não reduzidas, foi disputado também por Bolívia e Uruguai.

A região do Prata não despertava interesses econômicos às potências ibéricas, afinal não havia produção açucareira e sequer minérios que justificassem sua exploração. Entretanto ela era habitada por uma população agricultora que muito interessava aos colonos, sejam escravocratas paulistas ou encomendeiros espanhóis, e seus cursos d'água permitiam a navegação ao núcleo central da América do Sul, mantendo o controle sobre uma região fundamental para as pretensões imperialistas, em especial a espanhola daquela época.

Não foram poucos os conflitos e disputas pelo estuário do Prata. Se de um lado Buenos Aires estava garantida, a “banda oriental” foi objeto de disputa até o século XIX. Com Reformas Bourbônicas espanholas do século XVIII o interesse pela região só aumentou, levando à criação do Vice-Reinado do Prata em 1776. Uma região que até então não evocava interesses econômicos passa a ter prioridade através dos Estados Nacionais a partir da segunda metade do século XIX, com a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e as redefinições de fronteiras e instalação de imigrantes, em especial na Argentina, Uruguai e sul do Brasil. As atividades agropecuárias, sobretudo a agricultura extensiva, modificam o cenário ambiental e demográfico da região atingindo diretamente os Guarani.

As terras que restavam a essas populações serão objeto de interesse para o extrativismo da madeira e erva-mate no final do século XIX e início do século XX, além da agricultura intensiva e mecanizada a partir da década de 1970 nas regiões Oeste dos estados sul brasileiros, Cone Sul do Mato Grosso do Sul e Leste do Paraguai. Apenas Misiones, na Argentina, se diferenciou nos investimentos econômicos sobre a região, através do cultivo de erva-mate e madeira exótica para a indústria.

A DESTERRITORIALIZAÇÃO GUARANI

Os últimos enfrentamentos armados Guarani dos quais se tem registro são do pós Guerra da Tríplice Aliança, quando os ervateiros adentraram aos ervais onde habitava esse povo, que reagiu, ferindo e matando trabalhadores das empresas de erva-mate. Foram atacados pela polícia e seguranças das ervateiras. Os governos de Argentina, Brasil e Paraguai entregaram as terras Guarani a empresas que as revenderam para fazendeiros ou mesmo camponeses, deixando os Guarani sem suas terras. Aliás, poucas são as terras já demarcadas para os Guarani, estando a maioria de suas comunidades sem terra.

Em 2016, um amplo estudo etno-histórico foi produzido sobre os Guarani que resultou na produção de um Mapa Continental e em um Caderno do Mapa Continental. Os

pesquisadores concluíram que “as excelentes terras e florestas dos Guarani têm suscitado a cobiça de outras populações e, mais recentemente, de grandes empresários da agricultura mecanizada, que utilizam os próprios Guarani como mão de obra barata ou os expulsam” (EMGC, 2016, p. 12). Constataram que são diversas as ameaças, em especial, a partir do investimento do capital no campo, na produção de soja, cana de açúcar e reflorestamento com espécies exóticas, “o território guarani, de fato, encontra-se, agora, em grande parte destruído ou ameaçado”, conclui o Caderno.

A produção agropecuária e em especial a produção de soja e de cana de açúcar estão entre as *commodities* principais dentre os produtos de exportação, mas por seu pouco valor agregado, necessitam cada vez mais de extensão de terras, resultando no avanço desse modelo econômico sobre territórios até então “não explorados”. O território Guarani enfrenta então as maiores ameaças de sua história: além da contaminação com veneno e dos impactos causados pela transgenia, as poucas terras Guarani que ainda restam são alvo do assédio e arrendamento para o agronegócio. No departamento do Alto Paraná (Paraguai), praticamente não resta mais terra para os Guarani; mesmo em terras já demarcadas, os arrendatários cultivam o máximo que podem, não respeitando sequer as casas Guarani. A desassistência do Estado e a conivência de alguns líderes indígenas aliciados por empresas agropecuárias estão reduzindo o território Guarani em terra arrasada/*yvy perome* (CONAPI, 2014, s/p).

No Brasil, a região Oeste do estado do Paraná e o Sul do estado do Mato Grosso do Sul são as regiões de maior impacto do agronegócio sobre as terras Guarani. Um breve resumo publicado no Caderno do Mapa Continental Guarani dá uma mostra do que significou esses últimos 100 anos para esse povo.

Entre os anos de 1915 e 1928, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) demarcou, em Mato Grosso do Sul, oito Reservas com superfície total de 18.124 hectares, com o objetivo de confinar os núcleos guarani dispersos na região. A intenção era liberar terras para a colonização e submeter os indígenas à lógica econômica de mercado. Somente a partir do final da década de 1980, apoiando-se nos preceitos da Constituição Federal (CF) de 1988 e em setores da sociedade civil, comunidades guarani recuperaram a posse de 11 terras de antigas aldeias que, juntas, somam um total de 22.450 hectares (EMGC, 2016, p.34).

Os processos de identificação e delimitação das terras tradicionalmente ocupadas vêm enfrentando forte impacto de ações judiciais, de modo que estão praticamente paralisados todos os processos de reconhecimento de terras indígenas no Brasil. Ainda no Mato Grosso do Sul, o Mapa Continental destaca que cerca de 80% da população Guarani está concentrada nas oito reservas criadas no início do século XX. Enquanto isso, multiplicam-se acampamentos “às margens das rodovias e em áreas tituladas em nome de particulares. A violência contra os indígenas e os conflitos fundiários com o

setor ruralista prolongam-se indefinidamente e assumem um caráter dramático” (EMGC, 2016, p.35). A figura 01 é uma mostra emblemática do avanço da monocultura sobre as terras Guarani. O xamã Guarani, sem espaço para construir seu templo sagrado, resiste as investidas do capital e enfrenta com as únicas armas que lhes resta, o *M'baraca*/Chocalho e seus adornos de plumas e sementes, simbolizando a força dos espíritos.

Figura 1: Ñanderu Rezador kaiowá em uma fazenda retomada. Tekoha Tey'ikue, Mato Grosso do Sul, Brasil.



Fonte: Paulo Siqueira, 2013 *apud* EMGC, 2016, p.35.

É necessário ter em mente que os Guarani foram considerados uma população integrada à sociedade brasileira, de modo que já não demandariam mais políticas públicas específicas para eles. Não apenas o Estado entendia dessa maneira, mas a própria antropologia do século XX, em especial o trabalho de Darcy Ribeiro (1970), salientava o “branqueamento” dos Guarani. No entanto, os Guarani resistiram a esses processos, mantiveram sua língua e importantes aspectos de sua organização social, especialmente sua “economia e profecia”, como bem destacou Melià (1988). A economia de reciprocidade, não cumulativa, e a fundamentação de sua cosmologia na dimensão do sagrado são aspectos de uma organização social que impulsiona aos Guarani na direção de amplas rebeliões, enfrentamentos e resistências ao agronegócio, com uma tamanha resiliência, própria desse movimento social específico.

PROCESSOS ORGANIZATIVOS COMO CONTRAPONTO À INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

O antropólogo francês Pierre Clastres (1979) observou que a sociedade Guarani não era sem Estado, mas era contra o Estado. Toda a dinâmica da organização social e política Guarani favorece a dispersão pelo território formando núcleos autônomos, denominados pela historiadora paraguaia Branislava Susnik (1975) como Guára ou Províncias. Na contemporaneidade esse território é definido por Tekoha Guasu, o que implica em reconhecer que mesmo no micro território há uma articulação bastante forte entre os Guarani, sem que isso venha a resultar em poder de mando: são articulações decorrentes de relações de parentesco e afins, que geram uma mobilidade maior no interior dessas unidades sociológicas do que com as de fora, mas não resulta em poder centralizado.

Ao longo do processo colonial e pós colonial, os Guarani foram desenvolvendo outros mecanismos organizativos para os enfrentamentos que tiveram. Houve e continua havendo diversas organizações sociais, algumas estruturadas e regulamentadas, como no caso da Bolívia (*Asamblea del Pueblo Guaraní* – APG) com forte influência de movimentos sindicais e rurais, e outras organizações sem grande estrutura, apenas momentos de encontros e ações conjuntas, como a Aty Guasu Guarani, no Mato Grosso do Sul. A partir de 2006 os Guarani iniciaram um processo organizativo de abrangência continental. Em 2011, criaram uma forma representativa, denominada Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA). Desde o primeiro encontro em 2006, os documentos produzidos pelas assembleias foram bastante incisivos em criticar o contexto histórico contemporâneo.

Os temas abordados enfocam de maneira especial a questão fundiária, principal reivindicação dos Guarani, exigindo dos Estados o cumprimento da legislação. No segundo encontro, que ocorreu em 2007, destacaram que a “falta de terra é o principal problema que atinge nosso povo. Não vivemos sem a terra e a terra não vive sem o nosso povo, formamos um único corpo. A falta de terra não permite que vivamos de acordo com nossa cultura” (DOC. FINAL, 2007). Também teceram críticas às práticas históricas em dividir o território com as fronteiras nacionais. “Nosso território, (...) foi cortado, várias vezes, por fronteiras entre países e estados. Fizemos guerras para roubar nossas terras. Por isso, hoje, nosso povo ficou dividido entre Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia”. No mesmo Documento Final (2007), a assembleia reafirma que o conceito de fronteiras não faz parte do universo Guarani: “em alguns países, nos chamam de estrangeiros, de forasteiros, e dizem que não podem reconhecer o direito a nossas terras por que elas não nos pertencem. Mesmo assim, nós continuamos lutando por nosso território e pelo fim de todo tipo de fronteira que impede de vivermos livremente”.

No terceiro encontro continental retomaram as críticas à divisão do território

Guarani, enfatizando que as fronteiras fragmentaram também o povo Guarani “desde a demarcação das fronteiras nacionais a Nação Guarani ficou fragmentada e dividida geopoliticamente em etnias, comunidades, aldeias, famílias, condição esta que enfraqueceu significativamente seu projeto espiritual, cultural e linguístico como Nação” (DOC. FINAL, 2010). Entretanto, as críticas feitas às práticas dos Estados nacionais, no que se refere à fragmentação territorial não se limitam a um passado remoto, mas continuam no presente, através das empresas “transnacionais e/ou multinacionais, [que] com o apoio dos diferentes governos no poder não respeitam os direitos consuetudinários e coletivos da Nação Guarani, destruindo territórios, expulsando comunidades” (CCNAGUA, 2010).

Por fim, apresentam suas propostas de ação, destacando que “a Terra e o Território são direitos inalienáveis da Nação Guarani, são a vida de nossas cosmovisões; condição que nos permite ser livres e autônomos *iyambae*”. Propuseram criar um “Conselho Continental da Nação Guarani para a articulação com Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai em suas demandas reivindicatórias”. Percebem-se inseridos numa escala planetária/global, ao conclamar pela defesa da mãe terra: “nos unimos na defesa de nossa mãe terra ante a contaminação progressiva do ambiente provocado pelas atividades de exploração do subsolo e hidrelétricas que vulneram os direitos à cultura e participação da Nação Guarani”.

No quarto e último encontro continental, realizado no Tekoha Ka’akupe (Argentina), reafirmaram o conceito de território Guarani e como as fronteiras impactam e direcionam os povos e comunidades para historicidades distintas.

Queremos manifestar que essa terra pertence a *Nbenderu*, nosso Deus. Foi Ele quem a revelou a nossos tataravós que aqui nasceram há milhares de anos e criaram nossa Nação. Hoje, nosso povo é expulso dessas terras, somos considerados estrangeiros. Esse Conselho Continental da Nação Guarani quer repudiar todas as formas de preconceitos, todas as fronteiras que querem nos separar, todas as formas de despejos e expulsão de nossas comunidades, todas as propriedades privadas sobre nossas terras concedidas a pessoas que chegaram muito tempo depois de nossa nação e se intitulam “donos das terras”, querendo nos transformar em exilados e estrangeiros em nossas próprias terras, em mão de obra barata e todas as formas de nos violentar, sempre com a anuência dos Estados. Exigimos que cessem todas as formas de perseguição, assassinatos e violência com nosso povo. Não podemos mais viver com tamanha violência e dor em ver nossas crianças sem esperança, sem futuro, sem terra e educação em nossa cultura (CCNAGUA, 2015).

Nota-se que a questão fundiária e o discurso contra as violências sistemáticas continuam sendo preponderantes na agenda do movimento Guarani.

CONSIDERAÇÕES

Percebe-se principalmente que ao longo dessa última década houve um grande esforço dos Guarani em criar espaços organizativos não centralizados e olharem para si

mesmos enquanto nação e povos, buscando compreender o processo histórico de desintegração territorial, violências físicas e culturais conflagradas através dos Estados nacionais.

Na medida em que os Estados avançam com suas agendas de pensar a integração a partir da perspectiva econômica e empresarial, fazer circular as mercadorias com menos impostos e burocracias, os Guarani retomam sua agenda de relações humanas e metodologias de vivências no território. São temas antagônicos, por um lado a economia como motor da sociedade e por outro a dimensão territorial, socioambiental e das relações humanas.

O desafio é pensar se há como articular tais agendas na construção de propostas comuns. Após analisar o contexto histórico das relações estabelecidas não se percebe, por parte dos Estados e de alguns setores econômicos, vontade em se aproximar da agenda Guarani. Como bem destacou Melià (2011), a economia Guarani é pensada a partir do conceito de *jopói* (literalmente, mãos abertas), uma economia de reciprocidade, sem acumulação. Ao entrar em contato com os colonos do século XVI e sua continuação econômica do século XXI, os Guarani definiram essa economia de *tepy* (literalmente, vingança). Melià explica que como os Guarani não tinham conhecimento da economia capitalista, da questão do pagamento, da exploração, perceberam que ela era a antítese da troca, era uma relação de vingança.

Uma aproximação possível entre os processos integracionistas regionais e a agenda Guarani precisaria começar pela derrubada do capitalismo, da colonialidade do poder, do racismo e do patriarcado que atravessam os Estados nacionais e sua consagrada liderança sobre tais processos, em direção a um regionalismo dos povos.

ABSTRACT: *This article reviews the literature pertinent to the main Latin American and Caribbean regional projects with a view to discussing regionalism at the beginning of the 21st century, underlining the words of the Brazilian ambassador Celso Amorim about the “Mercosur of the peoples”. In this sense, we evaluate the formation and maintenance of regional integration blocks in view of the mobilization of the Guarani peoples for the right to territory, for the defense of life and nature in addition to their own culture. of this political and economic process that affects indigenous stocks and territories. In addition to examining the state of the issue of Latin American and Caribbean regionalism, we appreciate the contributions that come from indigenous mobilizations to think of the valorization of life as a principle superior to the commercial exchange between blocks regional and med economic exclusively aimed at capital accumulation. As a conclusion, we highlight the main Guarani demands in view of the main aspects of current regionalism, showing approximations and distances in relation to the guidelines that deal with production and relationship with space over the last thirty years.*

KEYWORDS: *Guarani. Integration. Regionalism. Territory.*

REFERÊNCIAS

- ALCOREZA, Raúl Prada. Umbrales y horizontes de la descolonización, Estado y sociedad. In: LINERA, Álvaro García.; ALCOREZA, Raúl Prada.; TAPIA, Luis.; CAMACHO, Oscar Vega. **El Estado**. Campo de lucha. La Paz: CLACSO/Muela del Diablo, 2010. 166 p.
- ARAÚJO, Leandro Rocha de. Associação Latino-americana de Integração (ALADI). In: MERCADANTE, Araminta de Azevedo (Coord.). **Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia**. Curitiba: Juruá, 2012. 400 p.
- BAKHTIN, Mikhail [V.N.VOLOCHÍNOV]. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981. 150 p.
- BENZI, Daniele; NAREA, Marco. El regionalismo latinoamericano, más allá de los “pos”. El fin de ciclo y los fantasmas globales. **Nueva Sociedad**. n. 275, p. 106-120, jan./jun., 2018.
- BLANCO FONSECA, Víctor Hugo. La nueva arquitectura de la integración regional centroamericana a partir de los años 1990: el SICA. In: ACOSTA, Willy Soto.; ULLOA, Max Suárez (Comps.). **Centroamérica: casa común e integración regional**. San José, Costa Rica: Lara Segura & Asociados, 2014. p. 73-89.
- BRICEÑO RUIZ, José. Autonomía y desarrollo en el pensamiento integracionista latinoamericano. In: BRICEÑO RUIZ, José et al. (eds.). **Integración Latinoamericana y Caribeña**. Política y Economía. Madrid: FCE, 2012. p. 27-58.
- CONAPI. Yvy Perôme (En tierra pelada). 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OhM2C1WofAU>. Acesso em: 20 out. 2020.
- CCNAGUA. **Documento Final**. III Encontro Continental do Povo Guarani. Assunção – PY: 19 de outubro de 2020.
- CCNAGUA. **Documento Final**. IV Encontro Continental do Povo Guarani. Ruiz de Montoya – Argentina: novembro 2015.
- CARDOSO, Ciro F. S.; BRIGNOLI, Héctor P. **Los métodos de la historia**. México, D.F.: Editorial Grijalbo, 1977. 439 p.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado** – Investigações de Antropologia Política. Porto: Edições Afrontamento, 1979. 211 p.
- CLEMENTE, Dario. El regionalismo post-hegemónico en perspectiva crítica: una mirada neogramsciana. Brasil, Venezuela y la opción contra-hegemónica. **Observatorio Latinoamericano y Caribeño**, Buenos Aires - IEALC, p. 110-130, 2017.
- DOS SANTOS, Theotonio. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. 577 p.

DOCUMENTO Final. **I Assembléia Continental do Povos Guarani.** Guarani. São Gabriel – RS: 07 de fevereiro de 2006.

DOCUMENTO Final. **II Assembléia Continental do Povo Guarani.** Porto Alegre – RS: 14 de Abril de 2007.

EMGC. Equipe Mapa Guarani Continental. **Caderno Mapa Guarani Continental:** povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. Equipe Mapa Guarani Continental (EMGC). Campo Grande: Cimi, 2016. 53 p.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, nº 47, junho 2012. pp. 43-59.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 456 p.

HERRERA, Stalin.; MOLINA, Camilo.; DÁVILA, Víctor Hugo (Coords.) **Ecuador. Debates, balances y desafíos post-progresistas.** 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Quito: Instituto de Estudios Ecuatorianos - IEE; CIESPAL; Abya-Yala. Universidad Politécnica Salesiana, 2020. 504 p.

HURRELL, Andrew. Os blocos regionais nas Américas. Tradução de João Roberto Martins Filho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 8, p. 98-118, 1993.

KLAVEREN, Alberto Van. El eterno retorno del regionalismo latinoamericano. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, n. 275, p. 62-72, mayo-junio 2018.

MELIÀ, Bartomeu. **Mundo Guarani.** Asunción: BID; Ministerio de hacienda. 2011. 367 p.

MELIÀ, Bartomeu. El Guaraní Conquistado y reducido. Ensaio de Etnohistoria. **Biblioteca Paraguaya de Antropología**, v. 5. 1986. 298 p.

MELIÀ, Bartomeu. A experiência religiosa Guarani. In: MARZAL, Manuel M. **O Rosto Índio de Deus.** (Col. Teologia da Libertação, série VII, v. 1). Petrópolis: Vozes, 1988. p. 293-357.

NASCIMENTO JÚNIOR, Wanderley dos Reis. **A amplitude da maré rosa:** uma análise das experiências de governo no Brasil, Chile e Uruguai. 2017. p. 184. (Dissertação de Mestrado) Integração Contemporânea da América Latina, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes:** de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. 1º edición especial. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020. 958 p.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. 495 p.

SANAHUJA, José Antonio. Del “regionalismo abierto” al “regionalismo post-liberal”.

Crisis y cambio en la integración en América Latina y el Caribe. *In*: MARTÍNEZ, Laneydi; PEÑA, Lázaro; VÁZQUEZ, Mariana (eds). **Anuario de la integración regional de América Latina y el Gran Caribe 2008-2009**. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales - CRIES, 2008. p. 11-54.

SUSNIK, Branislava. **Dispersión Tupí-Guaraní Prehistórica**. Asunción: Ensayo analítico, 1975. 332 p.

WILDE, Guillermo. **Religión y poder en las misiones Guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009. 509 p.

EDSON DOS SANTOS JUNIOR

Historiador pela Universidade Federal de São Paulo - EFLCH/UNIFESP, especialista em Ensino de História, América Latina e Relações Internacionais Contemporâneas. Graduando em Relações Internacionais e Integração e mestrando em História na Universidade Federal da Integração Latino-americana - UNILA. Publicou **Espacio-temporalidad en las migraciones: indígenas guarani en conflicto con el desarrollo** (Revista Orbis Latina) e **O materialismo histórico e a narrativa historiográfica** (Revista Cantareira).

CLOVIS ANTONIO BRIGHENTI

Professor de História das Sociedades Indígena na América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS). Coordenador do Observatório da Temática Indígena na América Latina (OBIAL); é colaborador do Conselho Indigenista Missionário do qual foi membro entre 1988 a 2014. É assessor do Conselho Continental da Nação Guarani - CCNAGUA. Autor do Livro **Estrangeiros na Própria Terra: Presença Guarani e Estados Nacional**, Ed. ARGOS/EdUFS.

APROXIMACIÓN A EL CARIBE EN LA MODERNIDAD ATLÁNTICA, IDENTIDAD E INTEGRACIÓN

Samuel Quirino Oliveros Calderón

RESUMO: propomos apresentar o Caribe como laboratório de diferentes modelos coloniais do mundo atlântico desde a conquista e colonização, conectados às rivalidades entre as potências imperiais, as particularidades do processo de formação nacional condicionado pela singularidade da abolição da escravidão e da descolonização, as transformações econômicas, sociais e culturais da região

PALAVRAS-CHAVE: Caribe. Modernidade Atlântica. Evolução Pós-Colonial. Identidade e Integração.

Cuando vamos a tratar, por cualquier motivo académico lo que entendemos por El Caribe¹, surgen diversas dudas sobre esa denominación; algunos han empleado el término comarca, otros región, zona, etc; para referirse a los países situados en el área caribeña. Por otro lado también es usual que exista confusión en el espacio geográfico que abarcan las naciones ubicadas en esa área. En el siglo pasado, a partir de los años sesenta se comenzó a emplear el término Gran Caribe, para referirse al conjunto de islas que ocupan el área geográfica del Caribe y los territorios con costas al mismo desde Yucatán hasta las Guayanas. También Gran Caribe, se ha usado para denominar diferentes ámbitos como las Antillas². A inicios del presente siglo fue introducida la denominación Cuenca del Caribe³, como un concepto geopolítico que se usó para integrar las islas y países con costas al Caribe desde México hasta los países del norte de Sudamérica.

Valoramos esa problemática sustentándola en una visión antropogeográfica e histórico cultural y en la concepción de macro-región o también como región histórico cultural del Caribe⁴, teniendo como referencia: Las Antillas inglesas integradas por las Bahamas, Jamaica, Trinidad, Tobago; las islas de Barlovento: Dominica, Granada, Santa Lucía y San Vicente; las de sotavento: St, Kitts, Nevis, Antigua y Monserrat. Las Antillas francesas formadas por Guadalupe, Martinica, el archipiélago de las Santas, San Bartolomé, la parte francesa de la isla de San Martín, María Galante, Deseada y otras. Las Antillas holandesas formadas por Curazao, Saba, Aruba y Donaire. Cuba, Haití, República Dominicana y

1 Caribe nombre que designa a la vez un mar, una nación, una leyenda. Entre los siglos XV y XVII de la era cristiana los tres vocablos significaban una misma cosa (Britto, 2006, p. 1). El término adquiere relevancia a fines del siglo XIX e inicios del siglo XX. La irrupción de Estados Unidos en la zona en 1898, marca el destino de la región, al comenzar a considerarla como su traspatio.

2 El término Antillas es válido también para designar el Caribe insular: Antillas españolas, francesas, inglesas, holandesas, danesas.

3 Esta denominación incluye territorios continentales con costas en el Golfo y mar Caribe, su uso comenzó a extenderse después de la implementación de la denominada Iniciativa para la Cuenca del Caribe en 1981, de la administración republicana de Ronald Reagan.

4 Una visión más amplia abarcaría también los países de la costa atlántica de Centroamérica (Guatemala, Honduras, Nicaragua, Costa Rica), México (Yucatán), Panamá, Colombia, Venezuela, Guyana, Surinam (antigua Guyana Holandesa) y Guyana Francesa

Puerto Rico.

Tres cuestiones fundamentales atraen de inmediato la atención. La primera es que lo que llamamos Caribe no siempre se nombró así. El Caribe es una invención del siglo XX. La segunda apunta a los distintos enfoques en busca de lo homogéneo en una zona especialmente heterogénea dada su composición étnica- racial y su diversidad lingüística. Pluralidad de enfoques que se mueven en un complejo abanico de disciplinas y que van desde la geopolítica a los estudios culturales. La tercera, en íntima relación con la segunda, se asienta en las pautas teórico metodológicas para incluir o excluir a las naciones del universo caribeño (SANTANA, 2008, p. 179-180).

La primera tentación que surge al enfocar este tema es la de presentar a El Caribe como la región de las Américas por la cual se inicia la conquista y colonización atlántica europea, pero también es la del exterminio de gran parte de su población aborigen en los inicios de este proceso y de la introducción de la mano de obra esclava, mediante la trata atlántica de los africanos para su empleo en la economía plantacionista⁵, en el contexto caribeño en virtud del desarrollo capitalista de la época; de las rivalidades entre las potencias coloniales desenvolvidas a través de la piratería, el corso y las guerras intercoloniales; reflejo de las contradicciones entre las potencias colonialistas.

Otra cuestión a tener en cuenta es la revolución social e independentista que tuvo lugar en Haití entre 1793 y 1804; de gran impacto regional y continental y la revolución cubana de carácter socialista de mediados del siglo anterior, al mismo tiempo que se inició otra etapa de descongestionamiento del sistema colonial y/o se adoptaron nuevas estrategias para enmascararlo en algunos territorios caribeños, mediante políticas autonomistas, independencia formal, sistema de departamentalización e inclusive nuevas iniciativas para el control de la zona mediante mecanismos financieros, políticos y militares en los que la intervención militar no está excluida

Una visión integradora de esta problemática superaría los objetivos que nos propusimos, teniendo en cuenta que carecemos de la necesaria sustentación documental y epistémica para realizar la exégesis de todos estos procesos en el marco de un artículo, si tenemos en cuenta los avances logrados en otras cuestiones no menos trascendentales para el estudio de la región, realizado por instituciones, centros de investigaciones, universidades; los que han tenido un aceptable desenvolvimiento en la últimas décadas, tanto en la región como en otras áreas geográficas fuera de la misma, en los estudios históricos culturales, emigración, lingüísticos, antropológicos, identitarios, musicológicos, costumbristas, etc; que sin dudas han ampliado el horizonte temático de los estudios sobre El Caribe.

⁵ La plantación puede ser definida como una unidad productiva agro manufacturera especializada en cultivos intensivos y de frutos tropicales, de gran demanda de los principales centros capitalistas europeos del momento, conectada al mercado mundial, emplea formas precapitalistas y capitalistas de producción. Esclavitud de africanos-plantación-mercado mundial, conforman una cadena productiva globalizada en la región caribeña y en zonas específicas de las Américas.

Por otro lado la existencia de rasgos comunes en la historia y la cultura de las naciones de la región, con fuertes nexos y vasos comunicantes en el marco de una región pluriétnica, multirracial y diversa desde el punto de vista lingüístico, reflejan una cuestión clave para entender El Caribe, “el de la identidad como unidad de lo diverso identidad cultural dentro de la diversidad y heterogeneidad de la región caribeña” (SANTANA, 2008, p. 178).

Abordar la historiografía caribeña o repasar los principales movimientos intelectuales en el Caribe, implica estudiar una diversidad de temas muy debatidos en la actualidad, lo cual resulta complejo si lo realizamos en el ámbito de las publicaciones seriadas y con cierta inmediatez como lo es el caso de las revistas publicadas por instituciones académicas (DÍAZ, 2013, p. 58).

La progresiva complejidad del escenario económico, socio-político y ambiental regional e internacional, conlleva desafíos crecientes que solo pueden ser eficazmente enfrentados y superados en la interacción de las ciencias sociales y humanísticas con la sociedad, capaces de desarrollar enfoques integrales sobre los problemas socio-económicos, políticos y culturales, presentes en la sociedad caribeña; en articulación con los demás campos de la ciencia. Todo ello a llevado a avances de orden cualitativo entre los que podríamos mencionar el rigor teórico y metodológico cada vez mayor y sus resultados: la creación de un acerbo informativo que permite apoyar en una adecuada base empírica las investigaciones y las temáticas correspondientes a la sociedad en el ámbito regional.

Los avances en la investigación no sólo están respaldados por avances cualitativos; también se han producido en lo cuantitativo, fáciles de medir a través del número de títulos publicados - algunos de ellos con elevado tiraje – o de la cantidad de revistas que los editan o de los múltiples centros de enseñanza e investigación, cuyo objeto social está relacionado con la atención al desenvolvimiento de la sociedad y culturas caribeñas. Los resultados más apreciables, en el territorio, se han producido en relación con la problemática del desarrollo local y cultural, raza, emigración, religión, lengua; lo cual es comprensible desde el punto de vista de que responden a una demanda inmediata de la sociedad, debido al contexto económico, social, cultural y político en que se han realizado.

EL CARIBE COMO LABORATORIO DE DIFERENTES MODELOS COLONIALES DEL MUNDO ATLÁNTICO A PARTIR DE LA CONQUISTA Y LA COLONIZACIÓN

En la actualidad se ha revelado la diversidad, la singularidad y originalidad antropológica y cultural del Caribe. En este proceso, un peso considerable lo tienen los aspectos relacionados con la formación nacional, la ruptura del orden colonial y las diversas expresiones culturales que caracterizan la zona. Por otro lado también, se ha comenzado

a reconocerle a la región su papel en la historia del continente y del mundo⁶.

Hay dos aspectos que le van a dar trascendencia universal al Caribe: en él se produce un partearguas en la historia de la humanidad a partir del descubrimiento de América, al convertirse en terreno de referencia e inclusive de experimentación para el despliegue del pensamiento europeo occidental sobre sus visiones de la modernidad colonial. “Así como la historia de occidente depende durante milenios de lo que sucede en el mediterráneo, la historia moderna de América gravita durante centurias alrededor del Caribe” (BRITTO, 2006, p. 1-2). También en la región se va a producir la primera rebelión triunfante de negros esclavos en la historia que se transformó en una revolución social que desemboca en la formación de un estado independiente y la revolución cubana, largo proceso transformado en una revolución socialista triunfante por primera vez en América Latina.

Existen otras razones que le conceden importancia al Caribe, como las siguientes:

- el Caribe como escenario del primer *encuentro y simbiosis de tres razas*⁷ por primera vez en la historia de la humanidad, una novedad total ya que hasta entonces no habían coincidido las tres
- la noción de coloniaje a partir del descubrimiento, conquista y colonización. La española⁸ como polígono inicial de la colonización en América, experimento de corta duración, de las futuras conquistas en la parte continental
- la introducción del negro en el ámbito regional de la colonización y con el la noción de independencia. Tempranas sublevaciones a partir del siglo XVI en Venezuela (la del negro Miguel), luego en México y Brasil (Palenque de los Palmares), Surinam (a fines del siglo XVII), hasta el juramento del Bois Caiman en 1791 y la de Aponte en Cuba en 1812
- la revolución y guerra de independencia de Haití (1791-1804) que inicia el ciclo revolucionario anticolonial en América Latina (18010-1824) y (1868-1898)
- el papel del criollo en este proceso, como impulsor de una revolución social, independientemente de la suerte o de la continuidad del ciclo

6 Para muchos tiene un significado especial el hecho de que aquí nacieron Josefina de Beauharnais (la futura emperatriz, esposa de Napoleón I) y Madame de Maintenon (esposa de Luis XIV) , o también porque fuimos visitados por Paulina Bonaparte (hermana del emperador y los Mariscales Rochambeau y Leclerc (dos de los más eficaces mariscales de Napoleón I)). Antes de la llegada a estas tierras de estas ilustres personalidades, en el Caribe grandes navegantes como Cristóbal Colón, filibusteros y corsarios como Sir Walter Raleigh y Henry Morgan ya habían hecho acto de presencia en la región.

7 Indígenas de América, habitantes de las islas caribeñas, blancos europeos y a los africanos introducidos como mano de obra esclava.

8 Nos referimos a los estados actuales de Haiti y Santo Domingo, establecidos en la isla luego de la ruptura con el mundo colonial como estados independientes.

revolucionario inaugurado por la revolución haitiana; desemboca en el proceso de formación de naciones e impulso el de la creación del Estado-nación en las excolonias iberoamericanas y en el resto de las colonias europeas.

- en las Antillas, la criollización y los procesos de cambio marcan las pautas y diferencias de unas sociedades convertidas, gracias a la geografía y a la actuación de varias potencias, en laboratorio y antesala del Nuevo Mundo
- la lucha de clases, sectores y grupos sociales como ejes de la historia de América; lucha que bajo diversas denominaciones se mantiene hasta la actualidad, consolidando el sentido nacional de los países latinoamericanos y caribeños.
- con el movimiento de la independencia en las Antillas y su evolución surgirá la conciencia de poseer una identidad con caracteres propios que forma el vasto mundo Caribe, que bajo diversas denominaciones se mantiene hasta la actualidad⁹.

PARTICULARIDADES DEL PROCESO DE FORMACIÓN NACIONAL, DE LA ABOLICIÓN DE LA ESCLAVITUD Y DE LA DESCOLONIZACIÓN

En la complejidad de una visión histórica sobre la formación de las naciones en el Caribe se destaca la contradicción entre la geopolítica y la fisonómica identitaria de la región estructurada en la época moderna, es decir de acuerdo a los intereses de las potencias europeas en la zona¹⁰. La región paso a ser de trampolín, una vez agotado el oro y exterminada gran parte de su población aborígen, para el asalto al continente en los siglos XVI y XVII; reservorio para piratas y corsarios de Inglaterra, Francia, Holanda; para más tarde convertirse en la zona comercial más importante, basada en la exportación del azúcar, de las grandes potencias europeas hasta principios del siglo XIX¹¹.

Cada uno de estos momentos se corresponde con la hegemonía de una o varias potencias, siglos XVI y XVII: españoles, a los que se le sumaron ingleses, franceses, holandeses y daneses. Siglos XVIII y XIX españoles, ingleses y franceses. El siglo XVII marco la presencia permanente de esos poderes imperiales europeos y el inicio de un proceso

9 Este mundo Caribe se ha forjado con la participación de importantes personalidades, políticos e intelectuales, entre otras: F. Miranda, T. Louverture, S. Bolívar, A. Petión, B. Juárez, M. Gómez, J. Martí, E. M. Hostos, F. Martí, M. Garvey, F. Castro, J. Bosch, F. Caamaño, J. Arbenz, Alejo Carpentier, Eric Williams, F. Fanon, CLR James, G. García Marquez, en su conjunto dan una visión objetiva del proceso de formación del estado-nación.

10 Esa situación hace que existan fuertes claves de la cultura europea en la sociedad caribenha.

11 Siglo XX-XXI, zona turística, de extracción de la bauxita y de grandes depósitos financieros de la época de la globalización del capital.

de modernización en los territorios ocupados que privilegiaba la explotación de géneros tropicales, de gran demanda en Europa; además de la esclavitud y la trata negrera.

También en el siglo XVII irrumpió en esas posiciones el sistema de plantaciones y con él la conexión atlántica de tres continentes de amplia repercusión en el desenvolvimiento del capitalismo, fundamentalmente el europeo de esa época y condiciono, no sólo el apogeo de la plantación y de la hegemonía británica; sino también el inicio del ciclo de las revoluciones a ambos lados del atlántico, “la plantación no fue sólo una unidad económica, sino también una de las entidades donde se fraguó el mestizaje¹² de razas etnias y culturas del Caribe actual (SANTANA, 2008, p. 207). Sólo merece apuntarse que la relación plantación-esclavitud africana-transculturación, en el Nuevo Mundo y sobre todo en el Caribe, es en extremo compleja por diversas razones y ha conducido a constantes debates, sin embargo en esa complejidad la mano de obra esclava y el azúcar tuvieron un lugar reconocido, como señala Willians:

De hecho, fue el azúcar lo que elevó el estatus de estas insignificantes islas: de simples nidos de piratas a la dignidad de ser colonias máspreciadas que hasta el siglo XIX conoció el mundo occidental. Fue el negro, sin el cual estas islas hubieran quedado sin cultivar y quizás también hubieran estado en el fondo del mar, quien convirtió a estas islas en los trofeos de guerra y diplomacia tan codiciado por estadistas de todas las naciones. Esos “fardos” de negros, esos “truncos”, como comúnmente se les llamaba, eran sinónimo de azúcar y de otros productos tropicales (WILLIANS, 2011, p. 22).

A mediados del siglo XIX se inicia la penetración norteamericana en la región y a fines de ese siglo se consolida, desplazando a las potencias europeas, sus influencias se extienden hasta el siglo XXI. El impacto de los EEUU se distingue de las demás potencias porque su expansión imperialista y control, integra diversas estrategias de dominación: la intervención militar, aduanera, política, diplomática y cultural. La liquidación o la metamorfosis del sistema colonial europeo fue suplantado por el neocolonialismo norteamericano sin renunciar a la invasión, ocupación temporal o la dominación directa de algunas naciones de la región.

Es obvio que en el proceso de independencia en El Caribe tendría un papel considerable no sólo la dominación de varias potencias, los diferentes segmentos de la emigración que llegó por cualquier vía y los procesos sincréticos incluyendo los de la lengua, que se desarrollaron en el territorio caribeño desde los primeros siglos de la colonización; sino que también cobran importancia en esta cuestión el fenómeno de la introducción de la

¹² El mestizaje que se va a producir en el Caribe es único en el mundo. Ya señalamos que el Caribe fue el lugar del encuentro de las tres razas: la india, la blanca y la africana, más de quinientos años después encontramos descendientes de estas razas en el Caribe. Luego, gracias a los procesos migratorios encontramos chinos, japoneses, e indios del este; todo lo cual apunta a una riqueza étnica y cultural apreciable que puede catalogarse como única en el mundo, sobre todo porque de ello se ha derivado un mestizaje no sólo racial, sino también cultural.

economía de plantaciones y de la esclavitud¹³, ambas junto a otros factores contribuyeron a localizar en ámbitos más específicos la apertura hacia la abolición de la esclavitud y la independencia. Por lo tanto son categorías imprescindibles del análisis de la formación de la nación y de la nacionalidad en la región.

Fue precisamente la plantación, sobre todo la azucarera, la que en buena medida moldeó la vida económica, política, social y cultural de los países del Caribe, a diferencia de América Latina, donde el régimen de hacienda y el minero jugaron, en cambio, un destacado papel. Sin embargo, tanto la esclavitud como la economía de plantación estaban muy lejos de presentar grados de desarrollo homogéneos dentro de la misma región del Caribe. Las Antillas de colonización inglesa y francesa experimentaron un temprano auge azucarero, basado enteramente en el trabajo esclavo que se prolongaría desde mediados de siglo XVII hasta finales del siglo XVIII, al producirse la Revolución Haitiana (1791-1804). Las Antillas de colonización española, en cambio, si bien es cierto que conocieron la producción azucarera desde los primeros años de la colonización, igualmente a partir del trabajo esclavo del negro, vinieron a experimentar una época de apogeo en la economía de plantación azucarera sólo en el siglo XIX, que se extendería hasta las primeras décadas del presente siglo. Este tardío auge azucarero no descansó, sin embargo, únicamente en la esclavitud, ni siquiera en Cuba, sino también en el trabajo libre asalariado, ya que la abolición se produjo en Santo Domingo en 1801 y en Puerto Rico en 1873, en tanto que Cuba lo hizo en 1886, casi un siglo después de haberse logrado la emancipación de la vecina colonia francesa de Saint-Domingue, en 1793 (MARTINEZ, 1997, p. 84-85).

El problema de la economía de plantaciones en la región caribeña presenta una rica variedad por subregiones, que denotan la presencia de diferencias existentes entre la economía de plantación de una subregión a otra, no es menos cierto que aun dentro de estas últimas también había una gran diversidad. Por ejemplo, en lo que se refiere al Caribe hispano son significativas las diferencias que se presentaban entre Cuba, Santo Domingo y Puerto Rico. El mismo fenómeno encontraríamos en la subregión francesa, por ejemplo, entre Saint-Domingue, Guyana francesa y Saint Martin, e incluso entre Guadalupe y Martinica. Similar situación ocurriría entre las posesiones inglesas y holandesas si se hiciera un análisis al interior de cada una de esas subregiones. Estas diferencias subregionales se expresaron, sin duda alguna, en la política abolicionista que conoció el Caribe.

Sin embargo, las diferencias existentes de una colonia a otra al interior de cada subregión no se expresaron necesariamente en el abolicionismo, con excepción del Caribe hispano, en donde hubo una diversidad y complejidad mayor en las causas que determinaron la abolición, lo que dio lugar a que en Santo Domingo se produjera en 1801 y 1822, en Puerto Rico en 1873 y en Cuba en 1886. En cambio, en el resto del Caribe, la abolición respondió a medidas tomadas en los centros de poder colonial europeo, para

13 Como es conocido en una plantación los dueños cuidaban de que la dotación de africanos procedieran de diferentes etnias o del mismo origen tribal o cultural, procedían de diferentes regiones y por lo tanto con lenguas y creencias religiosas diversas, e inclusive en ocasiones con rivalidades tribales ancestrales, factores utilizados por traficantes y plantadores para dividirlos y de paso evitar la formación de una conciencia común frente a la explotación. No obstante ese proceso de deculturación tuvo su contrario dialéctico en la transculturación y el sincretismo que facilitaron la unidad de negros criollos, mulatos y cuarterones en muchas colonias para enfrentar a sus explotadores.

ser aplicadas al unísono en sus territorios. La excepción la constituye el caso de Saint Domingue, en la subregión francesa.

En Haití, el Santo Domingo francés, un sector reducido de los libres de color había llegado a constituirse en un estrato etnosocial relativamente próspero, propietario de tierras y de esclavos. Ese sector dirigía también las milicias de color que guardaban la seguridad y el orden interior contra agresiones de las potencias europeas rivales del Caribe y posibles rebeliones de los esclavos. En la medida que cobraron importancia política y representación social se resistirían a ceder sus prerrogativas a los plantadores blancos y a ser excluidos social y políticamente por estos. Los plantadores franceses trataron de tomar medidas segregacionistas cada vez más rigurosas contra el grupo emergente. De ese modo, se agudizarían los conflictos entre los blancos y la gente de color libre en vísperas de la revolución haitiana (IBARRA, 2008, p.155-156).

En lo que respecta al tardío abolicionismo de las Antillas españolas, si exceptuamos a Santo Domingo como un caso muy singular, habría que agregar que entendemos que el mismo está ligado, en última instancia, al escaso desarrollo del capitalismo en España, donde el capital industrial no lograba subordinar al capital comercial, como ocurría en Inglaterra, Francia, Holanda y otros países europeos. De ahí que por más presión diplomática que Inglaterra ejercía contra España, para que ésta aboliera la trata y posteriormente la misma esclavitud, no conseguía sus fines pues esta última, como modo de producción subordinado al capitalismo; seguía respondiendo a las necesidades económicas de España durante el siglo XIX.

El desarrollo de la esclavitud había dejado de ser rentable para las potencias coloniales europeas, fundamentalmente Inglaterra ya en la primera mitad del siglo XIX, esa fue la razón de que la esclavitud se abolió en las colonias inglesas quince años antes que en las francesas y cincuenta años antes que en las españolas. La emancipación del negro era un cambio jurídico social y político. “Pero la emancipación no era un cambio económico. El nuevo hombre libre quedó tan dependiente y tan a merced de su rey azúcar como cuando era esclavo” (WILLIAMS, 2011, p. 24).

EVOLUCIÓN DE LOS SISTEMAS COLONIALES ATLÁNTICOS EN EL MARCO CARIBEÑO EN EL SIGLO XX – CONFIGURACIÓN MULTICULTURAL DEL CARIBE, SU TRASCENDENCIA EN LA FORMACIÓN DE LAS CULTURAS NACIONALES E IDENTIDADES EN LA REGIÓN

El proceso de descolonización e independencia fue un acelerador de la formación del Estado nación en la región, aunque el mismo tuviera características singulares entre los diversos territorios isleños e inclusive con los que forman parte de la cuenca caribeña. Como se conoce el Saint Domingue Colonial, hoy República de Haití, fue el primero en

omper los lazos coloniales en 1804; mientras que en Centroamérica¹⁴ la independencia se produjo entre 1810 y 1824 y en las Antillas españolas: Santo Domingo, Cuba y Puerto Rico la ruptura colonial se dilato entre 1824 y 1898. A comienzos del siglo XX, en la región, sólo Haití y el Caribe hispánico¹⁵ eran naciones independientes con una identidad nacional definida e inclusive vinculados históricamente con otras naciones de América Latina por diversos nexos socio económicos y culturales. El resto del Caribe mantenía la dependencia colonial de sus respectivas metrópolis europeas y de los Estados Unidos, ya estrenado como potencia colonial en la zona luego de 1898.

La irrupción de los Estados Unidos en el Caribe, después de la intervención en Cuba en 1898 al finalizar la guerra de liberación que libraba el pueblo cubano contra España; mediante el control de Puerto Rico y la ocupación militar de Cuba 1898-1902, fueron el prólogo de un siglo lleno de desembarcos de marines, control de aduanas e intervenciones políticas y diplomáticas. Luego de la nueva intervención en Cuba 1906 a 1909, se realizaron otras entre 1906 y 1933: Nicaragua, Haití, Republica Dominicana. Estas intervenciones se producían bajo las concepciones geopolíticas del Gran Garrote (Big Stick) y la Diplomacia del Dólar (Dólar Diplomacy).

Por esas razones, el intelectual dominicano electo presidente en 1963 Juan Bosch, al finalizar la dictadura de Leonidas Trujillo, llamo a ese siglo XX en relación con las intervenciones norteamericanas en la región, como el siglo del Imperio norteamericano y de los años de las balas y de los dólares,

Esa situación llegó a ser tan alarmante que los países de lengua española de la América acabaron uniéndose para defenderse y plantearon en conferencias continental la necesidad de que se estableciera el principio de no intervención como fundamento de las relaciones interamericanas” (BOSH, 2007, p. 553).

A inicios de la década del 30 del siglo XX, Inglaterra a partir del llamado Estatuto de Westminster de 1931, introdujo algunos cambios cosméticos en su sistema colonial que no abarcó sus posiciones del Caribe, sujetadas aun al sistema colonial; aunque el curso de la Segunda Guerra Mundial (1939-1945) y los resultados de esta contienda contribuyeron modificar el estatus colonial de muchas de las posiciones europeas. Estados Unidos¹⁶ aprovechó la coyuntura bélica para consolidar su control en la cuenca; bases militares

¹⁴ El territorio de la República de Belice ubicada en el istmo centroamericano con costas al Caribe mantuvo su estatus colonial hasta 1983.

¹⁵ Santo Domingo, Cuba y Puerto Rico. A comienzos del siglo xx, aun estaban ocupadas por las fuerzas norteamericanas, en Cuba: 1899-1902 y Puerto Rico 1899-1915, declarado estado libre asociado por la enmienda Foraker del Congreso de Estado Unidos.

¹⁶ Estados Unidos, luego de la crisis económica de 1929 a 1933 y los complejos años treinta con el ascenso del fascismo europeo y el militarismo japonés, se vio obligado a introducir cambios en sus relaciones hacia Centro, Sur América y el Caribe; suplanto su política intervencionista del Big Stick y la diplomacia del dólar en la zona por una nueva mascarada de “Buena Vecindad”.

para adoctrinamiento de tropas, aprovisionamiento de medios bélicos y alimentos, para las operaciones en los frentes de guerra tanto del Océano Pacífico como del Atlántico, control absoluto del Canal de Panamá y de la producción petrolera de la región. Todo ello sentó las bases para el desplazamiento definitivo de la hegemonía del capital colonial europeo en la Cuenca del Caribe.

En las décadas de los años treinta y cuarenta del siglo pasado, cobro auge una conciencia Pancaribeña que dio continuidad a las inquietudes de diversas personalidades e intelectuales¹⁷, no sólo de las Antillas hispánicas sino también de las inglesas y francesas a través de estudios y publicaciones e inclusive aparecieron organizaciones de diferentes orígenes, que canalizaron esas inquietudes generalmente de carácter anticolonialista. Fueron pioneros en la visión de un Caribe que iba más allá de las barreras lingüísticas y los lazos coloniales; estudiaron las experiencias históricas comunes para hacer sus propuestas emancipatorias. Sus análisis abarcaron desde el exterminio de la población aborígen hasta la penetración e injerencia norteamericana en la región. Obviamente la esclavitud, la trata y la economía de plantaciones como categorías de investigación para el conocimiento de los pueblos caribeños, fueron cuestiones centrales en sus propuestas¹⁸.

De manera que el nacionalismo en las Indias Occidentales fue un gran salto para ese momento. Pero, simultáneamente, llevaba consigo el bagaje del pasado, ya que el sentido de región para este grupo de pensadores estaba confinado a esos territorios que compartían la experiencia de ser una colonia británica, y donde se hablaba el idioma inglés. Sin embargo, a principio de los años 30 y 40 ya la semilla de una conciencia pan caribeña más amplia estaba siendo sembrada en una serie de libros escritos por eruditos que a la vez eran activistas anticolonialistas: CLR James y Eric Williams de Trinidad, el jamaquino W. Adolphe Roberts y el colombiano Germán Arciniegas. (GIRVAN, 2005, p. 2-3).

Muchos de estos intelectuales, sobre todo caribeños, estudiaron el fenómeno de la existencia de una homogeneidad en lo heterogéneo de etnias, razas, lenguas y culturas entre los diversos territorios componentes de la región, denominadas indistintamente en el presente como Gran Caribe o también de la Cuenca del Caribe¹⁹; cualquier análisis de esta problemática está conectada de una forma u otra a la consideración de la identidad entendida en los términos de identidad cultural e identidad en la diferencia en lo filosófico, lo que no puede dejar de tenerse en cuenta para abordar los problemas de la identidad cultural en el Caribe, “en donde los factores que tienden a la diferenciación tienen tanto

17 Entre otros, C.R. James, Eric Williams de Trinidad, W. Adolphe Roberts de Jamaica; el colombiano Germán Arciniegas, los cubanos Ramiro Guerra y Fernando Ortiz; a los que siguieron en las décadas siguientes intelectuales como Fran Fanon y Hayme Cesaire, Juan Bosh; cuyas propuestas tuvieron gran repercusión en una mentalidad caribeña antirracista y liberacionista.

18 Sus propuestas, fundamentalmente las de C.L.R. James y E. Williams, inspiraron en el Caribe anglofono a los integrantes del New World Group en los años sesenta, a elaborar una visión caribeña sustentada en la “plantación americana” y superar las diferencias subregionales sustentadas en metrópolis, grupos étnicos, lenguaje. Sus experiencias estuvieron dirigidas a resaltar las similitudes en cuanto a historia, matriz colonial, resistencias, componentes culturales

19 Ambas denominaciones consideran las 25 naciones independientes y los territorios dependientes.

peso específico como aquellos que aportan a la semejanza” (SANTANA, 2008, p. 203).

De aquí que, desde muy temprano, en algunos casos desde fines del siglo XVIII, se han escrito en la región diversos estudios sobre peculiaridades léxicas y lingüísticas generales del idioma hablado en uno u otro de los asentamientos de la cultura caribeña. En la comprensión del variado universo lingüístico del Caribe, es fundamental la cuestión de la concurrencia de diferentes potencias coloniales. Éstas, en el transcurso de una dominación que sin duda alguna puede catalogarse como la más larga de todo el Hemisferio Occidental (pues ha subsistido hasta el siglo XXI), no solamente coexistieron de forma unas veces beligerante y otras pacífica, sino que también se traslaparon y trocaron en una vertiginosa sucesión de mutaciones de banderas, gobiernos, idiomas, instituciones e incluso formas de vida (MATEO; ALVAREZ, 2006, p. 46-47)

Las transformaciones mundiales posteriores a la Segunda Guerra Mundial produjeron un auge nacionalista en la región, potenciado luego por el impacto del triunfo de la Revolución Cubana en 1959. Las primeras medidas adoptadas por el Gobierno Provisional revolucionario en Cuba, como la reforma agraria, campaña de alfabetización y salud, redistribución igualitaria de los productos y acceso a la educación y bienes culturales, para la mayoría de la población; constituyeron catalizadores del proceso nacionalista caribeño, independientemente del clima de guerra fría que se cernía sobre sus pueblos, marco en el cual fueron reprimidas las fuerzas progresistas y las luchas democráticas en la región; en Puerto Rico, Santo Domingo, Guatemala y Nicaragua²⁰.

Este nuevo despertar caló en la conciencia popular. En la década de los 60 y como consecuencia de la independencia constitucional, los anglófonos habían comenzado a considerarse a sí y a sus instituciones como “caribeños” y no de “las Indias Occidentales”. Es importante observar cómo la Federación de las Indias Occidentales dio paso a la Comunidad del Caribe – CARICOM. Actualmente, contamos en la región con varias sedes de otras organizaciones “caribeñas”: CXC; CAREC; CARIRI; la CTO y muchas otras. No es relevante que la lista de miembros de estas organizaciones esté constituida exclusiva- o mayoritariamente por anglófonos. Lo que realmente interesa es esta sutil transición hacia una identidad proclamada (GIRVAN, 2005, p. 3).

En las décadas de los años sesenta, setenta y ochenta del siglo pasado, estimulado por diversos factores socio-económicos, políticos y culturales; creció la resistencia de los pueblos de la región y como resultado de esa lucha nuevos territorios se sumaron a los independientes²¹. El auge de la lucha democrática y anticolonial, chocó con la resis-

20 Se produjo el fin de la tiranía de Trujillo en República Dominicana en 1961, dos años después un intelectual caribeño: Juan Bosch, fue electo presidente hasta ser derrocado en 1963 por un golpe de estado de orientación norteamericana. En Nicaragua el Frente Sandinista de Liberación (FSLN) se organizó en 1961, iniciando la lucha guerrillera. En El Salvador, una junta cívico-militar sustituyó a J. M. Lemus en 1959, estableció un acercamiento diplomático con Cuba. Se produjo un nuevo golpe militar en 1961, bajo la naciente estrategia contra-insurgente que estableció el gobierno militar de J. A. Rivera en el marco de la estrategia contra- insurgente desenvuelta por los Estados Unidos en la región caribeña como parte de la “Alianza para el Progreso”.

21 En los años sesenta Trinidad Tobago y Jamaica, en 1962, obtuvieron el reconocimiento de la independencia, mientras que más adelante también le fue otorgada esta condición a la Guyana Británica, en 1966, en 1967 le fue otorgada a Granada. En esta pequeña isla se inició un proceso revolucionario en 1979, el cual fue detenido por un golpe de estado y

tencia de las estrategias coloniales establecidas en la cuenca caribeña, de regulación de la independencia de las colonias a través del régimen de la departamentalización para las colonias francesas y la extensión de los derechos de la Mancomunidad Británica en sus posiciones caribeñas; mientras en otras se mantenía el estatus quo colonial sin reformas. Independientemente del empleo de estas variantes reformistas, las mismas no han podido frenar la lucha democrática en la región.

Hay que recordar a los lectores nacidos después de 1960 – y sobre todo a los lectores negros – un hecho que se olvida con tanta facilidad y que, de hecho, puede nunca haberse llamado lo suficiente su atención. En el Caribe anglófono no había países independientes cuando en 1959 comencé a escribir *Los placeres del exilio*. Veinte años después casi toda la roca y piedra del Caribe había adquirido esta condición. (LAMMING, 2010, p. 25)

Desde los años 90 hasta la actualidad la región ha pasado por varios traumas de diversos orígenes, los cuales no han frenado la lucha de los pueblos de la zona por la consolidación de los procesos democráticos desentrelados desde de la segunda mitad del siglo XX en sus territorios, se destaca:

- El impacto de las políticas neoliberales que ahogaron los esfuerzos democráticos iniciados en las décadas de los años 60, 70 y 80 del siglo pasado, en varios estados caribeños;
- La compleja situación haitiana, azotada por fenómenos naturales, políticos e intervenciones extranjeras disfrazadas de misiones humanitarias; y
- La región como reservorio del capital transnacional y de los intereses norteamericanos;

Este complejo panorama de la situación por la que atraviesa la zona llevo al economista e investigador Norman Girvan, del Instituto Superior de Relaciones Internacionales de la Universidad de las Indias Occidentales de Trinidad y Tobago, a expresar “y es mas fácil deshacernos de los colonizadores que del legado colonial, este enfrentamiento debe empezar desde la mente, desde la descolonización del pensamiento” (SAUTIÉ, 2012, p. 13).

Es muy posible que el europeo conozca mejor ciertas islas del Caribe que nosotros mismos, del mismo modo que muchos habitantes de las islas del Caribe conozcan mejor ciertos países de Europa que las islas más próximas al lugar donde han nacido” (CARPENTIER, 2004, p.123).

una intervención norteamericana en 1983 denominada “Furia Urgente”, mientras que la Honduras Británica (hoy Belice) proclamo su independencia en 1981.

Una cuestión de importancia para el análisis de la problemática caribeña a partir de los años noventa a la actualidad, es lo que pudiéramos considerar como la recomposición de la influencia norteamericana en el área. Para algunos estrategas de la política hacia la Cuenca Caribeña, había la percepción de que Estados Unidos estaba ausente de la región caribeña²². El escenario quedó listo para revivir anteriores estrategias intervencionistas en la zona mediante el lanzamiento de la Iniciativa de Seguridad para la Cuenca del Caribe. A principios del siglo XXI esta propuesta fue condimentada con nuevos ingredientes, ante los problemas considerados urgentes en el Caribe, por diferentes administraciones norteamericanas. La principal contradicción está dada en la visión norteamericana de ver la región como su traspatio y las aspiraciones democráticas y de soberanía de los pueblos, sostenidas hasta el presente.

La creciente hegemonía de los Estados Unidos en la región, tanto en materia económica como política y cultural. Como territorios neocoloniales, los países caribeños, a excepción tal vez de Cuba y Nicaragua, van girando hacia una sola metrópoli: los Estados Unidos. La invasión de Granada por las tropas norteamericanas parece subrayar el fenómeno así como el plan para la cuenca del Caribe. Esta hegemonía, que no es nada nuevo en realidad, produce a la larga un efecto secundario y no deliberado: la integración o interrelación mediatizada por los Estados Unidos, del área caribeña. (ACEVEDO, 1989, p. 24)

INTEGRACIÓN ECONÓMICA DE LA REGIÓN Y EN LAS PERSPECTIVAS DE LA INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA

La integración económica de la región, proceso que se inició en los años sesenta, luego de la independencia obtenida por algunas de las colonias, tuvo una primera etapa con la formación de la Asociación de Libre Comercio del Caribe (CARIFTA)²³, el 1ro de mayo de 1968. La segunda etapa se inició en 1973 con la creación de la Comunidad Económica del Caribe (CARICOM); una etapa más amplia del proceso integracionista y además porque había aumentado el número de países independientes en la región que se asociaron al mercado común del Caribe.

La Mancomunidad del Caribe ha dado otros pasos en su fortalecimiento con la desaparición del sistema colonial europeo en la región, entre los años setenta y ochenta del siglo pasado. Con la incorporación de Belice, antigua Honduras Británicas, a los países independientes quedó prácticamente liquidado el sistema colonial en el Caribe. Pendiente de definir su estatus colonial sólo quedan el caso de Puerto Rico y de algunas

22 En el siglo XX, había intervenido militarmente en Cuba, 1899 a 1902, 1906 a 1909, Haití, 1914 a 1916, México, 1914, Nicaragua, 1926 al 1933. Con tropas mercenarias en Guatemala, 1954., Cuba 1961., con tropas propias: Santo Domingo, 1965., Panamá, 1989. En el siglo XXI, intervenciones humanitarias en Haití.

23 El CARIFTA la conformaron 12 territorios, algunos independientes en esos momentos como Jamaica, Guyana, Trinidad y Tobago, y Barbados. Otros todavía estaban unidos a Gran Bretaña por diversos estatutos coloniales como Granada, Santa Lucía, Dominica, Antigua, Antigua, St Kitts-Neves, St Vicente, Anguilla, Monserrat, y Honduras Británicas (actualmente Belice).

posiciones europeas que aún perduran en el caribe.

La Asociación de Estados del Caribe (AEC)²⁴ nació de la firma del Convenio Constitutivo del 24 de julio de 1994 en Cartagena de Indias, Colombia. Es una organización para la consulta, la cooperación y la acción concertada entre sus 25 Estados Miembros y 3 Miembros Asociados de la región del Gran Caribe.

El Informe de la Comisión Independiente de las Indias Occidentales en 1992 constituyó claramente el punto de giro. En esos momentos dentro de CARICOM existía un debate respecto a si convenía la “profundización” de la Comunidad, es decir fortalecer la integración interna, o si se debía “ampliar” la membresía, incorporando a países no angloparlantes: Suriname, Haití, República Dominicana y posiblemente Cuba. La Comisión de las Indias Occidentales recomendó un compromiso en cierta manera ingenioso: fortalecer la CARICOM, y a la vez ampliar la cooperación funcional mediante la creación de la Asociación de Estados del Caribe, con una lista de miembros potenciales que incluía a todos los Estados independientes y a los territorios no independientes de toda la Cuenca del Caribe (GIRVAN, 2005, p. 5).

El Mar Caribe, considerado por la AEC un patrimonio común de los pueblos de la región, es uno de los principales objetivos de este organismo. El reforzamiento de su integridad, así como la preservación del medio ambiente y la conservación de los recursos naturales, es uno de sus lineamientos neurálgicos. Otros objetivos de la AEC son: preservar la integridad medioambiental del Mar Caribe y promover el desarrollo sostenible del Gran Caribe, el fortalecimiento de la cooperación regional y del proceso de integración, con el propósito de crear un espacio económico ampliado en el Caribe.

A principios de este siglo, en el 2004 se creó un nuevo sistema de integración que rebasó la etapa de abatimiento de tarifas arancelarias y atendió otras cuestiones como la salud, la educación y la colaboración técnica de sus integrantes. Mediante la Alianza Bolivariana para las Américas (ALBA) se ha llegado a establecer nuevas coordenadas en la integración regional. Varios países de la Comunidad caribeña hacen parte, y se benefician de su membresía en PETROCARIBE, otros se fueron incorporando como estados miembros de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América. Una cuestión muy importante es el desarrollo de una agenda de cooperación común entre varias naciones latinoamericanas y caribeñas en Haití. El tratado de la Alianza Bolivariana fue ampliado, a iniciativa de Bolivia; como Tratado de Comercio de los Pueblos, ALBA-TCP²⁵; lo que en el fondo es una propuesta que supera lo regional, con la incorporación en esta

24 Integrada por: Antigua y Barbuda, Bahamas, Barbados, Belice, Colombia, Costa Rica, Cuba, Dominica, República Dominicana, El Salvador, Granada, Guatemala, Guyana, Haití, Honduras, México, Jamaica, Nicaragua, Panamá, San Cristóbal y Nieves, Santa Lucía, San Vicente y las Granadinas, Surinam, Trinidad y Tobago, y Venezuela. Como miembros asociados aparecen: Anguila, Islas Vírgenes Británicas, Islas Caimán, Monserrat, Islas Turcas y Caicos, Antillas Holandesas, Aruba, Guadalupe, Martinica, Guyana Francesa y Bermudas. Los países observadores de la Asociación de Estados del Caribe (AEC) son Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Corea del Sur, Ecuador, Egipto, España, Finlandia, India, Italia, Marruecos, Perú, el Reino de los Países Bajos, el Reino Unido, Rusia, Turquía y Ucrania. Idiomas oficiales son el español, inglés y francés.

25 Actualmente la componen Venezuela, Cuba, Bolivia (hasta 2019), Nicaragua, Dominica, Antigua y Barbuda, San Vicente y las Granadinas, Santa Lucía, Granada y San Cristóbal y Nieves. Salieron de esta organización: Honduras en 2009, Ecuador y Bolivia en 2019.

organización de otros países de América del Sur como Venezuela, Ecuador y Bolivia; mientras que de Centroamérica tomaron parte: Nicaragua y Honduras.

En diciembre de 2019 en La Habana se realizó la XVI Cumbre del ALBA, en cuya Declaración Final se abogó por la concertación política, la integración, el multilateralismo y quedó explícito el repudio al intervencionismo y las acciones injerencistas en la región. Durante la clausura del XVIII Consejo Político de la alianza, sus miembros ratificaron la determinación de sus gobiernos de defender la paz e integración frente a la “agresiva escalada” de Estados Unidos contra la unidad continental; fue renovado el compromiso con la concertación política, la cooperación, integración y la defensa de la unidad frente a la injerencia y dominación política y económica.

El Caribe está integrado también a la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) que es un organismo de concertación política regional, establecido en la estricta observancia y defensa de los principios del Derecho Internacional, respeto a la soberanía y autodeterminación de las naciones componentes.

En los inicios del presente siglo se registraron avances perceptibles en la interrelación entre la CARICOM y Latinoamérica. Dentro de éstos se pueden destacar: Guyana y Suriname participaron desde su inicio en la conformación de la Comunidad Sudamericana de Naciones (UNASUR). Todos los estados de CARICOM se incorporaron en diciembre de 2011 como miembros plenos de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC).

Sin embargo, todo análisis sobre el estado de las relaciones entre Latinoamérica y la CARICOM en la actualidad tiene necesariamente que reconocer que en los últimos años se han exacerbado algunas contradicciones entre las dos regiones. Estas se asocian, en lo fundamental, al incremento de las tensiones diplomáticas entre Guyana y Venezuela por la reclamación territorial del Esequibo; y el fallo de la Corte Constitucional de República Dominicana respecto a los derechos de ciudadanía de hijos de inmigrantes ilegales, que afecta fundamentalmente a una proporción elevada de descendientes de haitianos que nacieron y viven en tierra dominicana (ROMERO, 2019, p. 69).

Los nuevos procesos integracionistas: ALBA, PETROCARIBE y CELAC, son una demostración de que pese a la ofensiva neoliberal de conjunto con el capital transnacional en la zona, se mantiene viva en la región la lucha por la democracia y la búsqueda de nuevas formas para la integración interzonal y continental; mientras que por otro lado el camino democrático en la región pasa por la construcción del Estado nacional descolonizado pluricultural e intercultural y multilingüe, el cual representaría los intereses de las masas populares; interesadas no solamente en el cambio político, sino también cultural, de respeto a la diversidad de identidades de culturas y cosmovisiones.

El cambio debe concretarse como un proceso de transformación social integral, cuyo contenido y orientación debe sustentarse en la diversidad étnico cultural e inclusive

lingüística de los pueblos de la Cuenca del Caribe. Esa transformación no puede dejar de ponerle fin al dominio del capital, su lógica de funcionamiento y sus mecanismos de hegemonía y dominación en el area, no puede ser de otra manera ya que la región fue el resultado del desenvolvimiento del capitalismo desde la época de la acumulación capitalista hasta la actualidad.

ABSTRACT: *we propose to present the Caribbean as a laboratory for different colonial models of the Atlantic world since the conquest and colonization, connected to the rivalries between the imperial powers, the particularities of the national formation process conditioned by the singularity of the abolition of slavery and decolonization, the economic, social transformations and cultural aspects of the region*

KEYWORDS: *Caribbean. Atlantic modernity. Postcolonial evolution. Identity and Integration.*

REFERENCIAS

ACEVEDO, Ramón Luis. Unidad y diversidad cultural en la cuenca del Caribe. **Revista del Caribe**, Santiago de Cuba, año VI, n., p.4-10.

BOSH, Juan. **De Cristóbal Colón a Fidel Castro**. El Caribe, frontera imperial. La Habana: Ciencia Sociales, 2007. 578 p

BRITTO, Luis. **Señores del caribe**: indígenas, conquistadores, piratas y corsarios en el mar colonial. La Habana: Ciencias Sociales, 2006. 602 p.

DIAZABRERA, Vilma. Temas y Problemas de la Historiografía caribeña en revistas académicas contemporáneas. **Cuadernos del Caribe**, v. 16, n. 1, p. 57-65, 2013.

CARPENTIER, Alejo. Visión de América. **Letras Cubanas**, La Habana, 2004.

FRANCO, José L. **Ensayos sobre El Caribe**. La Habana: Ciencias Sociales, 1980. 75p.

GIRVAN, Norman. El Gran Caribe. **Conferencia en Memoria de John Clifford Sealy**, Puerto España, Trinidad, Abril 5, 2001. 24 p.

IBARRA, Jorge. Marx y las interpretaciones culturalistas de la esclavitud americana colonial. **A contra corriente**, v. 5, n. 2, p. 141-168, 2008.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Los Jacobinos Negros**. Colección Nuestros Países, Serie Estudios, Casa de las Américas, 2010. 318 p.

LAMMING, George. **Los placeres del exilio**. La Habana: Fondo Editorial Casa de las Américas, 2010. 375 p.

PAZ-SÁNCHEZ, M. Historia de las Antillas (5 vols.). **Cuadernos Iberoamericanos. Revista de Historia y Comunicación**, n. I, Año 2015, p. 98-101.

MATEO, Margarita; ALVAREZ, Luis. **Los contextos caribeños**: Lenguas, etnias, geografía, Anales del Caribe. La Habana: Casa de las Américas, 2006. p. 46-68

MARTINEZ, Pablo. Esclavitud y economía de plantación en el Caribe. **Centro de Estudios Latinoamericanos**, UNAM, México, p. 83-102, 1997.

SANTANA CASTILLO, Joaquín. **Utopía Identidad e Integración en el pensamiento latinoamericano y cubano**. La Habana: Ciencias Sociales, 2008. 450 p.

SAUTIÉ RODRÍGUEZ, Madeleine. Con Norman Girvan, Un intelectual del Caribe. **Granma**, 17-II-2012, p. 12-13.

WILLIAMS, Eric. El negro en el Caribe y otros textos, colección nuestros países. La Habana: Casa de las Américas, 2011. 382 p.

ROMERO ANTONIO. Los desafíos de la reconfiguración regional: Una perspectiva caribeña. **Anuario de Integración**, Edición especial, Año 2016, p. 65-85.

SAMUEL QUIRINO OLIVEROS CALDERÓN

Dr en Ciencias Históricas, Profesor Titular. Miembro del CECI, Publicaciones: Perspectiva historiográfica social en el ámbito regional, en Derroteros historiográficos, ediciones Holguín, ISBN:978-959-221-430-9, El Estado-Nación Iberoamericano, reflexiones sobre sus desafíos identitarios, en Interculturalidades: Visiones multilaterales desde la UNILA, Boavista Press, New Jersey; ISBN:1944676031, ISBN:13- 978-1944676032; Reflexiones sobre las perspectivas de la historia social desde la historia regional, en Historia regional ensayos holguineros, Conciencia Ediciones, ISBN 978-959- 7237-01-3 .

O USO DO LIVRO DIDÁTICO COMO INSTRUMENTO DE REPRODUÇÃO DA HISTÓRIA DAS ELITES: CASO DE JOSÉ GASPAR RODRÍGUEZ DE FRANCIA¹

Osni Cesar da Luz Leal
Clovis Antonio Brighenti

RESUMO: O artigo se propõe a analisar como os materiais didáticos para o ensino fundamental reproduzem a história das elites, em geral a “história oficial”. Nessa obra analisaremos o caso de José Gaspar Rodríguez de Francia nos “manuais didáticos” de história na rede de ensino no Paraguai. Pretendemos problematizar a construção da sua imagem pública através das narrativas históricas em torno da sua pessoa nos manuais didáticos oficiais de história distribuídos pelo Ministério da Educação - (MEC) do Paraguai e em manuais de escolas privadas, publicados nos anos de 2005, 2010, 2016 e 2017. Constatamos que no geral, a reprodução de atos ditos gloriosos do passado está relacionada ao poder no tempo presente. Por um lado, é a autoidentificação das elites da contemporaneidade que buscam justificar determinados personagens e fatos a fim de justificar suas próprias ações e por outro é a seleção da história que as elites não desejam que seja conhecida pela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Representações. Manual Didático. José Gaspar Rodríguez de Francia. Paraguai.

INTRODUÇÃO

O papel da história como instrumento de análise é compreender os processos fundamentais de mudança que ocorrem ao longo do tempo e do espaço. O historiador é o investigador, aquele que dialoga com as fontes, que as problematiza, que as avalia. A Historiadora Lilian Schwarcz (2019, p. 223), observa que a “história costuma ser definida como uma disciplina com grande capacidade de “lembrar”, mas adverte que “poucos se “lembram”, do quanto ela é capaz de “esquecer”. Lembrar e esquecer são partes constitutivas de um mesmo processo, são opções historicamente estabelecidas pelos operadores sociais, dentre eles o Estado, que tem um papel importante de selecionar os atos que desejam ser lembrados e transmitidos a fim de manter a ordem por ele estabelecida.

Sabemos que tanto trabalhos historiográficos como os próprios historiadores não possuem neutralidade em suas ações, porque são sujeitos históricos e interagem com os objetos pesquisados. Nesse sentido, para Flamarion Cardoso (2012), a consciência e a razão estão presentes tanto no sujeito como no objeto, deve-se ter atenção.

Nas ciências humanas e sociais, a consciência e a razão existem tanto no sujeito quanto no objeto, posto que nelas os seres humanos são tanto sujeitos quanto objetos do conhecimento,

¹ O presente artigo é uma versão modificada do artigo publicado na Revista Interinstitucional Artes de Educar.

o que torna a relação sujeito-objeto, bem como a objetividade do conhecimento científico, assuntos problemáticos. Esse ponto, antes invocado com frequência, enfraqueceu-se como critério de distinção ao descobrir-se que, também nas ciências naturais, o sujeito interage com o objeto que pesquisa e o modifica (CARDOSO, 2012, p. 01).

Imbuídos da consciência de nosso papel enquanto historiadores, buscaremos analisar as representações de José Gaspar Rodríguez de Francia nos “manuais didáticos” de história distribuídos pelo *Ministerio de Educación* (MEC) do Paraguai e manuais de escolas privadas nos anos de 2005, 2010, 2016 e 2017. José Gaspar Rodríguez de Francia (1776 e 1840), tornou-se um influente político paraguaio entre 1811 a 1840, tendo participado ativamente do processo de independência, e governado o país por três décadas, figurando na historiografia paraguaia como um grande herói.

O manual didático, como ferramenta pedagógica, é um instrumento carregado de sentidos, concentrando em sua estrutura imagens, símbolos, personagens históricos, políticos, sociais, fazendo jus à assertiva de Gilberto Freyre (2003 *apud* SCHWARCZ, 2019, p. 224), que “o passado nunca foi, o passado continua”. A estrutura do manual didático presente no espaço escolar serve como meio de difusão na edificação do “imaginário nacional”, o qual contribui para a formação, manutenção e preservação de memórias históricas e identidades sociais nos espaços escolares.

As escolas cumprem com uma dimensão social e política fundamental na sociedade e tem como função primeira a escolha dos conteúdos e das práticas críticas/reflexivas no seu currículo, na sua prática pedagógica e ensino-aprendizado dos alunos. Há uma prática de escolhas narrativas cronológicas/lineares, enfatizando “grandes heróis”, personagens políticos, sociais, em processos factuais, em detrimento de um processo de ensino-aprendizagem mais abrangente, crítico, reflexivo e problematizado.

Para Choppin (2004), os manuais didáticos escolares assumem, conjuntamente ou não, múltiplas funções e o estudo histórico destaca que os manuais didáticos exercem quatro funções essenciais variando consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, como: a época, a disciplina, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização. O autor destaca ainda quatro funções referenciais: curricular ou pragmática²; instrumental³;

2 “O livro didático é então apenas a fiel tradução do programa [...] ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações (CHOPPIN, 2004, n.p.).

3 “O livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc.” (CHOPPIN, 2004, n.p.).

ideológica e cultural⁴; e, documental⁵.

Nosso estudo coaduna-se com as novas perspectivas da história, como a ampliação das fontes e o papel da história na relação com as novas possibilidades de abordagens e perspectivas que surgiram especialmente com o terceiro período da escola dos Annales, quando ocorreu uma ruptura com a noção historicista tradicional de um tempo uniforme em progressão linear, em favor de temporalidades múltiplas.

Acontecimentos, pessoas, estruturas e processos do passado podem ser objetos de qualquer disciplina humana ou social e, às vezes, até mesmo de uma ciência natural. Tais elementos podem ser estudados historicamente porque pertencem ao passado, mas não é isso, porém, o que os torna históricos. Tornam-se históricos unicamente na medida em que forem representados como tema de um tipo especificamente histórico de escrita (CARDOSO, 2012, p. 13).

Pelo poder do Estado em aplicar ao ensino uma narrativa que lhe convenha, de exaltação de figuras míticas, fatos e personagens para enaltecer e dar sentido ao próprio conceito de nação, o manual didático de história pode se converter em um “instrumento” de propagação de narrativas nacionais, de heróis, mártires, os quais são edificadas de acordo com determinada conjuntura política e social, de determinado grupo que se destaca ou se alternam em espaços de poder governamental ao longo do tempo e espaço.

REPRESENTAÇÕES DE JOSÉ GASPAR RODRIGUEZ DE FRANCIA SEGUNDO A HISTORIOGRAFIA PARAGUAIA

A historiografia paraguaia é no geral generosa com José Gaspar Rodriguez de Francia, ele tem espaço garantido e destacada nos manuais didáticos, devido a sua atuação por mais de 30 anos no processo histórico e político do Paraguai do século XIX, período que incorpora a independência (1811) e os primeiros anos de governo. Na narrativa de exaltação, destaca-se o *Compendio de História Paraguaya* de Júlio César Chaves (2010), como um exemplo de narrativa histórica cronologicamente linear, modelo frequentemente observado em trabalhos historiográficos no caso do Paraguai e que se observa nos manuais didáticos.

Francia aparece principalmente a partir dos eventos relacionados ao processo de

4 “É a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar – e, em certos casos, a doutrinar – as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz” (CHOPPIN, 2004, n.p.).

5 “Acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal: só é encontrada [] afirmação que pode ser feita com muitas reservas [] em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia; supõe, também, um nível de formação elevado dos professores” (CHOPPIN, 2004, n.p.).

independência tanto da coroa espanhola quanto do governo de Buenos Aires. Na política, Francia aparece desde a formação do governo provisório. Segundo Chaves (2010, p. 120), *“el 16 de mayo se constituyó el gobierno provisorio, el Cuartel designó como diputados adjuntos para que gobernasen con Velasco al Dr. Francia y al capitán Juan Beleriano de Zevallos, español partidario de los patriotas”*.

O Paraguai se aclamaria um país independente a partir de 1811, no primeiro Congresso realizado 17 de junho do mesmo ano. Com a queda de Velasco, que anteriormente era governador da província, e a necessidade de organizar nova liderança, optou-se pela formação de uma Junta Superior Governativa para administração do governo, com Francia presente. Como representantes do governo foram empossados então como presidente: Tenente Coronel Fulgêncio Yegros; como *vocales*⁶: José Gaspar Rodríguez de Francia, o Capitão Pedro Juan Caballeiro, o presbítero Francisco Xavier Bogarín e Fernando de La Mora.

A historiografia paraguaia considera que Francia era a figura civil da época, considerado talentoso, perspicaz e honrado. Essa narrativa é vista frequentemente em trabalhos históricos dando ênfase a Francia como aquela pessoa que seria a melhor preparada e capacitada para estar presente fazendo parte do Governo. Essa narrativa pode estar associada a sua formação acadêmica, pois ele havia estudado e se formado em Teologia na Universidade de Córdoba em Tucuman, Argentina. Conhecedor de Rousseau, admirava Voltaire, atuava na área do direito e era conhecedor da administração dos Cabildos⁷. Além disso, também era visto como bom orador e político.

Um fato que denota sua importância no meio político e no governo, ocorre quando da sua renúncia ocasionada por não concordar com algumas posturas e atitudes dos companheiros da junta governativa. Francia se retira para sua casa localizada nas redondezas de Assunção, e seus companheiros pedem que volte a fazer parte do governo.

Chaves (2010) informa ainda que Francia tinha conhecimento e sabia da importância tanto da preservação da independência como da administração do país. Observava que seus companheiros, em questões pertinentes ao governo, tomavam decisões equivocadas e não sabiam de fato governar, pois estes entendiam mais das questões militares do que das burocracias e medidas que deveriam ser tomadas para o bem da administração do país. Tudo isso somado à falta de ambição pelo poder de seus companheiros Fulgêncio Yegros e Pedro Juan Cavallero, que não imaginavam o que o futuro destinava para ambos quando Francia se consolidasse sozinho no poder como ditador perpétuo da República.

O político Francia tinha conhecimento do governo e era bom estrategista, na sua

6 Vocales: pessoa que tem voz em uma junta ou conselho.

7 “Cabildo tanto quiere decir en latín como ayuntamiento de hombres dicen las Partidas, y ciertamente es el cuerpo colegiado que delibera sobre los intereses de las comunidades, distribuye justicia al vecindario y ejerce el gobierno del municipio.” (GONZÁLEZ, 2009 apud FRUTOS, 2009, p. 9-10).

volta como membro da junta no governo, uma de suas reivindicações foi a criação de um segundo batalhão de infantaria que ficasse subordinado a sua pessoa a suas ordens sendo o mesmo o próprio comandante. Sabia que tinha que contrabalancear as forças com seus companheiros que eram militares e agiam com medidas austeras e desproporcionais contra a população, Francia não concordava com tais atitudes.

Um dos primeiros integrantes a ser afastado politicamente da junta governativa foi Fernando de La Mora em meados de 1813, que teria sido acusado por Francia de perder um documento contendo o artigo adicional do tratado de 12 de outubro e de levar uma conduta pouco digna na vida privada. Essa atitude demonstrou que Francia tinha força política suficiente a ponto de influenciar a saída da junta governativa de Fernando de La Mora, o qual era visto como um rival. Sendo Fernando de La Mora afastado, Francia ficaria livre no governo. Chaves (2010), afirma que mesmo com o documento extraviado encontrado em seguida, a saída de Fernando de La Mora do governo foi efetivada.

A mediados de 1813 fue separado de su cargo de vocal de la Junta, Fernando de La Mora. El doctor Francia le acusó de la pérdida del documento con el artículo adicional al tratado del 12 de octubre y de llevar una conducta poco digna en la vida privada. Aunque el documento extraviado fue encontrado más tarde, la separación se hizo efectiva. Francia quedó entonces libre de todo rival en el gobierno (CHAVES, 2010, p. 127).

Após um período de governo houve a dissolução da junta governativa e outro modelo denominado de Consulado foi estabelecido com Francia e Yegros como representantes, sendo que a cada quatro meses se alternariam aquele que ficaria à frente do governo. Cada qual teria um batalhão do exército que ficaria subordinado a sua pessoa, como Yegros que era militar já estava com batalhão formado, Francia formaria o seu, escalando sobre seu mando aqueles que fariam parte desse batalhão, armas e munições seriam divididas entre ambos os lados. O objetivo desse novo governo era a “*conservación, seguridad y defensa de la República con toda la vigilancia, esmero y actividad que exigen las presentes circunstancias*” (CHAVES, 2010, p. 130).

Em certo sentido, observa que a existência de dois batalhões subordinados aos *Cónsules*, Yegros e Francia, seria a forma mais sensata de balancear as forças em caso de desavenças no governo. Do mesmo modo nota-se que Francia tinha consciência da importância que era ter um exército subordinado ao seu mando para o bom andamento tanto administrativamente, como para defesa da Independência da República que era recente e como na preservação das fronteiras, ou casos de insurgências.

Após as alternâncias entre Francia e Yegros à frente da administração do governo, Yegros se retira em meados de fevereiro de 1814 e pede a Francia que fique à frente da presidência, enquanto Yegros cuidaria daquilo pertinente ao exército pois era essa sua especialidade, e claro segundo algumas fontes, demonstrava gostar de aproveitar as coisas

comuns da vida como festas, bebedeiras.

Com as relações de comércio interrompidas na Região do Prata no período, Yegros defendia uma aproximação com o Brasil a qual Francia era contrário, pois o mesmo tinha um projeto de isolamento chegando a afirmar que “*en el Brasil abundaba todo lo que produce en Paraguay y no precisaba de ello*” (CHAVES, 2010, p. 132).

O ambiente criado com a nova composição era vantajoso para Francia, pois Yegros se ocupando da carreira militar, deixava Francia mais à vontade, que aproveita para desempenhar com uma intensa atividade administrativa e política, enquanto seu companheiro participava de constantes festas.

El 15 de junio entró el Dr. Francia a ejercer el último turno, desempeñando una intensa actividad administrativa y política, mientras su compañero asistía a constantes fiestas. Al aproximarse la fecha del nuevo congreso comenzó una campaña política preparando “un cambio de sistema gubernativo con un solo magistrado que rigiese los destinos de la República”. [...] Su intensa y bien dirigida propaganda había encarnado en el alma nacional la idea de que era él, el sostenedor de la independencia y el salvador de la patria (CHAVES, 2010, p. 132).

É possível concluir que Francia se transformaria na pessoa mais apta entre os pares para assumir o poder e governar o país, já Yegros é apresentado como um militar com pouco interesse pela parte burocrática e política da administração, sem falar no modo como vivia festejando, enquanto Francia é apresentado como aquele mais consciente da conjuntura que a jovem República atravessava, almejando também aplicar um sistema de governo onde apenas um magistrado administra-se o país.

Francia é auto aclamado durante as propagandas políticas que fazia para a população e seus pares que o apoiavam como sendo aquele que sustentaria a independência como “salvador da pátria”, discurso nacionalista em certo sentido que levará a apontá-lo e consagrá-lo futuramente como o pai da pátria paraguaia.

Com o apoio de deputados na nova assembleia, observava-se dois tipos de discurso, um direcionado para Fulgencio Yegros ‘*como buen militar*’ e outro para o Consul civil Francia, como aquele salvador da independência e bom administrador, vindo o seu nome a ser eleito em assembleia como ditador da primeira República do Sul.

Volvió a usar la palabra Molas reconociendo los méritos de Fulgencio Yegros “como buen militar”, más destaco los del Cónsul civil como salvador de la independencia y buen administrador. Agregó que por ello votaría por su dictadura e invitó a todo “buen paraguayo” a hacer lo mismo. Un diputado por la capital pidió la palabra para refutarle, pero otro de la campaña gritó: “Hay que dejarse de tantos discursos y proceder a votarlo a Carai Francia”. Esta interrupción fue aplaudida. Cerró el debate el representante de Concepción José Miguel Ibáñez pidiendo que Francia fuese elegido dictador de la primera República del Sur. Efectuada la votación su nombre fue consagrado por mayoría apreciable (CHAVES, 2010, p. 133).

Francia teria sido eleito como ditador temporal previsto para terminar o governo em 1817, porém, antes de finalizar a ditadura temporal, em primeiro de junho de 1815, o Congresso se reuniu na Catedral de Assunção para votação de novos mandatos com baixa participação, contando com apenas 150 deputados dos 300 a 1.000 mil que participavam rotineiramente. Mesmo com alguma oposição o Congresso resolveu eleger Francia como ditador perpétuo da República. Observa-se que o espírito “democrático” na jovem república paraguaia estava se enfraquecendo.

Conforme con lo prescripto por el reglamento de 1813 se reunió el Congreso el 30 de mayo. El período de la dictadura temporal finalizaba en 1817 pero el doctor Francia marchó sin demora al gobierno absoluto y perpetuo. [...] El Congreso resolvió: establecer al Dr. Francia como dictador perpetuo de la Republica ‘con calidad de ser sin ejemplar’. El Congreso se reuniría en adelante ‘cada vez y cuando el Dictador lo halle necesario’ (CHAVES, 2010, p. 136).

Francia por vezes é visto como um político tirano, cruel, sanguinário, caracterizando seu período de governo como “reino de terror”. Inclusive após se afirmar no poder como ditador perpétuo a partir de 1816, Francia sofre uma tentativa de conspiração em 1820, fato que talvez tenha ajudado a fomentar também uma visão negativa de sua imagem. Essa conspiração fora descoberta quando um dos conspiradores que havia sido aliciado a participar, em busca de se confessar, vai ao encontro de um clérigo em Assunção e o mesmo lhe orienta a delatar o plano da conspiração.

Ao saber da pretensa conspiração Francia toma atitudes rigorosas, severas, manda prender os envolvidos. Ao todo mais de cem pessoas são presas, entre os envolvidos se encontrava o Tenente Coronel Fulgencio Yegros, o qual seria fuzilado posteriormente a mando de Francia e também o Capitão Pedro Juan Caballeiro que seria preso e tiraria a própria vida dentro da prisão, ambos participaram do governo ao lado de Francia, eram próceres da independência, porém não foram poupados.

Na historiografia Francia é visto de diversas maneiras, ora mocinho, às vezes cruel, difícil de ser explicado, porém ainda na atualidade o fenômeno Francia continua sendo um caso ímpar, singular, único na América do Sul. Para Carreras (1992), a interpretação tradicional sobre a origem do termo “reino de terror”, dirigida ao período de governo de Francia, teria sido pronunciado pelos irmãos Robertson, europeus que teriam vivido por um período no Paraguai do século XIX. “*La interpretación tradicional, y sin duda la más conocida, ve en el Dr. Francia a un tirano sangrento que mantuvo a su país aislado y sometido a un régimen despótico calificado como ‘Reino del Terror’, expresión, acuñada por los Hermanos Robertson (1839)*” (CARRERAS, 1992, p. 17).

Carreras analisa ainda que existe um esforço feito pelos historiadores do século XX para tentar explicar o fenômeno Francia com várias abordagens e perspectivas antagônicas. Günter Kahle (1962), em sua tese, aborda Francia como aquele que teve um papel

preponderante no processo de formação da consciência nacional paraguaia. Já para Richard White (1978), Francia teria implantado um projeto revolucionário autônomo e popular. Por seu turno, Júlio Cesar Chaves (1964), faz um esforço a partir de diversas análises documentais a fim de buscar manter determinada imparcialidade no seu trabalho, mas com estilo positivista não consegue esconder sua simpatia pela aristocracia assuncionenha.

Entre outros autores historiadores e sociólogos destaca-se Edward Lucas White (1996), que fez de Francia protagonista de uma novela editada nos Estados Unidos, e o poeta Pablo Neruda (1970), que dedicou um poema que situa Francia como um dos traidores e executores da América Latina. Augusto Roa Bastos (1974), deu fama universal com sua novela denominada de *Yo el Supremo*, surgindo com esta obra discussões entre os críticos literários, até que ponto poderia ser atribuído um caráter de ditador ou não ao protagonista.

Segundo Carreras (1992), a visão negativa sobre Francia aparece muito por causa dos seus rivais que fez em sua trajetória de vida tanto no Paraguai como em Buenos Aires a época, principalmente a obra de Mariano Molas (1868), Bartolomé Mitre (1858), e a obra de Domingos F. Sarmiento (1977). Foram os autores do século XX, como Cecilio Báez (1910) e Efraím Cardozo (1949), que abriram caminho para uma nova interpretação de um Paraguai isolado por Francia diante da conjuntura que se encontrava o país na região. Já Juan P. Benítez (1937), tratou de buscar as bases sócio-políticas que fizeram possível a sustentação da ditadura.

Para John H. Williams (1979), Francia buscava construir uma sociedade igualitária, destaca a destruição econômica, política e social da elite, a manutenção da segurança nacional em relação as ameaças exteriores como de indígenas, diversidade na produção e sobretudo a própria criação de uma nação. Dieter Senghaas (1977) e Frieder Schmelz (1981), concordam que Francia manteve um modelo de desenvolvimento autocentrado, chegando à conclusão que este teria sido o único caso aplicado na história da América Latina.

Popularmente no Paraguai seu governo é conhecido por ter realizado uma reforma agrária de caráter radical, diversidade na produção promovida pelo governo por motivo de seu isolamento, controle estatal do comércio exterior e da economia em geral voltada aos interesses da população.

REPRESENTAÇÕES DE JOSÉ GASPAR RODRIGUEZ DE FRANCIA NOS MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO PARAGUAI

Para o referido artigo analisaremos quatro manuais didáticos para escolas públicas: O primeiro destinado a oitava série do ensino fundamental: MOREIRA, María Graciela

Monte de Lopez; ROMERO, Ana Carolina Reyes; DÁVALOS, Juana. **Historia y Geografía**. 8º. Ministerio de Educación y Cultura – MEC, Viceministerio de Educación. Editorial Don Bosco: Asunción, 2005; o segundo destinado ao ensino médio: EQUIPO EDITORIAL. **Historia y geografía. Segundo Curso**. – Equipo Editorial. – Asunción: Editorial Atlas, 2017. Na sequência analisaremos duas obras destinadas as escolas privadas, destinadas ao segundo e terceiro anos do ensino médio: IBÁÑEZ, Felisa. **Historia y Geografía**. Recursos Facilitadores de Enseñanza – Aprendizaje, Con Capacidades, Indicadores y Test de Evaluación. Editora Book Sellers. Nemby – Paraguay. 2016; IBÁÑEZ, Felisa. **Historia y Geografía**. Recursos Facilitadores de Enseñanza – Aprendizaje, Con Capacidades, Indicadores y Test de Evaluación. Editora Book Sellers. Nemby – Paraguay. 2010. Notemos que toda as obras foram publicadas no século XXI.

Numa análise geral, constatamos que as narrativas históricas contidas nos manuais didáticos analisados estão estruturadas cronologicamente e lineares, apresentando a José Gaspar Rodríguez de Francia como um dos próceres da independência. Ele é exaltado como grande líder que vai se afirmando lentamente no poder a partir de suas habilidades e amor à pátria. Ele representa o nacionalismo paraguaio, que o direciona como o pai da pátria paraguaia. O manual didático de história e geografia direcionado a 8º série, confeccionado no ano de 2005, fornecido pelo MEC, reproduz a narrativa cronológica e enaltecida da figura da Francia. Curiosamente para essa obra a história do Paraguai tem início em 1811, quando o Estado paraguaio passaria por um breve governo provisório, com a instituição de uma Junta Superior Governativa. Posteriormente, outro período de governo o qual foi denominado de Consulado e finalmente um governo denominado Republicano Ditatorial ou Ditadura Temporal e por último Ditadura Perpétua.

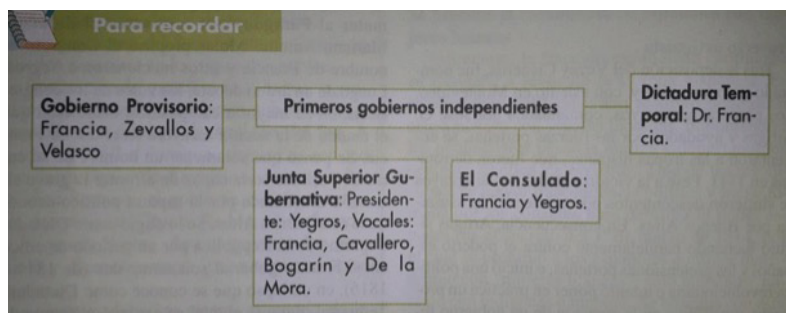
O nome de Francia é destacado com maior proeminência a partir do governo provisório em 1811, com destaque para algumas de suas ações como a destituição de Fernando de La Mora do governo, sua ênfase na elaboração do primeiro documento do Paraguai Independente denominado de *El Reglamento de Gobierno de 1813* (MOREIRA; ROMERO; DÁVALOS, 2005, p. 124).

Observa-se que o manual apresenta em suas narrativas as ações de Francia de forma cronológica durante todos os períodos e formas de governo. Apresenta Francia como aquela pessoa que parece ser o mais apto a representar o governo paraguaio. Observação destacada acima, possivelmente considerada pela formação de Francia onde o mesmo estudou em Córdoba, atuava como advogado e conhecia das questões ligadas ao “*Cabildo*”.

El 3 de octubre de 1814 abrió sus sesiones el tercer Congreso presidido por el doctor Francia, quien aconsejó el gobierno unipersonal para la mejor defensa de la república. [...] “Se pensó que solamente un hombre de su carácter y talento sería capaz de afrontar la grave situación ocasionada por la ruptura político-económica con Buenos Aires (MOREIRA; ROMERO; DÁVALOS, 2005, p.125).

O manual didático apresenta em sua estrutura um “mapa mental” (figura 01) direcionado para facilitação da didática do professor e assimilação do aluno e assim poder recordar os períodos de governo em que Francia se encontra em todas as fases de governo, sempre estruturado cronologicamente.

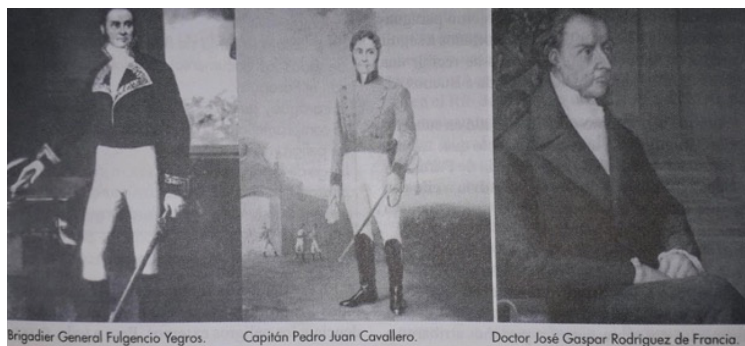
Figura 01: quadro cronológico, “para recordar”.



Fonte: MOREIRA; ROMERO; DÁVALOS, 2005, p. 126.

A estrutura do quadro cronológico acima, contida no manual serve de suporte ao professor na facilitação da prática pedagógica e didática no contexto do ensino aprendido bem como voltado para certa facilitação da assimilação e, ou memorização do aluno.

Figura 02: La Junta Superior Gubernativa: General Fulgencio Yegros, Capitán Pedro Juan Cavallero, Dr. José Gaspar Rodriguez de Francia.



Fonte: MOREIRA; ROMERO; DÁVALOS, 2005, p. 119

Normalmente encontra-se presentes muitas imagens em manuais didáticos principalmente as figuras ilustres de próceres de independência. Na imagem acima (figura 02), observa-se os três próceres da independência que mais se destacam no manual da 8ª série de 2005, da esquerda para a direita: Fulgencio Yegros, Pedro Juan Cavallero e José Gaspar

Rodriguez de Francia. Na figura 02, Francia é representado com os cabelos pretos, semblante de homem formado, mas ainda jovial, diferente de outros períodos, dependendo da fase de governo sua imagem é representada de outra maneira, às vezes mais jovem com cabelo preto, às vezes mais velho com cabelo branco. Esse recurso metodológico está associado a imagem que o manual deseja passar aos estudantes, se a imagem de virilidade e força ou de astúcia e sabedoria.

O segundo manual analisado é sobre o conteúdo de história e geografia do 2º ano do ensino médio, produzido em 2017 e distribuído pelo MEC. Por ser direcionado ao ensino médio, esse manual apresenta uma narrativa mais abrangente sobre o governo de Francia problematizando variados aspectos, mas mantendo a ênfase para a exaltação da figura de Francia. Contém um número maior de imagens que retratam os próceres da independência. A estrutura não é diferente daquele presente no primeiro manual. O encadeamento da narrativa atribui destaque para as imagens de Francia e sua jornada no governo.

Logo no início da unidade, no capítulo 8, a imagem de Francia é destacada, apresentando tanto para o professor como o aluno que o tema a ser tratado nesse capítulo será o governo de José Gaspar Rodríguez de Francia. Como é início do capítulo, as narrativas começam com os primeiros eventos destacando sobre os primeiros governos independentes. Francia é representado como homem popular, pessoa simples, do povo, andando pelas ruas, um estilo jovial, de cabelos pretos associado ao começo da vida política, semblante sério, franzido, aludindo uma imagem de seriedade, coragem, valentia e compromisso.

Figura 03: Imagem de Pedro Juan Cavallero, Fulgencio Yegros e José Gaspar Rodríguez de Francia. Museu Casa da Independência



Fonte: Museo Casa de la Independencia. Foto del Banco de Imágenes Atlas Representaciones (EQUIPO EDITORIAL, HISTÓRIA Y GEOGRAFIA, 2017, p. 84).

A imagem acima (figura 03) apresenta os três próceres que mais se destacam no manual didático. Francia aparece muito mais nas narrativas historiográficas como também a sua imagem. Na imagem acima o primeiro a esquerda é Pedro Juan Cavallero, no meio Fulgencio Yegros e na direita Francia, porém retratado agora de cabelos brancos, aparentando um Francia mais maduro.

Na imagem abaixo (figura 04) Francia se encontra no Panteão Nacional dos Heróis, espaço que começou a ser construído como templo católico no século XIX desde o período de Solano Lopez, tendo sido terminado somente no século XX, onde hoje se encontram também os restos mortais de Carlos Antônio Lopez e Solano Lopez e um espaço de preservação das memórias de culto aos heróis da pátria.

Figura 04: Imagem de Francia Panteão Nacional dos Heróis.



Imagen del doctor José Gaspar Rodríguez de Francia.
Panteón Nacional de los Héroes.
Foto de Banco de Imágenes Atlas Representaciones.

Fonte: Foto de Banco de imágenes Atlas Representaciones (EQUIPO EDITORIAL, HISTÓRIA Y GEOGRAFIA, 2017, p. 92)

No manual de história e geografia do ensino médio do 2º ano de escola privada confeccionado no ano de 2016 nota-se que a estrutura não muda muito. Da mesma forma que os manuais das escolas públicas, este se concentra nas narrativas cronológicas, linear, com uso de imagens e textos associado as atividades em sequência.

Pelo Primeiro Congresso Nacional, em 17 de junho de 1811, foi estabelecido algumas mudanças como a saída definitiva do ex-governador Velazco do governo e a designação de uma nova forma de governo a qual ficou denominada de Junta Superior Governativa.

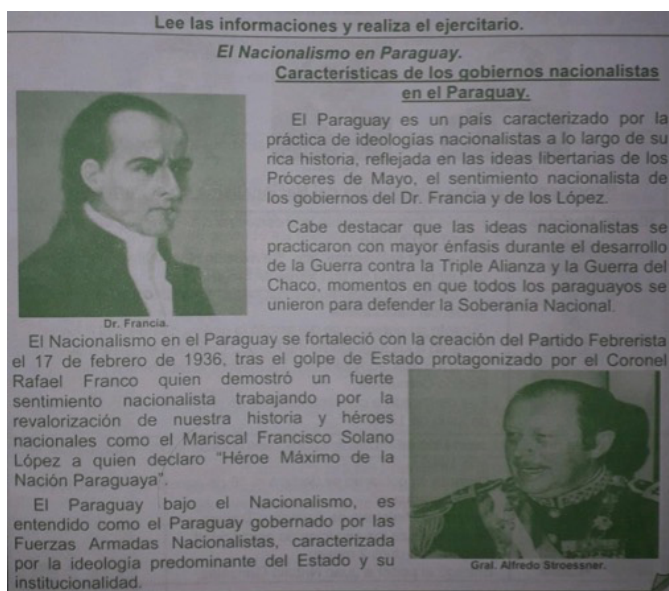
A Junta foi formada então por Dr. Fernando de La Mora à esquerda, o qual seria destituído do governo mais adiante por Francia; o Capitão Pedro Juan Cavallero, o qual seria preso por conspiração a partir de 1820 e que morreria na prisão tirando sua própria vida; Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia, também na imagem representado com cabelos pretos, referência ao início de sua jornada na política; e o Tenente Coronel Fulgencio Yegros, o qual ficou a cargo a Presidência da Junta, mais tarde viria ser também acusado de conspiração em 1820 sendo então fuzilado.

O manual de história e geografia do 3º ano do ensino médio confeccionado no ano de 2010 de escola privada, na sua estrutura se aproxima do anterior com imagens, textos e atividades, são confeccionados pela mesma autora e editora, apenas os conteúdos que variam, lembrando que são voltados para turmas de anos diferentes.

Contudo nesse do 3º ano, no capítulo um, onde trata sobre a temática “Liberalismo e Nacionalismo”, a imagem de Francia está totalmente relacionada ao Nacionalismo no Paraguai, e o que chama atenção é a imagem do General Alfredo Stroessner (ditador paraguaio de 1954-1989) ao lado da sua, além das páginas sequenciais do capítulo trazerem outras personalidades, intelectuais e históricas que apoiaram o nacionalismo paraguaio.

Na imagem abaixo (figura 05), o texto traz uma narrativa a qual associa a presença do sentimento nacionalista ao longo da história paraguaia, ideias libertárias, nacionalistas que estiveram em voga principalmente durante os eventos da Guerra contra a Tríplice Aliança e a Guerra do Chaco.

Figura 05: Nacionalismo paraguaio: Francia e Stroessner dividem a mesma página da história



Fonte: IBÁÑEZ, 2010, p. 25.

Observa-se a partir das narrativas historiográficas que o sentimento nacionalista esteve presente nos processos de independência do Paraguai representado pela imagem de Francia, como nos eventos da guerra contra a Tríplice Aliança, que remete a Lopez, e a do Chaco contra a Bolívia. Na imagem acima (figura 05) vemos uma associação entre a imagem de Francia e Alfredo Stroessner relacionada ao nacionalismo onde se associa aos militares. Por mais negativo que uma ditadura seja, o nacionalismo está imbuído no contexto como algo bom que se relaciona a nação, sendo atribuído às instituições militares e aos seus representantes.

Entretanto observa-se que após os eventos da guerra contra a Tríplice aliança, ocorreram algumas mudanças no modo de pensar e olhar para esse passado, ocasionado com a reestruturação de uma nova política e a influência investida pelos vencedores da guerra. Somou-se a esses eventos um movimento posteriormente por parte de autores liberais, movimento de deslegitimação dos governos anteriores principalmente de figuras como Dr. Francia, Antonio Lopez e Solano Lopez, encabeçado principalmente pelo intelectual Cecílio Baez (1862-1941), entre outros que formavam a geração que ficou conhecida como a geração de “Novecentos” (900)⁸. Segundo Lima (2018), o governo de Francia e

⁸ Os novecentistas, denominação pelo qual também ficou conhecida esta geração, compreende os nascidos entre 1870 e 1880. Sendo que suas atuações nos campos cultural e intelectual se concretizaram a partir da década de

os Lopez foram caracterizados como governos “decimonónicos”⁹.

Sendo assim, Solano López também era apontado como o responsável pelo conflito e por suas consequências devastadoras. Tais desvirtuamentos também se estendiam aos demais governos decimonónicos, de Gaspar Rodríguez de Francia e Carlos Antonio López, por razão da centralização dos poderes estatais e a condição de isolamento político e econômico que teriam caracterizado seus governos. (LIMA, 2018, p.21).

Em contrapartida em resposta aos ataques de liberais como Cecílio Baez (1862-1941), que criticavam e caracterizavam os governos anteriores como “decimonónicos”, a defesa do nacionalismo e atribuição aos feitos dos governos antepassados, ficou a cargo do então também intelectual Juan Emilio de O’Leary (1879-1965), colorado, que também fazia parte da geração “novecentista”.

Segundo Lima (2018), o resultado desses embates entre estes intelectuais teria ficado favorável para O’Leary (1879-1965), que buscava reconstruir esse passado com suas narrativas, e de certa forma confortava seus leitores, pois a sociedade buscava se recuperar ainda do trauma da guerra no começo do século XX, procuravam olhar para este passado como um período glorioso, comparando como uma idade de ouro, de bem estar, de bonança, e riqueza, pois ao contrário, segundo suas concepções, teriam sido seus vizinhos os vencedores que os colocaram em tal situação em que se encontravam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história e o ofício do historiador são relevantes nos registros das memórias das sociedades ao longo do tempo e espaço. Nesse sentido, o uso da história também contribui para edificação de sentimentos de identidades nacionais, de pertencimento, de culto a “heróis”, que são edificados ao longo do tempo. Este processo inclui também a produção de esquecimentos, e depende da abordagem do historiador, do período, dos fatos, das memórias, das instituições e espaços de poder.

As narrativas cronológicas, lineares presentes nos manuais didáticos aqui tratados influenciam na formação, preservação e construção das identidades sociais nos espaços escolares. A escola tem na sua origem a função de moldar os alunos desde tenra idade de acordo com programas e políticas educacionais aliado ao currículo, os quais são confeccionados de tempos em tempos e que sofrem influência daqueles que se encontram nos espaços de poder de uma nação e suas instituições.

Nota-se que as narrativas cronológicas/lineares dos manuais didáticos públicos e privados e as narrativas apresentadas marcaram o período da independência paraguaia, com

1900. (LIMA, 2018, p. 22).

9 Dicionário infopédia – 1- oitocentista, do século XIX / 2. pejorativo antiquado fora de moda.

destaque para a imagem de Francia em silenciamento aos processos, ênfase também para datas e fatos relacionados aos períodos de governo, enaltecendo também o nacionalismo. A história sobre o processo de independência nos manuais didáticos, carrega um significado maior, porque nas sociedades contemporâneas a independência é caracterizada como o nascimento da Nação. Ela inaugura o sentimento de próprio, do específico. Mesmo que populações latino-americanas foram sacrificadas em nome da independência, o sentido de Nação tem ocupado um espaço consideravelmente maior nos manuais didáticos. Na criação na Nação paraguaia os indígenas não aparecem no processo, como se eles não existissem no Paraguai oitocentista.

Concluimos, portanto, que a escola, currículo e os manuais didáticos não são neutros e, no caso em especial, reproduzem e exaltam uma certa harmonia, justificando que a eliminação da oposição era justa e necessária para engrandecimento da pátria. Francia passa a ser o exemplo do herói a ser seguido, da referência de patriotismo e entrega total em nome do povo. Os manuais praticamente não abrem espaços para novas interpretações e problematizações, com abordagens críticas e reflexivas que proporcionem aos alunos a refletirem e pensarem, educando sujeitos críticos/reflexivos, atuantes e não passivos, que se moldam pelo sistema. É como se o manual alertasse: ‘a história já vem pronta, não ousem mudar’.

ABSTRACT: *The article aims to analyze how didactic materials for elementary education reproduce the history of elites, in general the “official history”. In this work we will analyze the case of José Gaspar Rodríguez de Francia in the “didactic manuals” of history in the education network in Paraguay. We intend to problematize the construction of your public image through the historical narratives around you in the official textbooks of history distributed by the Ministry of Education - (MEC) of Paraguay and in textbooks of private schools, textbooks of the years 2005, 2010, 2016, 2017. We found that in general, the reproduction of past glorious acts is related to power in the present time. On the one hand, it is the self-identification of contemporary elites who seek to justify certain characters and facts in order to justify their own actions, and on the other hand, it is the selection of history that elites do not want to be known by society.*

KEYWORDS: *Representations. Didactic Manual. José Gaspar Rodríguez de Francia. Paraguay.*

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. Tradução Vinicius Figueira. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 235 p.

AVILA, S. J. Z. de. **O mundo do trabalho e educação**. [S.l.], [2016-1018]. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/> Acessado: 24 nov. 2019.

FRUTOS, J. C. **Actas del cabildo de la asunción (1822-1824)**. Asunción: Biblioteca del Bicentenario, Servilibro, 2009. 186 p.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. ed.rev. São Paulo: Global, 2003. 481 p.

CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 23, jan./jun. 2011.

CHARTIER, R. Rappresentazione della Pratica, Pratica della Rappresentazione. **Quaderni Storici**, n. 92, ano XXXI, n. 2, p. 487-493, 1996.

CHAVES, J. C. **Compendio de Historia Paraguaya**. Intercontinental Editora: Asunción, 2010. 298 p.

CARDOSO, C. F. Apresentação. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.) **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 1-19.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educ. Pesqui.** v.30, n. 3, set./dez. 2004.

GOODSON, I. F. **A Construção Social do Currículo**. (Educa Currículo). Lisboa: 1997. – Equipo Editorial. Asunción: Editorial Atlas, 2017. 111 p.

EQUIPO EDITORIAL. **História y geografía**. Segundo Curso. – Equipo Editorial. – Asunción: Editorial Atlas, 2017. 206 p.

MOREIRA, A. F. B. Currículo, Utopia e Pós Modernidade. In: MOREIRA, A. F. B. (Orgs). **Currículo**: Questões atuais. Coleção Magistério. Formação e Trabalho pedagógicos. Campinas, SP: Papirus, 1997. 198 p.

IBÁÑEZ, F. **Historia y Geografía**. Recursos Facilitadores de Enseñanza – Aprendizaje, Con Capacidades, Indicadores y Test de Evaluación. Nemby – Paraguay: Editora Book Sellers, 2010. 120 p.

IBÁÑEZ, F. **História y Geografía**. Recursos Facilitadores de Enseñanza – Aprendizaje, Con Capacidades, Indicadores y Test de Evaluación. Nemby – Paraguay: Editora Book Sellers, 2016. 120 p.

LIMA, L. C. de. **Stroessner**: biografia, história e propaganda, 1972-1979/. 2018. 81 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos) – Universidade Federal da Integração Latino-americana – UNILA. Foz do Iguaçu, PR. 2018.

MOREIRA, M. G. M. de L.; ROMERO, A. C. R.; DÁVALOS, J. **Historia y Geografía**. 8º. Ministerio de Educación y Cultura – MEC, Viceministerio de Educación. Asunción: Editorial Don Bosco, 2005. 374 p.

RÜSEN, J. El libro de texto ideal. Reflexiones en torno a los medios para guiar las clases de historia. **Iber**: Didáctica de las ciencias sociales. geografía e historia, v. 4, n. 12, p.

79-93, abril, 1997.

SKINNER, Q. **Language, Política e Historia**. Bernal: Univ. Nacional de Quilmes, 2007. 340 p.

SANTOS, D. V. C. Acerca do Conceito de Representação. **Revista de Teoria da História**, ano 3, n. 6, dez/2011. 27 p.

OSNI CESAR DA LUZ LEAL

Graduado em História – América Latina na Universidade Federal da América Latina. Pós-graduado em ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA E AMÉRICA LATINA pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil (2019). Mestrando no Programa de Pós Graduação em História (PPGHIS/UNILA). Pesquisador da história paraguaia no século XIX.

CLOVIS ANTONIO BRIGHENTI

Professor de História das Sociedades Indígena na América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS). Coordenador do Observatório da Temática Indígena na América Latina (OBIAL); é colaborador do Conselho Indigenista Missionário do qual foi membro entre 1988 a 2014. É assessor do Conselho Continental da Nação Guarani - CCNAGUA. Autor do Livro **Estrangeiros na Própria Terra: Presença Guarani e Estados Nacionais**, Ed. ARGOS/EdUFS.

INDEPENDENCIAS, HISTORIOGRAFÍA Y CULTURA ESCOLAR

Christian Anthony Rodriguez Aldana
Hernán Venegas Marcelo

RESUMO: O trabalho trata das independências na América Espanhola e Portuguesa. Foi estudado o tema nos currículos da graduação de seis universidades no Brasil e no Peru. Resgata-se parte importante da historiografia sobre as independências desde François-Xavier Guerra até João Paulo G. Pimenta, um período de pouco mais de duas décadas. Esse resgate crítico da historiografia das independências incorpora uma reflexão sobre os monumentos celebrativos e sobre o ensino de História. Do ponto de vista teórico, este trabalho se inspira e dialoga com o campo do ensino de história e é norteado por certo espírito da história da historiografia. Espera-se que ele contribua para oxigenar os estudos sobre as independências e sua dimensão curricular, aproximando acadêmicos, professores e pesquisadores peruanos, brasileiros e latino-americanos.

PALAVRAS-CHAVE: Independência. Cultura Escolar. Historiografia. Peru. Brasil

INDEPENDENCIAS, UNIVERSIDADES PERUANAS Y BRASILEÑAS

Según Tulio Halperín Donghi las revoluciones de Independencia en Hispanoamérica fueron al mismo tiempo, “un conflicto militar, un proceso de cambio político y una rebelión popular” (ROJAS, 2009, p. 11 *apud* HALPERÍN, 1972, p. 123- 167). El amplio número de interpretaciones que propicia esa definición es proporcional a la variedad de la historiografía existente sobre el tema. Muestra de esa variedad son los siguientes libros: **Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas**, de François-Xavier Guerra (1992); **La independencia de la América española** (1996) y **Revolución, independencia y las nuevas naciones de América** (2005), de Jaime E. Rodríguez; **1808. La eclosión juntera en el mundo hispánico** de Manuel Chust (2007); **Nación y Estado en Iberoamérica. El lenguaje político en tiempos de las independencias**, (2004) de José Carlos Chiaramonte y **A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)** de João Paulo Garrido Pimenta (2015). Estos libros integran las ofertas curriculares de las universidades peruanas y, en menor medida, de las universidades brasileñas. Nos referimos a las siguientes universidades brasileñas: Universidad de São Paulo (USP), Universidad Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidad Federal Fluminense (UFF) y la Universidad Federal de la Integración Latino-Americana (UNILA). Para el Perú hemos seleccionado la Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP) y la Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM)¹.

¹ Tal selección se llevó a cabo considerando la familiaridad de los autores con las universidades mencionadas y la posición que ocupan en el Academic Ranking of World Universities de Shanghai. (Disponible en: <http://www.shanghairanking.com/ARWU2019.html>) y la nota CAPES (entre 6 y 7 puntos), para las maestrías y doctorados en Historia en el Brasil (Relatório de Avaliação 2013-2016 / Disponible en: http://propgdb2.unesp.br/sucupira/documentos/relatorio_avaliacao/49.pdf). Además, para el caso de las universidades peruanas, la PUCP y UNMSM son consideradas como las más representativas

Para el caso de las universidades brasileñas, el tema de las independencias está incluido en disciplinas, de tipo “obligatorias” como: “Historia Ibérica II”, “Historia del Brasil Colonial II”, “Historia del Brasil Independiente I” e “Historia de la América Independiente I”. Estas constan en el Plan de Estudios de la Universidad de São Paulo². No identificamos disciplinas de tipo optativas referidas al tema de las independencias. Sin embargo, el tema puede ser objeto de las disciplinas que llevan como título “Tópicos Especiales”, lo que se cumple para las universidades brasileñas aquí analizadas. Otra universidad brasileña, la Universidad Estadual de Campinas (UNICAMP), sigue un patrón similar, o sea, el tema de las independencias está incluido en disciplinas de tipo obligatorias³. Ellas son: “Historia de América II” e “Historia del Brasil II”. Para el caso de la Universidad Federal Fluminense (UFF) el tema de las independencias también sigue el mismo patrón. Así, es posible encontrar apenas su estudio en disciplinas como: “Historia de América II” e “Historia del Brasil II”⁴. En el plan de estudios de las instituciones mencionadas tampoco encontramos disciplinas sobre Historia de España o Historia Iberoamericana. Esas disciplinas podrían ofrecer un espacio curricular, de alcance más atlántico, para el tema de las independencias de las ex-colonias ibéricas en América.

Para el caso de las universidades peruanas como la Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP) y la Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM), la temática de las independencias está presente en varias disciplinas de tipo obligatorias. Según consta en el Repositorio Digital de la PUCP, “Historia del Perú 3: siglo XVIII e Independencia” e “Historia de América Contemporánea: siglo XIX-XXI” son las dos disciplinas que tratan sobre la temática. La independencia también es objeto de disciplinas electivas como: “Historia Andina Republicana: migraciones y fronteras”. En la “Decana de América”, tal como se le conoce a la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, identificamos que el tema de las independencias es tratado en disciplinas, también de tipo obligatorias. Ellas son: “Proceso Histórico Cultural del Perú”, “Perú de los Borbones e Independencia (1780-1826)” y “América: Independencia y República”. A diferencia de la PUCP y según nuestra investigación, no encontramos su presencia en disciplinas electivas. Las informaciones extraídas constan en el Plan de Estudios de la Escuela Académico Profesional (EAP) de Historia⁵. En relación a los libros y autores citados anteriormente puede afirmarse que ellos hacen parte de la bibliografía que se encuentran en los sílabos

del país en el área de ciencias sociales y humanas.

2 Plan de Estudios del “Bacharelado” en Historia de la Universidad de São Paulo. Disponible en: <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codeg=8&codcur=8030&codhab=103&tipo=N>.

3 Plan de Estudios del “Bacharelado” y “Licenciatura” en Historia de la Universidad Estadual de Campinas. Disponible en: <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/pf-ifch/public-files/graduacao/projeto-pedagogico-historia.pdf>.

4 Plan de Estudios del “Bacharelado” y “Licenciatura” en Historia de la Universidad Federal Fluminense. Disponible en: <http://graduacaoohistoria.sites.uff.br/programa-de-disciplinas-2020-1/>.

5 Plan de Estudios de la Escuela Académico Profesional de Historia de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Disponible en: https://csociales.unmsm.edu.pe/images/Reporte_Planes_EP_Historia_Plan_Estudios_2018.pdf.

de las universidades peruanas. La excepción es el libro de João Paulo Garrido Pimenta. A su vez, en las universidades brasileñas si bien constan los autores en las bibliografías de las disciplinas mencionadas, no siempre encontramos los libros aludidos. Una referencia bibliográfica común es François-Xavier Guerra, con su clásico **Modernidad e Independencias. Ensayos sobre las Revoluciones Hispánicas**. Otros autores como Rafael Rojas y Elías J. Palti integran los textos orientados para el estudio de las independencias en universidades brasileñas.

LECTURAS Y GEOGRAFÍAS DE LAS INDEPENDENCIAS

Una de las “lecturas” inevitables sobre las independencias es, precisamente, **Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas, libro de François-Xavier Guerra, de 1992** - en adelante FXG.. Tomamos este libro como punto de partida para caracterizar la historiografía sobre las independencias en este epígrafe. **Modernidad e Independencias...** aporta una reflexión singular sobre la Ilustración, sobre la Modernidad y sobre el contexto hispanoamericano. Esa singularidad aludida por FXG se debe a la convergencia de dos procesos: la modernidad y la independencia, pocas veces así tratados por la historiografía que lo antecede. La modernidad llega al mundo hispánico a través de la revolución, siendo este un proceso que a partir de 1808 marca el inicio de una época de profundas transformaciones en Hispanoamérica. En este año comienza la “Revolución Liberal” en España y en América las Independencias. Esta misma independencia, según la interpretación de Guerra, puede entenderse como un proceso único iniciado con la irrupción de la Modernidad en una Monarquía de Antiguo Régimen. El resultado final de este proceso fue la desintegración del “mastodóntico imperio” español en varias repúblicas⁶ - la frase entre comillas la tomé prestada de José María Portillo⁷⁷. También, a partir de 1808, sobre todo, con la crisis monárquica que reforzó una de tipo imperial de larga duración (PORTILLO, 2012), la ruptura del imperio español en América fue irreversible. Otro de los argumentos centrales de FXG se refiere a las Revoluciones Hispánicas. Tales revoluciones no pueden ser reducidas a cambios económicos, sociales o institucionales. Más bien, el énfasis está dado en otra característica: la conciencia de los actores. Una conciencia nueva, individual y conocedora de estar fundando un nuevo individuo, una sociedad nueva y una política nueva que separa al individuo de los vínculos con la antigua sociedad estamental. Surge pues, continúa FXG, una nueva sociedad de tipo contractual

⁶ Entre 1810 y 1825, el imperio español en América perdió los territorios correspondientes a Argentina, Chile, Perú, Ecuador, Bolivia, Venezuela, Colombia, México, América Central, Paraguay, Uruguay, Santo Domingo y la Florida.

⁷ La caracterización del término “mastodóntico imperio” pertenece al catedrático español José María Portillo. Mastodóntico es sinónimo de pesado, una metáfora utilizada por Portillo para referirse al “imperio” español de finales del XVIII. PORTILLO, José María. El tiempo histórico del primer constitucionalismo en el Atlántico hispano. **Revista Almanack**. Guarulhos, n. 4, p. 101-112, 2º semestre de 2012.

y una nueva política: expresión de un nuevo soberano, el pueblo (GUERRA, 1992, p. 12-13).

Junto al avance del absolutismo en el siglo XVIII aparece lo que FXG denomina como una “gran mutación cultural”: la modernidad. Ella representa “un conjunto de mutaciones múltiples en el ámbito de las ideas, del imaginario, de los valores, de los comportamientos” (GUERRA, 1992, p. 23). Elementos centrales de la modernidad según FXG son: la pedagogía política de la prensa revolucionaria española, la apología al régimen representativo, la imprenta, el poder de la opinión pública y la lectura. Otro argumento de interés en Guerra es que existe una compleja relación entre las revoluciones Francesa e Hispánicas. La complejidad de esa relación se debe a las semejanzas y diferencias que hay entre ambas. Las semejanzas se deben a que ambas provienen de un patrimonio romano y germánico común, gozan de un universo cultural análogo (como el despotismo instaurado por la Casa de Borbón) y, además, poseen una evolución política similar en contextos diferenciados. En cuanto a sus diferencias, el catolicismo es un elemento de destaque. Él es parte esencial de la identidad hispánica a diferencia de Francia. Esto nos explica por qué durante los años iniciales de las Revoluciones Hispánicas los conflictos religiosos no fueron su característica principal. Además, España no desarrolla el radicalismo social que sí generó la Revolución Francesa, no hubo una reacción señorial significativa y tampoco un amplio sentimiento antinobiliario. La Revolución Francesa se enfrentó a la monarquía y la Revolución Hispánica se hizo en ausencia de él y combatiendo en su nombre. Pues esta última, a diferencia de la francesa, va a disponer de un cúmulo de nuevas referencias como las ideas, símbolos, imaginarios y experiencias constitucionales (GUERRA, 1992, p. 33- 35). Finalmente, **Modernidad e independencias...** es una obra de una gran influencia, tanto que diecinueve años después de haber sido publicada, ocasionó un interesante debate. Este fue realizado sobre el carácter de las “Revoluciones Hispánicas” y tuvo como protagonistas a los investigadores Medófilo Medina Pineda y Roberto Breña⁸.

En cuanto a las convergencias y divergencias en torno a **Modernidad e independencias...** es importante destacar las reflexiones del historiador Elías J. Palti en su libro **El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado** (2007). Allí Palti señala que el libro de FXG es una novedad historiográfica en lo concerniente a las revoluciones hispánicas. Guerra realiza una renovación radical en el ámbito de la historia de las ideas y contribuye con crear herramientas conceptuales como la “mutación cultural” (PALTI, 2004, p. 44-45). Confiere un importante relieve al contexto de enunciación siendo este un aspecto inherente a los discursos y donde se articulan las transformaciones conceptuales. Sin embargo, también argumenta que esta propuesta termina siendo un enfoque teleológico

⁸ El artículo de Medófilo Medina Pineda, la crítica que le hace a este artículo Roberto Breña y la respuesta de Medina Pineda se encuentran disponibles en: <https://www.historiapolitica.com/dossiers/fxguerra/>. Acceso en: 1 oct. 2020.

e historicista donde la modernización de la política termina resultando inevitable. Sobre la formación de las naciones en América Latina, FXG nos menciona su imposibilidad por carecer de algunos elementos socioculturales de cohesión como la lengua, las tradiciones comunes o el folclore, componentes que formaban parte del imaginario nacional europeo. No obstante, Palti considera que esto no constituye un error sino que era un signo de la modernidad política de América Latina para el siglo XIX, justamente lo que hacía de este proceso histórico algo también revolucionario.

Otro de los libros que prioriza una reflexión de carácter político, junto a **Modernidad e independencias....** es **La independencia de la América española**, del historiador ecuatoriano Jaime E. Rodríguez. Publicado por primera vez en 1996 y contemporáneo al texto de FXG, este libro también es una referencia bibliográfica constante en los cursos de historia de pregrado y postgrado de universidades de América Latina. Un argumento central de Jaime E. Rodríguez trata sobre el surgimiento de las naciones latinoamericanas, específicamente, cuando menciona que fue la crisis y fractura de la monarquía española la que propició la aparición de las naciones latinoamericanas y no al contrario (RODRÍGUEZ, 1996, p. 26). Para Rodríguez, entre la segunda mitad del siglo XVIII y principios del XIX el mundo español experimentó una notable transformación. Tal transformación se constató en los siguientes aspectos: aumento demográfico, aparición de la “clase media”, crecimiento de la economía y el triunfo de la Ilustración. Los reinados de Carlos III (1759-1788) y Carlos IV (1788- 1808) fueron testigos del desarrollo del pensamiento político moderno - con énfasis en la libertad, la igualdad, los derechos civiles y el gobierno constitucional representativo - entre un grupo pequeño e importante de españoles europeos y americanos. Mientras la Corona gobernó con plena capacidad, estas ideas liberales no pasarían de ser meras búsquedas intelectuales (RODRÍGUEZ, 1996, p. 411). A propósito, un paréntesis, José María Portillo considera que la Ilustración española es algo más complejo: nación e imperio son elementos centrales en su análisis sobre la Ilustración (PORTILLO, 2018). Ahora, regresando al libro de Jaime E. Rodríguez, este argumenta que la invasión napoleónica a España y el colapso de la monarquía en 1808 le dieron a esa minoría liberal la oportunidad de poner en práctica sus ideas.

Una de las consecuencias de las crisis monárquica de 1808 fueron las formas políticas representativas ensayadas para ocupar el vacío de poder dejado. Varios ejemplos confirman esta afirmación. El primero de ellos es la Junta Suprema Central y Gubernativa de España e Indias (1808 - 1810). A esta le sucede el Consejo de Regencia (1810), las Cortes Generales y Extraordinarias (1810-1813) y las Cortes Generales y Ordinarias (1813-1814). La reunión de las Cortes, con representantes de los dominios americanos, trajo como resultado la promulgación de una constitución liberal: la Constitución de Cádiz de 1812. Por cierto, una Constitución que en el primer artículo establece que “la Nación española

es la unión de todos los españoles de ambos hemisferios”. Mientras que en el segundo, menciona que sólo son españoles “todos los hombres libres nacidos y avecinados en los dominios de las Españas, y los hijos de éstos. Los extranjeros que hayan obtenido de las Cortes cartas de naturaleza, los que sin ella lleven diez años de vecindad, ganada según la ley en cualquier pueblo de la Monarquía y los libertos desde que adquieran la libertad en las Españas⁹⁹”. Esta definición de lo que es “ser español, peninsular y americano” nos hace pensar cuál fue el lugar de los indios, mestizos y demás sectores subalternos (mulatos, zambos y la interacción étnica de estos con los blancos, indios y negros) que no se encontraban comprendidos dentro de esta inesperada y planetaria nación española.

Otro de los argumentos a resaltar en el libro de Jaime E. Rodríguez es la disputa de poderes que se produjo como consecuencia de la crisis monárquica peninsular. Este conflicto enfrentó a españoles “europeos” y españoles “americanos”, creando divisiones y contradicciones en ambos grupos. La lucha por el poder político brindó la oportunidad para que grupos urbanos, rurales y regionales americanos presentaran sus demandas. Puede concluirse, mediante la lectura de Jaime Rodríguez, que la independencia americana fue una larga disputa de intereses políticos, finalmente con el triunfo de los criollos (RODRÍGUEZ, 1996, p. 26-27). Otro de los libros a comentar en este apretado panorama fue compilado, precisamente, por Jaime E. Rodríguez y se titula **Revolución, independencia y las nuevas naciones de América**. Es publicado en 2005 y participan en él veinte (20) historiadores de diversos países, entre los cuales se encuentran: Timothy Tackett (EEUU), Johanna Von Grafenstein (Alemania), Mónica Quijada (Argentina), Jorge Cañizares-Esguerra (Ecuador), José M. Portillo (España), Ivana Frasquet (España), Manuel Miño Grijalva (Ecuador), Víctor Mínguez (España), Virginia Guedea (México), Christon I. Archer (Canadá), Mariana Terán Fuentes (México), Manuel Chust (España), Jordana Dym (EEUU), Clément Thibaud (Francia), Carl T. Almer (EEUU), Márcia Regina Berbel (Brasil), Kristen Schultz (EEUU), Martha Irurozqui (España) y Víctor Peralta (Perú).

En esta obra tienen espacio: Brasil, Haití y Francia, lo que otorga una dimensión más atlántica y caribeña a los temas estudiados. **Revolución...** toma como punto de partida 1808, año de la ocupación de España por el ejército de Napoleón Bonaparte y concluye con la consolidación de las propias independencias americanas, en la década de 1820. Sus capítulos iniciales tratan sobre la Revolución Francesa (1789-1804) y sobre la Revolución Haitiana (1791-1804) y son de autoría de: Timothy Tackett y Johanna Von Grafenstein. Ambos autores reconocen que estas dos transformaciones políticas no explican las revoluciones del mundo ibérico. Para Timothy Tackett, la Revolución Francesa atraviesa por un proceso dinámico de “radicalización política”. Una “radicalización” que es entendida como la progresiva expansión de la democracia y la igualdad tanto en Francia como en

9 Disponible en: <http://www.cepc.gob.es/docs/constituciones-espa/1812.pdf?sfvrsn=2>. Acceso en: 3 oct. 2020.

otras áreas de Europa, gracias a la internacionalización de la revolución, correspondiente al período (1791-1794). La Revolución Francesa tuvo varias etapas (Estados Generales - Asamblea Nacional - Convención Nacional - Directorio - Consulado).

Dentro o fuera de ellas, según las interpretaciones de la historiografía, fue Napoleón Bonaparte quien invadió la península ibérica y sus efectos convulsionaron a la parte americana de la monarquía española. A su vez, la Revolución Haitiana obtuvo logros nunca antes vistos para la época como derrotar al sistema esclavista y obtener su independencia el 1° de enero de 1804. Para la historiadora alemana Johanna Von Grafenstein, el resultado de la Revolución Haitiana significó el fin de la primacía del *Saint Domingue* francés como principal productora de azúcar para finales del siglo XVIII e inicios del XIX¹⁰. Por un lado, diferentes oligarquías como las de Cuba, Puerto Rico, Jamaica y Martinica se beneficiaron con la desaparición de la principal región productiva del Caribe. Por otro lado, fue imposible detener la influencia o “contagio” de la Revolución Haitiana sobre el mundo colonial americano. Esto fue ocasionado, sobre todo, por el “miedo al negro” que tal proceso representó¹¹.

En esta compilación también llama mi atención el capítulo de Martha Irurozqui que trata de otras geografías. Su título es “De cómo el vecino hizo al ciudadano en Charcas y de cómo el ciudadano conservó al vecino en Bolivia”. Una investigación, *sui generis*, su título así lo explicita, que se ubica dentro del contexto de la crisis monárquica y del surgimiento de nuevas repúblicas en la América española. En ella constatamos que los términos “vecino” y “ciudadano”, son conceptos que conviven y se retroalimentan. El término “vecino”, nos comenta la autora, “refuerza la importancia de la reputación como argumento que identifica al ciudadano, convirtiendo su estado en un estatus adquirido en función de prácticas consuetudinarias avaladas por la comunidad y que, al responder a reglas de convivencia local, sólo podían ser probadas en ese medio reducido y restrictivo (IRUROZQUI, 2005, p. 480). Ser “vecino” fue configurando el ser “ciudadano” y éste no sólo participa del sufragio sino que también goza de un estatus, de respetabilidad y

10 VENEGAS DELGADO, Hernán Maximiliano. El fantasma de la Revolución Haitiana y la independencia de Cuba (1820-1829). *Revista Projeto História*, Pontificia Universidade Católica/São Paulo, v. 31, p. 25-54, 2005. Disponible en: <http://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2309/1401>. MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. Revolta escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791- 1825. *Revista de Índias*, v. LXXI, n. 251, p. 19-52, 2011. Disponible en: <http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/viewFile/852/924>.

11 Existen una importante bibliografía que se encarga de este tópico historiográfico al que se le ha denominado como “el miedo al negro”, véase: GÓMEZ, Alejandro E. El síndrome de Saint-Domingue. Percepciones y sensibilidades de la Revolución Haitiana en el Caribe (1791-1814). *Revista C.M.H.L.B.* Caravelle, n.86, p.125-155, 2006. Disponible en: https://www.persee.fr/doc/carav_1147-6753_2006_num_86_1_2923. BOCK, Ulrike. ¿Un caso del <<gran miedo>> hacia los afrodescendientes en Yucatán? El uso estratégico de un discurso caribeño en el contexto de las independencias latinoamericanas. *Revista Historia-Caribe*, v. XIII, n. 32, p. 51-79, ene./jun. 2018. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6605115>. VENEGAS DELGADO, Hernán. *Revista Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 31, dez. 2009. Disponible en: <http://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2309>. Acceso en: 08 ago. 2020. MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. Revolta escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791. *Revista de Índias*, v. 71, n. 251, p. 19-52, apr. 2011. Disponible en: <http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/852>. Acceso en: 09 set. 2020.

dignidad social.

En la medida en que ser “ciudadano” implicaba también tener educación y renta, el que era denominado de esta manera contaba con crédito social, gozaba de una posición en la sociedad y tenía una notoria credibilidad. Además, Martha Irurozqui llama la atención en el capítulo segundo de la Constitución de Cádiz, específicamente para su entendimiento de la ciudadanía. Según el artículo segundo del capítulo también segundo de la constitución gaditana, eran ciudadanos españoles “Todos los hombres libres nacidos y avecindados en los dominios de las Españas, y los hijos de éstos”. Vemos así que la ciudadanía gaditana no se basaba en criterios de propiedad o fiscalidad sino de “vecindad”, concepto que fue asociado a valores locales. Estos valores se vincularon a una identidad social que va de la mano con la imagen pública que cada miembro tenía frente a su comunidad de pertenencia. En fin, vecino y ciudadano son conceptos que tuvieron eco al otro lado del Atlántico. Dos ejemplos significativos vendrían a ser: la jurisprudencia constitucional en espacios indígenas novo-hispanos, como el estudiado por José María Portillo. El otro ejemplo se aplica a los habitantes de la Audiencia de Charcas entre 1809 y 1830, vital para reconocerse como ciudadanos de la futura nación boliviana.

La respuesta de los cabildos y juntas americanas, ante la crisis monárquica e imperial de 1808, también ha sido objeto frecuente de la historiografía sobre las independencias. Ejemplo de ello es el libro **1808. La eclosión juntera en el mundo hispánico** del historiador y catedrático valenciano Manuel Chust. Publicado en el 2007, este libro reúne un conjunto de artículos marcados por la historia política, trece (13) en total. Ellos se refieren a la conformación de juntas de gobierno en España y América. Dentro de esos trabajos subrayo el de Víctor Peralta porque fue el virreinato peruano, el responsable de liquidar a las juntas en América del Sur. El virrey, don Fernando de Abascal y Souza, fue el encargado de enviar ejércitos para sofocar a la junta de la Paz (1809), a la Audiencia de Quito (1809) y contener el estallido revolucionario en el Río de la Plata (1810). Además, es Abascal quien trata de frenar a los denominados por él como “disidentes”, enviando armas y suministros a lugares alejados del Perú como Montevideo o Chile.

Retornando al texto de Manuel Chust, este considera que la velocidad con que se dieron los acontecimientos en la península ibérica, iniciados con la invasión del ejército napoleónico, condicionaron los diversos movimientos junteros en América - Junta Novohispana (1808), Junta Montevideana (1808), Junta Suprema de Caracas (1808) y las dos juntas de Charcas (La Plata y la Paz - 1809). En estas juntas es posible identificar tres fases indisociables de las noticias que llegaban desde España. La primera fase se da de julio a septiembre de 1808, a raíz del motín de El Escorial, de la abdicación de Carlos IV, de la destitución de Manuel Godoy y de la proclamación de Fernando VII. La segunda fase aludida por Manuel Chust se da entre los meses de abril y mayo de 1809 cuando

recién se tuvo noticias de la creación de la Junta Central en 1808, y más aún al tener conocimiento de la Real Orden del 22 de enero de 1809, que otorgaba representación soberana a los pueblos americanos.

La última fase comprende los meses de mayo y junio de 1810, cuando llegan las noticias de la disolución de la Junta Central, de la creación de la Regencia y de la convocatoria a Cortes el 14 de febrero de 1810 (CHUST, 2007, p. 28). La “eclosión juntera”, término adecuado de Manuel Chust para referirse a ese movimiento, sigue una ruta que se inicia en la península ibérica, atraviesa el Atlántico y recorre el océano Pacífico. Para tener una idea de esa “geografía de las juntas de gobierno” basta citar las siguientes: Nueva España, Guatemala, Perú, Quito, Charcas, Río de la Plata, Montevideo, Chile, Nueva Granada, Caracas, Cuba y Puerto Rico. Cada una de ellas se enmarca entre 1808 y 1810, un corto periodo denominado por Chust como “el bienio trascendental”. Otro aspecto a destacar en el libro referido de Chust es que los grupos dominantes de los territorios citados optaron por la no insurgencia. Una tesis similar ha sido una constante en la historiografía cubana, centralista por tradición, que ha sido revisada hace pocos años. Prueba de ello es el libro **La Gran Colombia, México y la independencia de las Antillas hispanas (1820-1827): hispanoamericanismo e injerencia extranjera**, publicado en el año 2010 y de autoría del historiador cubano Hernán M. Venegas Delgado¹². En el caso peruano fue la élite criolla, fidelista hasta el último de sus días, la que debía optar por la formación de una junta y terminó haciendo todo lo contrario. O sea, le otorgó al virrey José Fernando de Abascal¹³ los medios económicos para reprimirlas y hacer del virreinato del Perú el bastión de la contrarrevolución americana.

Los libros citados previamente se pueden relacionar a una historia académica de tipo político. Otro ejemplo de esa renovación, de una historia académica relacionada con el lenguaje, los conceptos y los términos políticos de las independencias es la desarrollada por José Carlos Chiaramonte. Profesores de universidades peruanas y brasileñas, durante la última década, han comenzado a interesarse por esta forma de escribir la historia y así lo evidencian los libros de Cristóbal Aljovín y Marcel Velázquez¹⁴ (Perú), junto al de Valdeí Lopes Araújo¹⁵ (Brasil). Siguiendo esta perspectiva, es necesario resaltar **Nación y estado**

12 VENEGAS DELGADO, Hernán Maximiliano. **La Gran Colombia, México y la independencia de las Antillas hispanas (1820-1827): hispanoamericanismo e injerencia extranjera**. México: Ed. Plaza y Valdés, 2010.

13 Fernando de Abascal y Souza (1743-1821) es virrey del Perú entre los años 1806-1816 y la autoridad responsable de reprimir a las juntas de gobierno que se formaron en América del Sur. En ese contexto, el virreinato peruano se constituyó en el bastión realista desde donde marcharon los ejércitos que van a terminar con algunas juntas como la instaurada en La Paz para 1809 y puso a raya la insurrección del Río de la Plata, en 1810. Además, es el virrey Fernando de Abascal quien suministró de armamento y de una importante logística para reprimir a otras juntas como las de Montevideo y Chile. También logró reducir a la Junta de Quito e incorporó Charcas para el virreinato peruano, en 1810.

14 ALJOVÍN, Cristóbal; VELÁZQUEZ, Marcel (Comp.). **Voces de la Modernidad**. Perú, 1750-1870. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2017.

15 ARAÚJO, Valdeí Lopes. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo, Ed. Hucitec, 2008.

en Iberoamérica. El lenguaje político en tiempos de las independencia del historiador y ensayista argentino José Carlos Chiaramonte, publicado en el 2004. El autor, nos invita a discutir la utilización de las palabras Estado y Nación en las repúblicas nacidas de la crisis hispánica y postula que se ha venido desarrollando una interpretación equivocada respecto a lo que es la nación y al vínculo de este con el sentimiento de identidad colectiva. Nos dice, que de forma equivocada, se ha querido buscar los antecedentes de las identidades nacionales en el siglo XVI y con ella afirmar que los sentimientos de identidad siempre han existido en la Historia. Sin embargo, Chiaramonte nos explica que el término “nación” no es una realidad histórica fija sino un concepto que pudo ser aplicado a distintas realidades según el sentido que le otorgaban los diversos protagonistas de las historias.

Mencionar a la “nación” o al “estado” en el contexto de las independencias era referirse a lo mismo, ambas no eran vistas como un conjunto institucional complejo sino que era entendido como un grupo de seres humanos con cierto orden, cierta modalidad de mando y obediencia. En el contexto de las independencias, las comunidades (vecinos de determinadas capitanías o audiencias) no se imaginan como nacionales, no existían naciones formadas ni nacionalismos, en el sentido más recurrente, digamos, a lo Benedict Anderson (ANDERSON, 1993). Incentivado por la lectura de **Nación y estado en Iberoamérica...** deseo llamar la atención para un concepto de nación que ha abierto, junto a la reflexión de Chiaramonte, mi comprensión sobre el pasado, sobre las independencias. La nación, puede llegar a entenderse como “una formación discursiva que da forma al mundo moderno” (CALHOUN, 2008, p. 37).

Una vez consumadas las independencias, sobretudo, después de la entrevista de Guayaquil, comenta Rafael Rojas, fue acelerado el proceso de representación imaginaria de las comunidades de las jóvenes repúblicas post independencias (ROJAS, 2009, p. 12). Antes de eso, prefiero pensar en la idea, también a partir de la lectura de **Las repúblicas de aire: Utopía y desencanto en la revolución de hispanoamérica** de una “americanidad” de la cual fueron partícipes la generación del designio constitucional¹⁶. Volviendo al libro de José Carlos Chiaramonte, en lugar de la nación, es más pertinente considerar en el análisis el carácter soberano de entidades autónomas (ciudades, provincias, etc.) que se integraron a movimientos de autonomismo e independencia. En ese sentido, no se debería utilizar criterios estatales y/o nacionales para denominar unidades políticas independientes y soberanas, sobre todo si estas tenían la dimensión de una ciudad que junto a su espacio rural iniciaban una suerte de alianzas o confederaciones (CHIARAMONTE, 2004, p. 19-20).

¹⁶ El presente libro del ensayista e historiador cubano Rafael Rojas, no fue contemplado en las páginas anteriores porque a pesar de ser un “*livraço*” (como dicen en el argot popular y académicos diversos) no hace parte de las referencias bibliográficas de los cursos de historia en las universidades consultadas, criterio nuestro para la selección de este epígrafe.

MONUMENTOS CELEBRATIVOS Y CULTURA ESCOLAR

A esta altura de nuestro relato destacamos dos aspectos: el Trienio Liberal Español (1820-1823) y los monumentos celebrativos, alegóricos al período doceañista. En relación al primero, constatamos que en los libros aludidos (recordemos que integran las ofertas curriculares descritas páginas atrás) dan prioridad al periodo relacionado con la constitución gaditana y sus ecos en la América Española. De este modo, se deja en un relativo olvido a los años veinte, no sólo para la historia del liberalismo peninsular, sino de este y sus relaciones con la América, notoriamente con la Nueva España. La excepción, en ese sentido, corresponde a Ivana Frasquet. Historiadora valenciana que profundiza en el estudio del Trienio Liberal y sus relaciones con América. Entre otros temas de interés tratados en sus investigaciones, Frasquet rescata los intentos de federalizar la monarquía española por parte de los diputados americanos, precisamente, en tiempos que comúnmente asociamos a conflictos armados en los dominios españoles de América¹⁷¹⁷. El predominio de estudios sobre el periodo doceañista y sus relaciones con la América encuentra su expresión, digamos, más monumental en Cádiz, España. Nos referimos al “Monumento a las Cortes de 1812”, denominado y catalogado como un “edificio conmemorativo” por el Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico.

Los monumentos celebrativos o intencionales tienen como propósito rememorar acontecimientos históricos, fechas importantes y/o personajes históricos¹⁸¹⁸. Este, construido en 1912, por motivo del centenario de la Constitución de Cádiz integra, junto a otros 3000 bienes, el legado patrimonial de los lugares vinculados a las Cortes y la Constitución de 1812 en Cádiz, San Fernando y la Bahía. Tal legado fue declarado como “Sitio Histórico” e inscrito en el Catálogo General del Patrimonio Histórico Andaluz¹⁹¹⁹. Otros dos monumentos celebrativos, al otro lado del Atlántico, son alegóricos al período doceañista y construidos en la época: uno de ellos se encuentra en San Agustín de La Florida (EE.UU) y el otro en Comayagua, Honduras. El poder evocativo de estos monumentos celebrativos, con menor presencia en América, contrasta con las repercusiones doceañistas en las independencias de los países latinoamericanos. En el caso español, las narrativas maestras de la historia enseñada hacen énfasis en tres momentos fundamentales: la “Reconquista”, “el reinado de los Reyes Católicos” y el “Imperio” (SÁIZ SERRANO, 2017). Así, el liberalismo peninsular y sus desdoblamientos en la América

17 Para mayores informaciones sobre la producción historiográfica de Ivana Frasquet entre 2000 y 2020 puede consultarse el siguiente enlace: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=860760>.

18 Una historia social sobre los monumentos celebrativos, de su idealización y construcción, ha sido objeto de estudio por parte de historiadores brasileños en los últimos años. Destaco entre ellos la tesis de doctorado de la investigadora y profesora Ana Rita Uhle. UHLE, Ana Rita. **Monumentos celebrativos: aproximações entre arte e história (1925-1963)**, 2013. 284 f. Disponible en: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/321726>.

19 Para más información, consultar la Guía Digital del Patrimonio Andaluz. Disponible en: <https://guiadigital.iaph.es/bien/inmueble/4368/cadiz/cadiz/monumento-a-las-cortes-de-1812>.

no ha ocupado un lugar destacado en los relatos de estudiantes y docentes en formación, lo que se desprende de los trabajos de Jorge Saíz Serrano²⁰.

En una historia de tipo más académica sobre las independencias, debe citarse *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)* del historiador y profesor universitario brasileño João Paulo G. Pimenta. Publicado en el 2015, este libro es el resultado de la tesis doctoral que defendió en la USP, en el 2004. Su interés radica en explicar de qué manera la crisis y disolución del imperio español en América, influyó en la independencia del Brasil. Este libro puede entenderse como una crítica a la historiografía nacionalista que tradicionalmente analizó la independencia brasileña como un caso excepcional, aislado, en el marco de las independencias hispanoamericanas. Sin embargo, el autor las circunscribe dentro de la Modernidad y la crisis del Antiguo Régimen. En tal sentido, se puede apreciar la influencia de François- Xavier Guerra por el peso otorgado a la opinión pública y la de Reinhart Koselleck al utilizar las categorías de “campo de experiencia” y “horizonte de expectativa”. A través de ellas, João Paulo G. Pimenta nos explica la acción recíproca que a nivel espacial y temporal se desarrolló en la América española y portuguesa. Este análisis le permite entender cómo la experiencia hispanoamericana, con énfasis en la cuenca del Río de la Plata, pondrá en discusión la unidad monárquica y nos llevará a comprender, de manera más amplia, la independencia del Brasil.

João Paulo G. Pimenta transita por varias etapas de la historia brasileña como la llegada de la corte portuguesa a Río de Janeiro (1808), el interés de Carota Joaquina en los territorios americanos ante la ausencia de Don Fernando VII, la revolución en Pernambuco (1817) y Oporto (1820) y la independencia de Brasil (1822). Además, es una investigación que no se desvincula de los acontecimientos políticos acaecidos en la metrópoli española (abdicaciones de Bayona en 1808, el retorno de Fernando VII al trono en 1814 y el impacto de las independencias sudamericanas). Realiza un detallado estudio sobre la crisis política que va a ocasionar la invasión napoleónica dentro de la península ibérica y la preocupación de la corte portuguesa, ya instalada en Río de Janeiro, sobre todos estos hechos. También nos mostrará la creciente politización del mundo luso-americano mediante la proliferación de la prensa (dos son los periódicos en los cuales fundamenta sus tesis: *Correio Brasiliense* y *Gazeta do Rio de Janeiro*), la revalorización de los temas

20 Otros trabajos sobre la temática de este especialista valenciano son: SÁIZ SERRANO, Jorge; LÓPEZ FACAL, Ramón. Aprender y argumentar España. La visión de la identidad española entre el alumnado al finalizar el bachillerato. *Revista Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales*, n. 26, p. 95-120, 2012. Disponible en: <https://ojs.uv.es/index.php/dces/article/view/1933/1446>. SÁIZ SERRANO, Jorge Ramón. Alfabetización histórica y competencias básicas en libros de texto de historia y en aprendizajes de estudiantes. *Revista Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales*, n. 27, p. 43-66, 2013. Disponible en: <https://ojs.uv.es/index.php/dces/article/view/2648/3312>. SÁIZ SERRANO, Jorge; LÓPEZ FACAL, Ramón. Narrativas nacionales históricas de estudiantes y profesorado en formación. *Revista de Educación*, n. 374, p. 118-140, oct./dic. 2016. Disponible en: <http://www.educacionyfp.gob.es/dam/jcr:c717bedb-35d1-46d2-8694-a901e804e296/05saiz-pdf.pdf>.

americanos para la corte lusitana y el miedo ante una posible propagación revolucionaria que amenazaría la seguridad del reino.

Le otorga especial interés al estallido revolucionario acaecido en Pernambuco para 1817 a la que interpreta como la derivación de los vínculos hispano y luso- americanos. La experiencia hispanoamericana ya no será observada de forma negativa sino que servirá de ejemplo para que las autoridades brasileñas desarrollen una identidad americana que les va a permitir obtener su independencia en clara oposición a las cortes y en especial a Portugal. El libro aludido puede considerarse como un punto de inflexión en la historiografía brasileña de los últimos años. Afirmamos esto por dos motivos, por un lado, por las relaciones de la independencia brasileña con la experiencia hispanoamericana independentista. Por otro lado, por el uso y adaptación de conceptos de la historia conceptual de Reinhart Koselleck aplicados al período de las independencias. Por último, no menos importante, es oportuno mencionar que este historiador también se ha interesado por las resonancias de este tema, las independencias de Brasil, en la escuela y en la sociedad.

Brasil, posee “*numerosas formas de pensar e de representar a história*” (PIMENTA, *et. al.*, 2014, p. 36) y en relación a las independencias existe una vasta producción editorial. Ella no corresponde únicamente al espacio escolar, pues de modo general los brasileños manifiestan un conjunto de actitudes y valores previamente formados en relación a un hecho histórico tan complejo como la Independencia. Lo interesante de esta constatación es que en esa “cultura de historia” no solo intervienen los historiadores. Esta es una opción teórica central del artículo - diferenciada de otro concepto, el de cultura histórica - cuyo horizonte incluye, además de libros didáticos, “*best-sellers, vídeos, filmes e magazines de história, bem como em uma pesquisa de opinião pública*” (PIMENTA, *et. al.*, 2014, p. 5). Cultura de historia, cultura histórica, historia pública, educación histórica, código disciplinar y conciencia histórica son conceptos que nos hacen regresar a la expresión más resumida de este capítulo, su título, “Independencias, historiografía y cultura escolar”. Utilizamos la última parte de este título, la de cultura escolar, pues nuestro interés parte y se ocupa de la oferta curricular en una educación especializada como la universitaria. La cultura escolar posee varias dimensiones de análisis: funcionalista, estructuralista e interactiva. En la primera función la institución escolar es vista en una relación asimétrica con el espacio externo. O sea, como mera transmisora de una cultura definida y elaborada de forma externa. Desde el punto de vista estructural, la cultura escolar, es conformada a través de sus formas y estructuras (plan de estudios, disciplinas, medios auxiliares etc.). Por último, en una dimensión interactiva, la cultura escolar es producto de sus actores y en un ámbito más específico, el de cada escuela, un tipo de cultura organizacional (BARROSO, 2012). Para una praxis pedagógica de excelencia en nuestras instituciones universitarias somos partidarios del uso conjunto de estas tres dimensiones.

Obviamente, el debate en este sentido es mayor, e incluye referencias inevitables como André Chervel, Michael Cohen, James G. March, Carlos Álvarez de Zayas, Circe Bittencourt y un largo etcétera. De hecho, una extensa lista proporcional al número de estudios existentes sobre el tema que va más allá del horizonte de este trabajo. Importa subrayar que la cultura escolar nos conduce a la enseñanza de la historia de América en Brasil y, dentro de ésta, al lugar de las independencias iberoamericanas en la cultura escolar brasileña. Según Maria A. Moreira dos Santos Schmidt, “o ensino de História da América no Brasil tem uma dupla tradição”. Una de ellas se relaciona con la producción del conocimiento histórico en sí (SCHMIDT, 2020), más académico, por así decirlo. La otra tradición asume a la historia de América como objeto de estudios escolares. La historia de América no era más que un apéndice en los programas escolares hasta la reforma educativa de Gustavo Capanema, en 1941. En la década siguiente, aunque prolífica en obras didácticas sobre el tema, no hubo mejoras cualitativas (SABINO DIAS, 2004, P.50 apud HOLLANDA, 1957). Las producciones más importantes de la segunda tradición aquí enunciada destaca la tesis de doctorado de Maria de Fátima Sabino Dias, “A invenção da América na cultura escolar”, de 1997. Otros trabajos citados por Maria A. Schmidt, que caracterizan la cultura escolar y la presencia de temas americanos, son: “O Percurso Acidentado do Ensino de História na América” de Circe Maria F. Bittencourt y “Trajetória do ensino da história da América no Brasil: uma tradição (re)inventada pelos manuais didáticos” de Maria Auxiliadora Schmidt y Tânia Maria Braga Garcia, de 1996 y 2007, respectivamente. Es claro que el trabajo de la profesora paranaense no se detiene en estos años, Schmidt hizo una minuciosa investigación que mapea las últimas dos décadas. Sus fuentes son artículos, capítulos de libros, tesis y disertaciones identificadas en la base de datos digital de CAPES.

A MANERA DE CONCLUSIÓN...

A ese “percurso accidentado” de la enseñanza de la historia de América sumamos el distanciamiento político y cultural que existe entre Brasil y los países hispano-hablantes de América Latina desde el siglo XIX (PRADO, 2001). Es esta una interesante reflexión que nortea el artículo “O Brasil e a distante América do Sul”, de Maria Lígia Coelho Prado, referencia de los estudios históricos latinoamericanos en ambientes académicos paulistanos desde hace décadas. La proclamación de la República en el Brasil (1889) no acabó con los distanciamientos entre el Brasil y América Latina, “*pois as diferenças, muito mais que as semelhanças, continuavam a ser destacadas*” (PRADO, 2001, p. 146). Sin duda, los argumentos de esta historiadora y latinoamericanista merecen más que un simple comentario, aunque nos interesa destacar que esa separación fue construida desde

el siglo XIX. Esos argumentos, como la Historia, son hijos de su tiempo, los del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) como reconoce la autora. La idea de una integración más que económica define la misión de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana (UNILA). De hecho, el artículo cuarto de su Estatuto define como misión, “contribuir para a integração solidária e a construção de sociedades na América Latina e Caribe mais justas, com equidade econômica e social, por meio do conhecimento compartilhado e da geração, transmissão, difusão e aplicação de conhecimentos produzidos pelo ensino, a pesquisa e a extensão, de forma indissociada, integrados na formação de cidadãos para o exercício acadêmico e profissional e empenhados na busca de soluções democráticas aos problemas latino-americanos” (UNILA, 2019). Trasladado al ámbito de la historia enseñada e investigada, la UNILA surge como un espacio privilegiado (también atípico) para el estudio de la América del Sur.

La oferta curricular de sus cursos de Historia, los primeros en el país con énfasis en América Latina, pueden catalogarse como innovadores y plurales desde el punto de vista teórico y metodológico. Curricularmente, en el pregrado, existe una disciplina que trata específicamente del tema de las independencias en Iberoamérica Colonial. Su título es: “Independencias, Estados Nacionales y Sectores Populares en América Latina”. Sin embargo, otras disciplinas dan espacio para el estudio atlántico, ibérico, político, subalterno, decolonial, conceptual, transnacional, regional etc., a ellas asociadas. Se trata de: “Modernidades, Estados Nacionales y Capitalismo en Europa”, de “Liberalismo, Democracia y Revolución en Europa y los Estados Unidos”, de “Historia y Género en la América Latina” y de “Colonialismo Ibérico”. Tangencialmente el tema de las independencias encuentra espacio en disciplinas del ciclo común de estudios de la Unila como: “Fundamentos de América Latina I y II”. El área de Historia en la Unila cuenta aún con la posgraduación (*lato sensu*) en “Enseñanza de la Historia y América Latina” (EHAL) y de la posgraduación (*stricto sensu*) en Historia (PPGHIS). En el caso de la primera, pues la EHAL es un espacio idóneo para una reflexión sobre el conocimiento histórico escolar sobre América Latina y, específicamente, para el estudio de las independencias. En el caso del PPGHIS, las independencias han encontrado espacio en una disciplina de tipo optativa “Independencias en la Iberoamérica colonial - hechos, relatos y estudios históricos”. Ella, impartida desde una sala virtual por uno de los autores de este trabajo, y cursada por el otro autor, ha permitido el estudio de este período tan complejo para nuestras historias, cuyos resultados parciales presentamos en estas páginas.

ABSTRACT: *The chapter deals with independence in Spanish and Portuguese America. The theme was studied in the undergraduate curricula of six universities in Brazil and Peru. An important part of the historiography on independence is recovered from François-Xavier Guerra to João Paulo G. Pimenta, a period of just over two decades. This critical rescue of the*

historiography of independence incorporates a reflection on celebratory monuments and on the teaching of history. From a theoretical point of view, this work is inspired, dialogues with the field of history teaching, and is guided by a certain spirit of the history of historiography. It is expected that it will contribute to oxygenate studies on independence and its curricular dimension, bringing together Peruvian, Brazilian and Latin American academics, teachers and researchers.

KEYWORDS: *Independence. School Culture. Historiography. Perú. Brazil*

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. 315 p.

ARAÚJO, Valdei Lopes. História da historiografia como analítica da historicidade. História da Historiografia. **International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 6, n. 12, p. 34-44, 3 set. 2013.

BARROSO, João. **Cultura, cultura escolar, cultura de escola**. - volume 1 - D26 - Unesp/UNIVESP-1ª edição 2012. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1_d26_v1_t06.pdf. Acesso em: 7 oct. 2020.

CALHOUN, Craig. O nacionalismo importa. *In*: DOYLE, Don H.; PAMPLONA, Marco A. (orgs.). **Nacionalismo no novo mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 451-484.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Nación y Estado en Iberoamérica**. El lenguaje político en tiempos de las independencias. Buenos Aires: Editorial Sudamericana S.A., 2004. 218 p.

CHUST, Manuel. **1808**. La eclosión juntera en el mundo hispano. México: El Colegio de México - Fondo de Cultura Económica, 2007. 404 p.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e Independencias**. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México: Fondo de Cultura Económica, 2014. 407 p.

ROJAS, Rafael. **Las Repúblicas de Aire**. Utopía y Desencanto en la Revolución de Hispanoamérica. México: Taurus, 2009.

IRUROZQUI, Martha. De cómo el vecino hizo al ciudadano en Charcas y de cómo el ciudadano conservó al vecino en Bolivia, 1809-1830. *In*: RODRIGUEZ O., Jaime E. (comp.). **Revolución, independencia y las nuevas naciones de América**. Madrid: Fundación MAPFRE TAVERA, 2005. p. 451- 484.

PALTI, Elías J. **El tiempo de la política**. El siglo XIX reconsiderado. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007. 404 p.

PERALTA, Víctor. Entre la fidelidad y la incertidumbre. El virreinato del Perú entre 1808 y 1810. *In*: CHUST, Manuel. (comp.). 1808. **La eclosión juntera en el mundo hispano**.

México: El Colegio de México - Fondo de Cultura Económica, 2007. p. 138- 161.

PIMENTA, João Paulo *et al.* A Independência e uma cultura de história no Brasil. **Revista Almanack**, Guarulhos, v. 8, p. 5-36, 2014.

PIMENTA, João Paulo. **A independência do Brasil e a experiência hispanoamericana (1808-1822)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2015. 496 p.

PORTILLO, José María. La crisis imperial de la Monarquía Española. **Historia y espacio**, v. 8, n. 39, p. 160-177, 2012.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**, n. 145, p. 127-149, 2001.

RODRIGUEZ O., Jaime E. (comp.). **Revolución, independencia y las nuevas naciones de América**. Madrid: Fundación MAPFRE TAVERA, 2005. 614 p.

RODRIGUEZ O., Jaime E. **La Independencia de la América española**. México: El Colegio de México - Fondo de Cultura Económica, 2008. 472 p.

SABINO DIAS, Maria de Fátima. Nacionalismo e estereótipos: a imagem sobre a América nos livros didáticos de história no Brasil. In: SABINO DIAS, Maria de Fátima. (Org.). **História da América** - ensino, poder e identidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas Oficina Editorial LTDA, 2004. p. 49-64.

SÁIZ SERRANO, Jorge. Narrativa nacional española en educación secundaria: Reconquista, Reyes Católicos e Imperio en los libros de texto y relatos de los estudiantes de historia. **Revista Historia y Memoria de la Educación**, n. 6, p. 165-201, 2017.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira. Historiografia de la enseñanza de la historia de Latinoamérica en Brasil. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Latinoamericanos**. n. 1, p. 11-23, ene./abr. 2020.

UNILA. Estatuto Geral da Unila. Disponible en: <https://portal.unila.edu.br/institucional/documentos-oficiais/estatuto-da-unila>.

CHRISTIAN ANTHONY RODRIGUEZ ALDANA

Licenciado en Historia por la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Perú y estudiante de la Posgraduación en Historia de la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (Unila, Brasil). E-mail: vicaquirao1@hotmail.com

HERNÁN VENEGAS MARCELO

Docente del área de História y de los cursos de Posgraduación Interdisciplinar en Estudios Latino-Americanos (PPG-IELA), de la Posgraduación en Historia (PPGHIS) y de la Especialización en Ensino da História e América Latina (EHAL), Universidad Federal de la Integración Latino-Americana (UNILA, Brasil). E-mail: hernan.venegas@unila.edu.br CV: <http://lattes.cnpq.br/1817971082555902> <https://orcid.org/0000-0002-3730-0475>

Publicação elaborada por

Aranduká

www.aranduka.com.br

Selo Editorial da

Ipuvaíva - Editora & Laboratório de Textos

www.ipuvaiva.com.br

Revisão, normalização e preparação de texto

Amanda Ferraz da Silveira

Editoração, capa, projeto gráfico e diagramação

Manuel Munhoz Calciro

Formato 17x24cm

Garamond Premier Pro

The background of the page is divided into two main vertical sections: orange on the left and blue on the right. A large black circle is positioned on the right side, overlapping the blue background. A yellow circle is positioned on the left side, overlapping the orange background. The text is located within the yellow circle.

Este livro reúne pesquisas de docentes e estudantes da primeira turma de mestrado em História da Universidade Federal da Integração Latino-americana (PPGHIS-UNILA). O programa, criado em 2019, pretende incentivar a realização de pesquisas pensadas a partir do sul global e em perspectiva transnacional. Entre seus pressupostos está a proposição de uma revisão e crítica dos paradigmas nacionalistas, eurocêntricos e modernizadores. Com isso, o programa busca promover análises, debates e reflexões especialmente sobre os fluxos e trânsitos culturais, políticos e sociais entre e na América Latina, África e Ásia em perspectiva transnacional e global.